



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 04

QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 1, DE 1992-CN

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 1991, que “Altera a redação do art. 2º e acrescenta dispositivo ao art. 43 da Resolução nº 1, de 1970 (CN), que dispõe sobre o Regimento Comum”.

Relator: Senador Dirceu Carneiro

I — Relatório

O projeto de resolução sob exame, proposto pelo Deputado Antônio Faleiros e subscrito por outros parlamentares, promove a alteração do Regimento Comum do Congresso, para que este passe a reservar a primeira semana de cada mês, no horário das 14 às 18 horas, para reuniões ordinárias conjuntas do Congresso Nacional, sempre que houver matéria para deliberação.

O Presidente do Senado Federal poderia ainda, em caso de urgência ou na hipótese de não ter sido esgotada a pauta, convocar, ouvida a Mesa da Câmara dos Deputados, sessões conjuntas fora do horário e período para elas reservado.

O projeto equipara a ausência injustificada às votações à ausência às sessões, ficando o parlamentar sujeito ao desconto de 1/30 avos da sua remuneração mensal, por votação frustrada, exceto se se tratar de obstrução parlamentar legítima, aprovada pela bancada ou sua liderança e comunicada à Mesa.

Justificando a proposição, após considerações diversas sobre o sistema bicameral de nosso Poder Legislativo, o nobre Deputado discorre sobre a dificuldade de se obter eficácia das reuniões conjuntas do Congresso Nacional, atualmente, uma vez que se tem privilegiado o funcionamento isolado das duas Casas, restando as sessões conjuntas, normalmente, para as 19 horas, horário impróprio, que leva a muitas ausências, causando um grande número de reuniões frustradas. Do mesmo modo, a convocação de reuniões conjuntas para as 10 horas tem colidido com o horário de funcionamento das Comissões Técnicas, cuja programação nem sempre pode ser alterada, causando mais frustração.

Com a medida proposta, entende o Deputado que haveria grandes vantagens: havendo matérias urgentes em cada uma das Casas, no período reservado ao trabalho do Congresso,

estas poderiam ser decididas em sessões noturnas (com frequência certamente menor que as sessões noturnas conjuntas ora realizadas pelo Congresso); não haveria interferência no horário de funcionamento das Comissões Técnicas; não haveria motivo do horário para ausências às sessões conjuntas.

É o relatório.

II — Parecer

Apesar de a iniciativa do Deputado Antônio Faleiros e demais parlamentares que assinam o presente projeto ser extremamente louvável, parece-me que a proposta não apresenta grandes condições de viabilidade.

Isso porque a prefixação de uma data para a realização das sessões conjuntas entraria em confronto com as matérias a serem decididas, as quais envolvem sempre prazos que não podem ser elididos.

Tomemos o exemplo de uma medida provisória. Enviada pelo Presidente da República ao Parlamento na segunda semana de determinado mês, como poderia o Congresso Nacional aguardar por mais algumas semanas para, só então, iniciar seu processamento?

Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido em relação a outras matérias urgentes que tenham de ser decididas de imediato em reunião conjunta do Congresso Nacional.

Assim sendo, sem deixar de reconhecer a necessidade de criarmos mecanismos destinados à racionalização dos trabalhos do Congresso Nacional, entendo ser inviável a adoção da medida proposta pelo projeto de resolução sob exame, motivo pelo qual sugiro que deliberemos por seu arquivamento.

É o parecer.

Em 17 de dezembro de 1991. — Mauro Benevides, Presidente — Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário — Meira Filho — Iram Saraiva — Márcio Lacerda.

PARECER Nº 2, DE 1992-CN

Consulta nº 1, de 1992, do Presidente do Senado Federal, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o veto aposto ao Projeto de Lei da Câmara de 137/91.

Relator: Senador Josaphat Marinho

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÓRTO****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS DE BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS****Semestral Cr\$ 3.519,65****Tiragem 2.200 exemplares.****Relatório**

1. Ao Projeto de Lei da Câmara nº 137/91, que altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, relativa à Organização Judiciária à criação da Auditoria Militar do Distrito Federal, foi aposto veto parcial.

2. De acordo com a Mensagem presidencial, a inconformidade do Poder Executivo concerne ao art. 1º do Projeto na parte em que dá nova redação ao art. 67 daquela Lei, nestes termos:

“Art. 67. O pessoal dos serviços auxiliares da Justiça é constituído pelos funcionários do Quadro da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.”

3. Esclarece a Mensagem a motivação do veto:

“Esse texto resultou de emenda supressiva do inciso II do artigo, existente na proposta original, emenda que incorporou ao *caput* o inciso I.

Diz o art. 236 da Lei Maior que a lei federal regulará as atividades e disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários e dos oficiais de registro. Suprimida pela referida emenda a vinculação dos oficiais dos Cartórios e empregados de Ofícios Extrajudiciais ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, possibilitava-se a exclusão do comando da Corregedoria de Justiça do mesmo Tribunal sobre tais órgãos. Como a lei federal prevista na Constituição sobre o assunto ainda não foi votada, a redação do art. 67 tal como figura no projeto, além de inconstitucional, fere o interesse público, já que as Serventias Extrajudiciais do Distrito Federal ficariam sem um órgão de comando e fiscalização na hierarquia da Justiça do Distrito Federal.”

4. A consulta, fundada no inciso V do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, salienta:

“O Projeto de Lei da Câmara nº 137/91 deu origem à Lei nº 8.407/92, sendo vetado parcialmente.

O veto incidiu sobre a nova redação dada pelo art. 1º do projeto ao art. 67 da Lei nº 8.185/91.

Assim, em decorrência do veto, foi expungida do texto do projeto a referência à alteração proposta ao art. 67 da Lei nº 8.185/91.

Acontece que no enunciado do art. 1º do projeto (agora da lei) continua constando aquela alteração, uma vez que há referência expressa à nova redação do art. 67 da Lei nº 8.185/91.

Dispõe o § 2º do art. 66 da Constituição, “verbis”:

Art. 66.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.”

Uma vez que a referência ao art. 67 da Lei nº 8.185/91 não constitui artigo, nem parágrafo, nem inciso e nem alínea, integra, como um todo, o “*caput*” do art. 1º do projeto (agora lei) e podendo haver questionamento a respeito, seria conveniente ouvir, antes da leitura da Mensagem, a douta Comissão de Constituição e Justiça.

À vista do exposto, e nos termos do inciso V do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, submeto o assunto à douta Comissão presidida por V. Ex”

É o relatório.

5. Como revela a consulta, o Presidente do Senado — que também preside a Mesa do Congresso Nacional (CF., art. 57, § 5º) — diante da possibilidade de “questionamento” sobre a referência, no *caput* do art. 1º do projeto convertido na Lei nº 8.407/92, ao art. 67, em nova redação, da Lei nº 8.185/91, solicita parecer desta Comissão, “antes da leitura da Mensagem”.

6. O problema resulta da técnica legislativa adotada e do disposto no § 2º do art. 66 da Constituição.

É que o projeto vetado faz menção específica, no art. 1º, a cada artigo modificativo da redação da Lei nº 8.185/91, inclusive ao art. 67. E em dispositivos distintos enuncia as alterações, correspondentes a cada artigo apenas enumerado no art. 1º.

Mas, pelo § 2º do art. 66 da Constituição, “o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea”. A norma é prudente, pois visa a impedir que o Presidente da República escolha palavras ou expressões num texto, para vetá-las, adulterando a lei ou nela introduzindo modificação, como se fosse legislador. Já em 1935, impugnando um veto em que o Presidente da República assim procedera, e sem que a Constituição de 1934 fosse limitativa como a de 1988, o Deputado João Mangabeira assinalou que “um projeto não se divide em palavras”, mas em “textos”, e acentuou:

“O que o Presidente pode vetar, como parte de um projeto, é um artigo, um parágrafo, um inciso, um número, um item, uma alínea. Até mesmo porque o poder de catar em meio de uma frase, uma palavra, para vetá-la, importa o poder de emendar, que a Constituição não conferiu ao Chefe da Nação” (Disc. na Câmara dos Deputados, in *Idéias Políticas de João*

Mangabeira, Senado Federal, 1980, 2º vol., pp. 51-70, cit. pp. 54-55)."

Em excelente monografia sobre a matéria, que infelizmente só se estendeu até à Constituinte de 1934, Mário Casassanta observou que,

"No Brasil, é o veto um instituto vitorioso e de si capaz de nos provar que temos um Legislativo e um Executivo" (O Poder de Veto, Os Amigos do Livro, Belo Horizonte, S/d., p. 334).

Cumpra, pois, preservar-lhe a fisionomia, segundo a evolução verificada.

7. Hoje, espressamente proibido o procedimento abusivo, o Presidente da República, no exercício do veto parcial, somente pode vetar "texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea". Foi o que fez, no caso, o Presidente vetando o art. 67 na redação nova que lhe dava o projeto. Não podia vetar, no corpo do art. 1º, apenas o número "67".

A dúvida suscitada não ocorreria se o legislador se houvesse limitado, como seria próprio, no *caput* do art. 1º, a mencionar genericamente que a Lei nº 8.185, de 1991, passaria a vigorar com a redação constante dos artigos em seguida enumerados separadamente. Operar-se-ia o veto parcial ao art.

67, como se operou, sem que ocorresse a remissão inconveniente, e já agora inextirpável, contida no art. 1º.

8. Ainda bem que a remissão subsistente no art. 1º será inócua, ou ineficaz, se mantido o veto, porque suprimido o art. 67, e, se recusado, os dois textos se harmonizarão. De qualquer sorte, não haverá "questionamento" plausível, ou prejudicial ao alcance da lei.

9. O parecer, em consequência dessas razões, é no sentido de que o defeito de técnica legislativa, consubstanciado na remissão constante do art. 1º do projeto e agora da Lei nº 8.407/92 ao art. 67 da Lei nº 8.185/91 não compromete a clareza nem a eficácia do texto sancionado.

10. É conveniente, contudo, para que se evite dúvida como a suscitada na consulta, mudar a técnica legislativa em projetos assemelhados, substituindo-se a remissão concentrada aos dispositivos alterados pela enumeração separada dos artigos modificados.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — Josaphat Marinho, Relator — Cid Sabóia de Carvalho — José Paulo Bisol — Antônio Mariz — Valmir Campelo — Garibaldi Alves — Magno Bacelar — Oziel Carneiro — Maurício Corrêa — Chagas Rodrigues — Elcio Alvares — Carlos Patrocínio.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE MARÇO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2. — Discurso do Expediente

DEPUTADO ROBERTO CARDOSO ALVES —

Impunidade dos crimes cometidos pelos menores de rua em nosso País, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2.2 — Leitura de Projeto

— Projeto de Resolução nº 1/92-CN, que cria a comissão Mista Permanente do Congresso Nacional de Prevenção, Fiscalização e Controle de Drogas e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 63 de 1991 (nº 638/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada

esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. Votação adiada por falta de *quorum*.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de

Itabaiana, no Estado de Sergipe. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos Estados e Municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Mário Andreazza” a Rodovia BR-230 — Transamazônica. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de “Rodovia Presidente Tancredo Neves”. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672, de 1989, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364,

trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992 e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1991 (nº 1.263/91, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informá-

tica e automação e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de 1989 (nº 5.230/90, na Câmara dos Deputados), que institui o cadastro nacional de infrações penais e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1990 (nº 3.733, de 1989, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Procuradorias Regionais da República, da Procuradoria da República do Estado de Tocantins, de Procuradorias em Municípios do interior e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.922/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do imposto de renda. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1991 (nº 4.771/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

— SENADOR RONAN TITO — Consideração sobre o discurso proferido na presente sessão pelo Sr. Roberto Cardoso Alves.

— DEPUTADO ALOÍZIO MERCADANTE — Sugestão à Presidência no sentido da prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao Plano Plurianual, em tramitação no Congresso Nacional.

— SR. PRESIDENTE — Prometendo decisão sobre a sugestão do Sr. Aloízio Mercadante após a constituição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÕES

Ata da 3ª Sessão Conjunta, em 10 de março de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aluizio Bezerra – Amazonino Mendes – Antonio Mariz – Aureo Mello – Beni Veras – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Espiridião Amin – Epitácio Cafeteira – Fernando Henrique Cardoso – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekêl Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavonier Maia – Levy Dias – Lourenberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Odacir Soares – Ozziel Carneiro – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB; Avenir Rosa – PDC; João Fagundes – PMDB; Júlio Cabral – PTB; Marcelo Luz – PTR; Ruben Bento – Bloco; Teresa Jucá – PDS

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – Bloco; Fátima Pelaes – Bloco; Lourival Freitas – PT; Murilo Pinheiro – Bloco; Sérgio Barcellos – Bloco; Valdenor Guedes – PTR.

Pará

Alacid Nunes – Bloco; Domingos Juvenil – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Gerson Peres – PDS; Giovanni Queiroz – PDT; Hermínio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – PTR; José Diogo – PDS; Mário Chermont – PTR; Mário Martins – PMDB; Nicias Ribeiro – PMDB; Osvaldo Melo – PDS; Paulo Rocha – PT; Paulo Titan – PMDB; Socorro Gomes – PC do B; Valdir Ganzer – PT.

Amazonas

Beth Azize – PDT; Euler Ribeiro – PMDB; José Dutra – PMDB; Pauderney Avelino – PDC; Ricardo Moraes – PT.

Rondônia

Antônio Morimoto – PTB; Carlos Camurça – PSC; Edison Fidélis – PTB; Maurício Calixto – Bloco; Nobel Moura – PTB; Pascoal Novais – PTR; Raquel Cândido – PDT; Reditário Cassol – PTR.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PDS; Francisco Diógenes – PDS; João Maia – Bloco; João Tota – PDS; Ronivon Santiago – Bloco; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva – PMDB; Edmundo Galdino – PSDB; Eduardo Siqueira Campos – PDC; Freire Júnior – Bloco; Hagahús Araújo – PMDB; Leomar Quintanilha – PDC; Osvaldo Reis – PTR; Paulo Mourão – PDS.

Maranhão

César Bandeira – Bloco; Cid Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – Bloco; Haroldo Sabóia – PDT; Jayme Santana – PSDB; João Rodolfo – PDS; José Reinaldo – Bloco; Nan Souza – PST; Pedro Novais – PDC; Roseana Sarney – Bloco; Sarney Filho – Bloco.

Ceará

Aécio de Borba – PDS; Ariosto Holanda – PSB; Carlos Benevides – PMDB; Edson Silva – PDT; Etevaldo Nogueira – Bloco; Gonzaga Mota – PMDB; Jackson Pereira – PSDB; José Linhares – PSDB; Luiz Girão – PDT; Marco Penaforte – PSDB; Maria Luiza Fontenele – PSB; Moroni Torgan – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB.

Piauí

B. Sá – ; Caldas Rodrigues – Bloco; Jesus Tajra – Bloco; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PDS; Murilo Rezende – PMDB; Mussa Demeis – Bloco; Paes Landim – Bloco; Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves – PMDB; Fernando Freire – Bloco; Flávio Rocha – PL; Henrique Eduardo Alves – PMDB; João Faustino – PSDB; Laíre Rosado – PMDB; Ney Lopes – Bloco.

Paraná

Adauto Pereira – Bloco; Efraim Morais – Bloco; Ivan Burity – Bloco; José Luiz Clerot – PMDB; José Maranhão – PMDB; Vital do Rego – PDT.

Pernambuco

Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Inocêncio Oliveira – Bloco; José Carlos Vasconcellos – Bloco; José Moura – Bloco; José Múcio Monteiro – Bloco; Luiz Piauhyllino – PSB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mavíael Cavalcanti – Bloco; Miguel Arraes – PSB; Nilson Gibson – PMDB; Osvaldo Coelho – Bloco; Pedro Corrêa – Bloco; Renildo Calheiros – PC do B; Ricardo Heráclio – Bloco; Roberto Franca – PSB; Roberto Freire – PCB; Roberto Magalhães – Bloco; Sérgio Guerra – PSB; Tony Gel – Bloco; Wilson Campos – PMDB.

Alagoas

Augusto Farias – Bloco; José Thomaz Nonô – PMDB; Luiz Dantas – Bloco; Mendonça Neto – PDT; Olavo Calheiros – ; Roberto Torres – PTB; Vitório Malta – Bloco.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – Bloco; Cleonânio Fonseca – Bloco; Djenal Gonçalves – PDS; Jerônimo Reis – Bloco; José Teles – PDS; Messias Góis – Bloco; Pedro Valadares – PST.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Ângelo Magalhães – Bloco; Aroldo Cedraz – Bloco; Benito Gama – Bloco; Beraldo Boaventura – PDT; Eraldo Tinoco – Bloco; Félix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Azi – PDC; Jairo Carneiro – Bloco; João Alves – Bloco; Jorge Khoury – Bloco; José Carlos Aleluia – Bloco; José Falcão – Bloco; José Lourenço – PDS; Jutahy Júnior – PSDB; Leur Lomanto – Bloco; Luís Eduardo – Bloco; Luiz Moreira – PTB; Manoel Castro – Bloco; Marcos Medrado – PDC; Pedro Irujo – Bloco; Prisco Viana – PDS; Sérgio Brito – PDC; Sérgio Gaudenzi – PDT; Tourinho Dantas – PMDB; Uldurico Pinto – PSB; Waldir Pires – PDT.

Minas Gerais

Agostinho Valente – PT; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Annibal Teixeira – PTB; Aracely de Paula – Bloco; Armando Costa – PMDB; Avelino Costa – PL; Célio de Castro – PSB; Edmar Moreira – Bloco; Elias Murad – PSDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Humberto Souto – Bloco; Israel Pinheiro – PRS; João Paulo – PT; João Rosa – PMDB; José Aldo – PRS; José Belato – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Santana de Vasconcellos – Bloco; José Ulisses de Oliveira – PRS; Lael Varella – Bloco; Leopoldo Bessone – PMDB; Luiz Tadeu Leite – PMDB; Mário de Oliveira – PTR; Maurício Campos – PL; Neif Jabur – PMDB; Nilmário Miranda – PT; Odelmo Leão – Bloco; Osmani Pereira – PSDB; Paulino Cícero de Vasconcellos – PSDB; Paulo Afonso Romano – Bloco; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Raul Belém – Bloco; Romel Anísio – Bloco; Sandra Starling – PT; Saulo Coelho – PSDB; Sérgio Naya – PMDB; Tilden Santiago – PT; Vittorio Mediolli – PSDB; Wilson Cunha – PTB; Zaire Rezende – PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos – PMDB; Etevalda Grassi de Menezes – PMDB; João Baptista Motta – PSDB; Jório de Barros – PMDB; Nilton Baiano – PMDB; Paulo Hartung – PSDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – PTB; Arolde de Oliveira – Bloco; Artur da Távola – PSDB; Benedita da Silva – PT; Carlos Alberto Campista – PDT; Carlos Santana – PT; César Maia – PMDB; Cidinha Campos – PDT; Edésio Frias – PDT; Eduardo Mascarenhas – PDT; Fábio Raunheitti – PTB; Flávio Palmier da Veiga – Bloco; Francisco Silva – PST; Jair Bolsonaro – PDC; Jamil Haddad – PSB; Jandira Feghali – PC do B; João Mendes – PTB; José Egydio – Bloco; José Vicente Brizola – PDT; Junot Abi-Ramia – PDT; Laerte Bastos – PDT;

Lysaneas Maciel – PDT; Márcia Cibilis Viana – PDT; Nelson Bornier – PL; Paulo Portugal – PDT; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Sandra Cavalcanti – Bloco; Sidney de Miguel – PV; Simão Sessim – Bloco; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wanda Reis – PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman – PMDB; Aldo Rebelo – PC do B; Aloizio Mercadante – PT; André Benassi – PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB; Arnaldo Faria de Sá – Bloco; Ary Kara – PMDB; Beto Mansur – PDT; Cardoso Alves – PTB; Delfim Netto – PDS; Diogo Nomura – PL; Edevaldo Alves da Silva – PDS; Eduardo Jorge – PT; Ernesto Graddella – PT; Euclydes Mello – Bloco; Fábio Meirelles – PDS; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PSDB; Heitor Franco – Bloco; Hélio Bicudo – PT; Hélio Rosas – PMDB; Irma Passoni – PT; João Mellão Neto – PL; Jorge Tadeu Mudalen – PMDB; José Dirceu – PT; José Genofino – PT; José Maria Eymael – PDC; Koyu Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Carlos Santos – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Magalhães Teixeira – PSDB; Maluly Netto – Bloco; Manoel Moreira – PMDB; Marcelino Romano Machado – PDS; Marcelo Barbieri – PMDB; Maurici Mariano – Bloco; Nelson Marquezelli – PTB; Ricardo Izar – PL; Roberto Rollemberg – PMDB; Sólton Borges dos Reis – PTB; Tadashi Kuriki – Bloco; Tuga Ange-rami – PSDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valdemar Costa – PL; Walter Nory – PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – PTB; Joaquim Sucena – PTB; Jonas Pinheiro – Bloco; Rodrigues Palma – PTB; Wilmar Peres – PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PCB; Benedito Domingos – PTR; Chico Vigilante – PT; Eurides Brito – PTR; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Paulo Octávio – Bloco; Sigma-ri-nga Seixas – PSDB.

Goiás

Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Faleiros – PSDB; Délio Braz – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Mauro Borges – PDC; Paulo Mandarino – PDC; Pedro Abrão – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Ronaldo Caiado – ; Virmondes Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – Bloco; Flávio Derzi – Bloco; George Takimoto – Bloco; Nelson Trad – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco.

Paraná

Abelardo Lupion – Bloco; Antônio Barbara – Bloco; Antônio Ueno – Bloco; Bassilio Villani – PDS; Edésio Passos – PT; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Flávio Arns – PSDB; Ivâ-rio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; José Felinto – PST; Luciano Pizzatto – Bloco; Luiz Carlos Hauly – PST; Luiz Carlos da Rocha – PSDB; Onaireves Moura – PTB; Otto Cunha – Bloco; Paulo Bernardo – PT; Pedro Tonelli – PT; Pinga Fogo de Oliveira – Bloco; Renato Johnsson – Bloco; Romero Filho – PST; Rubens Bueno – PSDB; Said Ferrei-

ra – PMDB; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PDS; César Souza – Bloco; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Dércio Knop – PDT; Eduardo Moreira – PMDB; Hugo Biehl – PDS; Jarvis Gaidzinski – PL; Luci Choinacki – PT; Luiz Henrique – PMDB; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – Bloco; Paulo Duarte – Bloco; Ruberval Pilotto – PDS; Vasco Furlan – PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PDS; Amaury Müller – PDT; Antônio Britto – PMDB; Carlos Azambuja – PDS; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celso Bernardi – PDS; Eden Pedroso – PDT; Fernando Carrion – PDS; Fetter Júnior – PDS; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; Jorge Uequet – PSDB; José Fortuna-ti – PT; Luís Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Paim – PT; Raul Pont – PT; Telmo Kirst – PDS; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PDS; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 69 Srs. Senadores e 394 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congressista Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Sr^{as} e Srs. Congressistas:

São Paulo, ultimamente, vê-se assolada por uma onda de crimes da maior gravidade praticados por menores, garotos de 10, 12, 15 e 17 anos e, ao que tudo indica, isso ocorre também pela impunidade reinante no Brasil com relação aos menores.

O Jornal da Tarde, do dia 28 de fevereiro, estampa com grande manchete a seguinte notícia:

“Menor pode ficar preso 45 anos. Nos Estados Unidos, menino de 12 anos mata motorista de táxi e é condenado em julgamento.”

“Um garoto norte-americano de 12 anos pode ser sentenciado a 45 anos de prisão nos próximos dias. Em setembro do ano passado, o menino assassinou um motorista de táxi, da cidade de San Antonio, no Texas, com um tiro na nuca. No julgamento, o promotor afirmou: “Ele parece uma criança e é uma criança, mas uma criança que mata, um monstro capaz de cometer um assassinato aos 12 anos de idade”. O garoto deverá ser recolhido a um centro especial para menores até os 17 anos, quando será transferido para uma penitenciária, onde poderá permanecer por mais 40 anos. Se esse crime tivesse ocorrido no Brasil, o garoto ficaria internado por no máximo três anos, e sua manutenção numa instituição seria reavaliada a cada seis meses.”

Pois, bem, **O Estado de S. Paulo**, em 6 de março, dá conta de uma entrevista de um garoto de 12 anos — coinciden-

temente — que conta como matou o médico-chefe do DETRAN de São Paulo.

“Garoto de 12 anos conta como matou médico.

Mataria de novo para defender meu irmão”, disse M.A.G.” — eles ainda têm o privilégio de não ter o nome estampado nos jornais, apenas as iniciais — “ao relatar como assassinou o médico do DETRAN paulista durante assalto.”

Esse guri assaltou a casa do médico com um irmão de 10 anos, obrigou o médico a colocar no seu próprio automóvel muitos dos seus pertences, e no caminho, porque o médico tentou desarmar o irmão mais novo, matou-o com um tiro na nuca, e disse que o mataria de novo. E disse ainda que, se fosse para a FEBEM com o beneplácito da mãe, que tem mais cinco filhos, ele, na saída, mataria o pai e a mãe a facadas. E vai ficar na FEBEM, talvez uns dois ou três meses, não há dúvida nenhuma.

Ora, Sr. Presidente, talvez os Estados Unidos sejam um país mais atrasado do que o Brasil, talvez os juristas americanos conheçam menos o Direito que os juristas brasileiros, talvez a sociedade americana seja muito brutal e a sociedade brasileira seja muito delicada, mas é preciso que se reforme a Constituição para estabelecer a maioria penal, a critério dos juízes, na pronúncia do crime praticado, na sentença de pronúncia. É preciso que se diga a este País, em alto e bom som, que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a antilei, é um arremedo da lei, é um mundo de privilégio para os menores. Fala-se muito em maiores que matam os menores, no extermínio das crianças. E o extermínio dos maiores pelas crianças? Seria o caso, talvez, de se pedir àqueles que vivem aqui defendendo os menores delinquentes que os recebessem em suas casas, que os adotassem. Que um deputado desses que defendem bravamente a criança, a Deputada Rita Camata, por exemplo, uma figura delicada, formosa, adotasse um menor criminoso, colocasse-o à sua mesa, ao lado de seus filhos, educasse-o, cercasse-o de calor humano, de carinho, fizesse com que ele recebesse uma pedagogia nova, de quem conhece profundamente o problema do menor. O Estado poderia dar uma contribuição de 1,2 ou 3 salários mínimos para que não faltasse nada a esse pilantrinha, a esse menor criminoso, e ela talvez recuperasse esse valor humano pervertido pelo crime à luz da antilei que ela tanto defende, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabeleceu o privilégio do menor não poder ir no camburão, do menor poder enfrentar o policial, do menor poder pôr para correr o guarda do Corpo de Bombeiros, como fez esse, lá em São Paulo.

É uma advertência que faço ao Congresso. Talvez eu esteja errado: talvez eu pense como os americanos, e devesse pensar como os brasileiros. Aqui há muitos com autoridade no assunto. O Dr. Hélio Bicudo, por exemplo, é um promotor de raro brilho, é Deputado, é um dos consultores do PT nessa matéria. Ele poderá prestar um grande serviço ao Congresso examinando-a também. Mas vamos meter na nossa cabeça que esse pessoal é monstruoso, que precisa ser punido e que o ato primeiro é a reforma da antilei chamada Estatuto da Criança e do Adolescente.

No instante em que se fizerem os tais conselhos pelos quais a Deputada Rita Camata luta, a situação vai piorar muito, porque os menores serão absolutamente intocáveis, e intocáveis serão as suas facas, os seus estiletes, os seus “três oitões” como vem acontecendo na Cidade de São Paulo.

Sr. Presidente, fica a minha desculpa por ter feito este pronunciamento. Sabia que V. Exª queria fazer uma *lexio brevis* hoje, e agradeço a sua boa vontade.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há mais oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Sobre a mesa, projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1992-CN

Cria a Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional de Prevenção, Fiscalização e Controle de Drogas e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º É criada a Comissão Mista Permanente de Prevenção, Fiscalização e Controle de Drogas e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes, de acordo com o art. 58, *caput*, da Constituição Federal.

Art. 2º A Comissão passa a constituir-se em órgão técnico do Congresso Nacional, com os mesmos poderes técnicos, legislativos e regimentais de outras comissões afins do Congresso Nacional e de suas Casas.

Art. 3º A Comissão compõe-se de 48 (quarenta e oito) membros titulares, sendo 36 (trinta e seis) Deputados e 12 (doze) Senadores.

§ 1º Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá, na Comissão, tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 4º Os membros desta Comissão serão indicados dentre os membros bilaterais das Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, de maneira que todas as Comissões Permanentes das duas Casas estejam representadas nesta Comissão.

Art. 5º A Comissão contará com assessoria direta própria, fornecida pelas Assessorias Legislativas de ambas as Casas, proporcionalmente ao número de Deputados e Senadores, especializados nas mesmas áreas de atuação das Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 6º Compete à Comissão, além do previsto no Artigo 58, § 2º, da constituição federal, o seguinte:

I — exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais relativos à prevenção, fiscalização e controle de drogas e do tráfico ilícito de entorpecentes;

II — fiscalizar o Orçamento da União no âmbito do seu campo temático e área de atuação;

III — estabelecer canais de cooperação com órgãos de outras esferas do Governo tais como:

1. Polícia Federal
2. Polícias Estaduais
3. Instituto Nacional de Identificação
4. Conselho Federal de Entorpecentes
5. Procuradoria-Geral da República.

IV — Cooperação com organismos similares de outros países e Organismos Internacionais que atuem na área de prevenção, fiscalização e controle de drogas e do tráfico ilícito de entorpecentes;

V — estudar e propor medidas legislativas tendentes a atuar na prevenção ao consumo de drogas especialmente voltadas para a educação e esclarecimento ao público, solicitações e petições da sociedade civil, relativas ao problema do consumo de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes, realizando diligências, sindicâncias, audiências, entendimento com

autoridades públicas e qualquer outro procedimento adequado, visando a elucidação das denúncias apresentadas, promovendo denúncias às autoridades competentes quando couber.

VII — elaborar trabalhos escritos, emitir pareceres, realizar e participar de palestras, seminários e outras atividades que estimulem a prevenção e o controle do uso de drogas e do tráfico ilícito de entorpecentes.

VIII — criar e manter atualizado um centro de dados onde sejam sistematizadas as denúncias e queixas que lhe forem apresentadas e forneça estatísticas que permitam avaliação dos planos e programas dos órgãos governamentais fiscalizadores.

Art. 7º Após sua instalação, a Comissão elaborará e fará publicar seu regulamento interno.

Parágrafo único. Para sua instalação e até a publicação do seu regulamento interno, a organização da Comissão e o andamento dos trabalhos obedecerão, no que couber, ao art. 58, § 1º, da Constituição Federal e ao Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 8º A Comissão terá consignada para realização de seus trabalhos, verbas específicas nos orçamentos da Câmara e do Senado, proporcionalmente ao número de Deputados e Senadores que a constituem.

Art. 9º Sem prejuízo do disposto no art. 7º, a Comissão deverá contar com um Presidente, dois Vice-Presidentes e um Relator-Geral.

Parágrafo único. Essas funções serão exercidas por representantes do Senado e da Câmara, sendo que o Presidente e o Relator-Geral não poderão pertencer à mesma Casa, enquanto cada um dos Vice-Presidentes pertencerá a uma das Casas do Congresso.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O problema do consumo de drogas e do tráfico ilícito de entorpecentes está exigindo em nosso País uma ação coordenada de todos os segmentos sociais, antes que o problema assumam aqui as dimensões trágicas com que convivem alguns de nossos vizinhos próximos que deparam-se com verdadeiros estados paralelos.

Providências eficazes e imediatas se fazem necessárias, com a máxima seriedade e o máximo de objetividade pelo Poder Público e, dentro dele, pelo Congresso Nacional.

Cabem, portanto, que iniciativas de enfrentamento do poder do narcotráfico sejam tomadas aqui mesmo, no próprio Congresso Nacional, que, por sua função, reflete as necessidades e a vontade do povo que representamos.

No intuito, portanto, de acompanhar de modo permanente todas as providências da Administração Pública no processo de repressão a essa atividade ilícita que tanto prejudica nosso povo e nossa imagem no exterior, propomos a criação de uma Comissão Permanente do Congresso, dedicada exclusivamente aos objetivos propostos.

Nesse processo, o Poder Legislativo tem papel preponderante, tanto na fiscalização dos programas governamentais quanto na coordenação de ações mais amplas, envolvendo toda a sociedade e até mesmo organismos internacionais governamentais e não-governamentais.

Como subsídios, para maior compreensão da importância que os Legislativos de outros países conferem ao problema e da maneira como se posicionam e participam dessa luta,

desenvolvemos um estudo comparativo dos procedimentos legislativos de alguns países em relação às drogas, como se segue:

I — França:

— Na Assembléia Nacional, equivalente à nossa Câmara dos Deputados, existe um Grupo de Estudos permanente sobre a droga, a toxicomania e o alcoolismo;

— No Senado, também, há um Grupo de Estudos que cuida dos problemas de toxicomania (e também da AIDS), subordinado à Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

II — Itália:

— Existe, em caráter permanente, criada pela Lei nº 94, de 23 de março de 1988, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sediada na Câmara dos Deputados. É uma Comissão Mista, presidida por um Senador. Conta com outros 40 membros, dos quais 20 Senadores e 20 Deputados.

III — Estados Unidos da América:

— Na Câmara dos Deputados funciona em caráter permanente a Comissão sobre Controle e Abuso de Narcóticos, composta por 35 membros, com competência e atuações nas seguintes áreas:

1) efetuar supervisão e avaliação contínuas e abrangentes sobre os problemas de narcóticos, drogas e uso ilícito de droga e controle, incluindo (mas sem limitar-se a) estudo e avaliação de:

a) uso ilícito e controle do ópio e seus derivados; de outros narcóticos, psicotrópicos e outras substâncias controladas, tais como definidas na Lei de Prevenção e Controle do Uso Ilícito de Drogas, e de uso ilícito de quaisquer outras combinações de drogas ou substâncias;

b) tráfico interno ou internacional, produção e distribuição;

c) tratamento, prevenção e reabilitação;

d) violações relacionadas com narcóticos do Código de Rendas de 1954;

e) acordos e tratados internacionais relativos ao controle de narcóticos e ao uso ilícito de drogas;

f) problemas vinculados a narcóticos, ao uso ilícito e controle de drogas nas Forças Armadas do EUA;

g) problemas vinculados a narcóticos, ao uso ilícito e ao controle de drogas na indústria; e,

h) abordagem do Sistema Judiciário Penal com respeito a narcóticos e violações da Lei de Drogas e a crimes relacionados ao uso ilícito.

2) avaliar (review) quaisquer recomendações emanadas do Presidente, ou de quaisquer Departamentos ou Agências do Executivo, concernentes a programas ou políticas relacionadas ao uso ilícito e controle de drogas ou narcóticos.

3) recomendar às Comissões competentes da Câmara, legislação ou outra medida que a Comissão estime necessária com relação a programas ou políticas atinentes ao uso ilícito ou controle de narcóticos ou drogas;

— Ainda na Câmara dos Deputados funciona uma “Força Tarefa” sobre Controle Internacional de Narcóticos, integrada por oito Deputados, subordinada à Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Essa “Força Tarefa” (ou Subcomissão) se reúne ao menos duas vezes por ano, promovendo audiências públicas sobre o tema e oferecendo subsídios à Comissão de Relações Exteriores.

— No Senado americano, o tratamento do problema é dividido entre as áreas internacional e nacional.

— Assim, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores do Senado, funciona a Subcomissão sobre Terrorismo, Narcotráfico e Operações Internacionais.

No que tange especificamente ao narcotráfico, a área de competência dessa subcomissão abrange:

“Todas as matérias, problemas e políticas envolvendo operações internacionais, terrorismo e o fluxo internacional de drogas ilícitas, incluindo supervisão de toda a política externa, programas e esforços internacionais de cooperação para combater o fluxo internacional de drogas ou substâncias ilegais.”

A Subcomissão tem também jurisdição sobre temas gerais envolvendo direito internacional, em sua área de competência. Tem sete membros e reúne-se regularmente.

Na área nacional, doméstica, o Senado trata da questão das drogas ao mesmo tempo em duas Comissões:

— Judiciário e

— Trabalho e Recursos Humanos.

A Comissão sobre o Judiciário ocupa-se, no que diz respeito a drogas ilícitas, prioritariamente dos aspectos relativos à aplicação da Lei Penal. É composta de 14 Senadores.

A Comissão sobre Trabalhos e Recursos Humanos tem competência no que tange a drogas ilícitas em matérias como educação, saúde e recuperação. É composta por 17 Senadores.

É importante observar que já houve tentativa de unificar o acompanhamento do tema, no Senado, sob uma só Comissão, mas essa iniciativa não prosperou pelo fato de que nenhuma das Comissões se dispôs a abrir mão de sua competência sobre o tema, pelo grande interesse nacional que desperta.

Finalmente, há ainda no Senado os chamados **Caucuses**, Grupos de Congressistas que se reúnem para trocar informações levantadas por seus assessores legislativos, criados em função do problema do narcotráfico.

Um desses “Caucuses”, estabelecido formalmente em 1985, é sobre o Controle Internacional de Narcóticos e tem como objetivos: “monitorar os tratados internacionais sobre tráfico de drogas, tratados de extradição e tratados de assistência jurídica mútua que permitam aos EUA compartilhar, com outros países, informações (*share intelligence*), investigações e treinamento para efeitos de aplicação da Lei”.

Outro é o **Senate Drug Enforcement Caucus** que visa a: “funcionar como um centro de processamento e agilização de projetos de lei ou de medidas administrativas, com vistas a deter a proliferação de narcóticos, chamando a atenção do país para a necessidade de aprofundar o combate às drogas e de promover soluções legislativas para a crise nacional decorrente das drogas”.

Soma-se a tudo isso os recentes noticiários envolvendo o próprio Congresso com o problema das drogas, levando o Presidente do Senado Federal a posicionar-se de forma clara e objetiva junto aos Senhores Senadores, diligenciando a adoção de medidas que terão seu ponto culminante, com toda certeza, na implantação da Comissão Mista Permanente ora proposta.

Esperamos, com isso, colocar o Congresso em compasso com o que realmente está acontecendo no País e no mundo nessa questão e chamar a atenção da sociedade para este problema que se avoluma de forma a ameaçar a própria existência da sociedade e das gerações futuras.

Sala das Sessões, 10 de março de 1992. — Deputada **Raquel Cândido**.

DEPUTADOS

Paulo Paim — Clóvis Assis — Aécio de Borba — Chico Vigilante — Sigmaringa Seixas — João de Deus Antunes — Osvaldo Melo — Benedito Domingos — Elio Dalla-Vecchia — Fernando Bezerra Coelho — Fetter Júnior — Aroldo Cedraz — Wagner do Nascimento — Átila Lins — Francisco Diógenes — Ronivon Santigago — Jório de Barros — Valde-nor Guedes — Miguel Arraes — Armando Costa — Freire Junior — Ronaldo Caiado — Osório Santa Cruz — Leomar Quintanilha — Dejandir Dalpasquale — José Aldo — Odacir Klein — Ivan Burity — Ariosto Holanda — Celso Bernardi — João Fagundes — Marcelino Romano — Inocêncio de Oliveira — Aroldo Goes — Alcides Modesto — José Lourenço — José Falcão — Waldir Pires — Vital do Rego — José Luiz Maia — Manoel Castro — Etaldo Trindade — Mário Chermont — Fátima Pelaes — Eurides Brito — Luci Choinacki — Agostinho Valente — Murilo Pinheiro — George Takimoto — Beth Azize — Waldir Guerra — Victor Faccioni — Gonzaga Mota — Luiz Carlos Santos — Rodrigues Palma — João Mendes — Reditário Cassol — Sidney de Miguel — Jabes Ribeiro — Jackson Pereira — Beraldo Boaventura — Augusto Carvalho — José Genoíno — Nilton Baiano — Luiz Girão — Moroni Torgan — Fernando Carrion — Marcelo Barbieri — Sandra Starling — Edmar Moreira — Roberto Franca — Hugo Biehl — Benedita da Silva — André Benassi — Jesus Tajra — José Carlos Aleluia — Maurílio Ferreira — Paulo Octávio.

SENADORES

Humberto Lucena — Affonso Camargo — Marco Maciel — Garibaldi Alves Filho — Amir Lando — Ronaldo Aragão — Odacir Soares — César Dias — Nelson Wedekin — Mário Covas — Lourival Baptista — Flaviano Melo — Aureo Mello — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Beni Veras — Maurício Corrêa — Meira Filho — Valmir Campelo — Gerson Camata — João Calmon — Louremberg Nunes Rocha — Wilson Martins — Alfredo Campos — João Rocha.

(Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto lido, nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum será encaminhado às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para emitirem parecer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há em plenário **quorum** qualificado para votação. Os itens 1 a 30, em fase de votação, ficam com a apreciação adiada.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —

VETOS PRESIDENCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 63, DE 1991

(Nº 638/91, na Casa de origem)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1991 (nº 638/91,

na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências, tendo — Relatório, sob nº 7, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 92/91-CN.)

Partes vetadas:

- parágrafo único do art. 1º — mantido;
- art. 5º — mantido;
- parágrafo único do art. 8º — mantido;
- inciso I do art. 10 — mantido;
- inciso III do art. 10 — mantido;
- art. 13 — mantido;
- art. 14 — mantido;
- art. 15 — mantido;
- art. 16 — mantido;
- art. 17 — mantido, e
- art. 18.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 2 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes Vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea e do parágrafo único do art. 16;
- art. 6º;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 50, DE 1990

(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- § 5º do art. 18;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 176, DE 1989

(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. (Mens. nº 23/91-CN.)

Partes vetadas:

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- itens I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;

- §§ 1º e 2º do art. 8º;
- art. 11, **caput**;
- art. 15;
- art. 21;
- art. 24;
- art. 27;
- art. 28;
- art. 29;
- itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;
- §§ 2º e 4º do art. 31;
- art. 32;
- art. 33, **caput**, e § 1º;
- art. 34;
- parágrafo único do art. 37;
- art. 38;
- art. 39;
- art. 40;
- art. 41;
- art. 43;
- art. 44;
- art. 46;
- item IV do art. 48;
- § 1º do art. 50;
- art. 51;
- art. 53;
- art. 54;
- art. 55;
- art. 57;
- art. 61;
- art. 62;
- art. 63;
- art. 64;
- art. 67;
- art. 68;
- art. 69;
- art. 70;
- art. 71;
- art. 72;
- art. 73;
- art. 74;
- art. 75;
- art. 76;
- art. 77;
- art. 78;
- art. 79;
- art. 80;
- itens I, VII, IX do art. 81;
- itens II, III e VII do art. 82;
- art. 83;
- art. 86;
- § 2º do art. 87;
- art. 88;
- art. 90;
- art. 91;
- art. 92;
- item V do art. 96;
- § 1º do art. 99;
- art. 100;
- art. 101;
- art. 105;

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 7 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 6, DE 1991

(Medida Provisória nº 294/91)

Votação, em turno único, do veto parcial, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências. (Mens. nº 37/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1º do art. 9º; e

— art. 34.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 8 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 38, DE 1990

(Nº 3.287/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. (Mens. nº 38/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 9 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 88, DE 1988

(Nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior, e dá outras providências. (Mens. nº 39/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 10 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 14, DE 1991

(Nº 290/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança, e dá outras providências. (Mens. nº 40/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 11 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 87, DE 1990

(Nº 2.912/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. (Mens. nº 41/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 12 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 18, DE 1991

(Nº 81/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. (Mens. nº 42/91-CN.)

Parte vetada:

— § 3º do art. 2º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 13 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 12, DE 1991

(Nº 4.575/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. (Mens. nº 43/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 2º do art. 1º; caput do art. 2º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 14 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 73, DE 1990

(Nº 1.580/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. (Mens. nº 44/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 15 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 98, DE 1990

(Nº 3.201/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. (Mens. nº 45/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 16 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 123, DE 1990

(Nº 4.434/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. (Mens. nº 46/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 17 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 24, DE 1991

(Nº 885/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. (Mens. nº 51/91-CN.)

Partes vetadas:

— arts. 3º e 5º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 18 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 214, DE 1984

(Nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. (Mens. nº 53/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 19 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 78, DE 1990

(Nº 2.936/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. (Mens. nº 54/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 20 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 26, DE 1989

(Nº 889/88, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de

origem), que denomina "Rodovia Mário Andreazza" a Rodovia BR-230 — Transamazônica. (Mens. nº 55/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 21 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 27, DE 1990

(Nº 6.821/85, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de "Rodovia Presidente Tancredo Neves". (Mens. nº 56/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 22 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 33, DE 1991

(Nº 516/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mens. nº 61/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 23 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 83, DE 1990

(Nº 3.672/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. (Mens. nº 62/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 24 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 40, DE 1984

(Nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. (Mens. nº 63/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 25 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 22, DE 1991

(Nº 4.785/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa

de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. (Mens. nº 64/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1º do art. 9º;

— art. 10 e parágrafo; e

— art. 11

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 26 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 34, DE 1991

(Nº 826/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 66/91-CN.)

Parte vetada:

— art. 40.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 27 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 35, DE 1991

(Nº 825/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (Mens. nº 67/91-CN.)

Parte vetada:

— art. 100.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 28 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 82, DE 1991

(Nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. (Mens. nº 68/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1º do art. 9º;

— parágrafo único do art. 12;

— art. 13 e §§ 1º e 2º;

— §§ 1º e 3º do art. 21;

— art. 27 e seu parágrafo único;

— art. 33 e seus §§ 1º e 2º;

— inciso IX do art. 34;

— parágrafo único do art. 39;

— art. 49; e

— art. 53.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 29 —

PROJETO DE LEI
Nº 3, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. (Mens. nº 90/91-CN.)

Partes vetadas:

- inciso VII do art. 22; e
- art. 23 e seus §§ 1º e 2º; e
- art. 45.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 30 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 57, DE 1991

(Nº 1.390/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. (Mens. nº 91/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 15;
- art. 31;
- art. 32;
- art. 33;
- art. 34;
- art. 35; e
- art. 36.

Prazo: 10-10-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passemos à matéria em discussão.

Item 31:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias.

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto total apostado ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 33:**

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1991 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, e dá outras providências.

Partes vetadas:

- inciso V e VI do art. 2º;

— § 1º do art. 3º;

— **caput** do art. 4º; e

— art. 7º

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico de sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial apostado ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 32:**

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

Partes vetadas:

- arts. 87 e 88.

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial apostado ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 34:**

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1991 (nº 1.263/91, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir o serviço social autônomo “Associação das Pioneiras Sociais”, e dá outras providências.

Partes vetadas:

- incisos I e II do art. 3º

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia de acordo com o art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial apostado ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 35:**

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.

Partes vetadas:

- § 2º do art. 1º;
- parágrafo único do art. 10;
- art. 13; e
- art. 16.

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial apostado ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 36:

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios.

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto total aposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 37:

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de 1989 (nº 5.230/90, na Câmara dos Deputados), que institui o Cadastro Nacional de Infrações Penais, e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto total aposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 38:

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1990 (nº 3.733/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Procuradorias Regionais da República da Procuradoria da República do Estado do Tocantins, de Procuradorias em municípios do interior e dá outras providências, tendo

— Relatório, sob nº 8, de 1991-CN, da Comissão Mista.

Parte vetada:

— art. 5º

Em discussão o veto parcial aposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 39:

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.922/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda.

Parte vetada:

— art. 2º

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto total aposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 40:

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1991 (nº 4.771/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológico da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial aposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estava em meu gabinete, justamente aguardando a abertura da sessão, para me encaminhar ao plenário, quando ouvi o íncito e combatível Deputado Cardoso Alves falando sobre o Código do Menor. Não existe Código do Menor, mas sim o Estatuto da Criança e do Adolescente que tenho a honra de ser o seu autor e subscritor primeiro. S. Exª parece que não teve tempo ainda de ler o Estatuto da Criança, de vez que nele contém também penas para as crianças infratoras. Mas peço ao nobre Deputado que, com a mesma veemência com que o combateu, se debruce um pouco sobre esse assunto que, quando apresentado no Senado, sobre ele tivemos um amplo debate, tendo sido, o Senador Francisco Rollemberg o seu relator; depois veio para a Câmara dos Deputados, quando foi relatado pela nobre Deputada Rita Camata. Tivemos a colaboração de membros não só da Câmara dos Deputados, como também do Supremo Tribunal Federal, que nos ajudaram muito com as questões jurídico-legais. Agora, quando percebo essa veemência e, ao mesmo tempo, essa indignação no Deputado Cardoso Alves, fica aqui a pergunta: As crianças do Brasil são diferentes das outras do mundo todo? Aqui nascem monstros e nos outros países apenas crianças? Já ouvi dizer, Sr. Presidente, em muitos países, que as crianças são o futuro da pátria. Será que as nossas crianças sofrem algum efeito, ou da genética, ou de qualquer gás atômico, contribuindo para, que nasçam todas criminosas? Ou elas são induzidas a esse comportamento porque essa sociedade as exclui do processo de desenvolvimento e as coloca à margem? Será que não somos nós os criminosos primeiros, quando editamos aqui um regime autoritário que se prolongou por vinte e tantos anos que colocou à margem quantas pessoas deste País? Por que será, por exemplo, que no Canadá é proibido veicular uma publicidade usando a criança? Porque entendem os canadenses que elas têm um apelo tão grande que seria uma covardia atingir o subconsciente de uma pessoa usando-se sua imagem.

Aqui, Sr. Presidente, a criança já teve diversos apelidos. O pior deles é “menor”, para ter talvez menor importância, para se ter, como já se tem em São Paulo e no Rio de Janeiro, os batalhões de extermínio.

Quantas crianças foram executadas? Por culpa delas? As crianças nascem boas no mundo todo, no Brasil nascem más? Ou é essa sociedade que está produzindo crianças más?

Será que não temos que rever a nossa sociedade, a nossa distribuição de riqueza e a oportunidade de trabalho?

Será que esta Casa não tem que se preocupar em como inserir na sociedade, como cidadãos, essas crianças e os seus pais?

Quase sempre a criança abandonada é filho de pai desempregado e de mãe solteira. Será que a "pornô Globo", que começa normalmente às 18 horas, ou a "pornô Manchete", que começa também nesse horário, não têm nenhuma influência sobre esses milhares de filhos de mães solteiras que há por aí, mas principalmente mães solteiras, Sr. Presidente, que atendem ao apelo, ao chamamento do sexo, que já confundiram com a palavra amor, induzindo essas pessoas ao dito "amor livre"?

Sexo livre é uma coisa, amor livre é outra. O amor é livre, o sexo é que tem que ter alguma disciplina e alguma responsabilidade. A própria TV Globo fez um Globo Repórter, da maior importância, dizendo que o Brasil tem 3 milhões de mães solteiras que terão filhos ainda este ano, e, dentre essas, mais de 60% com menos de dezesseis anos de idade. A essas crianças, o que o Brasil vai oferecer? Pena de morte? Quarenta e cinco anos de cadeia? Tiro na nuca?

E, depois, se o Deputado Cardoso Alves quiser e se todos quisermos poderemos gritar alto: "Não temos nada com isso, vamos metê-la na cadeia!" Já houve quem propusesse que baixássemos de 18 para 16 anos a responsabilidade da criança por crime. Por que não baixar para 12? No caso referido pelo Deputado Cardoso Alves a criança tinha 10 anos. Até quando vamos baixar a idade da criança para enquadrá-la em crime?

Vamos fazer um código agora — aí sim, porque o que temos é um estatuto — para essa sociedade que excluiu a maioria dos pais e das mães que tiveram as ruas como o único lugar para criar seus filhos.

Se os meus filhos, os do Deputado Cardoso Alves e os dos demais Parlamentares não tivessem o aconchego do lar, a escola, o carinho, a alimentação, e sim as ruas como berço, como elas seriam? Qual seria o resultado?

Sr. Presidente, acho que isso se chama sub produto de uma sociedade que não deu certo. Cruel!

São Paulo nos deu um exemplo, parece-me, mais ou menos há dois anos. Uma criança dessas de rua, chamada "menor", que talvez estivesse defendendo o seu almoço, avançou no pescoço de uma mulher e arrancou-lhe um cordão de ouro. Não defendo essa criança, estou apenas analisando os fatos. No mesmo instante saíram correndo, gritando: "Pega ladrão! Pega ladrão!" Mais na frente um homem — esse fato é conhecido — pegou essa criança, atirou-a ao solo, e bateu-lhe com os pés até assassiná-la. Era um advogado, ao mesmo tempo oficial de justiça, que fez "justiça com os próprios pés".

Será que é essa a Justiça que queremos para o Brasil? Será que vamos ficar na superficialidade, examinando apenas os efeitos dessa sociedade cruel que criamos, que parimos e agora queremos renegar? Agora descobrimos todas as mazelas: a culpa de tudo cabe às crianças. E de onde elas vieram? De Marte? De Vênus? Caíram de pára-quadras? Não são nossos filhos? Não são filhos desta sociedade?

É muito fácil! Muito fácil mesmo ficar jogando pedras, inclusive contra o Estatuto da Criança, mas, por favor, dêem-se pelo menos ao luxo de ler o Estatuto para ver se lá não

colocamos a penalidade para os infratores, mesmo as crianças. Existem as penalidades. Mas, não é insuflando, não é jogando camada contra camada. A estratificação da renda neste País chegou em níveis insuportáveis e todos sabemos que de marginalizado à marginal o passo é muito pequeno. Jogamos grande parte dessa sociedade à margem do desenvolvimento, e de marginalizados a marginais, repito, o passo é pequeno.

Se quisermos, Sr. Presidente, poderemos instituir a pena de morte para as crianças que, aliás, não é oficial, mas já existe de forma privatizada. As estatísticas mostram, e tomamos conhecimento desses fatos pela Anistia e outros órgãos internacionais, o grande número de assassinatos de crianças no Rio, em São Paulo, na Baixada Fluminense, na minha cidade, Belo Horizonte, e no Nordeste. Já há até um deputado que está oficializando a pena de morte — talvez S. Ex^a esteja querendo estatizá-la porque de forma privada ela já existe. Os esquadrões de extermínio estão aí. Podemos, também, dizer bem alto e em bom som: "Nós não temos nada com isso, deixa isso para lá! Vamos ficar aqui fazendo leis para penalizar essas crianças".

Peço assim, ao meu amigo, Deputado Cardoso Alves, que primeiro leia um pouco o Estatuto da Criança, depois examine a ditadura cruel que presidiu os destinos deste País por vinte e tantos anos e que segregou a maioria dessa população — S. Ex^a mesmo foi vítima da Revolução — depois disso então, poderemos nos sentar — aí sim, talvez na revisão constitucional — e pensar numa melhor distribuição de renda para os nossos irmãos; numa distribuição de justiça e, também, em criar um País mais fraterno e não um país em que se fica jogando classes contra classes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O Sr. Aloízio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sei que V. Ex^a, Sr. Presidente, tem sensibilidade e temos necessidade de resolver uma questão que os próprios partidos não conseguiram encaminhar. Acho que o problema é mais do Plenário do que da Mesa, mas só esta última poderá resolver a questão.

O Governo encaminhou dentro do prazo, inclusive, exigindo o PPA — Plano Plurianual — é o plano que define as metas e diretrizes fundamentais para o próximo triênio, fazendo a revisão do primeiro Plano Plurianual de desenvolvimento do País. Essas correções envolvem uma discussão bastante aprofundada e fundamental por parte do Congresso Nacional, não só porque essa é a cara do orçamento futuro, o caminho de desenvolvimento do País, ali estão as principais prioridades, as metas, as definições que vão orientar a elaboração da LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias, e dos orçamentos anuais.

Portanto, a matéria é da maior relevância para o Congresso Nacional, e não podemos abrir mão dessa prerrogativa de analisá-la com cuidado e profundidade.

No entanto, estamos numa fase de constituição de uma nova Comissão Mista de Orçamento, o prazo da anterior se encerra no dia 15 de março. Com o carnaval e o início das atividades legislativas o prazo é muito pequeno e o período de emendas que foi definido, o calendário de discussão é

muito apertado; dia 16 de março é o prazo máximo para a entrega das emendas. Creio que isso vai matar a discussão do PPA e a prerrogativa deste Congresso de discutir os caminhos do desenvolvimento.

Considerando-se que só agora pode-se definir a proporcionalidade partidária, que só agora vamos constituir uma nova Comissão de Orçamento que sequer tem presidência e relatoria, seria possível — e aí peço a sugestão da Mesa — prorrogar-se o prazo de apresentação de emendas e abrir um debate mais profundo sobre o Plano Plurianual?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Aloizio Mercadante, a Mesa vai decidir a questão de ordem suscitada por V. Exª

Já na tarde de hoje, V. Exª fazia chegar a mim essa dúvida que assalta o seu espírito no que diz respeito aos prazos para a apresentação de emendas ao Orçamento Plurianual.

Na manhã de hoje mantive contato com o Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, no sentido de que a Secretaria-Geral da Mesa do Congresso recebesse a composição numérica das bancadas na Câmara dos Deputados, a fim de que pudesse proceder a solicitação das indicações às respectivas Lideranças.

O Presidente Ibsen Pinheiro comprometeu-se a diligenciar, no menor espaço de tempo possível, a indicação dessa composição de bancadas, a fim de que processássemos a eleição da Comissão de Orçamento e imediatamente a constituição da sua Mesa Diretora — Presidente, Vice-Presidente — e posteriormente a escolha do próprio relator dessa ou daquela matéria.

Posso tranquilizar V. Exª e a Casa de que constituída a Comissão e, por sugestão dela, através de expediente do seu Presidente, recebendo essa solicitação da Comissão — antecipo a minha decisão a V. Exª para tranquilizá-los e aos demais Congressista — terei sensibilidade bastante para promover a dilação desse prazo e, conseqüentemente, possibilitar diante da nova Comissão a apresentação das emendas.

A Mesa agradece a colaboração que V. Exª oferece à Casa porque permite tornar explícita essa intenção do Presidente do Congresso Nacional.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE — Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente. Tenho certeza de que essa decisão será de interesse da democracia para que possamos fazer um debate aprofundado e cuidadoso do Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 587, de 1991-CN, destinada a “apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento — CNA”.

5ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 1991

Aos dez dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ivandro Cunha Lima (Presidente),

Ronaldo Caiado (Vice-Presidente), João Rocha (Relator) Fábio Meirelles, Werner Wandares, Moisés Abrão, Odelmo Leão, Rubens Bueno, Elcio Álvares e Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos o dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, convida os Senhores Dr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura — CNA, e Dr. Olacir de Moraes, Produtor de grãos, para tomarem assento à Mesa. Com a palavra, o Senhor Antônio Ernesto inicia seu depoimento tecendo considerações sobre a Lei nº 8.174, “Lei Agrícola”, e faz uma análise da fusão das companhias que deram origem à CNA, hoje Conab. Fala, ainda, sobre o subsídio à agricultura nos Países da Comunidade Comum Européia e das imposições do Governo brasileiro. A seguir, solicita à Presidência que seja distribuído aos Senhores Membros cópia de documento que faz referência em sua explanação. Com a palavra o Senhor Deputado Ronaldo Caiado solicita ao depoente que preste esclarecimentos acerca dos documentos distribuídos. Após os esclarecimentos prestados pelo depoente, a Presidência concede a palavra ao Dr. Olacir de Moraes. Em seu breve depoimento, aborda a economia brasileira, os elevados custos de financiamento da produção e as últimas medidas governamentais no sentido de baixarem as taxas de juros para o financiamento agrícola. Finalizando, faz uma comparação com os países do Mercosul, enfatizando serem atualmente mais competitivos que o Brasil. A Presidência informa que foram tomadas providências com relação aos requerimentos solicitando informações aos órgãos a que se referem. Usam da palavra para interpelar os depoentes, os Senhores Deputados Fábio Meirelles e Werner Wandere. Usam da palavra, para questão de ordem, os Senhores Parlamentares Elcio Álvares, Moisés Abrão, Rubens Bueno, Ronaldo Caiado e João Rocha. A Presidência suspende a reunião por cinco minutos. Reabertos os trabalhos, a Presidência esclarece que tem às mãos todos os requerimentos aprovados em reunião anterior. Com a palavra, o Senhor Senador Moisés Abrão requer que seja solicitado à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados cópia das declarações do Presidente da Conab prestadas àquele órgão técnico. Com a palavra o Senhor Presidente informa que ficam convocados para quinta-feira próxima os Senhores Dr. José Edgar Pereira, ex-Secretário de Abastecimento e Preço, e o Deputado Odacir Klein, Presidente da Fecotrig. Usam da palavra para questão de ordem os Senhores Parlamentares Moisés Abrão, Elcio Álvares, João Rocha e Ronaldo Caiado. Finalizando, o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se na próxima quinta-feira para deliberar sobre o roteiro de trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 587, de 1991-CN, destinada a apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, destinada a ouvir os depoimentos dos Senhores Dr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura,

e Dr. Olacir de Moraes, produtor de grãos, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Ivandro Cunha Lima

Relator: Senador João Rocha

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Srs. e Srs., consideramos abertos os trabalhos desta CPI, que se destina a apurar responsabilidade no âmbito da CONAB — Companhia Nacional de Abastecimento. Temos as atas das duas sessões anteriores, que estão à disposição dos Srs. Deputados e Senadores para apreciação e votação.

Nada havendo a opor e com a aprovação do Plenário, consideramos aprovadas as duas atas.

Temos, hoje, a honra e a satisfação de receber em nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, atendendo à convocação e convite, duas personalidades, duas autoridades importantes no nosso meio produtivo, dois representantes de classe: o Presidente da Federação Nacional da Agricultura, Dr. Antonio Ernesto de Salvo, e o Dr. Olacir de Moraes, conhecido produtor de grãos no Brasil. S. S^{as} se dispuseram a atender aos nossos convites, aliás, por sugestão do nobre Deputado Ronaldo Caiado, Vice-Presidente da Comissão, para aqui tratar os seus esclarecimentos, os seus subsídios, as suas informações para melhor destino dos trabalhos da nossa Comissão.

Essas duas autoridades, naturalmente, dispensam apresentações. Trata-se de pessoas notórias, conhecidas. Convidamos, inicialmente, o Dr. Antonio Ernesto de Salvo para iniciar as suas considerações e informações pelo que tem a aduzir, a trazer à nossa Comissão Mista. Tem a palavra o Dr. Antonio Ernesto de Salvo.

O SR. ANTONIO ERNESTO DE SALVO — Sr. Presidente, Membros da Mesa, Srs. Senadores e Deputados, é uma honra aceitar o convite formulado por esta Comissão e aqui poder trazer alguns esclarecimentos sobre essas questões tão importantes e que tanto afligem a sociedade como um todo e, em especial, o setor primário da agricultura brasileira.

O exercício do jogo democrático, embora a cintura do cidadão brasileiro tenha ficado, de certa forma, pouco exercitada pelos anos em que não se praticou esse educativo esporte, democracia, trouxe curiosas consequências para sociedade, muito especialmente dentro da burocracia do Estado brasileiro.

“O uso do cachimbo faz a boca torta”, e as pessoas que se acostumaram, ao longo dos anos, a legislar e decidir sem acompanhar a vontade da sociedade, consubstanciada em leis, em diplomas legais, quando se restabelecem os princípios democráticos e os atos do cidadão e do Poder Público passam a ser comandados por diplomas legais, tendem, de uma forma muito natural, a ignorar, a passar por cima, a desconsiderar o que a sociedade, através dos seus representantes legítimos, escreve, e que está consubstanciado no diploma legal da Nação brasileira. É um preâmbulo necessário de ser feito, porque eu cifraria o meu depoimento na absoluta e total falta de observação que a Conab teve, na sua recente atividade, principalmente no âmbito da importação de alimentos, na absoluta insensibilidade que a Companhia Nacional de Abastecimento teve em relação à Lei Agrícola nº 8.171 e à sua sucessora, a nº 8.174.

Essas leis recentes, moças no sistema legal brasileiro, jamais poderiam ser desvirginadas em idade tão recatada ain-

da, pouco menos de dois ou três meses, e muito menos atacadas no que tinham de mais dentro do espírito que norteou o Congresso brasileiro na legislatura passada: depois de alguns séculos, este País resolveu organizar o setor primário através de uma lei, de um diploma legal, que deu a esse setor, tão sujeito, naturalmente, aqui como no resto do mundo, a problemas de insegurança, ditados pela sua própria maneira de ser, de atividade ao ar livre, de atividade com contrato de risco com a natureza.

Então, quando o legislador brasileiro, ao longo do ano de 1990, resolveu que neste País haveria uma lei agrícola — e isso consubstanciava a vontade coletiva da Nação —, nós, representantes legítimos do setor, ciosos da nossa responsabilidade de guardar esse texto legal, jamais poderíamos pensar que, logo em seguida, fosse ele absolutamente abandonado, vendido e desrespeitado. Não nos assustava, nem nos surpreendia muito que isso acontecesse. Há no Brasil algumas questões — é importante que se fale nelas — que precisam cada vez mais serem discutidas e realmente observadas e que apontam para que direção quer caminhar a sociedade brasileira. Eu diria que, primeiramente, sem dúvida, uma das que mais afetam o setor primário é saber o que se espera do setor primário dentro da sociedade brasileira. E se se espera que o setor primário abasteça os cento e cinquenta milhões de brasileiros; se se espera que ele não gere excedentes populacionais que tornam a cada ano mais difícil, mais complicada a vida das grandes metrópoles; se se espera que esse setor substitua importações, enfim, que ele cumpra uma função social, e se temos, do outro lado da cadeia, nitidamente, problemas de abastecimento, de populações subnutridas, mal pagas, mal remuneradas, com pouca capacidade aquisitiva e que têm de ser condignamente abastecidas, se não se chega a uma conclusão de onde está o ponto de equilíbrio, tem-se uma política casuística, que a cada momento pende para um lado ou para o outro, trazendo a ambos uma incerteza total, e especialmente ao setor agrícola, a impossibilidade de cumprir a sua função, porque a agricultura é como um grande barco, um grande transatlântico, um tipo de navio que precisa de um enorme raio para fazer uma curva, para mudar a sua direção. Não é um objeto maleável, que se adapta rapidamente às novas condições e muda de direção e de interesses. Quando se planta milho, colhe-se milho; e só se colhe milho quatro ou cinco meses depois. Se as regras mudam, não há como o agricultor mudar. E quando se prepara uma terra e se faz uma calagem, ou quando se trata da pecuária, então, as coisas são mais lentas e mais difíceis.

O que se quer da sociedade brasileira? O que se argumenta quando os absurdos são feitos...

Aqui faço um parêntese para dizer que não me surpreendi com os absurdos, porque, pasmem V. Ex^{as}, quando se mudaram as regras neste País, quando se instalou o novo Governo do Presidente Fernando Collor de Mello e fez-se uma enorme alteração na máquina administrativa, criou-se, pela fusão de várias companhias do Estado, que só se efetivou, em realidade, alguns meses depois, uma companhia a que se deu o nome de CNA. Como se CNA fosse uma sigla desconhecida no setor, como se isso fosse a junção de três letras que nada simbolizavam, porque não havia precedente! Nós, da CNA legítima, autêntica, única, com trinta anos de existência, e que representa, como representam a FIESP, a CNI, a CNC, um setor organizado da sociedade brasileira, recebemos aquilo como uma bofetada na cara. Havia milhares de siglas que poderiam ser escolhidas, sem desonra para ninguém. Apenas

nos confortava a idéia de que Nelson Mandela também pudesse se sentir ofendido, uma vez que o Congresso Nacional Africano tem como sigla CNA e ele é quase tão antigo como o nosso, embora de âmbito internacional. Pensávamos que poderíamos ter, inclusive, o apoio desse eminente líder negro da África do Sul...

Mas a par da ironia, ao largo dela, o que fica e o que ficou patente nas medidas iniciais tomadas pela CNA de então, Conab de hoje, é que, ao se tratar do problema do abastecimento brasileiro que, repito eu, está no entendimento da classe rural intimamente ligada ao abastecimento, à produção, que não se pode ter uma perna deste bípede desamparada da outra, que não existe abastecimento sem produção, como não existe necessidade de produção se não houver possibilidade do poder aquisitivo para um abastecimento. Repito e digo que não se justificam, se a causa fosse essa, não se justificam medidas extemporâneas, medidas de emergência que comprometam a saúde da produção de um povo. Qualquer povo — e os povos mais desenvolvidos tem isso — tem um enorme ponto de firmeza que protege, inicialmente, o seu setor primário, porque sabem que são transitórias as outras questões, mas todos nós nos alimentamos, pelo menos, uma vez ao dia, ainda que nos setores mais pobres da sociedade brasileira.

Meus senhores, a Companhia Nacional de Abastecimento, quando resolveu importar carne no princípio deste ano, ofendeu a lei agrícola, descumpriu-a, porque ela exige, em primeiro lugar, que, ao se tratar de formação de estoques, estoques estratégicos, estoques reguladores, que compõem, ambos, os chamados estoques públicos, regulados, já, em portarias e diplomas legais do Executivo, que, primeiramente, se procure o abastecimento no mercado interno, o que não foi feito, nem sequer sob forma de consulta.

Em segundo lugar, a Lei nº 8.174, que complementa a Lei Agrícola, foi descumprida no momento em que se procurou à guisa de justificativa para um aumento de preço de um produto que, conforme provo com os gráficos em meu poder e que teria muita honra em distribuir aos senhores, para o produto “carne bovina”, que apresentava um quadro de queda de preço real ao longo dos últimos seis anos, e que estava absolutamente dentro dos padrões normais de preço para aquela época do ano, conceituados em moeda que não tenha erosão de seus valores, conseqüentemente calculada em dólar, em que esses preços se apresentavam absolutamente normais, em seguida a um plano emergencial do Governo apresentaram altas eventuais que duraram uma semana. Pois nessa mesma ocasião a Companhia Nacional de Abastecimento enviou ao exterior os seus representantes, à Europa, e esses representantes da Companhia Nacional de Abastecimento fizeram compras no valor de 100 mil dólares em países que subsidiavam pesadamente a sua agricultura.

Dados em poder da CNA — Confederação Nacional da Agricultura — indicam que o Primeiro Mundo subsidiou a sua agricultura no ano de 1990 com 299 bilhões de dólares e, destes, uma vultosa parcela está dentro do setor da Comunidade Econômica Européia, muito dirigida ao setor de proteínas nobres, de carne bovina, de leite e de outros produtos do reino animal. Esses subsídios, para os senhores terem uma idéia, e sem querer ser repetitivo, porque já estive nesta Comissão escutando outros depoimentos, mas esses subsídios alcançavam a soma próxima a 4.000 dólares, ou seja, essa carne tinha um custo real pago ao produtor europeu acima de 4.000 dólares e estava sendo colocada à venda por alguma

coisa perto de 650 dólares, o que foi, finalmente, o preço pago, embora nós não tenhamos detalhes exatos desse preço, e foi internalizada no Brasil onde está, hoje, sendo vendida em leilões onde se colocam 3, 4 mil toneladas de carne, e se vendem 10, 15, 20 toneladas do que é oferecido. E, pior do que isso, está sendo nos leilões, com dados que tenho aqui em meu poder, sendo vendida por preços que dão à Companhia Nacional de Abastecimento prejuízo. Seria necessária a venda, para que se atingisse o preço de liberação dos estoques brasileiros, a 1.325 cruzeiros por quilo de trazeiro e 848 cruzeiros por quilo de dianteiro, e nos leilões, até agora realizados, os preços têm sido da ordem de 810 cruzeiros por quilo de trazeiro, conseqüentemente, menos 500 cruzeiros, aproximadamente, do seu custo, apesar do subsídio, e da ordem de 580 cruzeiros o quilo de dianteiro, também, com 260 cruzeiros de diferença em relação ao dianteiro.

Quem é o responsável? Por que este País repete erros do passado? Por que se importam alimentos subsidiados, sacrificando o produto nacional, sem benefício ao consumidor?

Acreditamos que é o próprio conceito que este País faz da sua agricultura.

Não quero estender a minha pequena apresentação, mesmo porque os senhores depois, se assim o desejarem, poderão detalhar as questões com perguntas, se assim o quiserem. Mas devo informar aos senhores, que nós, na Confederação Nacional da Agricultura, cumprimos o nosso dever, a nossa obrigação, quando cientificados do fato, das irregularidades que se praticavam nesse âmbito especial, dirigimo-nos, depois de exaurir a capacidade de diálogo junto ao Executivo, depois de termos negadas as nossas reclamações de um tratamento adequado, de uma observação da legislação brasileira, da imposição de tributos compensatórios, como manda a nossa lei, quando se esgotaram os nossos caminhos, nós nos dirigimos ao Poder Judiciário, onde, hoje, corre uma ação encampada pelas entidades brasileiras mais representativas e encabeçada pela Confederação Nacional da Agricultura, onde nós, em juízo, contestamos a forma como se agiu e exigimos que esta carne que foi importada tenha, como manda a lei, equilibrado o seu poder de competição ao produto nacional com a chamada “compensação tarifária” ou “tarifa compensatória”.

Até o momento o nosso pleito ainda não teve julgamento, mas estamos acompanhando e iremos até às últimas conseqüências, porque entendemos que o que se precisa realmente mudar é a política agrícola brasileira, é a vontade que esta Nação tem que ter de se auto-abastecer e gerar excedentes exportáveis, e que isto passa por muitas coisas, mas, em primeiro lugar, pelo cumprimento à lei brasileira e, em segundo lugar, pela certeza de que só através de uma política que tranquilize o produtor ele investe no contrato de risco com a natureza. A agricultura precisa de normas claras e precisa que essas normas sejam respeitadas por quem de direito.

Era o depoimento que eu gostaria de dar aos senhores, e me coloco à disposição para as questões que se fizerem necessárias. Eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente que me permitisse mostrar gráficos que ajudam a acompanhar o raciocínio que desenvolvi, mostrando a evolução do preço da carne nos últimos tempos no País, de forma a que se caracterize um ponto fundamental do argumento que pretendi usar e expor. É que não há, como não havia no passado, razões, a não ser que eu desconheça essas razões, porque transcendem àquelas de ordem econômica e de abastecimento, para outras que desconheço, não haveria razões para que se procedesse a importações de alimentos no setor carne, como não há,

também, para inúmeros outros produtos que aí estão entrando, não mais no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento. Mas gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer esse depoimento aos senhores: temos informações do DECEX que mais de 100 mil toneladas de leite em pó já entraram no Brasil, nesse exercício de 1991, de países que são famosos no mundo pela sua enorme quantidade de subsídios que fornecem aos seus produtores: a França, a Alemanha, a Escandinávia, de um modo geral; é leite que está entrando aqui no Brasil concorrendo com o leite que é produzido, pasmem os senhores, o produtor brasileiro de leite, nas principais bacias leiteiras, 70% deles têm produção diária abaixo de 30 litros, o que lhes confere, se assalariados fossem, uma renda mensal abaixo de dois salários mínimos pelos preços vigentes. São esses cidadãos brasileiros — e são inúmeros, são milhares que estão tendo de concorrer com o Tesouro da Comunidade Econômica Européia. Existem leis que coíbem isso. O DECEX, que regula essas importações, não poderia, por notório que são os subsídios concedidos nesses países, liberar essas importações, porque apesar de nós termos nos dirigido, como entidade representante que somos do setor a esses órgãos da República para solicitarmos essas informações, só nos são repassadas com dois ou três meses de atraso, quando esses produtos importados, normalmente, já estão sendo consumidos a larga e a granel, por preços muitas vezes superiores aos produtos nacionais. Esses dados estão aqui à disposição dos senhores, e eu peço permissão ao Presidente, se assim julgar conveniente, que sejam distribuídos.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, gostaria que, na distribuição, o Dr. Antônio Ernesto fizesse uma avaliação em cima dos gráficos que todos nós vamos ter em mãos, agora, para que possamos ter uma noção perfeita do que realmente isso significa.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Pois não.

O SR. ANTONIO ERNESTO DE SALVO — Atendendo à recomendação do Deputado Ronaldo Caiado, esse gráfico que, parece, tem o nº 13 no alto da página, para identificar, está em primeiro lugar, mostra uma característica fundamental da produção de carne bovina, que é a sazonalidade. Como os senhores vêem pela simples inspeção do gráfico, carne é um produto que oscila muito de preço entre safra e entressafra, pelo próprio atraso que o País vive, onde não há políticas adequadas para a entressafra e, conseqüentemente, há uma variação muito grande de preço em função da oferta e da procura.

O gráfico não torna tão nítido, mas, também, na carne é uma questão de sazonalidade ao longo do que se chama ciclo de 7 anos, todas as vezes que o produto atinge valores reais muito baixos, os produtores vendem as suas matrizes, ocasionando, com isso, a morte dos ventres, dos animais que deveriam nascer daquelas mães que são abatidas, ocasionando, pelo ciclo biológico do bovino, um aumento de preço ao fim do terceiro ou quarto ano, que ocasiona uma retenção dessas matrizes, e, outra vez, ao fim do ciclo de 7 anos novamente se reduz o preço pelo abate excessivo de matrizes. Isso não fica bem nítido no gráfico, mas é importante que os senhores apreendam — embora eu saiba que aqui os Srs. Deputados são extremamente práticos nesse assunto — é que esta variação de preço é extremamente natural e normal, não é justificativa para outra coisa que não fosse uma política correta de manutenção de preço de safra e entressafra, nunca

de se abastecer lá fora com produtos caros, mais caros que o nosso e subsidiados.

O gráfico seguinte é mais nítido ainda e mostra que nos últimos meses do ano de 91 os valores da carne se encontravam, em relação aos dessa série que vêm desde julho, extremamente mais baixos do que a média normal. Outra vez não se justificaria, conseqüentemente, nenhum tipo de importação. É de se notar que não havia, na ocasião, nenhum problema de abastecimento; estava todo o mercado plenamente abastecido e se esperava uma entressafra, como está se verificando, absolutamente normal.

O outro gráfico mostra, também, de forma mais circunstancial a variação dos preços de dianteiro e traseiro, também dentro do panorama de queda que apresentava nos últimos tempos e, por fim, tem uma retirada mais tópica no tempo desse último gráfico, onde só se pagam os dados de 90 a 91, mostrando que, ao longo do ano de 91, não havia nenhuma tendência de preço real em alta que pudesse, eventualmente, comprometer, em primeiro lugar, o abastecimento e, em segundo lugar, propiciar lucros desmedidos às pessoas que se atinham a essa especialidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou à disposição, à hora conveniente, para qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — A Presidência registra a sua falha de não ter, no início da reunião, solicitado o compromisso da verdade dos dois ilustres convidados que, atenciosamente, atenderam, acorreram, ao chamado da Comissão, mas considera suprida essa providência, naturalmente com o assentimento do Plenário. Com a permissão do Relator, Senador João Rocha, gostaria de passar a palavra, imediatamente, ao Dr. Olacir de Moraes, reservando espaço para o Relator, após o depoimento dos dois convidados.

Com a palavra o Sr. Olacir de Moraes.

O SR. OLACIR DE MORAES — Sr. Presidente, Deputado Ivandro Cunha Lima, demais companheiros da Mesa, demais Deputados, autoridades aqui presentes.

Eu vou ser bastante breve, mas vou levantar algumas considerações.

A sociedade brasileira está perplexa. Nós estamos, há mais de 10 anos, estagnados, a nossa economia parada, nos últimos 10 anos. O brasileiro hoje é um povo, como eu disse, perplexo e triste, como quem vem acompanhando este País, e nossa imagem no exterior é das piores possível, como pude sentir agora ao voltar de uma viagem. Mas, por outro lado, também, o exterior está ansioso para que nós tomemos um caminho, para que eles passem a investir aqui. Isto vai depender, exclusivamente, dos brasileiros, das mudanças que temos que fazer na nossa economia, no nosso comportamento, ou seja, corrigir todos esses erros que nós cometemos até agora, principalmente, nos últimos dez anos.

Mas se nós estamos perplexos na economia, há um fato que nos deixa absolutamente estupefatos, que é o fato de que, hoje, praticamente, se nós excluirmos o farelo de soja, o Brasil é o 2º maior importador de grãos do mundo. Colocando o farelo de soja, passa a ser o Japão, e nós passaremos para o terceiro lugar. Mas se for apenas grãos, nós perdemos unicamente para a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o único que importa mais grãos do que o Brasil, ou seja, o celeiro do mundo se tornou um grande armazém para receber produtos do exterior. E realmente essa é uma coisa que nos choca a todos, porque era pura e simplesmente inima-

ginável que nós pudéssemos chegar a esse ponto. Mas a realidade é que, hoje, nós somos gigantesco importadores de trigo, importamos milho, importamos soja, importamos arroz, importamos feijão, importamos leite, todos esses produtos de laticínio aqui da América Latina, Argentina, Uruguai, estamos importando produtos agrícolas da Bolívia. É realmente inacreditável.

Então, nós temos que nos perguntar, em primeiro lugar, como é que nós chegamos a essa situação? O que aconteceu com o País para nós termos dado essa recuada naquelas metas que nós tínhamos de nos tornar um grande produtor e exportador? Primeiro, como aqui foi lembrado, realmente nós competimos com o Tesouro de países enormemente mais ricos do que o Brasil, chegando ao absurdo de o Japão dar 1.000% de subsídios aos seus produtores. Quando o produtor brasileiro recebe aqui 12 dólares por um saco de arroz, o japonês recebe 120. O mesmo trigo que nos é vendido até a 80, 90 dólares, o produtor europeu recebe 300 dólares. Uma tonelada de soja que vale 200 e poucos dólares, o produtor italiano recebe 800 dólares.

Estive recentemente na Bolívia, numa reunião, num congresso que houve sobre produção agrícola, e lá estava o representante da Comunidade Económica Europeia, que foi absolutamente claro e disse, com todas as letras, na presença de todos que se encontravam: "que não haverá espaço para os países, tipo o Brasil, da América Latina, no Mercado Comum Europeu, que eles têm 60 milhões de produtores, que não iriam deixá-los na rua, portanto, que nós perdéssemos a ilusão, que o máximo que eles iriam fazer — e estavam trabalhando nesse sentido — é que eles não gerassem enormes excedentes, colocando no mercado, como vêm colocando, que o compromisso maior que eles poderiam fazer é tentar diminuir isto, mas que nós não tivéssemos ilusões com esses mercados porque eles não seriam abertos para a nossa região. E, ainda, ele dizia mais: com a entrada da União Soviética no mercado — que é um péssimo produtor —, se ela adotar critérios americanos, talvez ela passe de importadora de grãos até a exportadora, ou seja, ele nos pintou um quadro muito ruim em termos de mercado externo. E nós concorremos com países que fazem o seu transporte por hidrovias, por ferrovias, e que as taxas portuárias são dois ou três dólares, ao contrário do Brasil, que para transportar de Cuiabá a Santos são 60 dólares; no Porto de Santos é 15, 16 dólares para embarcar uma tonelada de grãos, ou seja, quatro ou cinco vezes mais caro. Pagamos ICM; uma série de outros impostos que incidia sobre a agricultura agora minimizaram um pouco. Realmente, é um tipo de competição incrivelmente difícil. Apesar disso chegamos a produzir 71 milhões de toneladas, e em um ou dois anos tivemos essa enorme *débâcle* na nossa produção.

É de se notar que incidindo sobre a agricultura brasileira, agora corrigido em parte, o absurdo de determinados setores financeiros do País, incluiu-se aqui até órgãos oficiais, imaginarem que seria possível a agricultura descapitalizada com todas essas dificuldades, com todo esse ônus que ela já tem, fosse possível tomar dinheiro nos bancos a 30% e até 40% ao ano, em cima de uma inflação estapafúrdia. Negócio totalmente absurdo em termos de agricultura e ao ter que levar essa inflação e ainda agregar em cima disso esses custos financeiros dessa ordem.

Portanto o que fizemos foi até um milagre. Isso que vem acontecendo tinha mesmo que acontecer. Chego até a dizer que não veremos mais daqui para frente nenhum movimento de agricultores em frente a Banco do Brasil ou tentando blo-

quear estrada. Simplesmente porque a disposição da classe dos produtores agrícolas era pura e simplesmente de abandono do negócio. Estão diminuindo áreas e a produção vai cair muito mais no próximo ano, que será um ano muito difícil.

Tivemos informações das últimas medidas do Governo, algumas bastante positivas. Realmente se reduziu os juros para 12,5%, que ainda é dos mais altos, mas perto daquilo que se praticava no Brasil, tolerável. Há uma promessa de que os recursos existirão. Continuam todas as outras dificuldades que foram aqui citadas.

Creio que mesmo depois essas medidas que foram agora tomadas os resultados serão muito pequenos, porque o tempo é escasso. A agricultura brasileira não se preparou para um crescimento. Temos informações de que não há sementes de milho ou de soja, ou seja, sem semente não é possível fazer-se a agricultura. Além de problemas de insumos, adubos que teriam que ser importados a tempo, estamos, inclusive neste mês, nas regiões do Paraná, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, com o plantio totalmente paralisado por causa de uma incidência de chuva muito acima do normal. Não se está conseguindo plantar absolutamente nada.

Além disso, os nossos vizinhos do Mercosul realmente serão muito mais competitivos do que o Brasil. O Paraguai hoje abastece 1/3 do algodão que consumimos. Estive na Bolívia, onde as terras são extremamente férteis, onde não há necessidade de nenhum tipo de fertilizante. Eles recebem os preços em moeda forte, o dólar. Não existe nenhum imposto. Já existe uma certa infra-estrutura.

As terras argentinas são melhores do que as brasileiras. O Uruguai é um grande produtor de algodão, de arroz, já partindo para outras culturas. E com esta abertura desse mercado que acho algo muito importante para a América Latina, aqui para a América do Sul especificamente, porque vai criar um mercado muito maior a longo prazo, mas a parte mais sacrificada, mais difícil de manter esse mercado aberto, o Mercosul, ainda será da agricultura brasileira, que sofrerá concorrência bastante forte dos nossos vizinhos. Basicamente é isto.

Com relação ao problema da Companhia Nacional de Abastecimento — CNA — o Estado de Mato Grosso vinha tendo um crescimento de 20% ao ano em seu crescimento agrícola. Em dois anos ele ultrapassaria o Estado do Paraná. Já seria o segundo produtor. É só para se ter uma idéia do desenvolvimento que essas novas fronteiras vinham trazendo para a produção agrícola brasileira, Goiás, parte de Minas Gerais, principalmente o Mato Grosso com o gigantesco número de agricultores do Sul, de São Paulo, do Norte, do Nordeste, estava tendo um desenvolvimento enorme. Lamentavelmente se discriminou de uma maneira impressionante. Se criou preços mínimos fora de época porque até num futuro acho que isto seria admissível. Preços mínimos enormemente defasados que somaram-se a todas essas dificuldades. E o resultado é que a queda da produção ali é enorme; exatamente inversa ao desenvolvimento que vinha tendo, aliás houve até um retrocesso.

No meu entender, já que os produtores arriscaram as suas economias, se deslocaram para estas regiões, atendendo a um chamamento nacional de aumento da produção que era uma meta dos Governos que aqui estavam, os Governos ao invés de terem penalizado, levando à falência, a dificuldades incriveis; deveria ter-se providenciado um sistema de transporte hidroviário, ferroviário ou qualquer outro. Caso

não fosse possível de imediato dar um subsídio ao transporte, mas nunca pura e simplesmente destruir essa produção.

Já que o Brasil abriu essa nova área de produção, o que competia ao Governo era providenciar uma infra-estrutura de transporte mais barata. Por exemplo, se o caminhão transporta de Cuiabá ao porto de Santos a 60 dólares atualmente, já tendo chegado até a 100 e a ferrovia poderá transportar por 20 dólares. É evidente que temos que optar pelo transporte ferroviário e se possível pelo hidroviário que ainda seria a metade do ferroviário. Mas pura e simplesmente essa região imensa foi largada à própria sorte e tivemos essa enorme desilusão que é a queda da produção brasileira nessa região.

Apesar desse quadro que acabei de transmitir aos Senhores, podemos ter muita esperança no Brasil, uma esperança muito grande mas nunca deixarmos de levar em conta um fator muito importante. Temos potencial, podemos ter uma grande produção mas irá depender fundamentalmente daquilo que fizermos agora, neste momento. E sobre esse aspecto o Congresso brasileiro tem uma responsabilidade imensa no sentido de agilizar essas transformações que o Brasil necessita. Poderá haver um prazo relativamente longo, muito maior do que aquele que realmente desajuríamos para retomarmos o nosso desenvolvimento e a nossa produção agrícola. Mas se tudo continuar pura e simplesmente inerte, sem se tomar medidas fortes, radicais e imediatas prevejo ao invés de um futuro de produção, de melhoria do padrão de vida brasileira, principalmente com a modernização da nossa produção, adotando sistemas que são praticados nos Estados Unidos, nos países mais desenvolvidos teremos, pelo contrário, momentos de grandes dificuldades.

Portanto, acho que é um momento decisivo este que estamos passando. Vamos colocar a semente do nosso futuro entre este ano e o próximo. Era só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — A Presidência antes de conceder a palavra aos Srs. Senadores e Deputados gostaria de dar algumas informações.

A Presidência deu seqüência aos requerimentos e às sugestões dos Srs. Senadores e Deputados quanto às diligências que foram solicitadas, o pedido de informações à Conab e outros órgãos. E a solicitação de dois assessores que já fez um pedido encaminhado ao Senado Federal e outro à Câmara dos Deputados que compõem o Congresso Nacional.

A Presidência irá conceder a palavra aos oradores inscritos, àqueles que desejam formular considerações sobre o depoimento a respeito de dois convidados, Dr. Antônio Ernesto e Dr. Olacyr de Moraes.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Meirelles.

O SR. FÁBIO MEIRELLES — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ilustres convidados, desejo inicialmente dirigir-me ao Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, companheiro Antônio Ernesto Salvio. Ouvimos os aspectos históricos aqui apresentados, concordamos e entendemos que, na realidade, Sr. Presidente, não tem havido, ao longo dos anos, vontade política dos homens responsáveis pela agricultura.

Lembramos que em 1963, quando o setor representativo da agropecuária estava assentado com vigor nas associações de classe, o Governo transformou a representação, também dos produtores, em organismos sindicais. E de lá para cá, há grandes dificuldades de se manter a estrutura representativa do setor rural. O imposto sindical, recolhido pelo Governo e repassado pelas suas representações, tanto dos trabalhadores

como dos produtores, chegava as suas mãos totalmente deteriorado. Levava-se meses, até anos, para repassar um dinheiro com determinado valor, em tempo e hora com outro desvalorizado.

Os Constituintes de 1988 sabiamente criaram o art. 8º, inciso IV, que permite a cobrança da contribuição confederativa de forma livre e aprovado por assembleias de bases pelos seus sindicatos, a fim de fortalecer a representação sindical dos trabalhadores, dos produtores, dos profissionais liberais. Já se pensa até em mudar esse processo, que é inconcebível por certas conversações que se mantêm aí, processo dos mais adequados que vai permitir que se crie e se consolide uma força representativa dos trabalhadores, dos produtores rurais, para que essas forças possam levar pelos seus conhecimentos, junto às áreas responsáveis pela política do País, as considerações realmente de uma política de produção rural de primeira qualidade e de uma vida social e trabalhista melhor para todos nós.

Ainda ontem, a Câmara dos Deputados aprovou a questão no que concerne ao micro, pequeno, médio e grande produtor rural sobre as questões de módulos. Tudo indica que, na agropecuária, ao invés de simplificar, irá confundir, burocratizar o processo. Na nossa opinião deveriam existir políticas agrícolas, de abastecimento, de exportação, de produtos primários, de acordo com a tendência, a capacidade, o desenvolvimento do País. Mas, ao contrário, Sr. Presidente, criam-se realmente dificuldades intransponíveis para todos nós.

Esse registro é para afirmar que os aspectos históricos do Presidente da CNA são reais. Consultaria o Presidente: ou somos um país de produção agropecuária, com capacidade, disposição ou deixamos de sê-lo. Se o somos por que criar estruturas paralelas como essa Companhia Nacional de Abastecimento que tem comprovado, ao longo dos anos, a incompetência de o País importar alimentos; importa mal, paga mal e os produtos vêm deteriorados. Inclusive, não temos estruturas portuárias para receber quantidades volumosas de importações, a não ser algumas importações conjunturais.

E temos visto aqui em cima, todos nós, Senadores e Deputados, confrontos de autoridades na disputa dos minguados cruzeiros que possuímos, para as suas peças orçamentárias. E, se tivermos vontade de partir para produzir, temos condições de estabelecer uma política realmente competente para isso. A nossa pergunta ao Sr. Presidente da Confederação Nacional da Agricultura — e para evitar maiores confusões, pois quase iniciamos uma ainda agora, embora não tenha sido propositada, para chamar a atenção — não seria o momento de, sem nenhum prejuízo para o abastecimento interno, realmente extingüirmos essa companhia, modificarmos a sua estrutura e criarmos um outro processo de necessidade conjuntural e relativamente conjuntural para o abastecimento?

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — Deputado Fábio Meirelles, é sempre um prazer dialogar com V. Exª, poque sabemos que se trata de um legítimo representante do setor, com uma folha de enormes serviços prestados à Nação e com grande discernimento sobre toda a área.

Assusta-me quando as coisas são retiradas de cena, sem que lhes coloquem substitutos à altura. Embora dentro da filosofia que aprendi a professar, porque entendo que dela sempre surgem os melhores resultados sociais e econômicos para um povo, entendo que se tem que ter muito cuidado quando se desestrutura algo que está arraigado na tradição da administração.

A Conab é o resultado da fusão de três companhias. Uma delas importante no que diz respeito à sustentação da política de preços mínimos ao produtor. Assusta-me quando faço paralelo com o IBC. O IBC que, ao longo dos anos, deixou de ser instrumento de fortalecimento da política cafeeira para, paulatinamente, transformar-se num organismo, a cada momento esvaziado. O IBC deixou de cumprir suas funções e, certamente, parte do que estamos hoje vivendo na cafeicultura brasileira — certamente não tudo, mas possivelmente uma parte ponderável — se deve à desestruturação desse órgão.

Não me entenda mal, Sr. Deputado. Quando digo isso não reafirmo a necessidade da existência desse tipo de sustentação estatal para a atividade privada na agricultura. O que me assuta são medidas radicais de cortar-se, da noite para o dia, organismos que tenham uma tradição enraizada dentro do setor que estamos estudando. Parece-me que, a médio prazo, há de se restringir a atividade dessa companhia cada vez mais, e hoje já, com certeza, na sua parte de companhia importadora. O Senhor, se não me engano, é o autor de uma sigla que acrescenta ao nome da companhia a palavra "importação", porque realmente é onde se torna mais sensível e notada a sua ação. Mas se fosse realmente necessário desestruturá-la que o fizéssemos paulatinamente. Alguns de seus instrumentos político-agrícolas, mormente o que citei, de sustentação da política de preços e garantia, com todas as suas consequências de armazenagem, de venda de estoque, de formação de estoques reguladores e estratégicos compoem os chamados estoques estatais necessitam de um profundo estudo para a sua desestruturação, caso seja esse o interesse da sociedade. Mas — repito — de forma que não gerasse um vazio que dificilmente poderia ser preenchido no momento. Não sei se era o sentido da pergunta de V. Ex^a

O SR. FÁBIO MEIRELLES — Sr. Presidente, ao dirigir-me ao segundo convidado, quero afirmar que não sou médico — sou advogado —, mas quando o organismo está muito doente — o Dr. Ronaldo Caiado poderá afirmar — só com bisturi. E o problema do preço mínimo poderá ser facilmente coordenado dentro do processo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, o Dr. Olacyr de Moraes dispensa a apresentação porque tem sido, durante todo o seu tempo, um homem do desenvolvimento, um homem liberal a que trouxe, com seu exemplo, uma força incontestável para a agropecuária. Quando se refere à pressão da Comunidade Européia, que todos sabemos ser uma realidade, ele traz um ato concreto, real, presente e atual. A Comunidade Européia e outras comunidades do campo de produção/exportação de alimentos têm realmente gerado um processo de desaquecimento nas agriculturas dos países em desenvolvimento. Mas o importante é lembrar, Sr. Presidente, que o Brasil, com todas essas pressões, tem ainda a seu favor um mercado de 160 milhões de brasileiros e que nos preocupa agora. Na realidade, não se precisa mais de médicos reais, valorosos, ou até charlatões que apresentem por aí o processo de emagrecimento. Estamos tendo um processo de emagrecimento do povo brasileiro. Está caindo o consumo interno nacional, porque não temos condições de adotar uma política de abastecimento adequado. Se a Conab estivesse atenta a esse processo, teria feito uma política de abastecimento competente para todos os quadrantes nacionais, até uma política de transporte de produtos perecíveis. Teria adotado um sistema importante para atender a essas

necessidades, o que não vem ocorrendo no quadro nacional, que é de responsabilidade do nosso Congresso, como disse o Dr. Olacyr de Moraes.

Pergunto ao homem que dedicou a sua vida a arrancar do trabalho o seu progresso e participar de um processo de desenvolvimento dos mais competentes. Já ouvi declarações na imprensa do seu desencanto e até do recuo que pretende dar na sua própria atividade. Não seria importante o País procurar avançar a sua política no sentido de aprimoramento da política de transporte, de abastecimento interno, inclusive incorporando uma política de armazenagem adequado? Quando se fala em desenvolver o processo produtivo, aumentar dez milhões de toneladas e se não se faz uma política paralela, nós já vamos ter a perda aí de uma ou duas toneladas de grãos, porque não temos a capacidade de armazenagem e de transporte e, concomitantemente com esse processo, estabelecer uma política de acompanhamento da política do GATT, do Mercosul, da política que nós sabemos dos acordos bilaterais, que sempre fere, nesses entendimentos políticos de governos, o setor da produção e não outras atividades. Para nós, a sua experiência internacional é muito importante e gostaríamos de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Com a palavra o Dr. Olacyr de Moraes.

O SR. OLACYR DE MORAES — Quanto à exportação, todos sabem que temos um projeto da construção de uma ferrovia. Quando se discute muito se ela vai para o porto de Santos, se vai para o porto de Vitória, para o porto do Rio de Janeiro, o fato mais concreto que existe no momento é que ela não vai para porto nenhum, porque não temos nada para exportar, somos importadores. Não temos mercado para exportar, não temos mercadoria. Disse muito bem o Deputado. Temos aí cento e cinquenta milhões. O que nos resta realmente de concreto hoje é o mercado interno. Como disse o nosso Deputado, 70% do que é produzido no Centro-Oeste é consumido no Sudeste — São Paulo, Rio de Janeiro. Não existiria o Centro-Oeste se não existisse o mercado paulista, paranaense, carioca. Não há produção quando não há mercado. O que realmente gera produção é o mercado.

Quanto ao Mercado Comum Europeu e Japonês, não temos grandes pretensões de exportar, no momento, tal foi o recuo que demos. Não temos nem milho para exportar, não teremos arroz num curto prazo. O que pretendemos, pelo menos, é que eles não nos esmaguem com seus produtos incrivelmente subsidiados. Quando eles enfiam carne aqui, pagam dois, três mil dólares por seiscentos dólares; quando querem exportar trigo a oitenta dólares, pagam trezentos para seus produtores. Já deixamos de ter a pretensão, pelo menos no momento, de conquista de grandes mercados mundiais. Tal foi a nossa recuada no setor, que temos que principalmente, no momento, defender o mercado interno brasileiro, evitando que eles, além de nos fechar os mercados externos, venham esmagar aqui. Evidentemente não podemos escancarar os nossos mercados a troco de nada. A colocação dos nossos produtos lá fora é totalmente taxada. É o caso do suco de laranja, que paga quatrocentos, quinhentos dólares, que vão para a Associação de Produtores de Citros da Flórida. O produtor brasileiro paga quatrocentos dólares de taxa por tonelada, eles usam esses impostos que pagamos para desenvolver a citricultura americana com recursos pagos pelo produtor brasileiro. Esse é o tratamento que recebemos no exterior. Há aspectos incrivelmente absurdos e estamos numa ingenui-

dade inacreditável. Aí fora não existe esse negócio de bonzinho, de ajudar pobre, de ajudar aliado; existe negócio e comércio. Eles defendem incrivelmente os seus produtores. São subsidiados, não tenhamos dúvidas, e quando esses produtos entram aqui em condições favorecidas é porque o Tesouro desses países paga.

Respondendo ao Deputado, entendo que temos que lutar com eles, mas, de acordo com o Deputado, temos que defender o que ainda temos, que é superimportante, que é o patrimônio de possuírmos um mercado ainda bastaste razoável.

O SR. FÁBIO MEIRELLES — Sr. Presidente, agradecemos as respostas dos dois ilustres convidados.

V. Ex.^a, como os nobres Senadores e Deputados que estão conosco aqui nesta tarde, verificaram, pelo depoimento que acabamos de registrar, que realmente, em regra geral, os homens que conduzem a política agrícola deste País levam ao processo de regressão o desenvolvimento da própria Nação.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de fazer um apelo ao nobre Senador que está inscrito em segundo lugar para que me permita usar da palavra antes. Faço parte da Comissão Mista de Orçamento e tenho um projeto para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Bueno) — Com a permissão do nobre Senador Moisés Abrão, com a palavra o nobre Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Agradeço ao Senador pela oportunidade. Hoje à tarde, há dois ilustres brasileiros que prestarão a sua colaboração nesta CPI de Importação de Alimentos. Até agora ouvi com muita atenção o relatório do nosso produtor de soja do Brasil. O que interessa saber é quem é o responsável, porque temos que responsabilizá-lo pela atitude criminosa feita com este País em termos de importação de alimentos. Esta CPI foi montada exatamente para saber. Talvez ninguém seja responsável, talvez cheguemos no final e ninguém foi culpado de nada. Eu quero saber, pelo menos começar.

Na Comissão da Agricultura, convidamos as pessoas quando há um diz-que-diz. Vai-se importar carne. Quem pode importar carne neste País? Quem é o responsável? Na época, convidamos o Dr. Buschero exatamente dizendo das nossas preocupações, da nossa angústia de ouvir notícias pela imprensa de que o Brasil estaria na iminência de importar carne. O Dr. Buschero fez sua explanação dizendo que havia necessidade desse alimento, iria ser importado carne, desde que fosse cumprida a lei agrícola aprovada pelo Congresso, sancionada pelo Presidente da República. Existia uma norma a partir daquela época. Ele afirmou o seguinte: eu importo, desconheço isso aqui porque meus técnicos têm um parecer jurídico e me disseram que posso importar o que está registrado. Essa carne veio, estamos vendo que agora está sendo vendida com prejuízo.

Dr. Antônio Ernesto, a Confederação entrou com uma ação contra quem? Contra um órgão que já mudou de nome até, ou contra as pessoas responsáveis por essa importação? Gostaria de saber se essa ação é contra o órgão ou contra as pessoas que assinaram o documento, responsabilizando-se. Daí, começamos a entrar concretamente na questão de responsabilizar alguém ou ninguém.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — O nosso Mandado de Segurança nº 9100122602, no Superior Tribunal de Justiça, tem como Relator o Ministro Pádua Ribeiro; são

autoridades coatoras os Srs. Ministros da Economia, Fazenda e Planejamento (na época, a Ministra Zélia Cardoso de Mello), o Sr. Ministro da Agricultura (Antônio Cabrera), o Sr. Presidente da Conab, chamada CNA, Dr. João Mauro Boschero, e o Sr. Diretor do DECEX — Departamento de Comércio Exterior. O Ministro da Agricultura está aqui citado em virtude do problema da virose, da “vaca louca”. Faz parte da nossa ação também esse questionamento do aspecto sanitário da importação. Respondendo objetivamente aos Senhores, estão citadas essas quatro autoridades da República brasileira.

O SR. WERNER WANDERER — Agradeço, porque já temos nomes por onde começar. Nessa ação está definida qual é a responsabilidade de cada um nessa importação ou num todo? Gostaria que esse documento ficasse na Comissão, para que tivéssemos conhecimento da ação, dentro do estudo que vamos fazer. O Ministro da Agricultura assinou o documento da importação? Ele é responsável pela importação desse alimento ou só pela parte fitossanitária?

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — Na parte relativa ao Ministério da Agricultura, estão citados na nossa ação por ter o seu Departamento Técnico de Defesa Sanitária Animal dado um laudo favorável à importação dos animais, embora parte das importações tivesse como origem países então atacados por essa enfermidade, cuja etiologia não é bem conhecida. Lembro que há no mundo barreiras alfandegárias e não alfandegárias. Um alto funcionário do Ministério da Agricultura do Brasil, em certa ocasião, teve impedido o embarque, no porto de Santos, de uma partida de banana porque ela estaria atacada por uma determinada moléstia. Exaurida a capacidade desse técnico de argumentar com o representante argentino que fez o embargo, descobriu que a maneira mais fácil de resolver o assunto seria também acusar a maçã argentina, que vinha no próprio navio que ia levar a banana, de também ter uma doença. Rapidamente esse assunto foi contornado e a banana brasileira saiu e a maçã argentina entrou. Essas chamadas barreiras não alfandegárias nos prejudicam demais no mercado mundial. Qualquer surto de aftose em Goiás, Mato Grosso ou qualquer outro Estado brasileiro é razão para suspender as nossas exportações por três ou quatro anos. Questionamos o Ministério da Agricultura porque se importava uma carne desossada da Holanda, de uma moléstia pouco conhecida e que pode comprometer um rebanho de cento e trinta milhões de cabeças brasileiro. Infelizmente, o laudo do Ministério da Agricultura, no seu aspecto sanitário, opina pela introdução dessa carne no Brasil. Acha-mos que esse é um risco que a Nação não precisava correr, principalmente pelo fato de que o mercado estava plenamente abastecido.

O SR. WERNER WANDERER — O Ministério da Agricultura estava a par desse laudo? Ele o endossou?

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — O laudo está assinado pela autoridade do Ministério, que é encarregado do setor. Suponho que seja autorizado pelo Sr. Ministro.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Olacyr de Moraes, o senhor, como brasileiro que acredita neste País, que está desanimado como tantas pessoas hoje, de que forma consegue ver a saída para não acontecer mais esse tipo de episódio, que já aconteceu no passado, acontece no presente, para não acontecer no futuro. O que devemos, na sua opinião, fazer para mudar esse quadro?

O SR. OLACYR DE MORAES — Em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado pela sua colocação bastante objetiva. Gostei muito de sua pergunta porque identifica realmente onde se encontram os problemas. Para responder à sua pergunta, eu deveria me situar exatamente em quê? No problema da agricultura, de importação, no problema nacional?

O SR. WERNER WANDERER — Primeiro, quanto à importação de alimentos, quando o País era considerado o celeiro mundial, maior produtor do mundo e agora maior importador de alimentos. Nesse primeiro episódio de importar alimentos, de que forma poderíamos agir para que fatos dessa natureza não ocorram no futuro?

O SR. OLACYR DE MORAES — O caminho seria seguir a lei. Está-se cogitando não se importar produtos subsidiados, colocando-os no mercado, arrasando com o produtor brasileiro, no ano seguinte cada vez agravando-se mais esse problema. Se lá eles pagam três e vendem por três, evidentemente os produtores brasileiros vão quebrar. Se tivéssemos aqui uma máquina para fazer dólares, até que seria uma maravilha. Famos comprar muito barato, não precisaríamos trabalhar. É preciso seguir a lei criada, que impede esse fato, mas que constantemente passa-se por cima dela e se importa. Sabemos que há grandes vantagens em se importar alimentos. Às vezes é muito mais simples do que movimentar safras aqui. Existem as corretoras e especializadas, as comissões, empresas especializadas que vendem e compram. São negócios vultosos, às vezes menos trabalhosos do que incentivar a produção. Não estou fazendo acusação contra ninguém, mas todos sabem que o mercado internacional vive disso. Realmente, há o desejo desses países de colocar alimentos. Para eles, então, é uma grande vitória. Teríamos que fazer com que a lei seja cumprida.

Quanto ao problema da consolidação da agricultura e do Brasil como um todo, temos que ter uma visão mais moderna do mundo. O Brasil é um produtor muito ineficiente. Estive nos Estados Unidos e constatei que um trabalhador americano ganha dez vezes o que ganha um trabalhador brasileiro. Assim mesmo, produzem muito mais algodão, colhem com uma máquina que substitui oitocentas pessoas. Nós pagamos salário de fome aos nossos trabalhadores, eles pagam salários muito maiores, a produtividade é maior, o sistema de colheita é muito mais moderno do que o brasileiro. Eles, pura e simplesmente, nos arrebitam, nos quebram. Conseguem produzir muito mais barato, têm 2% da sua população no campo. Aqueles que estão no campo, em vez de estarem com a enxada, como imaginamos aqui no Brasil, estão numa fiação, numa tecelagem, agregando valores, desenvolvendo o interior. O interior americano é todo industrializado. Eles exportam produtos com valores muito mais altos com a sua agroindústria, ganham dinheiro, ganham o mercado. Nós aqui imaginamos fazer a agricultura em quadradinhos, com pessoas com enxadas na mão. Às vezes, se se for colher arroz ou milho à mão, o que se colhe à mão não é suficiente para pagar nem o salário dele. O tamanho médio da propriedade americana hoje é de 180 hectares. O tamanho médio da propriedade brasileira hoje é dos menores do mundo: setenta hectares. E estamos falando em picar, picar, e daqui a pouco não vai caber mais uma máquina em lugar nenhum. Há programas de governo, em Massachussets, nos Estados Unidos, de fazer aquelas pequenas propriedades se agregarem umas às outras para se tornarem médias, para que possam ser moder-

nas, com altas produtividades, ou seja, trabalhar de acordo com o tempo que vivemos. Quando eu vejo um milhão de hectares serem picados, isso se chama esterilizar definitivamente aquela área para produção agrícola. Nunca mais ela será uma área de produção agrícola econômica. Poderá servir de refúgio para garimpeiro, para gente que vai morar lá, para subsistência. O sujeito vai ter lá um porquinho, uma galinha preta, mas não vai ter nunca a produção. Precisamos ver fazendo sucesso. Fui à Europa, à China, ao Japão, conversei com os produtores, perguntei-lhes quais são os problemas e dificuldades. Estou me municiando dessas informações todas. Lá nos Estados Unidos, na produção de algodão, o beneficiador colhe, você dá uma amostra, pura e simplesmente ele dá um papel para o dono do produto, um certificado. Se o produtor quiser, ele comercializa onde quiser; se ele quiser, chega num banco e vende para o governo. Na mesma hora, o governo credita o valor daquele algodão. E aí do armazenador que guardou. Vai entregar exatamente o produto que está certificado ali. Não é como aqui no Brasil, em que de repente dois milhões de toneladas de produtos estão podres, não valem mais nada. As empresas têm que ter carta de fiança para serem armazenadoras e respondem pela produção armazenada.

Lá não se discute se existem cem mil sacos ou um milhão de qualquer produto no armazém e se a qualidade é aquela. A qualidade é aquela que está no certificado. Não existe esse negócio de que estragou. Se o indivíduo aceitou armazenar o produto, ele vai ter que responder por aquilo. O comprador não se preocupa. Ele compra um determinado produto, vai lá e o retira. O Governo nem se preocupa com isso.

Aqui, no Brasil, vemos uma miscelânea. De repente está tudo estragado, se perdeu, se deteriorou. Em termos de desenvolvimento, é realmente sermos um pouco mais realistas na maneira de ver o mundo, deixarmos de fantasia, de quadradinho, de coitadinho... Temos é que ter produtores agrícolas, não miseráveis agrícolas. Basicamente é isso. Se fôssemos discutir a agricultura, seria preciso quatro ou cinco horas, infelizmente.

O SR. WERNER WANDERER — Estou satisfeito, mas gostaria de fazer uma última observação. Não espero resposta, porque V. Ex^a já deu a resposta. Na realidade, o "x" da questão aqui são os grandes negócios, são as comissões. Esse é o problema sério desta reunião. É sobre isso que quero continuar a falar depois, no decorrer da CPI. Precisamos achar mecanismos, mesmo que exista lei, que não é cumprida, para impedir que grupos de pessoas, usando do poder momentâneo que têm, inviabilizem a economia inteira de um país. E quando se fala em reforma agrária em dez anos, por maiores os recursos que o governo tenha, ele não vai trazer para o campo novamente aqueles que expulsou numa economia simples; numa canetada.

V. Ex^a não afirmou, mas é sobre esse prisma que vou continuar trabalhando e acho que esta Comissão tem que ir fundo nesse assunto, nos grandes negócios deste País.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Com a palavra o Senador Elcio Álvares.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Quero fazer uma colocação e lamentar não ter assistido a parte expositiva do Dr. Antonio Ernesto de Salvo. Tive a felicidade de ouvir esse admirável produtor de grãos que é o brasileiro Olacyr de Moraes, que

nos transmite, através de seu exemplo de trabalho, uma confiança muito grande neste País. Percebi, na fala do eminente Deputado, que ele foi realmente o tradutor do sentimento que me aflorou em um determinado momento. E como brasileiro, com a responsabilidade de representar o nosso povo no Senado da República e, conseqüentemente, no Congresso Nacional, temos que ter, cada um, uma vontade imensa de construir, realizar, fazer e tornar este Brasil um País sério e que seja o depositário de todas as nossas esperanças de trabalho e até de uma proposição política e social que o transforme em um país moderno e respeitado por todos.

Só queria fazer a seguinte colocação: temos a honra de ter dois ilustres convidados. Tive a oportunidade de verificar agora o requerimento do eminente Deputado Ronaldo Caiado, que é o Vice-Presidente da CPI e é um elemento tão dedicado às coisas da agricultura. Senti, como elemento já afeito às CPI, que a alternância dos depoimentos está quebrando uma coisa que acho fundamental; senti isso no momento em que tive oportunidade de ouvir as palavras do Dr. Olacyr de Moraes. Gostaria exatamente de situar a palestra, que é muito importante. Não sou homem de campo, sou urbano, gostaria de separar, e foi a razão da pergunta do eminente colega, a parte propriamente dita da CPI, porque a CPI foi convocada para apurar fatos concretos e determinados de irregularidades provavelmente cometidas pela CNA. Gostaria, se fosse possível, submeter a V. Ex^a, que nós separássemos a parte objetiva — e aí tem razão o meu antecessor —, dessa parte que considero institucional, e talvez um dos pontos positivos nesta Comissão, nesses dois depoimentos tão importantes. Gostaria de participar da parte institucional, e confesso que sou um homem urbano, não tenho conhecimento das coisas do campo, sou advogado, e também de separá-la da parte propriamente dita que dá sentido à Comissão. Acho que ganharíamos uma força muito expressiva, tive oportunidade de ouvir as palavras finais do admirável produtor de grãos Olacyr de Moraes e, agora, as respostas do Dr. Antônio Ernesto de Salvo. Tenho verificado os depoimentos dos companheiros, e ele é um homem da mais alta importância dentro da mecânica.

Se V. Ex^a permitisse, Sr. Presidente, excluiríamos, inicialmente, a parte propriamente dita da proposta da CPI, que tem que ser baseada em fatos concretos, e iríamos obter uma visão mais abrangente. Também formulei algumas perguntas que não estão presas, porque a CPI tem uma forma muito estreita de examinar as coisas dentro do enfoque do fato concreto. É até determinação constitucional. Assim, se V. Ex^a permitisse, gostaria que esse primeiro turno de perguntas, que considero da mais alta importância, ocupasse o patamar institucional. Depois, se tivéssemos um fato concreto...

Já vi, através do mandado de segurança, e já me surgiu uma questão, porque há responsabilidade administrativa e há responsabilidade penal. Evidentemente, no desdobramento desta CPI, vai fazer a análise dos fatos à luz do Direito Penal ou da transgressão do texto legal. Conforme já tivemos oportunidade de aprender, há muita coisa a ser questionada, se realmente essas importações transgrediram ou não normas legais explícitas, e aí estará configurado o crime de responsabilidade.

Então, Sr. Presidente, com toda a vênua, e pedindo a audiência sempre primorosa dos nossos ilustres pares, gostaria que colocássemos esse primeiro momento da inquirição dos eminentes e ilustres convidados no plano institucional; realmente, na problemática brasileira em face da agricultura do

País, que está pedindo uma resposta de todos nós. E depois haveria a segunda parte, para não haver tumulto e não existir uma ruptura na unidade dos depoimentos, que considero muito importantes, torno a repetir, em virtude da excelência da postura desses elementos que nos honram aqui nesta CPI.

Faço esta colocação — verifico que já há outros oradores inscritos —, se poderíamos nos ater, inicialmente, aos aspectos institucionais, e depois ingressarmos no fato propriamente dito. Tenho a impressão, com todo o apreço que merece o Dr. Olacyr de Moraes, que a visão dele é muito importante no plano institucional, mas dentro do enfoque da CPI, propriamente dito, pelo qual teremos que ir a fundo na investigação. O conhecimento dele talvez fosse, a exemplo do meu, resultado dos noticiários dos jornais e de informações de terceiros.

Assim, Sr. Presidente, encaminho essa proposta de nos ocuparmos, inicialmente, das perguntas sobre o enfoque institucional e, num ato seguinte — acho que o nosso ilustre Presidente teria mais subsídio a nos dar — exatamente desse ponto em que a CPI é muito rigorosa: o fato concreto e determinado para caracterizar a responsabilidade daquelas autoridades que estão sendo convocadas.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Nobre Senador, julgo de todo procedente as colocações de V. Ex^a. Na verdade, essas duas personalidades que aqui estão presentes vieram atendendo a um convite. Elas prontamente acederam, e estão aqui com a responsabilidade de que estão investidos, com a experiência e autoridade que as envolve. Além do sentido objetivo desta Comissão, que é apurar possíveis irregularidades junto à Conab, os convidados nos oferecerão, como estão fazendo, subsídios, com as suas ilustrações, os seus conhecimentos e as suas experiências. Acho procedente a solicitação de V. Ex^a e a acato, particularmente, e a transmito aos demais membros da Comissão.

Neste momento, concedo a palavra ao nobre Senador Moisés Abrão, para as suas considerações.

O SR. WERNER WANDERER — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Peço permissão a V. Ex^a aos Srs. Senadores, Deputados e Convidados, para sair, porque estou sendo convocado para a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Pois não! V. Ex^a tem liberdade para sair, apenas com a nossa lamentação, já que privávamos da sua presença tão ilustre. Com a palavra o nobre Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Dr. Olacyr de Moraes, Dr. Antônio Ernesto, esta CPI foi instalada para apurar as responsabilidades relativas às importações de alimentos ocorridas neste ano. Faço minhas as palavras do companheiro, o Senador Elcio Álvares, mas não poderia deixar também de cumprimentar a iniciativa do Deputado Ronaldo Caiado em convidá-los, um, como produtor rural, homem que tem dedicado quase toda a sua vida à produção, e o outro como presidente de uma entidade de classe, da entidade maior que congrega todos os produtores rurais do nosso País.

Cumprimento a ambos pela explanação que fizeram sobre a conjuntura nacional, sobre os problemas que estão hoje sendo enfrentados pelos nossos agricultores.

Confesso, em particular ao Dr. Olacyr, que a sua explanação me trouxe, talvez, muito mais confusão e perguntas a respeito dessa conjuntura que estamos vivendo. É palpável que a nossa agricultura está mergulhada numa profunda crise,

que não é de agora, que se acentua principalmente nos últimos dez anos, e que está muito ligada à conjuntura econômica em que este País está vivendo.

Tenho comigo que o Brasil nunca foi diferente do que é. Se procurarmos na história deste País, vamos ver que ele tem sido, nos últimos anos, o que hoje é. Não temos poupança interna; nunca tivemos. Sobrevivemos durante todos esses anos com maciços investimentos em todas as áreas, principalmente na agricultura, oriundos da poupança externa. E sabemos também que os seis últimos anos nem sequer recursos oriundos da poupança externa vieram a este País.

A agricultura brasileira, em 80, tinha disponíveis 9 trilhões de cruzeiros para produzir. Em 88, a poupança que era destinada à agricultura foi reduzida para 3,5 trilhões de cruzeiros. Ora, um país que tem um crescimento acentuado como o nosso, repentinamente ter vem uma perda de investimentos na agricultura dessa ordem! Isso faz com que nos preocupemos muito. E preocupamo-nos muito mais quando testemunhamos que hoje, no Orçamento que está nesta Casa para ser votado e aprovado, não há qualquer resíduo de recurso para investimento nos próximos anos.

O Governo Federal tomou uma medida, há cerca de quinze dias, com o pacote agrícola, alocando determinados recursos para a agricultura com o intuito de incentivá-la. Não acredito que, a curto prazo, isso vá trazer resultados. V. S^a disse — e muito bem — que a nossa indústria de fertilizante não está preparada para um crescimento repentino; os nossos produtores de sementes não têm sementes disponíveis; as máquinas que hoje estão no campo se deterioraram, porque os produtores se descapitalizaram e não puderam melhorar os seus equipamentos.

Isso vai fazer com que o custo da produção suba de forma acentuada, já que provavelmente haveremos de ter mercado negro de adubos e sementes e exploração dos produtores na manutenção dos seus equipamentos. Essa é a conjuntura em que hoje vivemos. Importamos tudo: arroz, feijão, milho, carne, trigo e até alpiste para passarinho. Um país que foi produtor, que no ano de 74 exportava arroz subsidiado, hoje é obrigado a se submeter aos plantadores subsidiados de outros cantos do mundo para se abastecer.

Dr. Olacyr, o Brasil enfrenta um problema muito sério, que é a negociação da sua dívida externa. Não acredito, em momento algum, que qualquer investidor estrangeiro venha colocar aqui o seu dinheiro enquanto vivermos nessa conjuntura que estamos enfrentando; ninguém vai investir neste País. É preciso que se negocie a dívida externa, é preciso que volte o relacionamento com a comunidade financeira internacional para que este País possa captar recursos externos para investir, principalmente na agricultura.

Mas a minha pergunta a V. S^a é: enquanto isso não ocorrer, qual é a saída para a nossa agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Tem a palavra o Sr. Olacyr de Moraes.

O SR. OLACYR DE MORAES — Realmente, com a diminuição dos recursos para a agricultura, uma grande parte dos produtores, por exemplo, na área da pecuária, que ficou muitos anos sem ter recursos, aprenderam a se defender e hoje são quase auto-suficientes. A mesma coisa, por exemplo, ocorreu com os produtores de cana-de-açúcar, com os do Estado de São Paulo, principalmente. Como não há financiamento algum, eles praticamente não obtiveram recursos.

Apesar de que também se faz uma grande injustiça contra eles, que são os devedores desse programa da cana. Acontece o seguinte: o Governo contingencia os preços, tabela-os, leva a uma situação muito difícil. Quando o mesmo problema ocorre na Petrobrás, ele autoriza a conversão da dívida externa brasileira. Se é na Embraer, ele também faz a conversão. Os setores oficiais acabam se acertando, com recursos diretos do Governo ou com operações favorecidas. Já os plantadores de cana não têm essa oportunidade. Então, ficam parecendo inadimplentes, os piores elementos do mundo. Mas é que são obrigados a concorrer, por exemplo, na área do petróleo, com uma companhia que é ajudada pelo Governo com números enormes. Eles são penalizados de tal forma que são praticamente amaldiçoados em termos de crédito: o setor do álcool e do açúcar não obtém recurso nenhum.

Mas, por outro lado, não deixa de ser bom, porque os recursos, hoje, praticamente se concentram na agricultura do arroz, feijão, milho, soja; o resto, praticamente, não recebe recursos.

O problema mais sério mesmo foram os impostos. Criou-se o ICM, e depois o ICMS. O "S" indica a cobrança do ICM sobre o transporte. Vejam, então, que quem está em São Paulo e transporta para o porto de Santos, paga dez, vamos supor; ele vai pagar o imposto sobre esses dez também, que é o frete; quem está na região de Nova Fronteira, que paga 50 ou 60, vai recolher o ICM também sobre o frete. Ou seja, quanto mais precária e difícil a situação do produtor, mais ele é penalizado; é um auxílio ao inverso. Você cobra o imposto porque ele está em uma situação adversa, está mais longe e tal. Criou-se esse imposto.

Há também o problema dos juros, que são altíssimos. Nas condições em que se estavam oferecendo recursos para a agricultura, não há interesse, porque se pegava o recurso apenas para tentar não quebrar, para ver se acontecia alguma coisa mais na frente. Esse problema de se pagar 30%, 40% de juros reais, com essa inflação, é absolutamente impossível.

Agora, de uma maneira geral, acho que o que é preciso, hoje, não só na agricultura, é um movimento, no Brasil, que dê a impressão clara de que o País mudou. Temos que fazer determinadas mudanças em nossa Constituição que, infelizmente, outorga muitos benefícios e nenhum dever. Todas as pessoas têm direito à educação, à saúde, ao lazer, à aposentadoria precoce, ou seja, direitos, direitos, direitos; os Estados ficam com tanto por cento dos recursos da União. E vai se somando isso até que se chega a um ponto em que quem vai pagar são, infelizmente, os mais pobres, porque tudo leva a crer que vão cobrar impostos sobre os salários. Porque as empresas, no ano passado, 50 ou 60% delas, tiveram prejuízos. Não tem mais como recolher impostos. Acho que sonhamos um pouco demais em termos de poder, querer fazer as coisas; achamos que o Tesouro Nacional é absolutamente inesgotável e passamos a impressão, a todas as pessoas, de que elas estão cheias de direito e com muito poucas obrigações.

Infelizmente, as classes menos favorecidas, que são os pobres do Brasil, vão sofrer a cobrança de impostos. Porque tal é o problema que se criou — não sei, não pretendo ser aqui o dono da verdade, longe disso — que a impressão que tenho é que é preciso inverter um pouco essas coisas e trazer o sentimento de que todos nós somos responsáveis pelo desenvolvimento.

Achamos que tinha chegado a hora de conquistarmos tudo o que estávamos almejando há muito tempo e foi colo-

cado tudo na Constituição. Temos que fazer uma coisa um pouco mais dentro da realidade.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Agradeço a explanação do Dr. Olacyr. Vou dirigir-me ao Dr. Ernesto. Na sua exposição, V. S.^a colocou muito bem que o País deveria procurar fazer os seus estoques reguladores priorizando o mercado interno; que essa seria a medida justa, porque seria uma forma de premiar os nossos produtores com o fruto do seu trabalho. Mas ocorre que o Brasil não tem produção, porque não tem recursos para fazer produzir, e tem que importar. Como enfrentar o subsídio do produtor lá fora, se não temos sequer recurso para acudir o nosso na sua produção?

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Tem a palavra o Dr. Antônio Ernesto de Salvo.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — Ensina-ram-me, certa feita, Sr. Senador, que a capacidade de perguntar é dez vezes maior do que a capacidade de responder. Então, perdoo-me se eu não conseguir acompanhar a profundidade da sua pergunta.

Sou um produtor rural também, e me parece que o componente fé, o componente acreditar na terra, o componente do idealismo, do verdadeiro sacerdócio que implica a agricultura, se não torna o céu azul, pelo menos o desnuda das nuvens tenebrosas que se encontram quando se aborda o assunto.

A maneira de proteger, não digo o produtor brasileiro, mas a sociedade brasileira da ação neocolonialista do excessivo nível de subsídio que o Primeiro Mundo fornece aos seus agricultores, e que eu quantifiquei, com dados obtidos através de pesquisas junto ao CDE, o grupo dos sete países ricos, em trezentos milhões de dólares, a maneira de nos defendermos contra isso é cumprir a legislação brasileira, que os Srs. Deputados e Senadores, em muito boa hora, criaram no ano passado. Ela obriga a taxação compensatória, que é a razão principal do nosso ingresso em juízo, Sr. Senador, contra essas autoridades que nomeiei. Não foi pela importação em si de alimentos, nem por eventuais irregularidades nesse processo, que desconheço. Mas devo avisar — e, a bem da verdade, aqui estou para isso — que é estranha a diferença de preços entre custo e colocação no País. Caberia não a mim, pela função que tenho, mas a outros setores da sociedade apurar se é normal que alguma coisa que custou 650 dólares na Europa custe 1,200 a 1,250 dólares aqui. Os senhores saberão apurar esses fatos muito melhor do que eu. Mas essa questão do cumprimento da legislação brasileira é fundamental, para que o agricultor se tranquilize na sua função de abastecer a Nação. Alguém já disse, e muito bem, que os cento e cinquenta milhões de consumidores são a nossa maior riqueza. Não houvesse mais nenhuma, esta já seria suficiente para motivar uma produção agrícola ponderável.

Mais do que isso, maneira como a distribuição de renda pode ajudar a agricultura brasileira é outra questão que precisa ser aprofundada entre nós. Um dos órgãos de mais respeito na avaliação das estatísticas disponíveis no Brasil informou, certa feita e em off, que a produção rural brasileira não agüenta 5% de acréscimo real à massa salarial. Se fosse possível se obter isso por papel, ou seja criar-se no Brasil uma melhoria de distribuição de renda através do aumento da massa do salário dentro do PIB, não teríamos contrapartida agrícola para responder a esse aumento prontamente. Mas teríamos um fator de indução à produção agrícola, que talvez seja

o que mais nos falte hoje. Não nos consta a nós, da agricultura, que as classes de média para cima tenham necessidade de abastecimento. Nelas já se come bem, talvez até mais do que seria razoável, haja vista a quantidade de spas, de centros de emagrecimentos que este País tem. O nosso setor social está mais do que suficientemente abastecido em carne, leite proteínas nobres. Precisamos abastecer, isto sim, a enorme massa da população brasileira que, não dispõe de poder aquisitivo.

Cria-se aí, no meu entendimento, um nó górdio, que tem de ser desatado pela sociedade através de dois fatores: uma maior importância social à agricultura, muito mais devida à sua obrigação social de abastecer a cidade, e um aumento da renda do assalariado brasileiro, para que ele possa adquirir o que for produzido a mais.

Tenho uma velha tia que mora no interior de Minas que é sóbria, como os velhos costumam ser. E ela diz com muita sabedoria: “É fácil saber, no meu Curvelo, quem é o mais bobo da cidade: é o produtor rural, que está no topo da lista dos que produzem mais leite na cidade. O segundo mais bobo é o segundo da lista, o terceiro, é o terceiro”. Que País, é esse, onde produzir mais é cada vez pior, porque não há quem compre, e, quando se compra, é cada vez por preços reais menores, como demonstram os dados?

Saí da minha seara e entrei na seara do Dr. Olacyr, o que é uma ousadia que não costumo cometer. Mas já entrei e agora tenho que sair. Precisamos de pouca inflação e distribuição de renda. Eu acredito na criatividade da nossa agricultura: ainda que sem poupança interna e sem resposta imediata e a curto prazo, como no passado, acredito que saberemos, no futuro, produzir as cento e trinta milhões de toneladas de grãos de que o Brasil precisa no ano 2000, sem pagar dívida social nenhuma, só mantendo um ritmo de crescimento razoável. Acredito que os dois pontos fundamentais para que a agricultura tenha um tratamento social adequado são a queda da inflação e uma melhor distribuição de renda.

A distribuição de renda é importante, mas mais importante é o fato, que não tem o menor sentido, de o indivíduo que só come arroz, feijão e mandioca pagar ICM sobre esses alimentos. Pode-se cobrar ICM de automóvel, do que quiser, mas eu não entendo por que, no Brasil, pobre, o miserável tenha que pagar 25% de impostos, ele que já ganha salário mínimo. E há uma sonegação brutal: ninguém paga imposto sobre o feijão, sobre a carne; se contarmos os couros de bois, veremos que seu número é três vezes maior do que o de bois abatidos. É um negócio até folclórico no Brasil. Há uma sonegação brutal nessa área. Mas não tem sentido se cobrar impostos em cima de arroz, feijão, mandioca e outros alimentos básicos. Tem que se transferir isso para outras áreas e, puro e simplesmente, isentar esses produtos de impostos.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Agradeço ao Dr. Antônio Ernesto pela resposta. Vamos trabalhar para vivermos esse Brasil bom, alegre, feliz, onde a distribuição de renda seja justa, onde a nossa população possa ter acesso ao mais simples alimento, para poder sobreviver. Mas esse não é o Brasil de hoje: não temos produção, não temos renda, e temos que importar. E se formos trazer o produto importado, que é subsidiado ao produtor internacional, e transferi-lo para essa vasta camada de miseráveis e famintos, vamos matá-los de fome, porque também eles não suportariam a compensação do subsídio.

Acredito que a sugestão do Dr. Olacyr seja, pelo menos de imediato, a melhor solução: isentar-se a população de baixa

renda dos impostos não só sobre alimentos, como também sobre vestuário e nos medicamentos. Esta seria uma forma talvez de levar a essa população mais pobre uma melhor qualidade de vida.

Agradeço a ambos pela sua participação, hoje, aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito. Desejando-lhes muito sucesso e felicidade diante desse grande desafio que cada um tem pela frente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Tem a palavra o nobre Senador Elcio Álvares.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Do debate que está surgindo, fica a certeza de que tudo é possível, quando há determinação e vontade políticas.

Vamos inverter os pólos, já que nós, Parlamentares, estamos hoje aqui exatamente para ouvir. Eu gostaria de transmitir, inclusive ao Dr. Olacyr de Moraes e ao Dr. Antônio Ernesto de Salvo, o pensamento dominante hoje no Congresso Nacional, porque sinto que há uma distonia. Na área de agricultura, há uma solidariedade natural. Talvez ela seja, dentro do Congresso Nacional, o grupo mais atuante. Gostaria de passar o nosso pensamento e me identificar um pouco mais. Tenho apoiado o Governo do Presidente Fernando Collor desde o dia em que cheguei aqui, em fevereiro. Não fui ajudado pelo Governo; pelo contrário, todos os elementos políticos ficaram contra a nossa candidatura no Espírito Santo. Mas entendi, como acho que devem entender todos os brasileiros, que deveríamos dar uma colaboração ao Governo, no sentido de tornar viáveis as propostas consideradas realmente exequíveis e boas para o País. E vou fazer uma revelação agora: por incrível que pareça, não conseguimos ser Governo. O meu Partido, o Partido da Frente Liberal — e eu vejo com uma tristeza imensa o noticiário — é apresentado como partido fisiológico, de homens sem vontade, política, que votam com o Governo de qualquer maneira. Não é assim: é um grupo de parlamentares, principalmente senadores — e isto me inquieta, porque onde o Governo deveria ter maioria é exatamente no Senado da República, a Câmara Revisora. Acho que o quadro do Governo nesta Casa é muito pior politicamente do que na Câmara dos Deputados. E lamento essa toada que se fez em torno do Emendão, uma discussão, me perdoem, estéril, porque houve uma saturação natural em toda a mídia. Vamos chegar a uma conclusão que vai talvez pesar um pouco sobre o Congresso, que é a da não-solução, do não-desate do dolo, o que é pior, e uma perda de tempo. Não sei se o País poderia suportar esse interregno do debate, que não vai levar a coisa nenhuma, porque já se erigem naturalmente as forças políticas.

O Governo está pecando exatamente por falta de determinação política em manter o diálogo não só na área política, que é grave — aqui dentro desta Casa, votamos porque temos consciência da nossa posição — mas também com todos os setores.

Eu gostaria de fazer a primeira colocação. Até por convicção minha, sou um homem que busca caminhos aqui dentro, que procura encontrar caminhos que transformem o seu mandato em instrumento em favor do povo que o elegeu. Eu gostaria de saber se há determinação do Governo, ou seja, dos vários setores ligados à agricultura, de manter um diálogo saudável e, se por acaso existiu esse diálogo, se ele teve algum sentido produtivo. Ou estamos vivendo exatamente o que está ocorrendo em relação à classe política: um diálogo que não prospera, um jogo de faz-de-conta que não leva a nada,

apesar de estarmos vendo que, a cada dia que a coisa passa, se agrava a crise nacional. Esta é a pergunta que faço a ambos, que são homens inteiramente afinados e identificados: tem havido, da parte do Governo, vontade política de dialogar no sentido de conselho?

O SR. OLACYR DE MORAES — O Presidente da República deu a Pasta da Agricultura a um rapaz de 29 anos. É um rapaz bom, esforçado, mas tinha apenas 29 anos. O nosso Presidente da República também só tinha 40 anos de idade quando assumiu. As pessoas nessa faixa de idade vêem as coisas não muito dentro da realidade e têm o ímpeto da juventude. Além disto, lamentavelmente, a parte da Fazenda e até as decisões com relação à agricultura ficaram muito na área econômica do Governo. Não é que havia um desejo de fazer as coisas erradas, mas a visão da área econômica e financeira não é bem a visão da agricultura. Naquele primeiro momento do Governo, realmente a coisa foi assim: os banqueiros achavam que podiam cobrar, porque tínhamos condições de pagar, que era choradeira de agricultura. Tivemos a nossa Ministra Zélia, também muito jovem, com todas aquelas idéias de reforma. Ou seja, foi um governo eminentemente de jovens.

Tivemos um grande amadurecimento nos últimos dias. As últimas medidas que foram tomadas, embora lamentavelmente tardias, mas que ainda darão algum efeito, foram bastante positivas. A realidade crua dessa queda brutal que tivemos na produção alertou os homens de Governo pela seriedade do problema. Imagino que eles devam ter tomado até um enorme susto, quando viram as estatísticas que ocorreram na agricultura e com as previsões imensamente trágicas que temos para o próximo ano. Se elas não se reverterem, teremos de importar 15 milhões de toneladas de grãos, gastando para isso 15 milhões de dólares. Isto seria extremamente trágico.

Acho, então, que havia a intenção, mas desconhecimento e falta de vivência dos problemas; uma boa intenção, mas desconhecimento, falta de vivência dos problemas, uma boa intenção, que, infelizmente, não foi eficiente, porque foi a visão de pessoas muito jovens e sobre o problema e com todo aquele ímpeto de governo novo. Mas, por outro lado, eu tenho que reconhecer que acho que, talvez, de algum tempo para cá, esse diálogo vai melhorar e há uma tendência de melhorar muito daqui para a frente, mesmo porque o Brasil não tem outro caminho.

Não vou dizer que foi uma postura positiva, não foi, deixou muito a desejar, mas acho que está sendo corrigida e espero que seja corrigida a tempo de se fazer alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Agora, as considerações do Dr. Antonio de Salvo.

O SR. ANTONIO ERNESTO DE SALVO — Na Grécia antiga, o soldado que lutava mal era condenado a dois anos de trabalho no campo. Isso dá uma idéia do tempo em que penamos.

Gostaria que cada Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento do Brasil fosse obrigado a colher duas safras. Infelizmente, só colhe uma e sai. Então, as bobagens que faz não dá para aprender e corrigir nas outras. Deveria ter um ato de humildade e ser obrigado a tratar do abastecimento numa safra seguinte.

Nunca tivemos um Ministro tão difícil de diálogo como a Ministra Zélia. A ótica do viaduto do Chá ou da praia

de Copacabana ou do viaduto de Santa Teresa ou de qualquer outra cidade que se queira dar como sinônimo da noção urbana da sociedade brasileira, hoje, parece que há um vírus que corrói os Ministros e eles passam a enxergar o Brasil até as periferias das grandes cidades e se esquecem que ele tem que viver à custa de um campo que tem além daquilo que o Brasil mesmo e que também de onde resulta a menor ou maior satisfação de uma vida numa grande cidade.

Por outro lado, respondendo objetivamente a pergunta do Senhor sobre o diálogo: nunca encontrei até hoje na minha vida de fazendeiro, de representante de classe que tenho a honra de ser, um Ministro tão humilde, tão modesto, tão patriota, tão competente, tão honesto como o Sr. Ministro Cabrera, com toda sua pouca idade. A sala dele nunca esteve fechada para a solução de uma questão.

Lembro-me do Bolo de Noiva onde equipes nossas andaram ajudando na formação da política do Governo, onde se ia cortar o Ministério da Agricultura e, a exemplo de outros países da América Latina, transformá-lo num apêndice do Ministério da Economia — o que não é de hoje, é da história recente do Brasil.

O Ministro da Agricultura é um mágico que tem que produzir uma safra a custa de recursos que ele não manobra, não dirige, com um Ministério que é uma casca de ovo vazia e a cada dia mais vazia, deformada, deturpada, sem pessoal, sem recursos, mas diálogo nunca faltou. E agora, a bem da verdade, também com o novo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, devo dizer que em matéria de chá e simpatia, temos tido o que conseguimos beber e sentir. Mas, pouca coisa além disso.

Entretanto, outra vez a bem da verdade, noto que pelas recentes posições do Senhor Presidente da República que, em última análise, é o responsável por esse concerto que rege, que apesar de jejuno no uso das palavras relativas à agricultura — e isso era nítido; quando a gente ouvia pronunciamentos do Senhor Presidente, notávamos que Sua Excelência não tinha aquela intimidade com o trato das palavras, mas começou a procurar pronunciá-las como um menino que aprende a balbuciar um vocábulo novo, me parece que até o Senhor Presidente da República, em função provavelmente do agravamento das questões de abastecimento (estão aí os alimentos a pressionar fortemente a inflação para cima) começa a entender o que é safra, como ele falou, do verão e não de verão, mas já é alguma coisa, porque não se falava de verão e nem de safra. Falta corrigir a preposição, mas já há uma sensibilidade muito maior.

Então, fica o meu registro, de maneira clara, que ao Ministério da Agricultura, no que tocou a ele e no que ele pôde fazer em matéria de procurar solucionar com correção as questões da entidade que dirijo, nunca faltou absolutamente nenhum apoio.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, Deputado Cunha Lima, gostaria de antecipar, para conhecimento dos dois eminentes convidados, que estivemos numa reunião, há duas ou três semanas, com o representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, aqui no Senado.

O Senador Moisés Abrão inclusive esteve ao nosso lado. Aconteceu um fato interessante: congregamos os Senadores que têm dado ao Governo uma certa sustentação e fomos participar do debate para tomar conhecimento da parte, porque tínhamos que toda essa história do Emendão era o chamado ajuste fiscal, que iria ser realmente mais penoso ainda para o contribuinte brasileiro. Tivemos uma sabatina até muito

acirrada, muito dura e sentimos que havia uma predisposição do Senado em relação à política econômica do Governo.

E lá aconteceu um fato notável: um Senador da região Centro-Oeste, Senador Levy Dias, lançou a idéia, que o nosso ilustre convidado também não rebateu, de que o Brasil, na verdade, estava numa concordata e que qualquer firma que estivesse em concordata teria de fazer com que seus gastos fossem reduzidos e que a aplicação do capital fosse feita no fundamental. Aí veio a grande crítica contundente, com um resultado que é muito importante para todos aqueles que estão vinculados à agricultura: como o Governo, que não tem dinheiro para financiar a agricultura, vai começar um programa de CIAC a esta altura? Como o Governo vai fazer uma linha vermelha beneficiando 3% da população brasileira, deixando de lado a grande massa, que é dos desvalidos que precisam se alimentar? Foi muito importante a solução de que aqueles que podem comprar ainda têm o que comer; mas aqueles que não podem comprar têm que encontrar uma forma de comer e de sobreviver.

Então, à unanimidade — isto quero deixar registrado —, todos entendemos que o Governo só tem uma prioridade: a agricultura, nada mais. Qualquer tipo de programa, a esta altura, pode satisfazer a vaidade de um e de outro, mas não vai levar a nada.

Gostaria de solicitar neste instante, já que estamos colocando o plano institucional, e o nosso Senado não tem infelizmente Comissão de Agricultura, que a Confederação, através de seus principais líderes, realizasse conosco, Senadores, um seminário intensivo do momento atual da agricultura. Tive a humildade de confessar que não sou um homem afeito aos problemas da agricultura. A minha linguagem deveria ser igual à do Presidente Collor, se eu ousasse falar mais um pouco sobre agricultura. Mas acho que, aqui dentro do Senado da República, o setor vai ter um apoio vigoroso, quase a unanimidade. Poderíamos levar — quem sabe? — incorporados, como já aconteceu à Bancada da agricultura lá na Câmara dos Deputados, a palavra do Senado ao Presidente, para que Sua Excelência compreenda que é fundamental, a esta altura, priorizar a agricultura, deixando de lado esses programas que venham a corroer o nosso desvalido Erário, cujo retrato está aí no nosso Orçamento. É profundamente triste a ameaça de, até o mês de dezembro, não termos dinheiro sequer para pagar a folha de funcionários. É muito grave!

Gostaria de fazer esta colocação e fazer este apelo: se pudéssemos realizar isso tranquilamente em um ou dois dias aqui com os Senadores — tenho certeza de que todos vão comparecer — e adensar mais o debate que hoje se instaura aqui através da CPI.

Na Câmara dos Deputados, tenho conhecimento, a Comissão de Agricultura é muito atuante, tenho conhecimento porque acompanho. Quero até fazer um registro aqui sobre o Deputado Ronaldo Caiado, cuja pregação eu acompanhei: no Brasil, quando se vende uma idéia, e ele foi tão combatido, é no sentido de proteger realmente o respectivo setor.

A esta altura, começam as interpretações políticas, todas objetivando não dar veiculação à idéia, que é a idéia real. Acompanhei os programas. Fui eleitor até certo ponto: não votei no Presidente Collor, também não votei no Lula, eu não tinha rumo político — imaginem um candidato o Senador declarar isso! Mas era aquele meu quadro que ficou intimamente.

Estou dizendo isso porque acredito que é necessário um esforço nosso. Todos nós, Parlamentares, afinal de contas,

decidimos; é que esta Casa ainda não percebeu que, em última instância, nós decidimos tudo. Cada vez mais somos concessivos e vamos deixando que as coisas se propaguem da maneira até profundamente maléfica em relação ao País.

Proponho neste momento, com a maior sinceridade e com a maior objetividade e patriotismo, vamos intensificar esse diálogo. Os problemas do Dr. Olacyr de Moraes eu acompanho através dos jornais. A sua luta é admirável. Ele tem que encontrar apoio em nós. Somos advogados naturais e gratuitos daqueles que querem trabalhar em favor do País. Essa proposta é válida; talvez nos falte o conhecimento técnico num determinado momento, mas nos suplementam com o conhecimento técnico, para que possamos chegar num ponto de objetividade.

Tenho duas perguntas muito objetivas em termos da CPI propriamente dita; mas eu me cingiria neste momento a esses comentários. Eu me gratifiquei muito. Gostaria de ter vindo mais cedo, mas havia três CPI hoje na Casa. Pode não haver produção na agricultura, mas, aqui no Senado, temos uma produção intensa de CPI, que também não levam a coisa nenhuma lamentavelmente, algumas até com resultados não muito bons para a imagem do Congresso.

De minha parte, representante do Estado do Espírito Santo, gostaria de manifestar a ambos, inclusive ao Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, o meu sentimento, porque conheço a sua atuação; e ao Dr. Olacyr de Moraes desejo que possa renovar sua fé. O Brasil precisa de homens da sua ténpera, do seu valor e que tenham noção exatamente da participação de cada um de nós dentro do processo econômico.

Deixo, então, como minhas palavras derradeiras nesta fase institucional, minha homenagem a ambos os depoentes que aqui vieram com tanto conhecimento de causa. A partir de hoje, a causa da agricultura ganhou mais um representante dentro do Senado com inteira receptividade para as teses e para as lutas que porventura tenham, principalmente em relação ao Governo, que deve acordar imediatamente, porque não podemos esperar mais tanto tempo, como tem ocorrido até agora.

O SR. ADELMO LEÃO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ADELMO LEÃO — Só para informar ao nobre Senador, e por dever de justiça, que a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados se tornou um fórum de debates, onde está presente toda a representação rural do País através da CNA, da OCB, da Sociedade Rural Brasileira, Ministério da Agricultura, da Economia, do Banco do Brasil. Desde o último mês de março, quando assumimos, todos nós, Deputados — 57 efetivos e 47 suplentes — somos um corpo só, ao lado dessas entidades já mencionadas por dever de Justiça, informo a V. Exª, Sr. Senador, que o trabalho que a Comissão realiza é um trabalho conjunto, onde os méritos são distribuídos entre aqueles que compõem a Comissão e as entidades que ali permanecem diuturnamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — A Presidência registra a presença do nobre Senador José Eduardo, que, mesmo não pertencendo à Comissão, eleva o nível dos seus trabalhos. Gostaria que S. Exª se sentisse como integrante

da Comissão e que, se quiser, se aproxime da mesa para participar dos debates.

A Presidência gostaria de expressar um sentimento que se lhe aflora. Pela colocação do nobre Senador Elcio Álvares, notei que S. Exª se preocupou um pouco com o rumo que os trabalhos desta Comissão tomaram hoje. Eu, como Presidente, a quem cabe orientar e dirigir os trabalhos da Comissão, sinto-me realizado e tranquilo. Hoje, esta Comissão não analisou precipuamente os efeitos, mas abordou, através dos seus dois palestrantes, as causas e origens dos males que afligem a Nação e que resultaram em importação de produtos, que geraram controvérsias e dúvidas, razão pela qual esta Comissão foi constituída. Ela está, portanto, dentro do tema.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, gostaria de me dirigir objetivamente ao Presidente da CNA, inicialmente. Pergunto ao Dr. Antônio Ernesto de Salvo se ele acredita que tenha havido irregularidade na importação de carne, o que motivou, inclusive, o processo que já está na Justiça em nome da CNA e da CPI ora instalada.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — Desconheço objetivamente se há irregularidade no ato da importação. A irregularidade que entendemos é o descumprimento da lei agrícola que obriga a taxação compensatória no produto importado de país que subsidia a agricultura. Esta é a irregularidade que nos moveu a entrar em Juízo. Quanto a eventuais irregularidades no ato de compra, desconheço.

O SR. RUBENS BUENO — Faço a pergunta, Sr. Presidente, porque tivemos, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a presença do Presidente da Conab — companhia Nacional de Abastecimento, Dr. Buschero. Ao depor nessa Comissão, presidida pelo Deputado Odelmo Leão, ele fez afirmações de estarrecer; não só à Bancada presente à Comissão de Agricultura, mas sobretudo à Nação brasileira, chegando a dizer, desobedecendo à lei, que não teria como realizar, no Brasil, um bom trabalho se não fosse importante, desconhecendo qualquer tipo de proibição legal.

Diante desse fato, e com as declarações que V. Sª apresentou aqui, hoje, de que não havia a necessidade da importação de carne, fica claro, para nós, que o Dr. Buschero é um irresponsável. Não diria despreparado, porque o considero é preparado demais, mas está deixando muito claro, também, que está havendo favorecimento de grandes grupos nacionais e internacionais.

Por esse motivo, Dr. Antonio Ernesto, toda a bancada da Comissão de Agricultura, ouvindo o Professor Dércio Garcia Munhoz e a Assessoria Legislativa da Câmara, elaborou um projeto, criando um fundo de apoio à agricultura, baseado em 15% das emissões do Banco Central e 10% dos depósitos compulsórios. Esse projeto, apresentado com as assinaturas de todos os membros da Comissão de Agricultura, deverá iniciar sua tramitação já na próxima semana, exatamente para fugir de toda uma situação em que nos vimos presos, com relação à Conab e por ocasião da declaração do Dr. Buschero. Ora era o orçamento culpado, ora o próprio Congresso, ou seria o Congresso o salvador da pátria para o futuro, em virtude, exatamente, do descaso por que vem passando a agricultura?

Diante disso, gostaria, também, de passar algumas questões ao Dr. Olacyr Moraes. Fico muito orgulhoso de recebê-los aqui, é claro. Não tenho um palmo de terra, não produzo, não sou agricultor, mas somos do Paraná, Estado que tem

uma presença muito forte em termos de economia nacional, com base no setor de agricultura.

Quanto à questão do subsídio, V. S.^a colocou aqui, em determinado momento, em turnos de valores, de subsídios, inclusive a Europa, os Estados Unidos e o próprio Japão; e perguntou se a economia nacional, como um todo, suportaria também esse tipo de subsídio. Essa é a grande questão que vem sendo colocada pelos técnicos do governo.

Outra questão é de que, colocado o problema orçamentário do Governo, estamos vendo na proposta orçamentária para 1992 um crescimento zero, em valores para a agricultura. E ali, especificamente, há valores em torno de 298 bilhões de cruzeiros para a aquisição de produtos agrícolas, sabendo-se que vamos diminuir bastante a produção, em virtude de todos esses episódios, que atentamente acompanhamos aqui no desenrolar dessa reunião: talvez tenhamos também que importar mais alimentos do que estamos importando hoje. Basta ver a questão do milho, onde há necessidade de 26 milhões de toneladas; estamos produzindo 23 milhões e 700, algo em torno disso, além disso, os custos das sementes e dos insumos é alto.

Finalmente, apenas um comentário, com relação ao último pacote agrícola anunciado pelo Sr. Ministro.

Gostaria de lembrar a presença marcante e firme da Comissão sob o comando do Deputado Odelmo Leão, que, em audiência com o Presidente da República levou, com muita firmeza, essas questões e, no outro dia, Sua Excelência junto com o Ministro da área, anunciou o pacote agrícola, onde ficou apenas um senão, que precisa ser muito discutido e debatido neste País para que possamos ser considerados um país sério. E, se estamos na Comissão de Agricultura, estamos aqui representando o povo brasileiro, queremos ver este País sério.

O que é a questão da anistia? A Constituinte já pregou uma grande peça, a este País, instituindo caloteiros, e agora o pacote veio trazer mais esses benefícios. Sabemos das dificuldades do produtor, sabemos que há dificuldades em pagar, sabemos das condições, inclusive do preço da soja dessa última safra, quando mostramos ao plenário, com planilha de custos, que havia até prejuízo na colheita, com relação aos preços de junho; mas não podemos concordar, de forma nenhuma, que os produtores nos meses passados, setembro, ou agosto, venderam propriedades para honrar os seus compromissos de banco. Estamos vendo, agora, produtores recebendo um favorecimento, protelando essa dívida e ainda com juros mais baratos.

Apenas um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Odelmo Leão) — Com a palavra o Dr. Olacyr.

O SR. OLACYR MORAES — Queria fazer algumas pequenas observações. Em primeiro lugar, no que se refere ao Ministro da Agricultura. Eu citei a sua juventude, mas isso não quer dizer que S. Ex.^a não se tenha empenhado muito e trabalhado: quis dizer que as dificuldades, com um Presidente extremamente jovem e um Ministro mais jovem ainda, talvez ainda não se tenham entrosado. Não foi com o intuito de dizer que S. Ex.^a não se tenha empenhado, porque realmente se empenhou.

Outro fator que quero esclarecer, de ordem pessoal, é o seguinte: tenho mais de 60 anos de idade, mais de 30 em empresas, ganho dinheiro bastante em outras atividades, inclusive no setor financeiro. Vocês tiram recursos da construtora,

do setor financeiro, dessas outras empresas para fazer a agricultura e não tenho pretensões de ganhar dinheiro na agricultura, não preciso. Com minha idade, estou supersatisfeito com o patrimônio que tenho, não há nada que me compre no mundo, seria impossível isso, é apenas uma observação. Realmente, fazemos agricultura por gostar, sem nenhum objetivo financeiro; e sentimos ao ver as dificuldades. Imaginem um produtor agrícola que não tem as mesmas possibilidades que nós; passam dificuldades. Imaginem esses coitados, o que devem ter atravessado; realmente são verdadeiros heróis.

Agora, quando o Senhor se refere ao problema do subsídio, creio realmente que não há necessidade dele para a agricultura; apesar de o mundo todo subsidiar pesadamente a agricultura, aqui no Brasil, por enquanto, nem haveria necessidade disso. O que precisamos é que haja crédito igual ao que os nossos concorrentes internacionais têm, 9%, 5%, 2%, e não de 30%, 40%, como se cobra aqui no Brasil. Em segundo lugar, que não se cobrem impostos da forma como se faz na agricultura. No Brasil faz-se o contrário do que se faz no resto do mundo. Que se providencie um sistema de portos mais eficiente; temos uma lei no Congresso, que precisa ser aprovada, deixando a iniciativa privada atuar nos portos: que o nosso sistema de transporte seja mais eficiente: ou seja, fazer uma melhoria na infra-estrutura, nos portos, juros adequados com os do mercado internacional. Não precisamos de subsídio, pelo menos é a impressão que tenho: com o mercado interno que temos, não há necessidade de subsídio na agricultura brasileira; seria um erro. Não sei se o meu companheiro pensa assim, mas, atendidos esses fatores, baixando-se o preço dos alimentos, na forma de redução de impostos, teríamos mais consumo e segurança. Deve-se evitar isso que está sendo feito, trazer produtos subsidiados que nos esmagam; entressafra, por exemplo, por que a carne custa mais caro? Porque o boi é mais magro na época da seca. Ele tem que ser tratado com ração e os confinadores ficam completamente desestimulados, porque se há confisco naquela hora ou tabelamento, o criador tem prejuízo e no ano seguinte não faz. Quer dizer, quebra-se completamente aquela rotina. De maneira geral, é isso.

V. Ex.^a perguntou mais alguma coisa, ou seria somente isso?

(Intervenção longe do microfone.)

No Brasil há um certo paternalismo, e isso não deixa de ser um erro, porque, quando se faz o seguro agrícola, integralmente — vou até falar contra a minha classe —, o agricultor encosta o corpo, um pouco. Se ele não tem tanto seguro, se é um produto de alto risco, ele evita produzir aquilo, procura se adaptar. Se é dado um seguro de 100% — conhecemos o brasileiro — ele vai deixar a coisa correr; é um erro esse seguro de 100%. De subsídio, sinceramente, não precisamos; não quero falar em nome da agricultura mas, pelo sentimento que tenho, penso que se atendêssemos ao problema da diminuição dos impostos, juros adequados, recursos no momento certo, isso seria suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Odelmo Leão) — Com a palavra o nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nobre Relator, Srs. Deputados, demais convidados, em especial, o Dr. Olacyr de Moraes, e o Dr. Antônio Ernesto, que atenderam ao nosso convite e vieram aqui dar-nos esta oportunidade, para que aprendêssemos, juntos, também em relação à agricultura brasileira e à praticada interna-

cionalmente, e dar-nos condições para que pudéssemos avançar, na CPI, em relação à apuração das irregularidades nas importações praticadas pela Conab.

Gostaria de fazer perguntas curtas e rápidas para que pudéssemos, num curto espaço de tempo, não cansando demais nossos palestrantes, pelo menos esclarecer algumas dúvidas que tenho.

Dr. Antônio Ernesto, e Dr. Olacyr, perguntaria aos Senhores: na época da reforma ministerial, os Senhores perceberam essa vontade, por parte do Governo, de transformar o Ministério da Agricultura em Secretaria, quer dizer, desativar, diminuir-lhe o poder? Era mais uma vontade da Presidência ou da equipe econômica que coordenava essa alteração ministerial, essa mudança que o Governo implantou?

O SR. PRESIDENTE (Odelmo Leão) — A quem V. Exª dirige a pergunta?

O SR. RONALDO CAIADO — Ao Presidente da CNA.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — Deputado Ronaldo Caiado, o nosso vice-Presidente e atual Presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais, Dr. Gema Rodrigues, participou dos trabalhos do “bolo de noiva”. Tenho a impressão de que a pergunta que V. Exª fez não é quanto à reforma ministerial mas quanto à constituição do novo Governo. Não é isso?

O SR. RONALDO CAIADO — Exatamente.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — Quando se depõe, é difícil expressar opiniões de terceiros. Mas a pergunta me é dirigida e faço a ressalva porque não participei; assim expressei a opinião do companheiro que participou, às expensas, da Federação de Minas, que me reportava, semanalmente, o que ocorria. As pressões vinham da área econômica e do Banco do Brasil.

O SR. RONALDO CAIADO — Então, existem aí sinais, de pessoas que, naquela hora, tinham interesse em que o Ministério da Agricultura fosse um apêndice do Ministério da Economia e do Banco do Brasil.

Em segundo lugar, gostaria de perguntar ao nobre Presidente da CNA se — na época em que foi implantado o Plano Collor I, quando impuseram aquele reajuste do IPC às nossas dívidas, e do BTN ao nosso preço mínimo, causando, naquela hora, uma defasagem de quase 42%, se não me engano seria 84 por 42 — V. Sª, Presidente da CNA, e o Dr. Olacyr, tiveram contato com essa equipe econômica, mostrando que, no momento em que a dívida do produtor rural era reajustada por um índice de 84% e o preço mínimo (que seria aquele material com que ele iria pagar essa dívida) seria reajustado com um índice de 42%, isso iria destruir ainda mais o setor e inviabilizá-lo? Gostaria de saber dos Senhores se esse problema foi levado à Ministra, à equipe econômica do Governo e qual a resposta em relação a essa reivindicação do setor para que não sofressem essa penalização.

Dirijo a pergunta ao Sr. Presidente da CNA.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — Se tivéssemos receio de ser taxados como importunos, teríamos minimizado nossa ação. Porque, mais chatos do que fomos, era impossível. Discutimos por mais de seis meses, com ouvidos moucos, por parte dos nossos interlocutores da área governamental. Houve ali um verdadeiro furto, porque o que se cobrou do agricultor não é o que se remunerou o poupador. A questão não é tanto de congelamento de preço mínimo

ou de descasamento entre aos gastos do produtor e o preço do seu produto. A questão é que não se remunerou o produtor de dinheiro no mesmo volume em que se debitou o agricultor. Nunca, por mais que tentássemos, os bancos envolvidos na questão, especificamente o Banco do Brasil, nos deram acesso às contas pelas quais eles reduziram os 84%, a princípio cobrados, para 74%, como uma benesse divina, não porque aquilo resultasse de uma conta a qual tivéssemos acesso; até hoje não aceitamos essa conta, não acreditamos que seja real porque sabemos que existe, aí, um enorme lucro embutido nessa diferença de taxa. O agricultor não esgota a sua paciência nunca; se precisarmos voltar a esse assunto, vamos fazê-lo por mais seis ou dez meses, mas foi impossível resolver o assunto.

O SR. OLACYR MORAES — Foi exatamente aí que começou a derrocada da agricultura. Pedimos, imploramos, esforçamo-nos até a exaustão total. Realmente as alegações foram de que o Banco do Brasil não poderia suportar explicações totalmente sem sentido, tratamento completamente diferenciado dos outros setores. Pela primeira vez na minha vida vi a agricultura ser penalizada de uma maneira absurda e, realmente, houve um empenho de toda a classe. Não tenho a mínima idéia de quais as forças movimentadas para conseguir fazer com que prevalecesse um tamanho absurdo como aquele.

O SR. RONALDO CAIADO — Gostaria de lembrar alguns pontos: em primeiro lugar o interesse, especialmente por parte da equipe econômica e do Banco do Brasil, para que a agricultura fosse apenas uma Secretaria e não um Ministério; segundo ponto, impôs-se uma taxa de reajuste das nossas dívidas, que seria, como colocou o Dr. Olacyr, talvez um golpe mortal, desarticulando aquele resto de agricultura que ainda havia e o Presidente da CNA colocou que, além disso, um furto foi praticado, porque o poupador não recebia o que estava sendo cobrado do produtor rural.

Sr. Presidente da CNA, Dr. Antônio Ernesto, e Dr. Olacyr, V. Sª poderiam dizer-me em quem confiava a Ministra Zélia, quais as pessoas, para falar sobre a agricultura? Porque S. Exª, acredito, não sabe diferenciar um pé de milho de um pé de arroz. Os Senhores poderiam informar-nos quais as pessoas mais atuantes, que tinham credenciais do Ministério da Economia para que pudessem levar esses planos ou apresentar o Plano de Política Agrícola para o País, na época da Srª Ministra Zélia?

Essa pergunta é dirigida ao Sr. Presidente da CNA, Dr. Antônio Ernesto, e ao Dr. Olacyr.

O SR. ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO — É uma resposta subjetiva, na medida em que custamos a identificar, com precisão, de onde emana o comando central da política definida naquela ocasião, pelo Ministério da Economia. Os nossos interlocutores mais frequentes eram o Dr. Eduardo Teixeira e o Dr. João Mauro Buschero. Quando o Dr. Eduardo Teixeira foi alçado a outros vãos mais pertinentes com a sua vocação, seu substituto passou a ser o nosso interlocutor contumaz. Diria que se eu estivesse longe da verdade, não estivesse exatamente na verdade, não estaria longe dela, quando dou essa informação.

O SR. OLACYR DE MORAES — Em conversas que tive com a Ministra, S. Exª apenas chamava um ou outro secretário, mandava anotar os problemas, para ver depois. Não tenho informações para dizer que era fulano, beltrano ou sicrano. Uma hora chamava o Eduardo Teixeira; outra, o Camargo e eles anotavam os fatos mas a mim não dava

a impressão de que aquele elemento estava designado com força para resolver aquele tipo de problema.

O SR. RONALDO CAIADO — Desculpem estar insistindo nessa colocação, mas, acredito que, neste momento, e quando a Comissão de Agricultura ouviu o Senhor Presidente da República, notávamos a maneira com que Sua Excelência ficou escandalizado ao saber que o Brasil estava gastando 2 bilhões de dólares e importando 8 milhões de toneladas de grãos. Quer dizer, a surpresa, pelo menos dava-nos direito a deduzir que o Presidente, naquela hora, estava recebendo informações que não eram exatamente aquelas que pensava estar acontecendo em relação à agricultura brasileira.

Continuando a pergunta em relação ao segundo Plano Collor. Quando o preço dos produtos foram congelados, e sobre os empréstimos mais uma vez incidiu a TR, nesse período em que o preço havia sido mantido por aquelas tabelas de congelamento, mais uma vez o setor era penalizado, ou seja, plantava-se em um plano econômico e colhia-se um outro. Nesse ínterim, no meio da safra, o agricultor era sempre apanhado com normas ou pacotes econômicos, com os preços congelados e a dívida reajustada.

Nesse momento — gostaria de saber do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura e do Dr. Olacyr — V. S^{as} tiveram, novamente, reuniões com a Ministra Zélia e com a equipe que discutia esses assuntos, ou seja, Eduardo Teixeira ou o Sr. Buschero, para mostrar que o setor não suportaria de novo esse reajuste na sua dívida, sendo que o preço mínimo, mais uma vez, estava congelado? Se houve essa reunião, gostaria de saber qual foi o sentimento da equipe econômica e se eles se mostraram sensíveis para que o setor não fosse mais uma vez penalizado, em apenas dois anos, repetindo a dose.

O SR. OLACYR DE MORAES — Novamente a resposta é afirmativa. As notícias nos foram dadas, numa reunião no Ministério da Economia, pela própria Ministra Zélia e foi colocada, na ocasião, nossa insatisfação com a repetição dos mesmos erros. O assunto ficou sem resposta como, de resto, está até hoje.

O SR. RONALDO CAIADO — Com isso, podemos concluir uma coisa só: não existe nada de desinformação e nem de desconhecimento; existe, sim, uma intenção clara, cristalina, de desestabilizar o setor produtivo primário e viabilizar as importações.

Não é por acaso que o Ministério da Economia transformou o Ministério da Agricultura num simples apêndice; destituiu o Sr. Ministro de todos os poderes e os transferiu aos seus subordinados diretos, como o Sr. Eduardo Teixeira e o Sr. Buschero, para que determinassem a política agrícola do País e repassassem essa mesma política como sendo a política que viabilizaria o País com grandes safras. Nessa hora, ele disse: daremos ao País 309 bilhões para a safra 91/92, contando todo aquele dinheiro em que o setor era inadimplente. Na verdade, não repassaram nem 270 bilhões de cruzeiros à agricultura.

O que fizeram com isso? O que era o objetivo inicial desses homens, uma safra de 54 milhões de toneladas de grãos. Com isso eles conseguiram o que precisavam para ter os argumentos para entrar nessa hora importante. Nessa hora, como se fosse um toque de mágica, não se tinha 309 bilhões de cruzeiros para emprestar em agosto, setembro, outubro e novembro de 1990. E, de repente, em 1991, o Governo tem

de 700 a 800 bilhões de cruzeiros para importar grãos, carne e leite.

Perguntaria ao Dr. Antônio Ernesto e ao Dr. Olacyr: se, em 1990, tivéssemos pegado 2 bilhões de dólares a custo zero, e se o Governo tivesse saído pelo Brasil afora dando de presente 2 bilhões de dólares aos agricultores, a resposta da agricultura não seria superior a uma produção com mais 8 milhões de toneladas de grãos e mais 100 mil toneladas de carne, como eles importaram com esses 2 bilhões de dólares? Não teríamos conseguido conter o êxodo rural, oxigenar a economia no interior, viabilizar as fronteiras agrícolas e abastecer o País com uma safra de, talvez, 64, 65 milhões de toneladas de grãos, se esse dinheiro, que foi usado em 1991, tivesse sido usado em 1990?

Essa é a pergunta que faço ao Sr. Presidente da CNA e ao Dr. Olacyr Moraes.

O SR. OLACYR DE MORAES — A resposta é simples: é evidente que, com mais recursos, ter-se-ia uma produção maior.

O SR. RONALDO CAIADO — Com tudo isso, vamos evoluindo em nossas conclusões. Chegamos, agora, ao ponto em que a Comissão da Agricultura inquiriu o Sr. Buschero: “Mas o senhor não pode importar, sem que exista uma lei”. Essa lei agrícola, como colocou muito bem o Dr. Antônio Ernesto, diz o seguinte: ao se fazer o estoque regulador, tem-se que utilizar primeiro o produto interno dos pequenos produtores ou das cooperativas e tem que ser feita uma licitação, para se poder formar um estoque regulador; em segundo lugar, isso independe da vontade de a ou de b. É a lei que diz que não se pode importar sem acrescentar, como tributo, o subsídio que o produto recebeu no país de origem. Isto está na lei. Isso independe da vontade do Sr. Buschero. Ele simplesmente dizia que precisava importar, precisava fazer os estoques estratégicos e que a interpretação que a assessoria jurídica dava não era aquela que estávamos colocando. Com isso, ele se sentia totalmente à vontade para continuar importando grãos, carne e leite.

O que ele fez? Ele simplesmente desrespeitou o Congresso Nacional, transformou a Lei Agrícola em letra morta e disse: a partir de agora, o todo-poderoso é o Sr. Buschero, que não precisa cumprir ordens. Como colocou o nobre companheiro Antonio Ernesto, infelizmente, os homens que assumem o poder no Brasil estão com a cintura muito dura. É verdade, Dr. Antônio Ernesto, essas pessoas não estão aprendendo a dança da democracia. Julgam-se donos da verdade, donos da lei e, a partir daí acham que podem impor a sua vontade, contrapondo-se a tudo. Mas, nessa hora, ele foi longe demais trazendo todo esse produto, produto esse que só poderia entrar no mercado se recebesse ou fosse acrescido do tributo de compensação. O que não ocorreu.

Esse produto, hoje, está sendo comercializado no Brasil, e como disse o Dr. Antonio Ernesto, a carne, em especial, está dando prejuízo. E não há interesse nenhum, na compra desse produto, pois, como diz a *Gazeta Mercantil*: “De acordo com os operadores do pregão, o interesse foi pequeno, devido aos níveis dos preços a que foram vendidos os estoques governamentais ontem, de 580 cruzeiros para o quilo de dianteiro e 810 para o quilo de traseiro. Esses valores são acrescidos de 27% de ICMS e custo financeiro, o que faz com que ainda compense aos compradores adquirir carne fresca no mercado, de melhor qualidade que a carne congelada do Governo, informou um operador”.

Então, minha gente, isso não está servindo para regular preços. Isso está servindo para outra coisa. E esta CPI tem que apurar os fatos. Temos que saber quais foram as pessoas que venderam esse estoque de carne, que pessoas assumiram a responsabilidade de comprar, quem transportou, quem armazenou e quem está comercializando essa carne. Então, gradualmente vamos descobrir. Mas já evoluímos bastante hoje, porque ouvimos aqui declarações extremamente importantes.

Não é por acaso, não existe nada por acaso. É por desconhecimento que as pessoas acham que as coisas acontecem. Não, elas são previamente determinadas e muito bem orquestradas. Estamos vendo aí um plano para desestabilizar a agricultura, para nos impor, goela abaixo, dois planos econômicos, para deixar nas mãos de dois homens do Ministério da Economia a orientação da política agrícola, o que levaria ao fracasso da safra agrícola e à importação imediata. Isso é uma consequência lógica dos fatos.

O Dr. Olacyr colocou-nos o seguinte: estamos vivendo um momento em que, por exemplo, um saco de arroz no Japão custa 12 dólares e paga-se ao agricultor 120 dólares; uma tonelada de trigo custa 80 dólares, e paga-se 250 dólares. Muito bem! Então, estão jogando, e muito, subsídio nesses agricultores; estão fazendo estoques enormes. A grande arma, hoje, da Comunidade Econômica Européia e do americano já não é mais o seu poder de armamento. O grande trunfo que o americano e o europeu têm hoje é estar sentado em cima dessa montanha de alimentos, para dizer, seja à União Soviética, seja a outros países: eu lhe repasso ou não, você vai comer ou não, você tem que nos pedir benção.

Qual é o único país no mundo que coloca em jogo a condição da Europa e dos Estados Unidos em termos de produção de grãos? Sem dúvida nenhuma é o Brasil, pelas condições climáticas, geográficas e por sua extensão territorial. Um país que tem chance de ter até três safras por ano.

Nessa hora, como disse o Dr. Olacyr, não há coitadinho no jogo, não há pequeno, pobre e nem rico. É um jogo bruto, onde só vai adiante aquele que realmente tem competência. E eles têm muita competência. Então, há uma interrogação, porque não faria isso como pergunta, pois os nossos palestrantes não têm condições de responder, mas a dúvida que paira na minha cabeça é a seguinte: com tudo isso acontecendo, será que o Sr. Eduardo Teixeira é o Sr. Buschero não são quinta coluna dentro do nosso Governo? Eles não são o braço avançado da Comunidade Econômica Européia e dos americanos, dessas grandes transnacionais para desestabilizar o setor produtivo brasileiro e terem o Brasil como primeiro ou segundo maior importador de grãos do mundo?

Creio que vamos caminhando para isso aí. Agora, o Presidente da República acordou e está ouvindo as lideranças do setor e o bloco parlamentar da agricultura, constituído por Deputados e Senadores. Agora Sua Excelência está ouvindo pessoas que realmente conhecem a agricultura brasileira. Ele não está ouvindo, como disse o Dr. Antônio Ernesto, homens que conhecem a agricultura do viaduto do Chá, ou talvez das salas refrigeradas do oitavo andar das salas do Ministério da Economia.

Acho que tudo isso vai chegar a bom termo. Acredito que esta CPI — tenho uma esperança enorme — vai evoluir cada vez mais.

Gostaria também, Sr. Presidente, de dizer da minha estranheza quanto ao fato de os documentos e as solicitações feitas por nós, desta CPI, à Conab, no dia 2 de outubro, via fax, encaminhados ao Dr. João Mauro Bosqueiro por esta Comis-

são, para que pudessemos evoluir no nosso trabalho, até hoje não terem tido respostas. Queremos saber o porquê da comercialização dessa carne, uma vez que pairam dúvidas sobre a possibilidade de contaminação de todo o nosso rebanho, como colocou muito bem o Dr. Antônio Ernesto, do vírus da vaca louca.

Já fomos penalizados por importações irresponsáveis, pelo mal do Panamá, que arrasou de vez com os nossos bananais; estamos sendo penalizados com a mosca de chifre, que não existia em nosso País, importada talvez dos Estados Unidos. Agora, com relação à importação de carne, se esse vírus atingir nossos rebanhos, serão 130 milhões de cabeças de gado contaminadas, e estaremos afastados do mercado internacional, pois neste caso não teremos somente a aftosa, mas também o vírus da vaca louca.

Então, tudo isso mostra que a proposta do Deputado Fábio Meireles, talvez não precise ser com tamanha violência ou rapidez, mas a Conab tem que ter o controle e sofrer, sem dúvida nenhuma, um certo patrulhamento nos seus atos pela companhia Nacional de Política Agrícola, órgão hoje instituído, que teria representantes de todos os segmentos da sociedade. Não podemos aceitar que sejam colocados nesses órgãos cidadãos que se sentem donos da verdade, ditadores que não cumprem as leis e que acham que devem plantar de acordo com a vontade de um grupo ou de uma equipe que lá chega.

O mal trazido pela equipe da ex-Ministra Zélia Cardoso ao setor agrícola deste País não conseguiremos revertê-lo nos próximos dez anos. Infelizmente, isso nos foi causado por pessoas que queriam exatamente atingir esse objetivo. E o objetivo foi atingido: gastaremos um longo período para que possamos tornar viável o setor, do modo como já chegamos a ter safras de 72 milhões de toneladas de grãos.

No mais, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros, quero agradecer a todos e ao Dr. Olacyr Moraes. Quero também perguntar-lhe se é verdade o que se comenta em todo o Brasil, que o desencanto do senhor é tanto que já está transferindo parte de sua agropecuária para a Bolívia, para lá iniciar aquilo que o senhor sabe e conhece bem, com altíssima produtividade e competência, que é produzir soja e transformar esse produto em tudo aquilo que pode ser transformado, criando, gerando riquezas, dando oportunidades à mão-de-obra e viabilizando, como viabilizou uma região de Mato Grosso.

O SR. OLACYR DE MORAES — Existem muitos produtores brasileiros indo à Bolívia. Estamos fazendo isso, atendendo ao pedido do nosso próprio Presidente da República, quando aqui veio o presidente boliviano.

Temos apenas um campo experimental, para testar a produtividade de produtos como soja, algodão, milho etc. Ou seja, para saber o que a Bolívia pode produzir. Então, no momento, o que temos feito, pura e simplesmente, é um campo experimental. E já é um pouco maior agora, porque este ano será um campo de 500 hectares aproximadamente. Mas não há nada em comparação ao Brasil, pois aqui plantamos 100 mil hectares de produtos agrícolas.

Pretendemos ficar no Brasil, não temos o menor interesse de permanecer lá. Apenas citei a Bolívia porque ela será uma grande concorrente dos produtores brasileiros. Eles não tem leis sociais, não recolhem nenhum tipo de imposto, recebem em dólares. Ou seja, as condições de produção lá serão muito vantajosas. Há uma ferrovia, ou seja, é um elo inte-

grante da América do Sul, que vai fornecer muita coisa ao Brasil.

Mas, em relação ao nosso grupo, volto a afirmar, não há nada de concreto. É apenas um campo experimental. Há um empenho do Governo brasileiro, do governo americano e dos demais países aqui, no sentido de tornar viável a agricultura para os agricultores bolivianos também, que são poucos; na maioria, eles são estrangeiros e há alguns brasileiros. Ou seja, dar para os produtores bolivianos de coca uma alternativa de mudança de plantio. Então, há subsídios americanos, e se está procurando fazer alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO — Dr. Olacyr, com a concretização do Mercosul — pois já ouvi de vários companheiros do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, que o melhor negócio seria produzir nos países vizinhos e vender para o Brasil dentro disso, que é o quadro real da agricultura, em termos de tributação, de falta de dinheiro para investimento e o quanto esse setor está sendo beneficiado nos países vizinhos; gostaria de saber do senhor se procede essa colocação, feita por vários companheiros nossos que estão mudando para o Paraguai, Uruguai ou mesmo para a Argentina, na região de fronteira com o Rio Grande do Sul.

O SR. OLACYR DE MORAES — Realmente, há uma tendência nesse sentido. Muitos produtores brasileiros estão indo para o Uruguai ou Paraguai. Hoje, o Paraguai já fornece um terço do algodão brasileiro; o Uruguai, uma grande quantidade de arroz. Estão-se abrindo novas propriedades. Está havendo um grande desenvolvimento nesses países. Hoje, realmente, é mais negócio produzir lá que aqui.

Por outro lado, é uma coisa a longo prazo e muito insegura, pois não acredito que a nossa produção vá transportar-se para os países vizinhos.

O SR. RONALDO CAIADO — Quero agradecer a oportunidade que me foi dada por esta Comissão. Quero dizer ao Dr. Olacyr e ao Dr. Antônio Ernesto aquilo que o Senador Elcio Álvares colocou aqui muito bem: hoje existe um sentimento nesta Casa de apoio a esse setor.

Dr. Olacyr, o senhor pode ter certeza de que não deixaremos a Conab e o Sr. Buschero expulsá-lo do Brasil, não. Vamos fazer com que realmente as leis prevaleçam, a agricultura seja respeitada. V. S^a e o Dr. Antônio Ernesto podem ficar tranquilos porque, de nossa parte, estaremos aqui para atender todas as suas reivindicações, pois vocês representam o sustáculo deste País, a mola-mestra para sairmos desta crise.

O nosso muito obrigado pelo depoimento de todos os companheiros que aqui estiveram, e o meu agradecimento especial aos palestrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Rocha, Relator da Comissão, para as suas considerações e apreciações.

O SR. RELATOR (João Rocha) — Sr. Presidente, Dr. Olacyr, Dr. Antônio Ernesto, estamos satisfeitos com os depoimentos de V. S^{as} que, tenho certeza absoluta, acrescentaram muito para nós, pois são depoimentos de pessoas que convivem, que produzem na agricultura e na pecuária.

Pediria ao Sr. Presidente, a partir do momento em que já ouvimos o presidente da Sociedade Rural Brasileira, e acabamos de ouvir dois depoimentos de fundamental importância para a orientação desta Comissão, que fosse convocada a participar da nossa próxima reunião o presidente da Conab, para que possamos também ouvi-lo e, com toda liberdade que tem a nossa Comissão, continuar esse caminho com agilidade, atingindo aquilo a que se propõe esta Comissão. Pediria, então, a V. Ex^a, com subsídio, como orientação, que o próximo convidado para prestar depoimento fosse o presidente da Conab.

O SR. RONALDO CAIADO — Permite-me colocar uma questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Tem a palavra o nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO — O que aprendemos e vimos, e o que o Senador Elcio Álvares nos trouxe aqui na reunião passada foi que, em qualquer CPI, na montagem de qualquer processo — e como advogado ele poderia relatar isso bem melhor que eu; sou médico, agricultor, não conheço o trâmite normal. Mas o que se tem é que devemos ouvir com tranquilidade todas as testemunhas. Não ouvimos, até agora, os veterinários que vão falar a respeito do problema da análise da carne, sobre o vírus da “vaca louca”. Não ouvimos a respeito da importação, quais foram as transportadoras, que custo isso está para nós, as armazenadoras, o transporte interno, quer dizer, acho que não é hora de atropelar os fatos, de atravessar o carro adiante do boi, para que possamos, de uma maneira tranqüila, gradual, sedimentando cada vez mais o nosso processo, e aí sim, ouvirmos o Sr. João Boschero, que sem dúvida nenhuma virá a esta Comissão, e depois de levantados todos esses itens sobre os quais pairam dúvidas, teremos as nossas perguntas respondidas e as dúvidas esclarecidas, dúvidas e perguntas muito bem fundamentadas pelos membros desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Nobre Senador, a palavra está com o nosso Relator, e o Deputado pediu um aparte.

O SR. MOISÉS ABRÃO — É para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Tem V. Ex^a a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Eu queria uma informação do nosso Presidente.

Temos dois palestrantes que já estão aqui há horas, e sabemos que o tempo para os dois é muito curto, mas já nos deram uma satisfação muito grande. Parece-me que estamos indo mais para um aspecto administrativo e, no caso, eu queria pedir ao Presidente da Comissão, se forms analisar os problemas internos, que liberasse os nossos palestrantes da presença, já que estão aqui há 2 ou 3 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Nobre Senador, não fiz isso em tempo próprio, porque a palavra estava com o Relator e julguei que tivesse alguma consideração pertinente.

O SR. RELATOR (João Rocha) — A nossa preocupação, Sr. Presidente, depois de ouvirmos os depoimentos, como acabei de citar a V. Ex^a, do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, do Presidente da Confederação Nacional

de Agricultura e do Dr. Olacyr de Moraes, para dar o andamento, o seguimento que o nosso colega, Vice-Presidente, deseja, considero de fundamental importância o depoimento do Presidente da Conab, porque, a partir daí, do depoimento dele, é que vamos checar a veracidade, acrescentar mais informações para que o resultado desta Comissão seja produtiva, seja ágil e seja rápido. Essa é a nossa preocupação, exclusivamente nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Interrompendo o nobre Relator, eu entendo a preocupação do Deputado Ronaldo Caiado. Poderemos convidar talvez mais de uma vez o Presidente da Conab para vir aqui. Se o chamamos agora, e fatos novos, novas provas, novas insinuações vierem, naturalmente, qualquer um dos membros da Comissão poderá renovar a presença aqui do Presidente.

É a minha opinião, o Presidente pode orientar o trabalho aqui, que o Dr. Boschero seja ouvido posteriormente, depois que algumas considerações sejam feitas aqui, algumas insinuações, denúncias, acusações, das quais ele poderá se defender, ou esclarecer afinal.

Mas eu gostaria, já que passou para assunto de ordem interna, antes de liberar as duas grandes autoridades que aqui compareceram solicitamente e prestaram os melhores esclarecimentos, as melhores contribuições, que ofereceram o seu contributo a esta Comissão, gostaria de agradecer-lhes a presença e renovar-lhes os protestos de nossa admiração e reconhecimento. Acho que esse é o pensamento da Presidência, do Sr. Relator, do Vice-Presidente e dos demais membros da Comissão.

Agradecemos a presença das autoridades, e esperamos contar sempre com o seu apoio.

O SR. ELCIO ÁLVARES — ...com o nosso eminente Presidente da Confederação Nacional de Agricultura.

Ele fez menção à peça vestibular do mandado de segurança. Gostaria de reiterar a juntada do mandado de segurança aos autos para que possamos examinar as razões da Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Vou suspender a sessão por cinco minutos, para que possamos nos despedir das autoridades convidadas.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, vamos reiniciar nossos trabalhos.

Está em discussão a questão do requerimento. Quero lembrar que numa das reuniões passadas, talvez a última, tínhamos de pronto aprovado o convite ou a convocação de algumas autoridades e personalidade ligadas ao problema da nossa CPI, dentre elas o Dr. João Mauro Boschero, o Dr. Edgar Pereira, Secretário de Abastecimento e Preços do Ministério da Economia, e José Milton Dalari, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; o Sr. José Pedro Gonçalves, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária; o Dr. Idacir Gonçalves Garnero, Presidente do Sindicato da Indústria de Frios do Estado de São Paulo, e o nosso companheiro de Congresso, Deputado Odacir Klein, Presidente do FECOTRIGO. Mas a ordem de convocação ou de convite não tinha sido estabelecida e dependia, naturalmente, do julgamento, da decisão do Plenário. Agora temos aqui a sugestão do nobre Relator de que seja convocado para prestar depoimento o Dr. João Mauro Boschero, Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento.

Coloco o assunto em discussão e concedo a palavra ao nobre Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Antes de decidirmos essa questão, gostaria de encaminhar à Mesa um requerimento.

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex^a que seja solicitado à Comissão de Agricultura da Câmara cópia da declaração do Presidente da Conab, Dr. João Mauro Boschero, prestada àquela Comissão.

Esse requerimento advém de afirmações de um nobre colega Deputado, de que o Presidente dessa empresa havia afirmado que importaria qualquer produto ao arrepio da lei. Acho isso da maior gravidade e é de fundamental importância que juntemos ao processo desta Comissão as declarações prestadas à Comissão de Agricultura da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Em votação o requerimento, de interesse naturalmente de nossa Comissão. (Pausa)

Está aprovado. Vamos iniciar o mais breve possível.

Aliás, sobre o requerimento, a proposta do nobre Deputado Ronaldo Caiado, gostaria de dizer que é verdade que o telex foi passado antes, mas como viajei durante o final de semana e cheguei um pouco atrasado, só vim a assinar oficialmente o requerimento no meio da semana. Há uns cinco dias, portanto, devo ter sido recebido pela Conab a nossa solicitação e, ainda hoje ou amanhã, vou reiterar o pedido para que eles nos concedam essas informações, o mais breve possível, para atender aos interesses da nossa Comissão.

O SR. RONALDO CAIADO — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre.

O SR. RONALDO CAIADO — Em relação àquilo que tínhamos discutido, ao próximo convidado, discutir o assunto a respeito da carne ou do leite, ou de grãos, havíamos comentado da necessidade de trazeremos alguém ligado ao setor de grãos. Dr. Olacyr esteve presente hoje e o colega Odacir Klein também tem um requerimento nosso; ele hoje é Presidente da FECOTRIGO, conhecedor profundo dessa situação, principalmente do trigo; hoje o trigo brasileiro está quase totalmente inviabilizado, destruíram todas as áreas de plantio, dando prioridade às importações. Também acho necessário ouvirmos, antes disso, o Deputado Odacir e, volto a repetir, veterinários. Já já solicitamos ao Ministro da Saúde que nos encaminhasse uma pessoa responsável pelo setor, da Fundação Oswaldo Cruz, para que falasse nesta Comissão, que nos assessorasse nesta Comissão no momento em que tivéssemos aqui depoimentos tanto do responsável do Ministério da Agricultura que autorizou as importações, como também de outras entidades reconhecidas a nível nacional e que embasaram o parecer do juiz, impedindo que essa carne fosse comercializada no Rio de Janeiro, e que também ouvíssemos outros companheiros, ou seja, outras pessoas envolvidas na parte de transporte, preços e internação desses produtos em nosso País.

Acho que seria uma sequência lógica para depois, embasados, podermos arguir o Presidente da Conab, ou qualquer outro cidadão que esteja também envolvido nas importações.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Tem a palavra o Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Sr. Presidente, já existem aí vários requerimentos para que possamos agendar, convocando autoridades do Governo como pessoas de entidade de classe representativas que, de uma forma ou de outra, estão envolvidas nesse processo de importação, principalmente o processo de importação de carne, que temos discutido mais amiúde aqui nesta Comissão. O Dr. José Mauro Buschero, Presidente da Conab, já está com o requerimento aprovado, faltando agendá-lo. Tenho comigo que, talvez em face das informações não chegadas até o momento por parte da Conab, inviabiliza na próxima semana. Sendo assim, eu sugeriria que convocássemos o Dr. José Edgar Pereira, que era o Secretário de Abatecimento na época em que o Ministério da Economia era comandado pela Dr^a Zélia, e, logo em seguida, convocássemos o Dr. José Mauro Buschero, já que teríamos as informações que foram pedidas. Acho importante que nesta Comissão se instale o contraditório, porque várias acusações que têm sido feitas nesta Comissão precisam ser apuradas, tais como carne contaminada, pagamento de armazenagem por espaços ociosos, despesas desnecessárias no pagamento da desossa de carne, pagamento em dobro do frete. Ora, se essas pessoas são acusadas de tantas irregularidades, não poderíamos deixar de convocá-las para prestar os devidos esclarecimentos. Acho que é democrático que esta Comissão tenha o procedimento de ouvir as partes. Não poderíamos apenas passar aqui 30, 60 dias ouvindo entidades classistas e sem sequer dar oportunidade para que essas pessoas, que muitas das vezes são acusadas, venham prestar os seus esclarecimentos, furtando-nos o conhecimento completo, e dar um maior andamento, aprofundar mais essas apurações. Então, nesse sentido, eu sugeriria a convocação do ex-Secretário de Abastecimento, Dr. José Edgar Pereira e, posteriormente, o Dr. José Mauro Buschero, quando já teríamos aqui as informações solicitadas pelo Deputado Ronaldo Caiado àquela entidade.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Gostaria de ouvir o nobre Relator que propôs...

O SR. RELATOR (João Rocha) — A nossa preocupação, Sr. Presidente, é exatamente para agilizar esta Comissão e, a partir do momento em que pedimos, reiteramos a presença do Dr. Buschero aqui, é exatamente para esclarecer dúvidas. Então, a própria Comissão teria que abrir caminho porque teria que ter liberdade total de questioná-lo, de pedir esclarecimentos na solução de qualquer dúvida. Mas, na escala da priorização do Dr. Edgar ou do Dr. Bochero, a partir da justificativa do Senador que inviabiliza a presença dele na próxima reunião, em função de não ter prestado esclarecimento sobre uma solicitação feita — e também não tenho nenhum conhecimento que solicitação foi essa, feita ao Presidente da Conab — exatamente por isso essa preocupação de esclarecer o máximo possível para dar agilidade para a Comissão. Mas concordo com a escala de prioridade sugerida pelo Senador Moisés Abrão.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Nobre Relator, esse requerimento que está na dependência da resposta da Conab foi lido aqui na Comissão, inclusive o Senador Elcio Álvares estava aqui...

O SR. RELATOR (João Rocha) — Peço desculpas então.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — V. Ex^a não estava presente. O Senador Elcio Álvares é que estava aqui e o substituiu.

Aliás, gostaria de informar que o segundo requerimento que deu entrada aqui foi o da convocação do Dr. Edgar Pereira; o primeiro foi do Dr. José Mauro Buschero.

Mas o impasse está criado e a decisão será do Plenário da Comissão.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Gostaria de fazer uma colocação. Parece-me, e nós ouvimos hoje dois depoimentos importantíssimos. Nós poderíamos convocar o Dr. Edgar Pereira e o Deputado Odacir Klein, que é o Presidente da Fecotrig. Então teríamos esses dois pólos, um representante de classe e, depois, na segunda etapa, examinaríamos o nome do Dr. Buschero.

Poderia ser para a próxima reunião, o Dr. Edgar Pereira e, depois, o Deputado Odacir Klein.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Gostaria de deixar clara a minha posição que é a de que o Dr. José Mauro Buschero fosse o último a ser convocado nesta CPI, porque ele é a pessoa diretamente responsável por isso. Na instalação de um processo, primeiro, ouve-se todas as testemunhas. Acho que excesso de prova não faz mal nenhum. Quanto à rapidez, acho que é melhor checarmos isso a bom termo do que pecarmos nessa tramitação desta CPI. E aquilo que pude aos poucos aprender, e temos aqui advogados conceituados, é que devemos recheiar esse processo de pessoas que podem nos trazer aqui, com aquilo que sabem, com aquilo que praticam, que é a agricultura e pecuária, dados para que possamos, realmente, diagnosticar corretamente de que maneira a Conab, ex-CNA, procedeu ao fazer a importação. Essa é a nossa posição, e estarei de acordo com que, na próxima quinta-feira, fosse ouvido o Dr. Edgar Pereira e o Deputado Odacir Klein. Agora, que fosse motivo de discussão em plenário e, futuramente, determinarmos quais seriam os convocados para a quinta-feira seguinte, sem ser essa, a próxima.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Pois não.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Eu sugeriria, já aprovaria essa sugestão inicial — de convocar o Dr. Edgar Pereira e o Deputado Odacir Klein —, mas coloco também que seja convocado para a terceira reunião o Dr. José Mauro Buschero. Isso não inviabilizaria em nada. Ele poderá ser convocado uma, duas, três, quatro, cinco vezes à CPI. Agora, não dar oportunidade do contraditório é um gesto, um ato antidemocrático. Acho de fundamental importância, no momento em que denúncias — que reputo da maior gravidade —, sejam feitas aqui nesta Comissão, não sejam esses cidadãos, esta Comissão se recuse, talvez por uma comodidade, em deixá-los por últimos, quer dizer, é uma atitude antidemocrática e, nesse sentido, acho que já temos acusações mais do que graves a esse cidadão José Mauro Buschero. E se for preciso, vamos convocá-los quantas vezes necessário se fizer.

O SR. RONALDO CAIADO — Quando coloquei a minha opinião de que ele deveria ser chamado por último, seria para poupá-lo de várias vindas a esta CPI. Mas se ele

se dispõe a vir, retiro o meu posicionamento e concordaria também com o Presidente, que ele viesse depois de atendidos esses questionamentos de V. Ex^a quanto ao depoimento dele na Comissão de Agricultura, já teríamos ele pronto porque seria uma pedra angular.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Mas, tenho uma ponderação que gostaria de fazer que é a seguinte: dentro da temática processual, o desdobramento dos depoimentos, fechando, dentro do depoimento maior é lógico.

Parece-me, também, dentro do espírito profundamente liberal e democrático desta Comissão, que ele pode depor porque isso não impede, de maneira nenhuma, porque a Comissão terá plenos poderes para convocar tantas vezes quantas necessárias, ou repetir depoimentos, ou acarear, se for o caso.

Acho, não obstante comungar sempre naquela tese da chamada pirâmide processual, entendo que não seria nenhum obstáculo. Pelo contrário, ele poderia aduzir algumas coisas, independentemente do sentido de averiguação da Comissão.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RONALDO CAIADO — Nobre colega, sinto dificuldade neste momento é exatamente em relação a problemas técnicos que não temos nenhum conhecimento como, por exemplo, a autorização por parte dos veterinários ou dos veterinários responsáveis do Ministério da Agricultura. Quais foram os exames que ele realmente fez para que aquela carne fosse importada? Se houve algum tipo de pressão para que o Ministério da Agricultura tivesse que ceder a essa importação de carne? E, ao mesmo tempo, quais foram as pessoas que venderam essa carne lá na Europa? Quais foram as pessoas que transportaram essa carne para o Brasil?

Quer dizer, não temos ainda pessoas que tivessem vindo a essa Comissão para nos dar exatamente esses dados. No momento em que vamos trazer o Dr. José Mauro Boschero, ele vem aqui nos dar aquilo que ele disse na Comissão de Agricultura.

Nós ficaríamos sem realmente ter argumentos, dados ou colocações de demais ilustres personagens que conheçam a fundo o assunto para interrogá-lo. De que maneira ele fez isso? Que condições teria ele para fazer isso? Como foi feita essa importação?

Vimos que houve hoje um amadurecimento de um plano dentro da equipe econômica do Governo. Isso ficou claro aqui dentro.

Acho que isso tudo vai deixando que possamos, cada vez mais, evoluir para que possamos argumentar e replicar naquilo que vem por parte do Dr. José Mauro Boschero.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Quero apenas lembrar aos nobres parlamentares que temos que decidir sobre concessões hoje. Parece que não temos **quorum**.

Se não houver um consenso aqui não vamos resolver. Vamos ser objetivos.

Esses dois já estão decididos: o Deputado Odacir Klein e o Dr. Edgard Pereira.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

É preciso que os membros da comissão se atenham ao regimento porque no momento em que o Sr. José Mauro

Boschero prestar aqui o seu depoimento qualquer informação que porventura ele venha falsear ele estará incorrendo em crime de responsabilidade.

E eu não acredito que ele venha aqui, diante de uma CPI instalada, para prestar informações distorcidas.

Agora, acho que é de fundamental importância que ele preste essas informações.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Acho que haveria uma forma conciliadora.

Evidentemente, a opinião do relator, meu eminente amigo, Senador João Rocha, é importante, ela pesa na balança, S. Ex^a é o relator da Comissão, a ponderação do Senador Moisés Abrão, mas dentro do sistema democrático e liberal, há dados que levam a um caminho em relação ao Dr. Boschero.

Mas, ficaríamos com a prerrogativa que é inerente à comissão de formar o raciocínio testemunhal através dos desdobramentos.

Agora, acho interessante trazer aqui o Sr. Deputado Odacir Klein da Fecotriga e trazer o Dr. Edgard Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Isso já está acertado.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, em relação ao Sr. Deputado Odacir Klein, nosso colega, e o outro convidado não houve dúvida nem polêmica nesta Comissão.

Agora, acredito que para se decidir em relação à convocação do Dr. Mauro Boschero, devíamos contar aqui com a maioria para podermos aprovar esta convocação.

O SR. MOISÉS ABRÃO — É uma propositura totalmente antiregimental. Então, não se convoca ninguém. Se não há o consenso, não há **quorum** para convocar um, não há **quorum** para convocar outro.

Não teria sentido nós aqui buscando o consenso encontrar uma solução parcial.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Temos aqui que trabalhar em cima de um consenso.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, disse que quando o Deputado Odacir Klein ou o Dr. Edgard foram apresentados aqui e não teve nenhuma objeção para que eles viessem depor.

Houve objeção para que o Sr. Boschero viesse antes de terminar a conclusão dos trabalhos, ou seja, aquelas pessoas que deveriam depor antes dele.

Foi essa a minha colocação.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Sr. Deputado, não pode ter havido objeção, o requerimento foi aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO — Foi aprovado para se decidir quando seria convocado.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Todos eles.

O SR. RONALDO CAIADO — Todos eles serão convocados.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Todos foram convocados, mas vai depender da ordem cronológica de chamada.

O SR. RELATOR (João Rocha) — Mas não há objeção nenhuma que nenhum desses apreovados venha depor aqui na Comissão.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Parece-me que, com a relativa experiência que ele tem, a opinião do Relator é muito importante.

Temos inclusive, na CPI da Previdência, o Sr. Deputado Maurílio com bastante experiência. Então, essa é uma questão para ser examinada.

Agora, quanto à existência de **quorum** está evidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — O nobre relator já assentiu e eu li o nome do Deputado Odacir Soares Klein e na sessão subsequente ouviremos o outro depoente.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Eu não teria dúvida nenhuma em me perfilhar com o relator.

O SR. RONALDO CAIADO — A sugestão que dou, Sr. Presidente, é que deveríamos ouvir o Deputado Odacir e o Dr. Edgard e, na próxima reunião, decidir sobre a convocação seguinte da maneira como tem sido feita todas as vezes.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Pois bem, se não há **quorum** para decidir a propositura nossa, não há **quorum** para nenhuma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Advirto, lembro que a nossa Comissão tem prazo marcado para terminar e não podemos perder uma semana de audiência.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Essa é a nossa preocupação que não é que vá atropelar o prazo, a rapidez, mas é usar o prazo que temos.

A Comissão tem prazo até o dia 2 de dezembro, parece-me. Então, volto a reiterar a presença do presidente da CNA porque, a partir daí, temos um leque muito maior de informações tanto para a relatoria como para os próprios membros da Comissão.

Essa é que é a preocupação nossa por isso reiteramos o pedido.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Se não houvesse a prerrogativa inalienável de convocarmos, estaria a essa altura inteiramente...

Mas, parece-me, e aí se deixar é uma questão até de forma raciocínio, e com esse detalhe que me passou e que o Senador Moisés Abrão deixou claro.

Estamos discutindo, em virtude daquele depoimento do Governador Roberto Requião e do empresário Toni Garcia, quem presta juramento e se o fato ficar corporificado como fato que não é consentâneo com a verdade, ele responde pelo crime de perjúrio.

Estamos até enviando à CPI que investiga as fraudes nas concorrências públicas, estamos enviando ao Ministério Público cópia das duas peças: o depoimento do empresário Antônio Garcia e do Governador Roberto Requião para apurar os fatos.

Se o Ministério Público entender que houve crime de perjúrio eles vão responder sobre ele.

Então, parece-me, dentro desse espírito amplo que sei que é um empenho muito grande do Sr. Deputado Ronaldo Caiado em apurar, poderíamos ouvir — volto a repetir, se não houvesse essa prerrogativa eu me quedaria inteiramente ao argumento do Deputado Ronaldo Caiado —, não haveria problema nenhum.

Acho que a Comissão daria até uma agilidade. Vamos ouvir os depoimentos e confrontá-los. Quem sabe se o depoimento daqui a uma semana não será um depoimento contraditório com o depoimento final.

Digo tudo isso mas obviamente respeitando o ponto de vista do nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Eu também, na qualidade de Presidente, eu me filio a essa posição do nobre Senador Elcio Álvares e apelaria para o nobre Deputado Ronaldo Caiado para que assentisse nessa colocação porque só assim teríamos interrompido uma semana de audiências.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Gostaria de fazer outra colocação.

Na próxima semana, tudo indica, pelo que estamos ouvindo, vai ser uma semana vazia no Congresso porque a visita do Papa atinge dois dias de Brasília.

E, obviamente, aqueles outros parlamentares do meu Estado, por exemplo, o Papa passa por lá e nós vamos ao Espírito Santo.

Então, acredito que a semana que vem é uma semana problemática.

O SR. RONALDO CAIADO — Gostaria de deixar claro o seguinte: acho que, infelizmente, uma vez esta CPI esteve parada por falta de **quorum** para convocação. Então, eu acho que tem sido prático em toda reunião discutirmos os palestrantes seguintes. Agora, o que me causa estranheza é a vinculação da obrigatoriedade de se ter para a outra. Chegamos a um acordo aqui, de que na próxima quinta-feira, tanto o Deputado Odacir quanto o Dr. Edgard. A seguinte nós vamos discutir na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Não. Nobre Senador, o relator apresentou que ouvíssemos primeiro o Dr. Boscherio. O impasse surgiu daí. Então como não foi aceito, S. Ex^a aceitou a ponderação de que ficasse para a outra semana e que ouvíssemos primeiro o Deputado Odacir Klein e o Dr. Edgard Pereira, ficou já praticamente o problema colocado para o terceiro.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Para concluirmos os trabalhos da comissão, até pelo contrário, é um elemento que pode ser aferido ou avaliado ao término do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Volto a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, eu me coloco na posição de decidir sobre a próxima reunião, sobre os palestrantes da próxima reunião. Vincular os convidados da próxima reunião para uma segunda, eu acho que isso realmente não tem sido a prática dessa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Nobre Deputado, nós poderíamos votar todos os requerimentos que estão aqui. São dois ou três.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Isso para defender a posição do Presidente da Comissão. O Senhor tem agido de forma irretocável; tanto assim que na sessão passada nós aprovamos dois requerimentos — isso é para prestar um testemunho de que a sua conduta na presidência dessa comissão tem sido de forma a agilizar os trabalhos

e de buscar resultados. Eu quero só deixar aqui o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Muito obrigado, mas é meu dever e minha obrigação como Presidente, como parlamentar e como merecedor da confiança dos nobres membros da Comissão.

Então fica para a próxima semana...

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, voltar a discutir esse assunto.

Existem vários requerimentos que foram aprovados. Só existe um ponto polêmico. O Senhor tem em mãos a convocação de quatro, cinco ou seis autoridades. Só existe um ponto polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Cinco.

O SR. RONALDO CAIADO — Exatamente. Nós estaríamos de acordo que fosse convocado os dois que já foram a princípio acordados aqui, que fossem escolhidos mais dois desses que estão aí, mas desde que não vinculasse aquela pessoa que está realmente ligada a direção desse órgão maior. Isso aí, eu acredito que deve ser uma decisão tomada, onde realmente esteja aqui a maioria da comissão. Esse é o único adendo que eu gostaria de fazer nisso, Sr. Presidente, já que V. Exª tem toda a sequência. E nós sempre estivemos em favor do prosseguimento e da agilidade dessa comissão. Eu me lembro bem que, tanto eu quanto V. Exª, saímos à caça de companheiros no plenário, nos corredores para que essa comissão pudesse ser implantada e que nela houvesse, às vezes, **quorum** para se votar matérias importantes como convocação. E da nossa parte sempre houve um esforço maior para que nós pudéssemos agilizar e ouvir. Entretanto, não gostaríamos de atrolelar o encaminhamento dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Eu sei que o nobre Deputado Ronaldo Caiado é um democrata na essência. O senhor tem em mãos vários requerimentos, sendo que três eram de autoria do Deputado; dos três que ele apresentou, dois foram convocados. O restante são de minha autoria. E o Deputado, sendo um democrata, dará a prerrogativa que eu possa, pelo menos, fazer o cronograma dos requerimentos que eu apresentei. Eram essas as minhas ponderações.

O SR. RONALDO CAIADO — Eu quero dizer ao Senador que, além de democrata todos nós não podemos fazer julgamentos inquisitivos. Eu jamais faria coro para que não pudesse ter o Dr. José Mauro Boschero. Eu acho que o nobre Senador colocou muito bem aqui as pessoas que mais ou menos estavam diretamente ligadas à importação. Essas pessoas são membros do governo ou membros de órgãos que estiveram envolvidos na importação. Não tenho nada contra. O caso específico, é o momento de ser chamado aquele que, de uma certa maneira, bateu o martelo ou decidiu finalmente sobre as importações. É só essa a nossa proposição. O senhor tem aí cinco ou seis proposições, Senador. Estou totalmente de acordo. A única restrição que eu faço é a vinculação do Dr. José Mauro Boschero como sendo a seguinte depois do Dr. Odacir e do Dr. Edgard.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Nós temos duas soluções: colocar em votação ou solicitar a verificação de **quorum** depois de votados. Não temos outra...

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — eu não queria que chegássemos a esse final. Vamos ver se surge alguma luz aí.

Mais alguma ponderação, Deputado Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO — Não, Sr. Presidente. Eu acho que, infelizmente, temos que trabalhar na próxima reunião, para trazermos aqui dezesseis membros. Eu acho que não nos resta nenhuma alternativa, infelizmente foi acordado o próximo, mas desde que ficasse vinculado num terceiro. Acho que seria uma decisão extremamente difícil para nós, porque contrariaria a grande maioria dos membros dessa Comissão — eu posso garantir a V. Exª, pelo contato, pela convivência que tenho com os colegas e a discussão que nós temos feito em relação a esse tema. Então eu acho que, infelizmente, não tendo **quorum**, e já que houve uma imposição do terceiro, eu acho que dificulta realmente uma decisão por parte nossa sem a maioria.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Longe disso. Não há qualquer imposição. Eu acho que o regimento me permite sugerir. Como Deputado, eu exerço o mesmo mandato — talvez de Senador e de Deputado. E o regimento é muito claro. Agora, já que as coisas estão sendo levadas dessa forma, eu, pelo contrário, queria contribuir para que se apurasse aquilo que realmente precisa ser apurado, e o objetivo que foi criado por essa comissão, se o consenso deva ser sempre o regimento, o regimento a partir daqui vai ser sempre lembrado.

O SR. RONALDO CAIADO — Eu acho que isso, Sr. Senador, tem sido a prática usada pelo senhor.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Eu reputo qualquer acusação de V. Exª a minha conduta dentro do Senado, dentro do Congresso Nacional ela é pautada pelo regimento interno dessas Casas. Eu, como Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — É isso que ele está dizendo.

O SR. RONALDO CAIADO — Exatamente isso que eu estou dizendo.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Eu acho que é um direito seu não concordar, eu respeito, em acordo com a decisão da mesa diretora. Não estou aqui — quero deixar bem claro —, não estou aqui para impor quem quer que seja. Eu quero apenas exercer as prerrogativas que o mandato me concede. E, diante disso, eu não tenho outra colocação, a não ser respeitar o regimento.

O SR. RONALDO CAIADO — Sim, mas essa foi utilizada por V. Exª desde a reunião passada. Quando nós não tínhamos **quorum** aqui, houve uma solicitação para que tivéssemos. V. Exª pediu verificação de votação, não foi?

O SR. MOISÉS ABRÃO — Não, V. Exª não deve estar com a memória muito boa. Na reunião passada, eu não cheguei nem a pedir a verificação.

O SR. RONALDO CAIADO — Não, estou dizendo a anterior. Porque da passada, nós não tínhamos. V. Exª foi bem claro em dizer que buscamos o regimento aqui, para que chegássemos a conclusão de que não tínhamos dezesseis membros. Se não há dezesseis membros não poderia ser chamado o seguinte.

O SR. MOISÉS ABRÃO — O requerimento, o único requerimento para ser votado naquela primeira reunião, era

de minha autoria. Eu apenas disse ao Presidente que, diante da falta de **quorum** evidente naquela reunião, eu retiraria o meu requerimento de votação. Foi apenas isso.

O SR. RONALDO CAIADO — As coisas estão bem gravadas e eles tem as notas taquigráficas aqui. Nós podemos achar rapidamente isso, e demonstrar que, exatamente, o que o senhor disse foi que gostaria que fosse cumprido o regimento interno e que aqueles que estavam aqui presentes não poderiam decidir sobre as próximas convocações. Isso foram palavras textuais do Sr. Senador. Quando eu, na época, perguntei ao senhor: o senhor poderia nos ajudar para que na próxima reunião nós tivéssemos pauta, nós tivéssemos **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Nobres Deputado e Senador, nós estamos discutindo um assunto que não vai nos levar a nenhuma consequência. É melhor nós encerrarmos a sessão e, na próxima reunião, na quinta-feira, vamos decidir com o **quorum** necessário quais os convidados e convocados para a nossa reunião. Está encerrada a reunião e convocada para a próxima quinta-feira.

6ª Reunião, realizada em 24 de outubro de 1991

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião nº 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Ivandro Cunha Lima (Presidente), Ronaldo Caiado (Vice-Presidente), João Rocha (Relator), Arno Magarinos, Werner Wanderer, Moisés Abrão, Paulo Portugal, Rubens Bueno, Pedro Tornelle e Etevalda Grassi de Menezes, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, informa recebimento de ofícios da Presidência da Conab, em atenção às solicitações formuladas pela Comissão e da direção da FIOCRUZ, indagando qual a especialidade dos Técnicos que a Comissão pretende requisitar ao referido órgão. Esclarece, ainda, que há sobre a Mesa Requerimentos de convocação aprovados em reunião anterior e solicita aos Senhores Membros que haja um consenso no sentido de organizar uma relação de nomes para serem ouvidos nas próximas reuniões. Usam da palavra pela ordem os Senhores Parlamentares João Rocha, Werner Wanderer, Ronaldo Caiado, Moisés Abrão, Rubens Bueno e Pedro Tornelli. Não havendo chegado a uma definição sobre o roteiro de trabalhos, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e para constar; eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico:

Anexo à Ata da 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 587, de 1991-CN, destinada a apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, destinada a aprovar o roteiro dos trabalhos, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Ivandro Cunha Lima

Relator: Senador João Rocha

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Vamos dar início à nossa reunião, prosseguindo os trabalhos da CPI que investiga possíveis irregularidades junto à CONAB.

A Presidência acusa o recebimento de ofício do Presidente da CONAB, Sr. João Mauro Bochero, em tenção a ofícios, requerimentos e solicitações da Presidência desta Comissão, que estão à disposição dos Senhores membros da Comissão. O assunto é sobre a venda de carne bovina importada, preço, inclusive, o ICMS; quarto trazeiro, dianteiro, aspecto qualitativo e estoque, como também, dois anexos com dados que, naturalmente, serão analisados por esta Comissão, por técnicos que estamos convocando da Câmara, do Senado, da FioCruz e do Tribunal de Contas da União, para que sejam apreciados. Mas, enquanto isso, esses documentos estão à disposição de qualquer membro da Comissão que queira apurar, analisar e comparar com os nossos trabalhos.

Quanto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a quem solicitamos assessores, a pedido da Comissão, estão nos atendendo. A FioCruz nos encaminhou ofício perguntando, indagando que especialidade, que técnico pretendíamos. Já estamos providenciando a resposta, e naturalmente o nome será encaminhado o mais breve possível.

Hoje, como os senhores podem verificar, não temos o **quorum** esperado e necessário para que possamos colocar em votação aquilo que anunciamos na semana passada, que era o cronograma de convocação de pessoas, cujos nomes estão aqui elencados, através de requerimentos de vários companheiros membros da Comissão. Mas eu sugeriria, até, para que andássemos mais rapidamente, que houvesse um consenso para organizarmos uma lista de nomes. As informações da CONAB chegaram ontem à tarde. Somente hoje é que estão sendo trazidas oficialmente à Comissão. Demandaríamos alguns dias, com o auxílio desses técnicos, para fazermos os comparativos e as análises desses trabalhos, das informações, que são fartas aqui, conforme vêem os Companheiros, para que pudéssemos, também, depois de visto, lido e apreciado esse trabalho, essas informações, ouvirmos o Presidente da Empresa, pois não houve tempo de nos determos sobre as respostas que foram dadas, por sugestão e requerimento da Comissão, em face de colocações feitas aqui por alguns depoentes, e por iniciativa também de alguns membros da Comissão, principalmente do Deputado Ronaldo Caiado, que foi o autor e quem propugnou pela instalação desta Comissão.

Assim, eu colocaria à disposição dos Colegas, membros da Comissão, todo o trabalho e informações que foram trazidas, ontem, pelo Presidente da CONAB, e gostaria de ouvir sugestões do nobre Relator, principalmente, e de outros companheiros, sobre a convocação de pessoas, que estão sendo aqui elencadas, para prestar informações e depor nesta Comissão. Aqui está o nome do Presidente, mas, também está o nome do Dr. Edgard Pereira, ex-Secretário de Abastecimento e Preços, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; Dr. José Milton Dallari, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias e Exportadoras de Carne; Dr. José Pedro Gonzales, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária; Dr. Itacil Gonçalves Garnerio, Presidente do Sindicato das Indústrias de Frios do Estado de São Paulo, e, ainda, o nosso Colega, Deputado Odacir Klein, Presidente da Fecotriga. São esses os nomes que estão para a apreciação do Plenário de nossa Comissão.

Antes disso, gostaria de dar a palavra ao nobre Relator para as suas colocações.

O SR. RELATOR (João Rocha) — A nossa preocupação, Sr. Presidente, e penso que a de todos os membros, é a de chegar a um resultado dentro do prazo limite que temos, que é dia 2 de dezembro, ou dia 3. Então, na última reunião a nossa sugestão era a de que realmente fosse convidado o Presidente da CONAB, porque não tínhamos também, por ter faltado a uma das reuniões, porque ausentes de Brasília, conhecimento do pedido de informações feito pela Presidência, atendendo à solicitação do Deputado Ronaldo Caiado. Hoje estamos tomando conhecimento das informações prestadas pela Diretoria da CONAB, a respeito do pedido de informação feito pela Presidência. A preocupação do Relator é de ter o máximo de informação para dar, o relatório, e colocá-lo à disposição dos membros desta Comissão. A nossa sugestão, diante das informações que recebemos agora — vemos um volume muito grande, é totalmente inviável decidir, ou saber a que se referem todas essas informações. Pensamos, pelo prazo, ainda pequeno, e diante das informações que recebemos agora, e que iremos folhear, que continua ainda o Relator acreditando ser de importância a convocação do Presidente da CONAB, em função exatamente das informações que vamos ter, diante de todos esses pedidos que foram feitos pela Comissão.

A nossa sugestão é que seja convocado o Presidente da CONAB para a próxima reunião que for marcada pela Presidência e aprovada pelos membros.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Com a palavra o nobre Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, esses documentos também os estou vendo agora. Evidentemente que nós. Senadores e Deputados, não temos tempo de levantar todos esses documentos, inclusive chegar junto aquilo que foi o pedido de informação do nobre Deputado Ronaldo Caiado.

Nós sugeríamos, e o Presidente já disse isso, que os técnicos que já foram contatados fizessem o parecer preliminar, para depois convidarmos o Dr. Boscherro porque se ficasse alguma dúvida poderíamos checar informações. Ao faltar alguma, ele poderia, na mesma hora, dar essas informações, ou poderia dar *aposteriori*. Sem um estudo completo, teríamos dúvidas. Na realidade eu também gostaria de checar de esses documentos, antes da sua convocação, porque poderíamos obter esclarecimento quando da sua presença aqui. Sei que não estou sendo muito simpático do nosso Relator... Penso ser mais prudente, porque de outra forma ficaríamos boiando, como os outros. Não sei se o nobre Relator concorda com a minha posição...

O SR. RELATOR (João Rocha) — A opinião do Relator deve ser sempre submetida à apreciação dos demais membros. Exatamente diante dessas informações que temos, passaríamos à assessoria técnica da Comissão, e ela nos forneceria todos os dados e informações para que, na reunião da próxima quinta-feira, estivéssemos em condição de tentar... Aí está como sugestão da relatoria, o Presidente...

O SR. WERNER WANDERER — A nossa preocupação é que o trabalho da CPI tem que andar. Estamos há mais de 30 dias com esta CPI instalada e podemos dizer que estamos na estaca zero. Os únicos documentos que até agora esta CPI tem em mãos são os pedidos de informação do Deputado Ronaldo Caiado à CONAB e o pedido de informação que fiz à Comissão de Agricultura da Câmara.

Penso que se ficarmos fazendo convocação de pouco rendimento, vai retardar e chegaremos ao final de dezembro sem nenhuma conclusão. Concordo com as ponderações do Presidente, quando diz que tendo recebido esses documentos hoje, talvez uma semana não seja suficiente para que se aprecie todo o teor desses documentos. Acho também de fundamental importância que se convoque aqui o Presidente da CONAB. Afinal de contas é o órgão envolvido. Se nós não o convocarmos, estaremos dando um certificado de irregularidade, e antecipação para ele.

Esta CPI não pode ter o receio de tê-lo aqui para ouvi-lo, se necessário, duas ou três vezes. Inclusive, a presença dele aqui vai nos ajudar a convocar outros elementos de vital importância, porque estamos convocando, na verdade, pessoas que pouca informação têm trazido a esta Comissão. Portanto, a minha sugestão, para que cheguemos ao entendimento, é no sentido de que não convocássemos para esta semana. Parece-me que o Deputado Ronaldo Caiado, o Deputado Odacir Klein ou o Presidente da Fecotriga sugeriram que se fizesse um estudo sobre o trigo, para que, na reunião seguinte, pudéssemos convocar o Dr. Boscherro.

Creio que, se protelarmos, não vamos ter aqui as informações necessárias para chegarmos a um relatório conclusivo. A minha sugestão é no sentido de se fazer daqui a 15 dias essa convocação, para que o Dr. Boscherro esteja presente aqui. Esta é a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, autor da proposição.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, entre o requerimento e a entrega dos dados pela CONAB foram mais de 21 dias. E foram eles que fizeram a negociata, os contratos, as importações; foram eles que contrataram os navios, que fizeram a estocagem.

Como foi solicitado agora ao TCU um auditor, e à FioCruz, um assessor, para que venha aqui discutir todo esse calhamaço encaminhado para a CPI, e como o Congresso Nacional, via Câmara dos Deputados, encaminhou dois assessores para acompanhar a CPI a partir de agora, eu gostaria de não estipular prazo, mas eu faria uma contraproposta: terminada a análise feita pelos técnicos do Tribunal de Contas, da FioCruz e do pessoal da área de Câmbio e de seguros, deve ser, no dia seguinte, convocado o Sr. José Mauro Boscherro. Creio que estaremos resguardando o mesmo período que ele teve para montar esse processo e mandá-lo a esta Casa; nesse tempo teríamos a respostas dessas pessoas das áreas técnicas. Infelizmente, não temos especialidade — cada um de nós tem sua atividade política — nas áreas para as quais encaminharam. A Conab tem um órgão técnico especializado em cada setor, e nós não temos. Portanto, a proposta que faço é no sentido de atendermos aos outros requerimentos que já estão na pauta. A vinda do Sr. Boscherro ficaria para o laudo final dos técnicos, já convocados pelo Sr. Presidente desta CPI. Era o que eu gostaria de sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Não vejo justificativa para retardarmos essa convocação, até porque esses documentos são legais, os técnicos vão examiná-los. Não creio que seja através dessa documentação que se vai buscar as informações necessárias. É preciso, isto sim, trazer o cidadão aqui para que ele preste os esclarecimentos necessários. Quinze dias

para analisar documentos? Vamos ficar parados, deixando de convocar uma pessoa que tem responsabilidade direta pela operação, para que analisemos os documentos? Por quê? Creio que 15 dias é mais do que suficiente. Creio que essa convocação é de vital importância.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, precisamos saber por que os 21 dias para eles encaminharem os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Não cabe a mim responder.

O SR. RONALDO CAIADO — Cabe, então, à Comissão dar um prazo para poder analisar os documentos que chegaram. Não somos especialistas.

Eu gostaria de mostrar que isso chega a ser uma brincadeira com a CPI. O anexo I, que é a maior parte do documento, está embasado em jornais, em recortes de jornais. A parte responsável pelos laudos técnicos da importação de carne — vejam — está aqui: são papéis que não dizem a técnica utilizada, simplesmente com um carimbo dizendo que está “ok”. Que condições temos para analisar, através desses documentos, se a carne pode ser importada, se havia o vírus da vaca louca que poderia contaminar o rebanho brasileiro?

A seriedade dos documentos está comprometida. Olhem se isso é conclusivo em alguma coisa. Foi isso que nos foi encaminhado. Portanto, estamos vendo que foi simplesmente para encher papel o que eles encaminharam. Por isso, precisamos ouvir o Tribunal de Contas da União, a assessoria da Fiocruz e o pessoal da área de transportes e de seguros.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Deputado, V. Ex^a está discutindo um documento que não tivemos em mãos. V. Ex^a é o autor das informações. Cabe a V. Ex^a dizer se as informações que pediu foram dadas ou não. Não estamos discutindo o documento. Quando tivermos o documento em mãos, poderemos julgá-lo.

O SR. RONALDO CAIADO — Não sou especialista nessa área. Dedico-me muito à Medicina; logo, eu não me atreveria a discutir contratos nem transportes. Eu gostaria de ouvir as pessoas capazes nessa área. Tais pessoas estão sendo convocadas pelo Sr. Presidente para que venham prestar-nos assessoria. Precisamos ter argumentos para discutir com o Sr. Boschero. Ele não vem aqui para proferir uma palestra; ele vem como réu. Ele vai ter de prestar contas do que fez. Essa é a posição.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Não entendi, então, a razão da convocação, por V. Ex^a, desta CPI. Quando se convoca uma CPI é porque se tem alguma fundamentação. Se o cidadão não tem o que fazer nesta CPI...

O SR. RONALDO CAIADO — Tanto tem que está aqui. Pergunto: no momento em que se propôs a CPI da Previdência, sabia-se que havia tantos roubos? Pergunto genericamente. Como cidadão, não sou obrigado; como Deputado Federal, tenho imunidade suficiente para propor CPI desde que haja suspeita de irregularidades. É esse o quadro que determina uma CPI.

O que solicito é apenas um prazo para que os técnicos possam avaliar. Os técnicos devem decidir sobre qual o momento certo de se convocar o Sr. Boschero.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Eu gostaria de lembrar, para agilizar os trabalhos, que devemos che-

gar ao entendimento. Se ficarmos protelando, não se convoca, não se ouve, e o prazo termina.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, a avaliação, pelo Tribunal de Contas, de um documento público, em termos de orçamento, despesa e receita, se dá tão-somente em termos técnicos, contábeis e jurídicos. A questão de irregularidades, nos atos administrativos, jamais entrou nesse mérito, até porque não possui condições — equipamento e recursos humanos — para tal. Isso cabe ao Poder Legislativo, que deve fiscalizar os atos do Poder Executivo. A fiscalização deve ser feita a partir de uma denúncia formalizada. A CPI foi constituída. A partir daí temos de procurar apurar ao máximo, investigar, documentar e, se necessário for, encaminhar ao Poder Judiciário. Esta é a função da Comissão Parlamentar de Inquérito.

De sorte que creio que, para que se tenha todas as informações necessárias para trazer a pessoa ou a autoridade mais indicada para responder, é preciso tempo. Este é o objetivo maior desta Comissão. Portanto, é necessário levantar melhor esses dados, para que possa haver uma discussão à alutra de uma CPI do Congresso, instância maior do Poder Legislativo.

Por outro lado, é importante destacar que, se temos 15 ou 20 dias pela frente para trazer a pessoa, pelo que ela representa e ostenta, devemos colher informações. Temos a indicação do ilustre Deputado Odacir Klein, uma das figuras de maior respeito. À época, liderou a Bancada do PMDB da Câmara dos Deputados. Ele pode ajudar e muito esta Comissão. Acho que se poderia dar esse tempo. A partir daí, com as informações de alguns setores, poderíamos rever esse prazo da convocação do Presidente. Poderíamos, também, trazer algumas informações que faltaram no livro do escritor Fernando Sabino — **Zélia, uma Paixão**. Esse cidadão Boschero faz parte desse grande romance. Quem sabe ele tem alguma coisa para acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Na verdade, o nosso Regimento do Senado, em que nos louvamos nesta CPI, faculta-nos o direito de requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias, que entender necessário.

O Tribunal de Contas será mobilizado e nos prestará a assessoria que julgemos necessário.

Mas volto a insistir no entendimento; acho que precisamos de tempo para analisarmos essa documentação, uma farta documentação, não sei se substancial ou não, não adentrei na sua profundidade, nas suas observações, mas eu gostaria de ponderar que nos fosse concedido, à Comissão, antes de convocar o Dr. Boschero, mais algum tempo, para que, convocando o pessoal do Tribunal de Contas e os dois assessores da Fiocruz, pudéssemos analisar e retirar dessa documentação aquilo que pairasse dúvidas e dependesse de esclarecimento.

Acho que esse seria o caminho, e uma economia processual. Sei que o Dr. Boschero virá aqui uma ou duas vezes, ou tantas vezes o convocarmos, mas é uma questão de economia de tempo, e poupando-o também, pois trata-se de um homem de muitos afazeres, e não vai estar aqui três vezes. Se ele puder vir apenas uma, esclarecer tudo, melhor para nós e para ele.

O SR. RUBENS BUENO — Mas o afazer mais importante do homem público é prestar contas dos seus atos.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Mas se ele puder fazê-lo rapidamente numa só ocasião, é melhor para nós e para ele, porque temos que ouvir outras personalidades, outras figuras que foram convocadas, que estão aqui sendo lembradas e convocadas pela Comissão; aliás a maioria deles é indicação do Senador Moisés Abrão, que foi quem apresentou mais requerimentos de convocação.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, só por curiosidade, quais os nomes sugeridos?

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Dr. João Mauro Boschero; Dr. Edgard Pereira, ex-Secretário de Abastecimento e Preços do Ministério da Economia; Dr. José Milton Dallari, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes; José Pedro Gonzales, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária; e, ainda, do Senador Moisés Abrão, o Dr. Itacil Gonçalves Garneiro, Presidente do Sindicato da Indústria de Frios do Estado de São Paulo.

E por último, por sugestão do Deputado Ronaldo Caiado, o nosso colega, a quem V. Ex^a fez as merecidas referências, o Deputado Odacir Klein.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, o que mais ou menos ficou acertado aqui, da vez passada, foi que nós poderíamos chamar o Deputado Odacir e qualquer um desses membros aí solicitados pelo requerimento do Senador Moisés Abrão, excluindo o Presidente da Conab, para que no final dessa análise, pelos técnicos, desses documentos que foram encaminhados, possamos dar continuidade a essa lista.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Dentro desse pensamento, eu faria uma ponderação aos Membros da Comissão; que convocássemos para a próxima reunião — o Deputado Odacir Klein, e outros que figuram aqui nessa lista, e aguardássemos a oportunidade, talvez daqui a 15 dias, quando esses documentos fossem apreciados. Se nesse decorrer de tempo, dentro de 15 dias, vier aqui o representante do Tribunal de Contas, com as informações que necessitamos, nós convocaríamos o Presidente da Conab. Convocaríamos primeiro o Deputado Odacir Klein, e um outro, que poderia ser o Secretário de Abastecimento e Preços, e nesse ínterim avaliaríamos se os trabalhos estiverem concluídos, se estaríamos em condições de convidarmos o Dr. Boschero.

Mas ouço a apreciação do nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI — Sr. Presidente, eu queria indagar sobre o prazo final desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Dois de dezembro.

O SR. PEDRO TONELLI — Acho que temos um fator aqui que nos atropela, é o calendário. Mesmo que não fosse dois de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Mas pode ser prorrogado.

O SR. PEDRO TONELLI — Temos o recesso parlamentar, as férias de fim de ano, e o Brasil volta ao normal depois do carnaval. E o Parlamento tem que representar as aspirações dos brasileiros, apesar de que já deve estar previsto nas nossas agendas que vamos ser convocados extraordinariamente, porque estamos na iminência de um plano econômico, porque a economia não aguenta muito tempo assim. Temos que estar prevenidos.

Eu queria buscar uma saída tancrediana aqui nessa história.

Como há vários convocados acho que o importante é ouvir todos; não vamos excluir ninguém.

Eu proporia exatamente que na próxima semana convocássemos não o Dr. Boschero, convocássemos os demais, vários dos demais, e deixássemos o Dr. Boschero para a outra semana.

Então, temos mais quatro semanas para trabalhar. Estamos no final de outubro. Temos somente o mês de novembro para trabalhar.

Depois, obviamente, temos que ter duas semanas para as nossas conclusões finais, porque aí vamos ter que trabalhar em cima das conclusões da CPI, as providências que temos que apontar, etc.

Temos que agilizar. Não podemos ouvir um por semana, nesse ritmo que está aí. Os estudos têm que ser feitos, temos que tomar conhecimento, não tomei conhecimento ainda, mas temos que tomar conhecimento, trabalhar em cima disso aqui, ouvir as pessoas, e se estabelecer um teto, daqui duas ou no máximo três semanas — ouçamos todo mundo, e daí vamos trabalhar duas semanas nas conclusões finais, e aprovação das medidas que têm que ser tomadas — com relação aos fatos conclusivos em nossa CPI.

Convoca-se, já a partir de hoje, uma remessa, uma mesa de quatro. Na outra semana mais quatro, e talvez o Dr. Boschero no fim, ou na próxima, na penúltima, para dar mais tempo para explorarmos as informações dele, que vai nos passar, ao vivo e a cores, e daí só precisamos de uma margem para concluir.

Acho que esta é a saída melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — O problema é que temos seis requerimentos para convocação de depoentes.

A sugestão que foi lançada inicialmente é que convocássemos para a próxima quinta-feira o Deputado Odacir Klein, e mais um desses elencados aqui nessa lista.

Eu sugiro que nesse ínterim, nessês quinze dias, talvez tivéssemos terminado, concluído esse trabalho, essa apreciação, com o Tribunal de Contas, com os assessores da Câmara e da Fiocruz, e nós convocaríamos o Dr. Boschero dentro de uns 15 dias, como o nobre Senador está sugerindo.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Sr. Presidente, como esses cinco requerimentos que tenho aí estão na mesma situação do Dr. Boschero; são pessoas envolvidas na operação; não temos informações, também não podemos convocar nenhum deles.

Temos que esperar, primeiro analisar a documentação, para convocá-los. Porque todos são envolvidos na operação de importação.

O SR. RONALDO CAIADO — Todos estão de acordo que fizéssemos o convite. Tem seis aí; convida então cinco mais um, seis pessoas para deporem na próxima reunião, quinta-feira que vem.

Deixando que fizéssemos a análise dos documentos; qualquer um que o Senador queira, a partir da próxima semana com exceção do Presidente, até a finalização do levantamento dos técnicos.

O único levantamento é esse. Não adianta chamar alguém aqui, sem que se tenha uma análise profunda sobre esses assuntos que foram levantados e esses documentos que foram enviados por ele.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Acho que já há um assentimento geral na audiência com o Deputado Odacir Klein; ouviremos o Deputado, o Dr. Edgard Pereira, pela ordem aqui da votação, ex-Secretário Adjunto de Abastecimento e Preços do Ministério da Economia, e o Diretor José Milton Dallari, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne.

Seriam três para a próxima quinta-feira, e assim já íamos esvaziando essa pauta, e ficaria o Dr. Boschero para quando tivermos concluídos, porque dentro de 15 dias, estaremos concluindo o trabalho dessa documentação, e aí ouviremos o Dr. Boschero.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Acho, Sr. Presidente, que este depoimento é de fundamental importância para o andamento dos trabalhos da CPI, porque até mesmo esses outros convocados — vamos saber se são realmente importantes; ele vai nos informar as pessoas que diretamente estavam envolvidas no processo de importação.

Não vejo por que ficarmos protelando a audiência da pessoa responsável pela operação. Ele é quem vai nos informar como, no Ministério da Agricultura, foi montado o processo e como ficou demonstrada a necessidade de se importar o produto. Não sei por que ficar protelando.

O SR. RONALDO CAIADO — Sr. Presidente, creio que ficou clara a vontade do Senador em realmente não deixar que esta Comissão funcione. Está claro.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Deputado, V. Exª me conhece muito bem. Desde que foi instalada esta Comissão, estive presente. Faço questão de apurar, porque isto é de fundamental importância.

O SR. RONALDO CAIADO — V. Exª está defendendo o Sr. Boschero. Está aqui para isso.

O SR. MOISÉS ABRÃO — Não estou defendendo nenhum Boschero. Estou aqui representando meus eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Ivandro Cunha Lima) — Está suspensa a sessão.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a “investigar a crise na universidade brasileira”.

9ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 1991.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e quarenta minutos, na Sala nº 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Elcio Álvares, João Calmon, Chagas Rodrigues, Esperidião Amin, Garibaldi Alves Filho, Abdias Nascimento, Lourenberg Nunes Rocha e os Senhores Deputados Eraldo Tinoco, Murilo Rezende, Raul Pont, Celso Bernardi, Sólton Borges dos Reis e Henrique Eduardo Alves, reuniu-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar a Crise na Universidade Brasileira”. De acordo com o preceito regimental a Presidência declara abertos os trabalhos. Em seguida, o Senhor Presidente convida a depoente Patrícia de Angelis — Presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE, a prestar o juramento. Não havendo número regimental a Presidência deixa de proceder a eleição do Vice-Presidente constante do item 1 da pauta, ficando a votação adiada para a próxima reunião e submete para aprovação

do plenário a ata da reunião realizada anteriormente. Não havendo quem quizesse discutir, foi considerada aprovada. O Presidente submete ao plenário fax enviado à Comissão pelo Professor Carlos Roberto Janyl Cury, solicitando que seja transferido para 21 de novembro do corrente ano o seu depoimento perante a Comissão, o que foi deferido, tendo a Presidência solicitando à Secretaria que providenciasse a convocação para a data solicitada. A seguir concede a palavra à Estudante Patrícia de Angelis, que durante 20 minutos passa a traçar um perfil da crise das Universidades Brasileiras, na sua explanação apresentou alguns dados sobre a autonomia da Universidade e números de Instituições de Ensino Superior no País, falou da falta de fiscalização jurídica e administrativa, com grande vantagem para as mantenedoras. Terminado o or que faz algumas considerações sobre a crise das Universidades Brasileiras e, particularmente sobre o depoimento da depoente, fez algumas interpelações, tendo sido respondidas dentro prazo regimental. A seguir a Presidência, exercida eventualmente pelo Senhor Senador Elcio Álvares, convida o Professor Alceu Ravello Ferrari — Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED, a prestar o juramento. A seguir concede a palavra ao depoente que passa a falar sobre a crise na Universidade Brasileira, começando pelo processo de privatização em curso, articulações do processo de privatização. Abordou a gratuidade nas universidades públicas, considerando que se viesse a ser paga, representaria não mais de 7 a 10% do montante necessário para a solução dos problemas. Ainda no seu depoimento falou das consequências da privatização da universidade pública, que conforme sua opinião, tem como consequência inevitável a subordinação direta das universidades privatizadas, particularmente em sua função de pesquisa, aos interesses do processo de acumulação capitalista e aos critérios do capitalismo internacional que regem a divisão internacional do trabalho de produção de conhecimento científico e tecnológico. A Presidência concede a palavra ao Relator que faz considerações sobre o depoimento do depoente, comenta a Crise que vem atravessando as Universidades e passa a interpelar o depoente. Satisfeitas as respostas, o Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Raul Pont, que passa a tecer comentários sobre a Crise na Universidade Brasileira e a seguir passa a questionar o depoente sobre alguns pontos do seu depoimento. O Presidente concede a palavra ao depoente que passa a responder as questões dentro do prazo regimental. A seguir o Presidente faz as suas considerações finais e agradece aos depoentes pela valiosa colaboração que prestaram aos trabalhos da Comissão. A seguir a Presidência comunica ao plenário que ficam convocados para prestarem depoimentos na próxima reunião os Professores Carlos Eduardo Baldijão — Presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — ANDES e Vânia Galvão — Coordenadora-Geral da Fasubra. Nada mais havendo a tratar a Presidência convoca reunião a realizar-se às 10 horas do dia 7 de novembro do corrente ano e declara encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Joaquim Balduino de Barros Neto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a investigar a crise na Universidade Brasileira, com a finalidade

de ouvir depoimentos da estudantes Patrícia de Angelis e do professor Alceu Ravello Ferrari, que vai à publicação com a devida autorização do senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco
Relator: Senador João Calmon

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

Convidados: Patrícia de Angelis — Eraldo Tinoco — João Calmon — Solon Borges — Raul Pont — Alceu Ravello Ferrari.

O SR. PRESIDENTE (Élcio Alves) — Srs. integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a crise da universidade brasileira, desempenhando, logicamente com o consentimento dos presentes, interinamente, a Presidência da Comissão, uma vez que o Deputado Eraldo Tinoco ainda não veio, mas que já se encontra presente o Senador João Calmon, que é o Relator, declaro aberta mais uma reunião desta Comissão.

Inicialmente, quero submeter à apreciação e votação dos Srs. Parlamentares presentes a ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de outubro de 1991. Como V. Ex^{as} já têm cópia da Ata, gostaria de colocar o texto em votação.

Se algum dos senhores discordar de qualquer termo do texto, pronuncie-se, por favor. (Pausa). Não havendo discordância, considero aprovada a Ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de outubro de 1991.

Dou conhecimento aos integrantes da CPI que investiga a crise na universidade do seguinte telex, enviado pelo professor Dr. Carlos Roberto Cury, da Universidade Federal de Minas Gerais:

(Leitura de telex)

Evidentemente o seu teor será submetido ao Deputado Eraldo Tinoco e ao Senador João Calmon, Relator, para que marquem então, juntamente com os Srs. Membros da Comissão, a data para que seja ouvido o professor Dr. Carlos Roberto Cury, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Dentro das normas dos trabalhos, foi convidada para prestar depoimento hoje a Presidente da UNE, Patrícia de Angelis. É uma grande satisfação tê-la aqui, porque representa um organismo de cuja diretoria fui membro nos seus tempos na praia do Flamengo. Hoje, vamos ter a satisfação de ouvir Patrícia de Angelis, que representa uma das partes mais importantes na discussão do problema da universidade brasileira.

Neste instante, solicito à estudante Patrícia de Angelis que faça o juramento perante a Comissão.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise na universidade brasileira.”

O SR. PRESIDENTE (Élcio Alves) — Dentro das normas da CPI, a Patrícia fará a sua identificação e, em seguida, terá um prazo de 20 minutos para a sua exposição inicial. Como está sendo gravada a reunião, pediria à expositora que desse o seu nome, endereço, estado civil e profissão.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Meu nome é Patrícia de Angelis. Moro atualmente no Brás, em São Paulo, mas sou de Porto Alegre; o meu endereço é: Rua Campos Sales, nº 61, Conjunto Brás-8. Sou estudante e solteira.

O SR. PRESIDENTE (Élcio Alves) — Você deverá agora fazer, perante esta CPI, uma exposição, sob o enfoque da UNE, a respeito da crise na universidade brasileira.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — O Senador Élcio Alves, Presidente desta Comissão, fez uma referência à sede da UNE, na praia do Flamengo. Seria interessante que V. Ex^{as} conhecessem a situação da nossa sede. Ela foi incendiada em 1964, e o seu terreno foi cedido pela União à Universidade do Rio de Janeiro — UNIRIO. Pelo decreto de cedência do terreno, ele só seria devolvido à nossa entidade mediante uma indenização por parte da União à UNIRIO. Como a União se recusa a fazer essa indenização e a UNIRIO se recusa a ceder esse terreno sem essa indenização que a lei lhe garante, o terreno ainda está em posse da UNIRIO, inutilizado, pois está sendo utilizado inclusive como estacionamento de automóveis e a UNIRIO não tem onde construir a sua sede. Encontra-se, provisoriamente, em um prédio cedido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em péssimas condições, inclusive com ameaça de desabamento, uma situação bastante difícil para o funcionamento da nossa entidade.

Gostaria de registrar essa situação, para que pudéssemos contar com o apoio de V. Ex^{as}, dentro da nossa campanha de resgate do nosso terreno, propriedade da União Nacional do Estudantes, e na nossa campanha de reconstrução da histórica sede da UNE na praia do Flamengo.

Em seguida, passando para a análise da situação da universidade do nosso País, eu gostaria de abordar alguns pontos fundamentais.

Primeiro, a relação da universidade com a sociedade. Este é um ponto por demais abordado pelo Governo Federal. O nosso atual Presidente se utiliza do argumento de que a universidade pública brasileira estaria isolada socialmente, desvinculada das reais necessidades da sociedade brasileira e, portanto, mereceria esse tipo de política, esse tipo de tratamento que lhe vem sendo dispensada de corte de verbas, que a leva a um sucateamento deliberado dessas universidades.

O Governo, propõe-se a tomar medidas — e as vem tomando — no sentido de fazer com que a pesquisa produzida na universidade tenha um caráter de se vincular às empresas, particularmente às empresas privadas e, inclusive, multinacionais. Coloca que, com essa política, ele estaria, então, fazendo com que a universidade estivesse servindo à sociedade. Então, escolhe um setor social, que é o chamado setor produtivo ou setor empresarial, para ser o representante da sociedade, motivo pelo qual vincularíamos a universidade à sociedade a partir dessa política.

No nosso entender, a produção científica da universidade, a produção de pesquisa da universidade não pode se submeter ao mercado, não pode ficar à mercê dos interesses do lucro, das expectativas do setor empresarial na sociedade. A universidade, para ter uma vinculação com a sociedade, precisa abarcar o conjunto da sociedade, precisa preservar o seu caráter público e precisa entender as necessidades, fundamentalmente, dos setores mais marginalizados hoje na nossa sociedade. A universidade precisa ter um caráter de propor projetos no sentido de auxiliar o desenvolvimento independente e autônomo do nosso País.

É esse o objetivo da universidade no nosso entender, inclusive porque a produção científica na universidade não pode se ater à pesquisa aplicada, precisa privilegiar a pesquisa básica. É nesse sentido que trouxe aqui, para entendermos bem a idéia deste Governo sobre pesquisa, como a política

de ciência e tecnologia do Governo Federal é antagônica à proposta que a UNE tem sem relação à universidade e à concepção que temos de universidade.

O atual Ministro da Educação, José Goldemberg, na época em que escreveu esta matéria para a **Folha de S. Paulo**, era Secretário de Ciência e Tecnologia. Ele aborda da seguinte forma:

“A pesquisa pura é um ingrediente essencial da vida universitária, mas que não cobre o universo todo. Os trabalhos de pesquisa aplicada levam a gerar novas patentes, novos produtos à melhoria dos meios de produção, da qualidade da produtividade. Só para dar um exemplo, atribui-se ao trabalho da EMBRAPA o aumento da produtividade agrícola de muitas regiões do País. A divisão de esforços e de recursos entre pesquisa fundamental e aplicada é difícil de fazer, mas, como o sistema produtivo nacional tem exigido pouco do sistema de ciência e tecnologia, existe uma predominância clara da pesquisa fundamental, sobretudo nas universidades.”

O SR. PRESIDENTE (Élcio Alvares) — Patrícia, um minuto somente.

Peço permissão para fazer uma interrupção.

O Deputado Eraldo Tinoco, que está aqui presente, é o nosso Presidente da Comissão, tem um compromisso de Liderança. Em termos de composição, faço o registro de que continuo, eventualmente, na Presidência, S. Ex^a, inclusive, presta sua homenagem também à expositora e indago-lhe se deseja falar alguma coisa ligeiramente a respeito do registro do Presidente da UNE.

O SR. ERALDO TINOCO — Muito obrigado, Sr. Presidente por esse registro que queria fazer. Estamos tendo, paralelamente a negociação da LDB, um assunto que interessa diretamente à educação nacional. Como nesta Casa são poucos os denodados pelo assunto educacional, tanto eu quanto os Deputados Raul Pont e Celso Bernardes, estamos participando também dessa empreitada. De sorte que é essa a razão primeira do meu atraso e, segundo, da impossibilidade da minha permanência durante toda a reunião. Mas terei muito prazer em assistir ao depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Retorno a palavra à estudante Patrícia de Angelis, Presidente da UNE.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Continuando a leitura do artigo, o então Secretário de Ciência e Tecnologia por considerar que a pesquisa fundamental estava recebendo uma maior soma de recursos do que a pesquisa aplicada ou chamada pesquisa tecnológica, coloca o seguinte:

“Por essa razão, estão sendo ativados mecanismos do BNDES e do Finepe, que receberam recursos vultosos para empréstimos aos industriais, destinados à pesquisa tecnológica e à melhoria de seus processos e técnicas de Produção. Essa é a pesquisa aplicada no sentido lato da palavra e que tem como interesse direto o aumento da produtividade e da qualidade.”

Isso nos leva a pensar que se voltarmos o interesse da União, em relação à pesquisa para a pesquisa, aplicada, a

pesquisa tecnológica, aquela que interessa ao mercado, ao chamado setor produtivo, aos industriais, estaríamos negando recursos e diminuindo — já que os recursos seriam vultosos para a pesquisa tecnológica — os recursos para a pesquisa básica, ou pesquisa fundamental, que é, no nosso entender, a prioridade das universidades.

Por que isso? Porque a pesquisa básica é o que nos garante que exista a produção de conhecimento novo nas universidades, inovação, criatividade, o inusitado, que se investigue de forma livre e de forma a garantir a soberania do nosso País. Por que dizemos isso? Porque não existe país soberano que não estruture a sua pesquisa, a sua produção científica à pesquisa básica. Estaríamos condicionados, e estamos condicionados às necessidades do capital internacional, dos interesses das grandes potências, se simplesmente soubéssemos fazer aqui a pesquisa aplicada, a tecnologia complementar ao que já se desenvolveu, ao que já se produziu em nível de Primeiro Mundo.

É isso o que se pretende com essa política do Governo Federal, inclusive porque, se formos perceber que existe uma recessão muito forte no nosso País em que as empresas nacionais privadas e as próprias empresas estatais estão sucateadas, em um ciclo de depauperação vamos verificar que os principais beneficiados dessa política de repasse de recursos públicos, seriam os industriais do capital estrangeiro, das multinacionais e não as empresas nacionais que não teriam como investir na sua maior produtividade ou qualidade dos seus produtos na pesquisa tecnológica. Essa primeira denúncia que fazemos é sobre essa política que o Governo Federal vem tendo em relação à produção científica e tecnológica no nosso País, que hoje nos remete a verificar que são as universidades públicas as responsáveis por essa produção científica, porque 90% das pesquisas realizadas no País se realizam nas universidades públicas. Seriam as universidades as principais atingidas com essa política; elas teriam que ficar simplesmente à mercê das necessidades do setor produtivo. Esse setor estaria — isso é claro, se fizermos uma análise geral da sociedade — também dominado pelo capital estrangeiro. Estaria sendo ameaçada a própria soberania do País.

Para resumir, esta questão ficaria assim colocada: primeiro, a nossa preocupação com a prioridade sendo dada à pesquisa tecnológica. Achamos que é preciso dar prioridade à pesquisa básica, porque isso caracterizaria um processo mais soberano da produção científica. Estaríamos garantindo que o ciclo se completasse desde a investigação até a sua aplicabilidade.

A segunda questão que nos preocupa é o repasse de verbas públicas para as indústrias. Não são as universidades que estão recebendo recursos e sendo incentivadas à pesquisa tecnológica. É verba pública e vultosa, como o próprio Secretário coloca aqui no seu art. “somamos vultosas”; para investir ou não nas universidades. Porque eles também podem aplicar esses recursos nos laboratórios internos das suas empresas.

No caso, principalmente, das multinacionais, não teriam por que investir nas universidades. Quase todas as grandes multinacionais têm os seus laboratórios próprios, inclusive muitos deles bem melhor equipados que os laboratórios das nossas universidades. E se viessem a utilizá-los, estaria sendo garantido a estes laboratórios, a estas empresas, o chamado sigilo empresarial. É muito interessante, porque esse sigilo irá significar para as universidades as chamadas caixas pretas. Iremos investigar e pesquisar nas universidades, vamos estar auxiliando na maior lucratividade das empresas. Essas empre-

sas estarão recebendo verbas públicas e, além disso, não poderemos conhecer a razão da nossa pesquisa, nem o motivo da nossa investigação, porque estaremos atentando contra o sigilo empresarial.

Outra questão que colocamos é a autonomia das universidades. Essa questão da submissão ao mercado também estaria atingindo a autonomia. O Governo Federal resumiu o Emendão em alguns artigos — uma versão que foi, inclusive, amplamente veiculada pela **Folha de S. Paulo**. Nesta versão, artigo que tratava de universidade já não continha mais a questão relativa ao corte dos 18% para a educação, muito combatido na primeira versão; mas continha um artigo que se referia à autonomia das universidades, no qual passariam a ser entidades, jurídicas de personalidade própria. Até teria que ter aqui para saber exatamente qual artigo é e como foi citado.

O SR. JOÃO CALMON — Não foi o art. 6º?

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Não, este aqui é o último artigo. É a Emendinha e queria abordar o anterior à última versão do Emendão que coloca o seguinte: sendo essa entidade jurídica de regime próprio, estaria desvinculada do Estado. E este estaria se descomprometendo com o envio de verbas para a universidade. Mais abaixo, nessa mesma versão, colocam que estaria previsto um orçamento fixo por parte da União para as universidades. Mas o compromisso já não existe mais. A prerrogativa é que a universidade venha a cavar os seus próprios recursos. A conquista constitucional que foi do povo, do art. 207, que prevê a autonomia universitária é confundida com a autonomia financeira das universidades. Isso para nós é uma questão muito grave porque remete novamente ao fim da autonomia, pois se a universidade tiver que cavar os seus próprios recursos no mercado e competir no mercado como qualquer empresa, estaremos submetendo a universidade ao mercado. Também não existe mais a autonomia da investigação científica. Esta pressupõe o financiamento estatal da universidade.

Nos seus primeiros meses, o Governo Collor atentou contra a autonomia universitária através do Decreto Nº 99.180, que ainda vigora. Esse decreto já colocava que o direito à autonomia poderia ser retirado se as universidades não tivessem a política de acordo com a política do Conselho Federal de Educação. Poderiam perder essa autonomia, poderiam ser nomeados reitores **pro tempore**, diretores **pro tempore** nos departamentos, e fechados os estabelecimentos de ensino que não estivessem conforme à política delineada, definida pelo Conselho Federal de Educação.

Quanto à autonomia, gostaríamos de dizer que, no nosso entender, ela não é soberania. Não entendemos a autonomia como uma forma de a universidade deixar de prestar contas à sociedade sobre seus objetivos, sobre as diretrizes, planos, prioridades e aplicabilidade dos recursos que são, evidentemente, oriundos de um esforço social muito grande, dos diversos setores da sociedade, etc. E que essa autonomia precisa estar vinculada a uma gestão democrática de universidade. Não consideramos que a autonomia da universidade seja ligada, seja dependente do Reitor que, nesse caso, seria um *títere* e não um dirigente universitário.

Acreditamos que essa autonomia deve ser precedida de uma gestão democrática onde exista um Conselho Universitário composto de forma paritária entre estudantes, professores, funcionários, membros representantes da sociedade civil como um todo de forma a que a universidade cumpra

o seu papel social. Essa autonomia deve ser diretamente proporcional a predisposição que a universidade tem a escutar a sociedade nos seus anseios, nas suas necessidades.

A questão do financiamento das universidades e irei trabalhar com esse dado que o Senador João Calmon me forneceu nesse momento que é a última novidade do Governo em relação às verbas para a educação.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Permita-me uma intervenção: o seu horário está praticamente extinto em termos de 20 minutos. Mas o seu assunto é importante e pediria a você que sintetizasse a parte final da sua exposição para que pudéssemos entrar praticamente no debate com a participação de Senadores e Deputados.

Fica também concedido um prazo de prorrogação para você.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Está certo. Peço desculpas porque no início houve certa dificuldade, mas procurarei ser mais objetiva agora.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Não é recriminação é apenas uma questão de colocação.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Está certo. Por exemplo, na última proposta de emenda à Constituição, a chamada Emendinha, consta:

“Art. 6º Até 31 de dezembro de 1993, sobre toda a receita proveniente do crescimento absoluto da arrecadação tributária federal, descontada a desvalorização da moeda, não se aplicará o disposto nos artigos seguintes.”

Sendo um dos citados, o artigo 212, que é o que confere 18% da arrecadação tributária da União para a educação. Ele não corta diretamente os 18%, mas a educação não merecerá por parte do Orçamento da União esse aumento na arrecadação tributária. Ele já não vai poder ter essa priorização real pela qual lutamos.

O financiamento, no que se refere à questão específica da universidade, também tem sofrido bastante. Vamos trabalhar aqui com dados do *Jornalzinho da Ciência*, **Hoje**, que coloca, inclusive é o título já do jornal, a preocupação que as sociedades científicas e acadêmicas vêm tendo com essa questão: “As universidades podem não funcionar em 1992”. Essa é a denúncia colocada. Porque os tetos fixados para o orçamento não dão nem para iniciar o ano. Essa foi a denúncia do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Administração e Planejamento, na sua reunião em 7 de agosto. Para se ter uma idéia, elas já perderam, do orçamento do ano passado, 37%, sob efeito da inflação e a política irregular de recursos do Governo; e para 1992 está sendo previsto ainda um corte de até 20% no orçamento necessário para o funcionamento regular das instituições federais de ensino. E esse corte ainda pode ser maior, porque, dos 411 milhões de dólares previstos, o Governo pretende garantir apenas 20 milhões de dólares, isso já dá quase 1/5 do orçamento necessário. Então pode ser menor ainda do que os 20%. E por aí vai.

Essa situação de sucateamento da universidade pública, que pode inclusive significar fechamento de várias universidades federais, se contradiz com a situação colocada para as universidades privadas, porque se a justificativa é falta de recursos, como se justifica esse repasse de verbas públicas para as universidades privadas que o Governo tem garantido?

V. S^{as} podem verificar que as universidades particulares são hoje responsáveis por cerca de 70% das vagas oferecidas no ensino superior. Essa rede privada do ensino superior não consegue produzir nem 10% da pesquisa produzida no País; 90% da pesquisa é realizada na rede pública e, no entanto, ainda consegue concessões públicas de verbas que chegam a 5% do orçamento do MEC para a rede privada, em termos de verbas já diretas. Junto a isso tem todo tipo de incentivo fiscal, de subsídio fiscal por parte do MEC: não pagam impostos, recebem o patrimônio público para organizarem os seus prédios, e por aí vai, e têm a liberdade para o aumento das mensalidades. Então, a lei, hoje, por exemplo, que vigora em relação à mensalidade no nosso País é uma lei que garante aos donos de escola, aos empregados do ensino uma cobrança de mensalidades de acordo com as suas necessidades de lucro e não de acordo com as condições que os estudantes têm de arcar com essas mensalidades. Então, são mensalidades não vinculadas ao aumento salarial, são mensalidades vinculadas às necessidades do lucro dos empresários do ensino. Inclusive a denúncia que a UNE faz é a de que os monopólios da educação hoje no nosso País são fontes de lucro líquido e certo, chegando, em muitos momentos, a responder pela principal fonte de lucro dos capitalistas. Entre 1964 e 1982 o lucro acumulado cresceu 1.470%, enquanto o PIB, cerca de 300%. Então, a arrecadação dos donos de escolas chega a ser ainda maior do que o próprio PIB nacional.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Sr^a Patrícia, gostaria apenas de adverti-la sobre o horário, para que conclua sua exposição.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Então, para finalizar, a questão que eu estava tentando abordar era essa.

Sintetizando: a situação da privatização da pesquisa, a questão do sucateamento das universidades públicas, a questão do tratamento dado às universidades privadas, verdadeiros supermercados de ensino, oferecendo ensino de péssima qualidade, conseguindo acumular lucros fabulosos, com todo o tipo de facilidades garantidas por parte do Estado, arrecadando mensalidades distorsivas e que vêm fazendo, inclusive, um lobby muito forte, para que se instaure, mesmo na rede pública de ensino, mesmo essa rede pública que tem hoje apenas 30% das vagas, no ensino superior, que ela mesmo se extinga também, porque pretende que seja implementado o ensino pago também na rede pública, para que isso? São, inclusive, os donos de escolas que mais vêm fazendo essa campanha, no sentido de acabar com a gratuidade no ensino superior público. Por que isso? Porque querem competir em pé de igualdade com a escola pública. Eles querem agora, já que não pretendem mais oferecer o chamado ensino para o chamado estudante de classe baixa, para o trabalhador, porque a propaganda que a universidade privada fazia era no sentido de dizer: não, aqui oferecemos o maior número de vagas, aqui oferecemos os cursos noturnos, aqui temos os estudantes trabalhadores, aqueles que não puderam entrar na universidade pública, que é elitista e tudo mais. É essa a argumentação, é essa a campanha dos donos de escola, só que nem esse argumento eles já não têm mais também, porque com as distorsivas mensalidades cobradas e não pretendem baixá-las, eles pretendem que o nível seja cada vez maior, mais elevado, eles estão garantindo uma taxa de evasão escolar de quase 60%, em média. Então, os estudantes trabalhadores também já não estão mais na universidade privada, já não tem mais estudantes na escola privada. O que eles querem

é que a rede pública também venha a cobrar mensalidades a preço de mercado, para poder ter esse público do estudante de renda um pouco superior nas suas universidades, pagando as mensalidades segundo os seus interesses de lucro.

Essa seria a última denúncia que a UNE teria a fazer nesse sentido. Estamos à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Gostaria de fazer um registro, que é altamente honroso, não só para o Congresso Nacional, mas também de uma maneira muito especial para o nosso pequenino Estado do Espírito Santo. A Patrícia falou em nome dos estudantes brasileiros, representando a UNE, e fez uma referência exatamente à posição adotada pelo Governo do Presidente Fernando Collor de Mello de manter, na integridade, o percentual obtido, depois de uma luta extraordinária por esse homem que é um orgulho para todos nós capixabas e, de uma maneira especial, fez da sua vida um apostolado em favor da educação; sempre tem dito para todos nós, nas suas campanhas belíssimas, nas televisões, que a educação foi a sua vida, foi a sua meta política. E me recorde com muita emoção, neste momento em que a Patrícia fala com tanta ênfase, que o Governo teve a lucidez de manter íntegro o percentual da educação, que o Presidente da República, num determinado momento, além das razões técnicas, que foram várias, usou uma expressão que é altamente honrosa para a vida dele, o Senador João Calmon, quando teve a oportunidade de dizer: “— Eu não vou fazer isso, porque magoaria o Calmon”. Então, a causa do Calmon é a causa de todos que têm realmente uma dedicação à educação. Neste momento, eu faço esse registro, não só orgulhoso por ter Calmon entre os Congressistas brasileiros e, de uma maneira muito especial, por ser João Calmon exatamente o Senador da educação do Brasil e de uma maneira muito carinhosa, do nosso querido Estado do Espírito Santo.

Faço esse registro, Patrícia, porque é exatamente o Senador João Calmon o Relator desta CPI, em que você hoje está prestando depoimento.

Inicialmente, eu gostaria de dar a palavra ao Senador João Calmon, que é o Relator e, logo em seguida, a lista de inscrição já está aberta, teríamos a oportunidade, então, de iniciar o debate propriamente dito, com o depoimento, hoje, dessa que é a Presidente da UNE, a Patrícia De Angelis, que temos o grande prazer de ter aqui em nossa Casa.

Concedo a palavra, portanto, ao Relator da CPI, Senador João Calmon.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Sr. Presidente, Senador Elcio Alvares, Sr^a Presidente da UNE, Patrícia De Angelis, Srs. Parlamentares, inicialmente, devo agradecer a efusiva saudação do meu companheiro de representação do Espírito Santo no Senado Federal, que costuma sempre bater recordes de generosidade em relação a este Relator. Entretanto, devo lembrar que, embora a iniciativa do restabelecimento de uma vinculação obrigatória de um percentual dos orçamentos públicos para a educação tivesse partido de mim, contei nessa batalha com a colaboração, eu diria unânime, do Congresso Nacional e, entre eles, destaque-se, com relevo singular, um Parlamentar aqui presente, que é um modelo e é uma fonte de inspiração para todos nós, é o Deputado e mestre Sólon Borges dos Reis, que foi durante muitos anos presidente da entidade que congrega todos os professores do Estado de São Paulo. Eu não podia deixar de fazer este registro.

Em certos momentos, algumas pessoas se deixam dominar pelo desânimo nessa luta pela educação. São tantos os obstáculos que aparecem à nossa frente, há tantas decepções que alguns se deixam dominar pelo desalento.

Nós, aqui presentes, não pertencemos a essa categoria, e lançando mão de uma atirada um pouco humorística, eu diria que todos nós, lutadores da causa da educação, parecemos os cavalos de corrida de obstáculos. Quanto maiores e mais difíceis os obstáculos a nossa frente, mais aumenta o nosso ímpeto, a nossa combatividade, e a nossa flama nunca diminui, está sempre crepitando, porque o futuro deste País, o seu desenvolvimento, uma distribuição mais justa, mais humana, mais eqüitativa da renda nacional, tudo isto depende, fundamentalmente, da universalização da educação.

Nesta manhã, a presença da jovem presidente da UNE tem uma significação que me parece extraordinária.

Estamos vendo aqui uma jovem combatente, na aurora da sua vida, e este Relator, já no crepúsculo da sua, aos 75 anos de idade. E nós dois estamos na mesma trincheira, defendendo a educação em todos os níveis, e com o maior ardor.

Fica, aqui, a minha saudação à jovem líder que está hoje à frente da UNE. E repito, diante de todos os Parlamentares, um apelo que lhe fiz antes do início desta reunião. Já participei de vários congressos nacionais da União Nacional de Estudantes, e sempre procurei sensibilizar os líderes da UNE para a necessidade de, apesar de existirem entidades de estudantes em outros níveis do ensino — seria um imperativo histórico — liderarem o movimento dos estudantes.

E agora mesmo, existe uma preocupação obsessiva, altamente louvável, no universo da educação brasileira, em torno da agilização do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da educação.

Ainda ontem foi promovido um ato público no Salão Negro do Congresso Nacional.

Com todos nós, Parlamentares, temos, no mesmo horário, numerosos compromissos, segundo o *Correio Braziliense* registrou hoje — não sei se o registro é inteiramente verdadeiro, ou se foi muito pessimista —, em virtude da participação dos demais Parlamentares em numerosas comissões, teriam comparecido a esse ato público apenas dois Parlamentares: o mestre dos mestres, o Deputado Florestan Fernandes, e este lutador da causa da educação. Creio que depois devem ter participado desse ato público outros parlamentares, mas ele mobilizou um número insignificante de estudantes e professores.

Eu diria que, no máximo, estariam lá umas 50, 60 pessoas, para um ato público, no Congresso Nacional, em favor da escola pública na LDB, em favor da agilização dos trabalhos da Comissão que está, na Câmara, tratando da elaboração da LDB.

Tive oportunidade de transmitir a minha rápida mensagem aos estudantes e aos professores, procurando chamar a atenção de todos para um perigo extremamente grave que pesa sobre a educação em nosso País.

Sei que a LDB tem uma importância transcendental, e todos nós devemos nos mobilizar, como já estão mobilizados os deputados, para que o novo projeto da LDB não repita o que aconteceu com a atual LDB, que tramitou no Congresso Nacional, só na Câmara, 11 anos, em virtude de divergências entre Gustavo Capanema, Carlos Lacerda e o nosso mestre Sólon Borges dos Reis.

Chamei a atenção para a necessidade de uma mobilização, até mesmo antes dessa mobilização em favor da agilização da elaboração da LDB.

Como a nossa depoente já salientou o Emendão desferiu um golpe mortal nos recursos financeiros para a educação. Felizmente, como ela, generosamente, amavelmente, recorreu, o Presidente Collor decidiu recuar, porque lhe fiz uma dramática exposição sobre a repercussão negativa que alcançaria a manutenção desse artigo do Emendão, coincidindo com o lançamento de um programa ambicioso, de construção de cinco mil Ciac. Como é que, neste momento, poderia haver uma iniciativa do Poder Executivo cortando parte das verbas para a educação, que ainda não são suficientes?

Está aqui presente, e sempre nos honra com a sua presença, um representante do PT que é um modelo de dedicação à causa da educação no Rio Grande do Sul. Os constituintes gaúchos não se contentaram com os 25% que a Constituição prevê como o mínimo. Eles aumentaram para 35%, o que representa um aumento de 40% sobre 25%.

Chamei, então, a atenção para o art. 6º, e tomei a iniciativa de entregar à nossa depoente o texto da “emendinha”.

Realmente, trocando em miúdos, o art. 6º representa um golpe profundo na educação, porque a partir de 1º de janeiro do próximo ano — portanto, daqui a dois meses — sobre o aumento da receita que será inevitável em consequência da reforma fiscal cujo projeto deve chegar ao Congresso nos próximos dias, sobre esse aumento não incidirá o percentual da educação, os 18%.

E para agravar o problema, afetando os estados e municípios, também diminuirá a transferência de recursos federais para os estados e municípios.

Então, estou fazendo este apelo, em tom dramático, a todo os segmentos do universo da educação brasileira, para uma mobilização, a fim de cada Partido — até agora não houve um pronunciamento de todos os partidos; houve apenas uma voz isolada aqui e outra lá — faça uma mobilização tão bela, tão elogiável quanto aquela em relação à LDB.

Está havendo uma mobilização sobre outro artigo da “emendinha”, que não chega a ter a importância grave, gravíssima desse art. 6º. É o art. 207, que declara: as universidades gozam de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão.

“Parágrafo primeiro — As universidades públicas serão entidades com natureza jurídica própria.

Parágrafo segundo — este está mobilizando toda a comunidade universitária deste País — Dos recursos destinados à educação, a União alocará parcelas fixas às universidades, que arcarão com as despesas de seu pessoal ativo e inativo e respectivos pensionistas.”

E aí vem a bomba!

“Parágrafo terceiro — Nos orçamentos das universidades públicas não poderão ser destinados mais de 80% às despesas com pessoal.”

Esse limite de despesas com pessoal já existe e gira em torno de 65%. Para as universidades, foi aumentado esse percentual para 80%, mas elas entendem que se esse parágrafo for aprovado, elas entrarão numa crise de extrema gravidade, porque elas gastam muito mais de 80% com o seu pessoal, por motivos que elas consideram — e devem ser, não tenho a menor dúvida — da mais alta relevância.

Então, aproveito esta oportunidade para fazer um apelo à Presidente da UNE no sentido de procurar sensibilizar os

quadros da UNE, que estão incorporados à história deste País como exemplos de combatividade, de capacidade de mobilização, para que, simultaneamente, atuem nas duas áreas sob ameaça: essa do art. 207, que se refere às universidades, e esta que é o art. 6º

Há uma outra ameaça sobre as universidades. “No exercício de sua autonomia, as universidades públicas poderão admitir estrangeiros nas mesmas condições que brasileiros”.

Não há nenhuma objeção nas universidades em relação a isso, e hoje temos um magnífico reitor — magnífico no duplo sentido, porque o reitor já é magnífico, e esse é magnífico pela sua eficiência, pela sua imaginação criadora — o Reitor Ibanêz, que se enquadra nessa norma.

“Parágrafo quinto — A permissão de que trata o artigo anterior é extensamente às entidades órgãos públicos de pesquisa e desenvolvimento científico, cultural ou tecnológico.”

A minha indagação à nossa depoente desta manhã se refere precisamente a este apelo que me parece fundamental, sem prejuízo do interesse que deve ser cada vez maior da mocidade estudantil, dos professores também dos servidores das universidades em relação a LDB, impõe-se, essa é um pergunta, ela crê que se impõe realmente essa mobilização em relação à ameaça grave que está pesando sobre as universidades, principalmente sobre as universidades, mas também sobre toda a área da educação, abrangendo até jardim de infância e primeiro grau, porque com a redução, que será inevitável, se o Congresso não derrotar essa proposta do Poder Executivo, os danos realmente serão dramáticos. Esta é a indagação que eu faria à nossa depoente sobre a sua opinião em relação à necessidade de a UNE promover uma mobilização de estudantes para a derrubada desse inciso e para fazer uma pressão lícita, democrática, saudável, em relação aos membros do Congresso Nacional, que como eu dão também a maior prioridade à causa da educação.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELES — Em primeiro lugar, essa questão que afeta o repasse das verbas para a educação, as verbas públicas para a educação, que estão destinadas à educação, realmente atinge sobremaneira as universidades federais, mais até do que o primeiro e o segundo graus, porque é o MEC o principal responsável pelas universidades federais enquanto que para o ensino de primeiro e segundo graus ainda resta a manutenção dos Estados e Municípios, que são os responsáveis pela educação de primeiro e segundo graus. Quando se corta ou quando se deixa de enviar verbas para a educação a nível federal as principais atingidas são as universidades federais, 65% do orçamento do MEC é dirigido para as universidades federais.

Evidentemente a União Nacional dos Estudantes tem agido em conjunto com a UBES, que é a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, no sentido de que haja uma mobilização mais ampla dos estudantes nos três níveis de ensino, para garantia das verbas e da real priorização por parte do Governo Federal para a educação no nosso País.

Mas não alimentamos muitas ilusões em relação ao Governo, que já vem manifestando em suas diversas atitudes o desprezo que tem em relação à educação e mesmo em relação às diversas prioridades sociais do nosso País. A priorização de um hospital como o Sarha Kubitschek é uma demonstração de que as privatizações deste Governo não vão se restringir simplesmente ao setor produtivo, mas também aos setores sociais, que ele disse que priorizaria. Somos também contrários à privatização de estatais estratégicas, como foi o caso

da Usiminas. Mas, de qualquer forma, esse corte de verbas na educação é uma demonstração clara de que não é para priorizar a educação, a saúde, etc., que o Governo está privatizando.

Estamos dispostos, Senador, a grandes mobilizações nesse sentido.

O SR. JOÃO CALMON — Para encerrar essa minha participação, gostaria de fazer uma observação sobre uma afirmação da depoente sobre convênios com empresas, tentativa de privatização das universidades; gostaria de fazer um reparo. Não há mal nenhum que as universidades públicas, as universidades federais, as universidades estaduais façam convênios com empresas, inclusive para financiamento de pesquisas. Em todo o mundo capitalista de hoje, diria também no antigo mundo socialista, na área da União Soviética e nos países da Europa Central, em todos esses países há esse convênio. Aqui, no Brasil, já temos alguns exemplos muito alentadores. O novo Reitor da Universidade de Brasília fez uma série de convênios com empresas da área imobiliária. A Universidade de Brasília, apesar das dificuldades financeiras que enfrenta, é uma das universidades de maior patrimônio, creio, do mundo, porque Juscelino Kubitschek, patrioticamente, fez doações vultosas à UnB, em termos de áreas preciosas, inclusive aqui no Plano Piloto, nessa área central. O Reitor fez uma série de convênios com imobiliárias para a construção de prédios de apartamentos, prédios de lojas, que está rendendo hoje à UnB, por mês, mais de 200 milhões de cruzeiros, e está ampliando isso, sem que essas empresas tenham direito de dar o menor palpite sobre a vida da Universidade, na administração da Universidade.

Aqui também, nesta CPI, o Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Reitor Gataes, demonstrou aqui que, com exceção da despesa de pessoal, que é paga pelo MEC, as restantes despesas dessa Universidade, numa base de 80% das outras despesas, tudo isso é financiado por recursos próprios gerados pela Universidade. Então, são bons exemplos, inspiradores exemplos, de que alguns reitores, não apenas esses, outros reitores estão fazendo a mesma coisa. Estão aguardando recursos públicos, que são indispensáveis para cada universidade, mas além disso usam sua imaginação criadora para criar novas fontes de receita. Isso não representa nenhuma ameaça à autonomia das universidades, ao contrário, contribui para que elas aumentem cada vez mais o seu grau de eficiência.

Para encerrar a minha participação, gostaria de pedir a opinião da nossa depoente sobre um projeto que tenho defendido aqui no Congresso Nacional, há três anos, e coroado invariavelmente em fracasso total.

Há três anos incluo no Orçamento da República uma verba destinada à realização de uma ampla e profunda avaliação do universo da educação brasileira. Essa idéia não partiu de mim. É uma idéia corrente tanto no mundo capitalista, como no mundo socialista, agora mais reduzido. Os Estados Unidos fizeram essa avaliação e os resultados foram divulgados com esse título impressionante: “Uma Nação em Perigo”. A nação que se considera um perigo grave se chama Estados Unidos da América, em virtude das graves deficiências do seu sistema educacional. Tenho colocado essas verbas no Orçamento, mas nunca elas foram utilizadas com essa finalidade.

Agora voltei a atacar. Conversei com o Ministro da Educação, que é do ramo, é o eminentíssimo Reitor, uma figura

que honra a educação brasileira, falei com o próprio Presidente Fernando Collor, e Sua Excelência se mostrou sensibilizado e assumiu o compromisso de realização dessa avaliação, que nunca poderia receber um adjetivo que lhe foi aplicado num episódio recente dessa luta pela educação porque foi pespegado, um adjetivo ofensivo à avaliação. Não se trata de avaliação policialesca. Trata-se não de uma auto-avaliação, que essa não é suficiente, mas de uma avaliação que vai contar com a participação de todos os segmentos interessados em educação na sociedade brasileira.

Gostaria de saber a opinião da Presidente da UNE sobre a necessidade de se realizar no Brasil essa ampla e profunda avaliação da educação em nosso País, já que a educação está gravemente em forma, com graves problemas, e quando alguém está enfermo, obviamente é necessário fazer um diagnóstico para detectar qual a doença que ele sofre para ser receitada, então, a terapêutica mais aconselhável.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Antes de passar a palavra à Presidente da UNE, Patrícia De Angelis, convindo o Deputado Sólton Borges dos Reis para assumir a Presidência, porque tenho que dar um voto na Comissão de Assuntos Econômicos, e estou instado para estar lá presente.

Passo, então, à Presidência ao Deputado Sólton Borges dos Reis.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Nós entendemos que quando se faz um diagnóstico do doente, é preciso que se apure, antes de mais nada, as causas dessa doença; Os motivos pelo qual ele está doente. E essa avaliação deve ser realmente profunda e séria para apurar os responsáveis pela atual situação de penúria em que se encontra a educação no nosso País.

Concordamos com que a avaliação se faça dessa forma, com a intenção de curar o doente e não de matá-lo. Parece-me que as tentativas de avaliação realizadas por parte desse Governo que aí está, e mesmo de alguns governos que o antecederam, foram no sentido de verificar que haveria um descompromisso da universidade com a sociedade, uma elitização do ensino superior, uma falência da rede pública de ensino. Nesse sentido, então, precisaríamos privatizá-la, porque poderemos verificar uma maior eficiência por parte da rede privada.

Então, por que não deixarmos a cargo também dos tubarões do ensino o que restou do "filé" da educação, que são esses 30% de vagas, no caso da rede superior de ensino, que ainda está sob responsabilidade do poder público? Que esses 30% também fossem repassados para a rede privada, a fim de continuar o bom uso que vem fazendo até hoje.

Se esse for o pressuposto, se essa for a intenção da avaliação, somos contrários. Agora, se a intenção da avaliação for realmente apurar os responsáveis pela situação de penúria em que se encontra a rede pública de ensino, vamos apurar muitos agentes da ditadura militar, inclusive agentes que, hoje, compõem o quadro dos ministérios e do Governo Federal.

Se for essa a intenção, se for esse o objetivo, gostaríamos de contribuir com esse projeto; e que essa avaliação seja feita de forma democrática, onde realmente sejam escutados os diversos setores interessados na educação, como o Sr. Senador já se referiu.

Inclusive, o projeto de LDB, hoje em tramitação no Congresso Nacional, já tem algumas propostas bastante interessantes e eficientes para a questão da avaliação tanto das universidades públicas quanto privadas.

Em geral, o Governo Federal diz que as universidades públicas precisam ser avaliadas, porque seriam da sua responsabilidade. No entanto o maior demonstrativo de um ensino de péssima qualidade está acontecendo na rede privada de ensino, que não admite nenhum tipo de avaliação.

Se se pergunta ao reitor de uma universidade particular quantos mestres, quantos professores titulados existem nessa instituição, eles não fornecem os dados, pois não admitem ser questionados ou avaliados. E essa avaliação queremos fazer também à rede privada de ensino.

O SR. JOÃO CALMON — Obviamente, a avaliação vai ser decidida não pelo Poder Executivo, mas por esta Casa, pelo Congresso Nacional. A avaliação abrangerá todas as áreas do ensino, setor público e setor privado, sem nenhuma limitação. Não se trata de uma avaliação apenas do ensino público, é também do ensino privado, de uma maneira irrestrita.

Será uma ampla e profunda avaliação do universo da educação brasileira, que está sendo feita no mundo inteiro. E o Brasil, obviamente, não pode constituir uma exceção.

Mas agradeço muito a sua resposta.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Se tivesse oportunidade, quero esclarecer um pouco a questão que V. Ex.^a colocou sobre os convênios, a questão das universidades públicas realizarem convênios.

O SR. JOÃO CALMON — Já realizam.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Sim, mas eu gostaria só de esclarecer porque, quando fiz a exposição, abordei essa preocupação com a privatização da pesquisa, a privatização do conhecimento e a questão da autonomia das universidades e o seu compromisso com o setor privado.

Então, para esclarecer essa questão, eu gostaria de colocar o seguinte: não somos contrários a que as universidades realizem esses convênios. É com grande satisfação que vemos o setor privado investir parte dos seus lucros na realização de pesquisas, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade como um todo. Afinal, costumam simplesmente sugar dessa sociedade o máximo de lucros possível.

A nossa preocupação é que o contraponto desses investimentos seja a comercialização do produto dessa pesquisa.

Quer dizer, investimos nessa pesquisa; queremos, portanto, o direito de comercializar o produto dessa pesquisa da forma como nos aprouver. É isso o que nos preocupa, pois a Ciência é um bem social, um bem público, não pode ser privatizada nos seus objetivos. Inquieta-nos que esteja, a partir daí, ameaçada a autonomia.

Garantida a autonomia da universidade, podem-se realizar os convênios.

Por fim, a nossa grande preocupação não é sobre o investimento que a rede privada faz na Educação, na universidade, na produção de pesquisa.

O que nos preocupa sobremaneira é essa nova política do Governo Federal, do Governo Collor de Mello, que é de repasse de verbas públicas para que as indústrias venham a investir em pesquisa. Comprometer essas parcas verbas destinadas à pesquisa com o lucro dos industriais, do setor privado é bastante questionável.

Não seriam verbas próprias que eles iriam aplicar; seriam verbas públicas, e somas vultosas, como o Ministro destaca no seu artigo.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges) — Concedo a palavra ao Deputado Raul Pont, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. RAUL PONT — Muito obrigado. Nós temos, ainda, o depoimento do Sr. Alceu Ferrari. Portanto, como não quero atrasar os trabalhos, não vou fazer nenhum questionamento. Em parte, alinho-me com a maioria das questões colocadas pelo depoente.

Apenas quero aproveitar para chamar a atenção da UNE, através da sua Presidente, a estudante Patrícia, para um aspecto que foi salientado no seu depoimento e que é difícil para a UNE, enquanto representação de todos os estudantes, resolver: o problema do crédito educativo.

Há uma pressão muito forte das escolas, neste momento, sobre o Governo, sobre o Ministério para resolver o problema do crédito educativo, que poderá inviabilizar muitas escolas privadas, principalmente do 3º grau, onde isso se realiza quase na totalidade.

Chamo a atenção disso porque, na ausência de outras fontes, até recentemente, esses recursos sempre foram utilizados quase que a fundo perdido na forma de subsídios com juros baixíssimos que não tinham cobrança posterior.

Com o fim de uma política de subsídios pela Caixa, provavelmente a pressão vai se dar sobre os recursos do MEC. E, certamente, esses recursos vão sair de verbas que poderiam ser destinadas para cobrir aquilo que ainda não foi feito neste ano, porque o Orçamento previsto para este ano não passou de 50% ainda daquilo que foi executado, não atingiu nem 50% do previsto para este ano nas universidades.

Como também os alunos estão representados pela UNE, parece-me que teria que haver uma preocupação de a UNE responder a isso, já que, pelo que sei, a UNE tem uma posição crítica em relação ao crédito educativo como um todo. Sugiro que a campanha ou a luta dos estudantes, neste momento, procurasse se dirigir a outros mecanismos, talvez às próprias fontes de assistência social do Governo, recursos da Loteria Esportiva, recursos da LBA, mas que houvesse uma preocupação por parte da campanha dos estudantes, que acabam se alinhando, nesses momentos, com as próprias escolas em busca de um recurso público que, enfim, já foi concedido, apenas não foi pago às escolas. Há o risco, no meu entendimento, e por contatos tidos com o Ministério ainda nesta semana junto com outros deputados da comissão, é de que esses recursos possam sair de previsões orçamentárias do próprio MEC.

Parece-me que a UNE deveria se preocupar com isso, já que não teria como assumir abertamente uma luta contra o fato consumado da existência desses débitos, porque acabaria prejudicando, também, os estudantes da rede particular.

Mas chamo a atenção sobre esse aspecto, porque acho que é um elemento que deveria preocupar a UNE de responder de uma forma que não conflitasse com os estudantes da rede privada e acho que se deve, também, pensar mais a longo prazo nessa questão do crédito educativo. As outras questões deixaria de comentar, porque gostaríamos também de dedicar um bom tempo para o depoimento do Sr. Alceu Ferrari, presidente da ANPPE. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Quero fazer um comentário rápido sobre essa questão do crédito educativo. É o seguinte: a política que a UNE pretende ter em relação ao crédito educativo foi tirada, agora, no Encontro Nacional de Estudantes de Escolas Pagas, que realizamos no dia 12

de outubro, no Rio de Janeiro. Pretendemos verificar e exigir, reivindicar novas fontes, outras que não os recursos públicos para o crédito educativo. De que forma pretendemos isso? Que seja onerado o setor privado da economia; que sejam cobrados impostos; que exista um fundo alimentado por esse setor privado no sentido de financiar os estudantes da rede privada de ensino e que as próprias mantenedoras das instituições privadas venham a contribuir com esse fundo, porque o que ocorre, hoje, é que, inclusive para a própria arrecadação do MEC, as mantenedoras das escolas privadas não contribuem porque não pagam impostos no País. Os donos de escolas não pagam impostos — é muito interessante esta questão.

Então, a nossa exigência seria nesse sentido: o crédito educativo é, hoje, uma das principais formas de repasse público, de repasse de verbas públicas, para o setor privado, para as instituições privadas. Isso nos preocupa sobremaneira. Já foi uma forma que veio de 1975, quando o “milagre econômico” entrava em crise; a rede privada não tinha mais como se financiar só pelas mensalidades, e o crédito educativo foi, assim, um filão que encontraram, uma forma de se manter artificialmente, garantindo os seus lucros, e a UNE não poderia ficar calada, não poderia se omitir nesse sentido. Queremos a garantia de o estudante continuar os seus cursos, manter os seus estudos, mas acreditamos que as mantenedoras da rede privada de ensino precisam se comprometer com isso. Seria um critério, inclusive, para o seu funcionamento, que pudessem garantir vagas aos estudantes carentes. É critério para o funcionamento. Agora, o que têm, hoje, é só garantia de lucros. Mobilizam um capital imenso de somas desproporcionais, inclusive com outros setores da economia. O setor automobilístico conseguiu lucrar menos do que o setor empresarial do ensino, no ano passado. Então, nessa situação de nte que eles, pelo menos, garantissem algumas bolsas de estudos com verbas próprias e não públicas.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges) — Mais alguma consideração a fazer?

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Não. Apenas gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui fazendo algumas declarações em relação ao que estamos pensando sobre a universidade; colocar também que acreditamos que a universidade pública precisa ser transformada, precisa ser, realmente, pública nos seus objetivos, que devem ser mais sociais, e que precisa ser transformada, precisa ser reformada de forma profunda, drástica, na sua raiz. No entanto, acreditamos que só através do investimento na rede pública de ensino, da garantia do seu financiamento e que esse financiamento seja estatal e apenas através da ampliação das vagas, da criação de cursos noturnos, da democratização do acesso às universidades públicas, podemos garantir que se dê novos rumos para a educação neste País, porque se tivermos que esperar, que por parte da rede privada de ensino haja um compromisso com a transformação da educação neste País, acredito que esperamos sentados durante muitos anos, porque até hoje essa resposta não foi dada e não existe nenhuma tendência, nenhuma demonstração de que seja dada; por isso, exigimos um investimento na rede pública de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Solon Borges) — Solicito ao nobre Deputado Henrique Eduardo Alves que assuma a presidência. Quero explicar aos que assistem a esse trabalho que, tanto na Câmara como no Senado, no Congresso Nacional, há um acúmulo de compromissos que retêm parlamentares

ao mesmo tempo. Por exemplo, estou vindo de uma reunião em que deveria se instalar a Comissão de Educação da LDB; teria que estar às 11h30min na direção do IPC, numa reunião do Conselho, pois às 14h30min temos uma reunião da Procuradoria Parlamentar, temos o Congresso de manhã e temos a Câmara à tarde.

Então, solicito ao nobre Deputado Henrique Eduardo Alves que assuma a presidência. Seria para mim, além de honroso, sumamente agradável ouvir também o depoimento do nobre depoente, como ouvi com prazer o da Patrícia, mas tenho que estar lá por questão de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) — Convido para prestar o seu depoimento, neste momento — convidado por esta CPI — o Professor Alceu Ravanel Ferrari, Presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. (Pausa)

Convidamos o Sr. depoente para prestar o juramento. Repita, por favor.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise da Universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) — Cumprida a formalidade, concedemos a palavra ao ilustre depoente, pelo prazo de vinte minutos, para sua exposição. (Pausa)

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Gostaria de pedir que aos quinze minutos me dessem um alerta, porque estou sem relógio.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) — Pois não, V. Sª será atendido.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Muito obrigado. Trouxe o meu depoimento escrito. Creio que, em vinte minutos, não teria tempo de lê-lo todo e me sentiria mais a vontade se falar de uma forma sintética, mas gostaria de deixar o documento escrito, que foi o que pude, nesse final de semana, preparar para esta minha participação na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como esclarecimento preliminar, também gostaria de dizer que a universidade como tal, o ensino superior não tem sido a minha área de pesquisa. Tenho trabalhado mais na outra ponta, a alfabetização, o analfabetismo, a pré-escola, o primeiro grau; tenho concentrado a minha atenção nessas áreas necessárias, e as minhas reflexões sobre a universidade estiverem muito ligadas à minha participação na política universitária.

Pensando no que poderia dizer em vinte minutos, resolvi concentrar a minha atenção numa questão e quero aqui dizer que não combinei com a presidente da UNE o meu depoimento: escolhi a questão da privatização da universidade pública. Mesmo que haja alguma repetição, gostaria de me limitar a esse tema e, no final, lembrar algumas outras questões relacionadas e que me disporia a discutir no debate.

A primeira parte da minha exposição é o processo de privatização em curso. Digo que a privatização não é apenas uma questão que divide opiniões, não é apenas uma ameaça para o futuro da universidade brasileira. Ela é um processo — já em curso de longa data e, em grande parte, já consumado.

A privatização se desenvolve em várias frentes e de múltiplas formas. Lembro aqui algumas: em primeiro lugar, através do congelamento da universidade pública federal e da proliferação de instituições privadas isoladas de ensino superior, particularmente a partir do final da década de 60.

Isso tem produzido uma mudança fundamental na estrutura de ensino superior no País. O ensino superior que era predominantemente público e universitário passou a ser, cada vez mais, privado e não universitário ou ministrado em instituições isoladas.

Segundo, intimamente ligado à questão da privatização é o agravamento da crise da universidade pública através de múltiplos mecanismos. Lembro a alguns a longa repressão que atingiu principalmente a universidade pública, a política de arrocho salarial que tem levado nos últimos 11 anos a 8 longas greves, a última com duração de mais de 100 dias, a redução drástica e a irregularidade no aporte de recursos para outros objetivos que não salário, construção, manutenção de prédios, biblioteca, laboratórios e assim por diante.

Esse fato tem produzido não só o congelamento da estrutura existente, mas até o seu sucateamento cada vez maior, e amplamente já apontado pela imprensa, inclusive por pessoas desta Casa, como o Professor Florestan Fernandes, em artigo de jornal. A sutil e constante campanha de descrédito da universidade pública brasileira acusada de ineficiência, baixa qualidade, desperdício de recursos públicos, consumo de recursos que poderiam resolver problemas de primeiro e segundo graus, sem nenhum diagnóstico sério e nenhuma proposta de resgate e transformação da universidade pública brasileira.

Na minha opinião e experiência, em seu relacionamento com a universidade pública, as autoridades da República e mesmo dos Estados, e não me limito ao Poder Executivo, não raro, têm se pautado mais por critérios clientelistas do que propriamente de competência e perspectiva real de transformação.

Terceiro, a instabilidade de todo sistema de agências de financiamento à pesquisa no plano federal, comprometendo exatamente aquela que na minha opinião é a primeira e a mais fundamental função da universidade, a produção de conhecimento. Sem isso, a universidade não tem condições de competência, repartir o conhecimento, seja intra, seja extra muros. Essa função de produção de conhecimento é exatamente a característica distintiva da universidade pública. É o que a distingue basicamente das instituições privadas. Aqui me refiro à grave crise que não é de hoje, mas que hoje é gravíssima: das instituições federais de apoio à pesquisa e ao ensino de pós-graduação.

CNPq — Os projetos de pesquisa apoiados em junho ainda não receberam financiamento. O CNPq não tem recursos. Semana passada, na última reunião, o CNPq aprovou projetos, mas não tem recursos. No dia 9 de outubro estiveram reunidas todas as presidências de entidades científicas da área de ciências humanas e sociais no CNPq com todos os coordenadores de comitês assessores do CNPq. E tiraram um documento, exatamente chamando a atenção e, inclusive, foi encaminhado a membros da Comissão de Educação aqui do Congresso — vou deixar uma cópia sobre a gravíssima situação da política de ciência e tecnologia hoje no País. Seria longo ler o documento, mas quero entregá-lo em seguida.

INEP — Um redivivo agonizante. Órgão fundamental para pesquisa na área de educação. Costuma-se dizer um defunto redivivo. Não. O INEP foi ressuscitado através da rejei-

ção do art. 5º, da Medida Provisória nº 151, mas para todos os efeitos não conseguiu se dinamizar. É um órgão sem recursos, praticamente acéfalo.

É uma situação que nos preocupa muito na área de educação — Finepe. Deixo aqui também uma carta que a Ampede encaminhou ao Sr. Ministro Carlos Chiarelli, da qual não teve resposta e reencaminhou, depois, como uma moção da Assembléia Nacional da Ampede ao atual Ministro.

Quarta parte — As conseqüências da privatização da universidade pública. Se isso que vem se encaminhando, isso que é levantado a todo momento, a privatização, a transformação da universidade pública numa empresa capitalista, se isso vier a ser realizado, o que acontecerá?

Primeiro, já disse que uma parte já foi realizada. Hoje, a universidade pública representa — pública, não federal — pública, federal, estadual e municipal, 1/3 no máximo do ensino.

Há outro elemento. As instituições particulares de ensino superior surgidas até os anos 60, ou final dos anos 60, eram predominantemente universidades confessionais, principalmente católicas. A partir daí, o que nós tivemos? Tivemos uma predominância de instituições do tipo empresarial e, de modo especial, isoladas ou não na forma de universidades.

Assim, quando hoje se defende a privatização da escola pública, evidentemente, pensa-se em transformação dessas universidades em empresa do tipo capitalista. No fundo, isso significa que essa atividade de ensino passou a ser um bom negócio. Com uma condição: essas universidades deixam de pautar-se pelas regras e ética do serviço público e passem a reger-se pela lógica do capital. E qual é essa lógica do capital?

Seria ingenuidade imaginar que essa lógica já não esteja operando, deve a qualquer preço ser preservada.

Terceira parte: por que não se cobra de quem pode pagar? Estudos feitos dizem que a cobrança do ensino nas universidades públicas representaria não mais de 7 a 10% do montante necessário, o que ficaria muito longe de resolver o problema.

Segundo, cobrar de quem ganha mais seria perfeitamente aplicável aos assalariados. Mas, veríamos facilmente, filhos de famílias abastadas usufruindo de bolsas destinadas a carentes. Com um sistema tributário que penaliza o salário e se mostra sumamente indulgente para com os ganhos do capital, nem essa regra aparentemente simples e justa de cobrar de quem ganha mais poderia ser aplicada.

Terceiro, no meu entendimento, o mesmo objetivo e a mesma justiça poderiam ser realizadas de outra forma, através de um sistema tributário mais justo que cobrasse a contribuição para o ensino universitário de todos aqueles que se beneficiam do ensino superior, particularmente o sistema produtivo.

Seria ingenuidade imaginar que essa lógica já não esteja operando em múltiplas formas. Mas a transformação da universidade pública em empresa capitalista significa, na parte da pesquisa, a inevitável subordinação direta dessas universidades privatizadas, particularmente de suas funções de pesquisa, aos interesses do processo de acumulação capitalista e aos critérios de divisão internacional do trabalho científico e tecnológico, também ligados ao processo de acumulação. Essa mudança seria a renúncia irremediável a qualquer possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento que só seria viável com o mínimo de autonomia na área de ciência e tecnologia. Seria também o fim da pesquisa independente

sobre os problemas que afligem a população brasileira, porquanto o compromisso primeiro do capital é com a acumulação e expansão de si mesmo, não com a melhoria das condições de vida da população.

Outras questões que apenas lembro e que deveriam ser tratadas em relação a essa são a questão da autonomia, da democratização, da competência, qualidade e avaliação, que entendo são chaves.

Para concluir, diria que o caminho de superação da crise da universidade pública brasileira não está na sua privatização ou em o Estado livrar-se dela, mas na coragem e determinação de enfrentar a crise com diagnóstico sério e, mais que tudo, com proposta e esforço participativo para o seu resgate e transformação em verdadeiro serviço público de qualidade.

Este o desafio e parece-me que seja nessa direção que precisamos, realmente, encaminhar propostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Está facultada a palavra aos Parlamentares presentes, antes do Relator.

O SR. RAUL PONT — Antes da palavra do Relator, pela condição de pesquisador e conhecedor deste campo da alfabetização e pesquisas na área de educação, eu gostaria que o Sr. Ferrari fizesse alguns comentários, perante esta Comissão. Gostaria de saber se tem acompanhado esses projetos de alfabetização, que estão sendo encaminhados nestes últimos dois anos com um acompanhamento, uma participação da universidade.

A minha pergunta seria no sentido da avaliação desses projetos, da sua eficácia, da sua efetividade, principalmente desses programa nacional de alfabetização e cidadania com que alguns convênios têm contemplados as universidades, mas que têm sido feitos através de outros mecanismos. Cito como exemplo, o setor empresarial, as federações, no caso do Rio Grande do Sul, concretamente, associações de rurais. Quanto à eficácia, à luz de experiências anteriores, gostaríamos de saber a validade ou a possibilidade de que esses projetos tenha realmente condições efetivas de garantir o processo de alfabetização ou a incorporação desses cidadãos ainda analfabetos a uma plenitude na sua condição de cidadania?

Esta seria uma questão. A outra, que me parece interessante, seria sobre esse diagnóstico feito pela universidade no campo da pesquisa, principalmente na área de educação, da possibilidade de desenvolver melhor, ou talvez até apontando para os membros da Comissão como poderíamos agir ou que medidas se poderia tomar como Comissão Parlamentar, ou mesmo enquanto parlamentares — em relação aos órgãos de pesquisas. Também em relação ao Orçamento que está em curso. Já tivemos a visita de alguns órgãos preocupados, pois todos eles estão, praticamente, sem recursos para se manter, não é nem expandir, mas para garantir aqueles projetos já existentes. Se, nesse aspecto, poderia haver um melhor desenvolvimento, um aprofundamento melhor do tema, sugerindo, apontando, medidas que, no seu entendimento, seriam necessárias para recuperar essa situação.

Sabemos que o Capes esteve praticamente extinto, ressurgiu, também, o INEP, enfim esses órgãos todos estão em um vai-e-vem quase falimentar e seria importante ter-se sugestões sobre um avaliação da existência de todos esses mecanismos, se são eles realmente os que devem continuar a existir, ou se haveria a possibilidade de alguma mudança nesse sentido. Que mecanismos poderíamos ter para garantir a sobrevivência desses órgãos ou ampliar os seus recursos, as suas condições

de sobrevivência para cumprir o papel que foi apontado como sendo agências necessárias, quase situação *sine qua non* para que a universidade cumpra o seu papel na produção do conhecimento.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Quanto à questão da alfabetização fiz um resumo, mas agora retomo o assunto para responder-lhe.

Na semana passada estive numa reunião no MEC para discutir os CIAC e, no intervalo, um convidado, quando discutíamos pesquisa, me disse: “Noventa por cento da pesquisa produzida no País é lixo”.

Bem, escrevi aqui, está no texto, mesmo que assim fosse, entendo que seria importante que os formuladores da política e os administradores da educação tomassem conhecimento de, pelo menos, um décimo dos outros dez por cento da produção científica e, disse ... “Poderia exemplificar isso com o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania que ignorou tudo o que se escreveu sobre a alfabetização”.

A própria maneira como foi desencadeada, foi anunciada a proposta, mostra que não se levou em conta nada do que a crítica tem feito em termos conceituais, em termos de avaliação das campanhas realizadas no mundo inteiro, no sentido de alfabetização.

Ainda recentemente, em 1990, em Porto Alegre, na SBPC, coordenei um Simpósio sobre Políticas de Alfabetização na América Latina e convidamos uma colega cubana para trazer a experiência de Cuba. As pessoas esperavam que ela viesse falar sobre a campanha de alfabetização em Cuba. Ela começou falando sobre isso e falou quase o tempo todo sobre a escola cubana.

Cada vez mais a questão da alfabetização passa pela escola. Estive, a convite dos sem-terra, no Rio Grande do Sul, discutindo uma pesquisa feita por eles e ajudando-os a analisar a pesquisa feita nos acampamentos e nos assentamentos. E também eles estavam com a idéia de campanha. Alfabetização apressada, quatro meses, seis meses. E insisti: “É inútil. Ou vocês se articulam com a escola fundamental, mesmo que ela não exista no assentamento, ela tem que ser criada, vocês têm que articular com a escola fundamental — ou então é perda de tempo”.

Então acho que o grande problema do Programa Nacional de Alfabetização foi ter sido concebido como uma atividade isolada à margem da questão da escola pública brasileira.

E não se tem mais nada a dizer. O que tinha que ser discutido é a educação pública brasileira e, claro, então, um programa de alfabetização em relação a isto, e intimamente articulado. Esta é a minha posição. Tenho escrito muito sobre isto e tenho, também, falado muito sobre isto e conheço cada vez mais. A questão está na escola pública. Quanto a estratégia no setor de pesquisa, diria que ela tem que ser definida em várias instâncias: uma, no plano federal, e outra em nível dos Estados, porque há órgãos de financiamento na pesquisa e tem que se definir, claramente, o que querem. A descontinuidade ou corte de recursos para projetos em andamento é o caos, é a morte da pesquisa. Na pesquisa experimental, o rato não fica porque ele tem que comer, tem que sobreviver, que é o fim do experimento. Em inúmeros experimentos na área, por exemplo, de Ciências Biológicas e outras com inúmeras pesquisas interrompidas por falta de recursos, problemas de equipamentos, tudo isto. Tem que haver continuidade. A pesquisa exige e o ensino, também, é claro, mas a pesquisa exige porque, muitas vezes, a descontinuidade compromete

o projeto irremediavelmente. O que nós estamos vendo? Vamos projetos de pesquisa — recursos limitados — então, se dá um pouquinho para cada um, o recurso chega às mãos do pesquisador, não pode ser aplicado porque é recurso público.

Então, um financiamento para um ano inteiro com uma inflação dessa, o que se vai fazer? É um problema seriíssimo. Isto, aqui, então, exige um estudo, uma proposta, em nível de Governo e, em segundo lugar, em nível de universidade. É necessária uma política de pesquisa dentro de cada universidade, e isto nós não temos.

Pessoalmente, a minha experiência como Diretor de Faculdade, eu me empenhei nisto: destinei, durante anos, um quarto de todo o orçamento da universidade só para pesquisa e participação em eventos, mas é necessário criar a avaliação — vejam bem — a avaliação. Se diz que a universidade não produz, a faculdade tal não produz, os professores não escrevem. Pode até ser verdade, mas isto não se resolve só com a constatação. A avaliação tem que se consistir, principalmente, na criação de mecanismos de apoio para se desencadear um processo de transformação, e isto é possível. Nós temos exemplos no País que mostram que é possível a avaliação entendida nesses termos em que ela deve levar a criação das condições para o desenvolvimento da pesquisa ou para a melhoria do ensino ou para notificar essa nossa extensão. Então é a universidade.

Outro nível em que se deve pensar a questão da produção científica situa-se no campo das entidades científicas. Elas têm que colocar, explicitamente, metodicamente, a questão da melhoria da produção científica na área. Elas, então, têm um papel muito importante na avaliação não desta ou daquela universidade ou instituto mas da produção na área. Na nossa entidade, concretamente, hoje, pela manhã foi confirmada, para os dias 19 e 20, uma reunião, exatamente para desencadear um processo de avaliação da produção científica na área. Essa se situa acima das instituições, mas cobre uma área dentro do universo da pesquisa no País.

Não sei se respondi a sua indagação.

O SR. RAUL PONT — Eu só retomaria essa questão do projeto de alfabetização. Pelo que entendi do seu depoimento, esses projetos que pressupõem — concretamente Pinac — convênios, acordos com Sindicatos das Empresas em curto espaço de tempo, no seu entendimento estariam irremediavelmente perdidos, se não tiverem um complemento posterior ou se essas campanhas se restringirem a este pequeno número de sessões ou de um curso limitado em alguns meses.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Veja, Sr. Deputado: o que é a alfabetização? O censo nós diz que alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever um bilhete simples — ninguém pensa isso. Nós sabemos que muita gente é considerada alfabetizada e mal sabe “ferrar” o nome, como aprendi lá no Nordeste, porque fiz a minha tese de doutorado lá.

Hoje, há um entendimento cada vez mais consensual de que há um nível mínimo de escolaridade para consolidar o processo de alfabetização. Uma colega argentina citou o período entre a quarta e quinta série — e eu tenho trabalhado com a quarta série — praticamente o antigo primário como um critério para definir, para consolidar o processo de alfabetização, de sorte que ele se torne irreversível. Então uma campanha dessas tem o efeito de motivação, tem o efeito de iniciar um processo, mas tem que ser dada continuidade, na escola

ou fora dela. Mas, no fundo, pensando em termos nacionais e pensando nas diferentes faixas de idade, é absolutamente necessário articular com a escola, porque um grande número de analfabetos está na faixa de 10 a 14 — até antes de 10 — e nas imediatamente seguintes. E esses constituem a prioridade absoluta, número 1, da alfabetização. Como não articular isso com a escola? Tem que ser feito.

Eu já disse por escrito e repito aqui: não acredito em campanhas de alfabetização que não venham intimamente articuladas a uma proposta de escola pública para toda a população. Não acredito. Digo isso baseado nas avaliações de outros países; está aí inclusive experiência cubana avaliada no ano passado durante a reunião da SBPC em Porto Alegre.

O SR. RAUL PONT — O Sr. conhece algum trabalho específico sobre o caso brasileiro como o Mobral e o Educar? Existe algum trabalho de avaliação feito sobre a eficácia desses dois projetos anteriores que tenham sido levados em conta, no caso atual, ou que tenham norteados uma terceira campanha de alfabetização.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Há um artigo: "Escola e Produção do Analfabetismo", publicado em 1987. A primeira parte desse artigo faz, exatamente, uma avaliação da política de alfabetização, seja da escola fundamental, seja do Mobral. É evidente que o Mobral, de acordo com o critério definidos, alfabetizou um certo número. Mas é claro, que não alterou em nada a tendência histórica, não conseguiu acelerar em nada o declínio do analfabetismo no Brasil. Ao contrário, se compararmos as décadas de 60 e 70 esta última década do Mobral — com a década de 50, vamos observar que o analfabetismo regrediu menos nessas duas décadas do que em 1950.

E o que houve em 1950? Essa é a questão histórica. A partir 1947, uma grande expansão da rede pública de ensino fundamental. Essa é a verdade. A rede pública, em poucos anos, deu um salto — essa é a grande explicação, muito mais do que as campanhas de alfabetização que, também, contribuíram, mas não teriam representado uma mudança de tendência histórica, se não tivesse havido um investimento grande em função de um fundo de educação que se criou em 1947, parece-me. Não tenho o artigo aqui, mas posso depois, encaminhá-lo ao senhor e à comissão. É o que conheço. Há outros trabalhos. Há um do próprio Mobral, escrito por Arlindo Corrêa de Oliveira sobre uma avaliação do Mobral, glorificando o Mobral e anunciando para 1977 um percentual de 14% não atingido até hoje — são dados completamente manipulados.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Muito obrigado.

Com a palavra a nossa Presidente da UNE, Patrícia de Angelis.

A SRA. PATRÍCIA DE ANGELIS — Quero fazer alguns comentários, inclusive sobre a última declaração. Parece-me que os chamados tubarões do ensino, quando vão se alimentar das mensalidades dos estudantes, também sabem ser urubus e se alimentam da carniça, ou seja, das insuficiências da rede pública de ensino. Isto tem acontecido e é interessante, porque, como essa ação da rede privada de ensino sempre se dá com a convicção e até com o apoio, em conjunto com as políticas educacionais encaminhadas pelas autoridades governamentais do nosso País há mais de três décadas, recebem, então, todo o tipo de incentivo para isso ao mesmo tempo que é realizada toda essa política de sucateamento

da rede pública. Isso ocorre na rede, mais no primeiro e segundo graus. É interessante que antigamente, nessa época da década de 70, novas vagas foram abertas na rede pública, em termos de 1º e 2º graus. Houve realmente um crescimento bastante considerável, bastante significativo em pouco tempo e conseqüentemente, com baixíssima qualidade e também em condições de serem absorvidas muito facilmente pela rede privada, em termos de qualidade.

Hoje se coloca que a escola privada de 1º e 2º graus é de alta qualidade, enquanto que a rede pública é de baixíssima qualidade. Por quê? Porque se criou um grande número de escolas públicas, sem preocupação com a qualidade, porque já se deixava o filé mesmo para a rede privada. Isso já era deliberado desde aquela época.

A política clientelista era conquistada, alcançavam-se os objetivos porque abriam-se escolas, abriam-se novas vagas de 1º e 2º graus pura e simplesmente para ganhar eleições, para se conquistar votos sem a preocupação de como seria a continuidade desse processo de educação, enquanto a rede privada podia vangloriar-se de ser de melhor qualidade.

Foi nessa época que os empresários do ensino começaram a investir no ensino superior. Já que não havia muito mercado na rede de 1º e 2º graus, nesse primeiro momento, começaram a investir no mercado do ensino superior, inclusive utilizando prédios de escolas de 1º e 2º graus para abrir faculdades. Esses prédios, obviamente não tinham laboratórios em condições, mas colocavam gente lá dentro para pegar esse filé do ensino superior.

A pergunta que gostaria de fazer, Ferrari, é no seguinte sentido: Como você vê a articulação da universidade com o ensino de 1º e 2º graus? Existem diversas propostas nesse sentido, mas existe uma polêmica muito grande em relação a essa questão, ou seja, como faremos para ampliar as vagas e criar cursos noturnos nas universidades para poder atender à demanda que existe em relação ao ensino superior.

Agora existe, mesmo dentro da universidade, um certo corporativismo — acredito que até uma concepção meio elitista de universidade — que muitas vezes é até contrário a que se ampliem as vagas. A UNE tem uma opinião contrária a essa; evidentemente existe a democratização do acesso, mas queríamos saber qual é a sua opinião, como a Ampete está vendo isso.

Existe uma contradição entre a qualidade, a excelência do ensino superior entre a democratização do acesso?

Qual a responsabilidade da universidade com essa precariedade, na rede pública, do ensino de 1º e 2º graus? Qual a responsabilidade da universidade em relação a isso? Muitos dizem que não é possível deixar de investir na universidade, para investir no 1º e 2º graus. Evidentemente, isso não se justifica. É preciso que se priorize a educação nos três níveis.

Agora, por outro lado, só essa declaração já nos exime de qualquer culpa ou de qualquer responsabilidade em relação à atual desqualificação da rede pública de ensino de 1º e 2º graus?

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — A Senhora levantou uma questão que se desdobra em muitas.

Em primeiro lugar, a articulação da universidade com o 1º e 2º graus, é uma questão complicada, porque a universidade pública está articulada, mas não com o 1º e 2º graus públicos. Ela está articulada com o 1º e 2º graus privados, com a pré-escola privada. Problema da universidade? Isso é um problema social, faz parte de todo o processo social

do País, que se reflete, que se manifesta também no sistema de ensino. Então, nesse sentido, a universidade pública está desviada de sua função; mas isso não se corrige matando a universidade, mas transformando-a.

Então, o que está articulado? Qual é a outra articulação? Digo até que não há um sistema, há dois sistemas de ensino. Há um outro que começa sem pré-escola; passa, depois, com um alto grau de seletividade, pela escola pública de 1º grau e de 2º grau; os sobreviventes chegam até o 2º grau; uns poucos chegam ao 3º grau. A minoria vai para as universidades públicas e a grande massa vai para as instituições privadas, especialmente isoladas. Quanto mais pobre, mais para o lado das isoladas.

Esse é um mecanismo de seleção que começa no plano econômico-social e se traduz, se manifesta também no campo educacional. A correção não depende só de mudança no sistema de ensino, mas também, ali, e essas, tínhamos que enfrentar.

O grande desafio é fazer da universidade que chamamos pública — porque mantida pelo Estado, seja a União, seja o Estado, seja o Município — realmente, uma instituição pública no sentido de aberta, de orientada para os problemas da população. Para isso, ela teria que ter um acolhimento mais universal, teria que ser menos seletiva no seu processo — ou não ser seletiva no seu processo — e excludente, porque sempre que seletiva é excludente da maioria. Esse tipo de transformação exige assim, um esforço muito grande e a universidade tem sua parte, mas exige, particularmente, a mudança qualitativa.

Dizia que o sistema público de ensino — e quando dizemos público pensamos em universal — ele é tudo, menos universal. A nossa escola pública de 1º grau não é universal. Por isso, na realidade nem é pública, nesse sentido. Por quê? Porque ela exclui no acesso, exclui no processo, através da reprovação em massa e depois, continuamente, põe alunos para fora, a que chamamos evadidos. Na realidade, temos um processo seriíssimo de exclusão escolar e social.

Então, é a lógica da escola pública e da universidade pública que tem que mudar. Não tenho ilusão de que só com mais recursos, com mais dinheiro se vai resolver o problema. Isso é fundamental, mas é a lógica da instituição pública que tem que mudar. Temos que resgatar a noção de coisa pública e serviço público.

A universidade e a escola, qualquer que seja, não se podem pautar como instituição, em princípio, em critérios de seleção. Tudo que é seletivo é excludente. Seleciona, por definição, os bons e exclui os demais. Realmente, temos que ter como critério básico aquilo que é idéia de uma escola universal.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Vamos ouvir agora a palavra do nosso Relator, Senador João Calmon.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Inicialmente, desejo parabenizar o professor Alceu Ferrari pela magistral exposição, que constitui uma contribuição muito importante para os debates que estão concentrando as atenções de deputados e senadores desta CPI da crise da universidade.

Desejo fazer, em virtude do adiantado da hora, apenas duas rápidas perguntas sobre o documento que V. Sª encaminhou à Mesa desta CPI, ressaltando a necessidade de um diagnóstico sério sobre educação no Brasil e acrescentando, mais do que tudo, uma proposta de esforço participativo para seu resgate e transformação em verdadeiro serviço público

de qualidade. Essa, sem dúvida, é a meta que todos perseguimos. Este é o sonho que pretendemos ver realizado no Brasil, num futuro não muito remoto.

Neste momento, estamos travando várias batalhas aqui. Uma delas é a necessidade da avaliação, que V. Sª aprova com o maior entusiasmo, como já confirmei, lendo parte de suas conclusões, necessidade de um diagnóstico sério.

Entretanto, pesa sobre a educação, neste momento, uma outra grave ameaça. O Deputado Osvaldo Coelho é autor do art. 60, das Disposições Transitórias da Constituição, que determina que, nos próximos dez anos, o Poder Público, em colaboração com os setores organizados da sociedade, devem envidar esforços para a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental.

A Constituição foi promulgada em fins de 1988 e até hoje esse artigo é letra morta.

Entende o Governo, na base de uma interpretação que não passa de um sofisma grosseiro, que esses 50% devem incidir sobre os recursos federais, estaduais e municipais para a educação, e não sobre cada nível de Governo, e não, portanto, sobre os recursos financeiros federais para a educação.

O Procurador-Geral da República já fulminou essa tese num luminoso parecer, num magistral parecer, porque não apenas o Deputado Osvaldo Coelho, mas também o CON-SEB — Conselho de Secretários de Educação do Brasil —, os dois formularam a representação que foi acolhida pelo Dr. Aristides Junqueira e os autos subiram ao Supremo Tribunal Federal para apreciação em data ainda incerta.

Entretanto, na reunião da Comissão Mista de Orçamento de ontem, surgiu um fato grave: o Deputado Osvaldo Coelho propôs que a Comissão Mista de Orçamento suspendesse as suas atividades até que o Governo Federal enviasse, de acordo com o artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma demonstração pormenorizada do cumprimento do art. 60 das Disposições Transitórias. Esse requerimento ainda não foi votado na Comissão Mista de Orçamento, mas um fato é indiscutível: a proposta de orçamento do Governo Federal para o próximo ano viola, mais uma vez, o que determina, com a maior nitidez, o art. 60 do Ato das Disposições Transitórias. A qualquer momento pode surgir um grave impasse, uma crise realmente séria no âmbito da Comissão Mista de Orçamento. Para agravar esse quadro, o relatório do Tribunal de Contas da União sobre o orçamento do ano passado aponta dados preocupantes. Segundo esse relatório, o Governo Federal destinou quase 90% dos recursos federais para a Educação para o Ensino Superior. E para o Ensino Fundamental, o percentual é um pouco inferior: 0,8% só. Então, estamos vivendo esse quadro, numa violação frontal do dispositivo da Constituição, já devidamente interpretado pelo Procurador-Geral da República.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade — depois de ouvir a sua magnífica exposição e com a sua autoridade de educador, presidente de entidade que merece admiração de todo o universo da Educação brasileira — e ouvir a sua opinião sobre essa controvérsia em relação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Com a palavra o deponente.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Não sou jurista e não tenho condições de dizer a V. Exª qual seria o entendimento correto. Os Senhores que participaram da elaboração da Constituição têm muito mais condições do que eu de dizer

qual é o entendimento. Penso que, qualquer que seja o entendimento, é absolutamente necessário preservar a universidade pública, porque a pergunta que tem que ser respondida é: o que vai acontecer do objetivo de universalização da Educação fundamental se não se preservar a universidade pública? Essa é a questão! Então, se faltarem recursos, tem-se que buscar mais recursos! Não há remédio! Aqui não se trata de escolher, aqui se trata de o Estado cumprir com a sua obrigação. Vejam bem V. Ex^{as}, a universidade pública alimenta! Esse é o ponto fundamental! Alimenta inclusive o ensino ministrado nas instituições isoladas. Vou dar um exemplo concreto: na última reunião da nossa entidade, agora em setembro, foram apresentados cerca de 180 trabalhos, três mil e tantas folhas escritas de trabalhos científicos. Desses, 85% de instituições públicas; 15% apenas de instituições privadas. As dez instituições que mais trabalhos apresentaram são todas públicas, uma delas estadual, a USP, em primeiro lugar; a reunião foi realizada lá. E em seguida, nove instituições federais. Logo a seguir, temos, como décimo primeiro, Unicamp, PUC do Rio de Janeiro, PUC do Rio Grande do Sul, com seis trabalhos. Mais USP com 20; Universidade Federal Fluminense com 17, Universidade Federal do Rio Grande do Sul com 15%, Universidade Federal de Minas Gerais com 12%. Esse material saiu em milhares de cópias xerox que circulam hoje em muitas instituições, inclusive nas instituições privadas que não participaram.

Então, a questão de escolher isto ou aquilo, no meu entendimento, é mal posta. Se faltar recurso para simplesmente cumprir, dentro dos critérios atuais, o dispositivo constitucional...

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — V. S^a declara que se trata de uma questão mal posta. Eu gostaria de prestar um esclarecimento. Essa divisão é um imperativo constitucional. Só há um caminho: cumpri-lo ou modificá-lo. Será apresentada proposta de emenda à Constituição alterando o que determina o art. 60, porque estão todos os Anais da Constituinte à disposição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República, com debates travados com o maior ardor que foram acompanhados também pelo nobre Deputado Henrique Alves. O Deputado Hermes Zanetti foi o autor do texto básico e o Deputado Oswaldo Coelho introduziu emenda ao texto básico do Deputado Hermes Zanetti, vinculando especificamente 50% dos recursos para a educação na área federal para eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. Então, não se trata de questão mal posta, mas de um preceito constitucional, já interpretado pelo Procurador-Geral da República. Só há duas alternativas: o cumprimento desse dispositivo constitucional ou uma iniciativa do Congresso, através de qualquer Parlamentar, de apresentar uma emenda à Constituição, alterando esse artigo, caso contrário faremos desencadear uma crise da maior gravidade neste País tão bem definida pelo professor Édson Machado.

Quando eu era Relator da área de Educação do Orçamento Geral da República, pedi o seu pronunciamento, pedi que S. S^a me fornecesse dados sobre as conseqüências da aplicação imediata desse dispositivo da nossa Carta Magna, e a sua resposta foi dramática: "O cumprimento imediato desse artigo colocará em risco até mesmo a paz social com todas as conseqüências catastróficas do fechamento de oito ou dez universidades federais". Estamos, portanto, diante desse dilema. Não há uma terceira alternativa. Ou cumpre-se

o que está estabelecido na Constituição, ou modifica-se a Constituição.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — O que acredito ser uma questão mal posta é daí tirar, como conclusão, que o único caminho é a privatização da universidade pública. Esse argumento, ouviremos com frequência. A partir do dispositivo constitucional, então, dir-se-á: não há outra saída que não essa. Essa é uma questão mal posta, que seria realmente tirarmos a própria parte de realização, por exemplo, de formação de magistério. No meu entendimento, comprometeríamos a própria base para atingir esse objetivo.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Estou aqui no Congresso Nacional — vou completar no próximo ano — há trinta anos. São trinta longos e tormentosos anos! Nunca vi nesta Casa nenhuma proposta, nenhum projeto, nenhuma cogitação de privatização das universidades públicas neste País! Nem na área federal, nem na área estadual. Orgulhamo-nos das universidades públicas deste País, mas obviamente, como toda obra do ser humano, da condição humana, ela apresenta vários defeitos. Esta Casa, por exemplo, tem numerosas falhas, numerosas deficiências. Temos que nos mobilizar para diminuir as falhas e deficiências.

Posso dar-lhe este testemunho: não há nesta Casa — e nunca houve — nenhum propósito de privatização nem de sucateamento das universidades. Somos apenas três Parlamentares aqui. Nesta Casa nunca surgiu nenhuma tentativa para atingir um desses nefandos objetivos: liquidar a universidade pública, privatizar as universidades ou sucateá-las.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — O sucateamento, porém, ocorreu. Penso que o Congresso conseguiu avanços grandes no sentido, por exemplo, de colocar um mínimo para União, estados e municípios, para educação. Há um esforço nesse sentido. Vejo a maneira como as coisas aconteceram: medidas isoladas e contraditórias permitiram que, hoje, o ensino público represente, em termos quantitativos, um terço do total apenas, o federal apenas um quinto do ensino público. Isto permite que se veja o sucateamento, por exemplo, dos laboratórios e das bibliotecas. O que acontece nas bibliotecas é realmente dramático, é de chorar, Senador!

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Esse drama existe também no 1º grau.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Sim, mas numa universidade que tem que produzir conhecimento e não tem acesso às revistas e aos livros da área, isto é crítico, isto é sucateamento.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Isso é geral.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — De forma nenhuma pensei em dizer que o Congresso é responsável. A responsabilidade é coletiva, é nacional, inclusive a responsabilidade por um projeto novo. O caminho pode ser uma mudança constitucional ou simplesmente aumentar o montante de recursos. As análises do Banco Mundial, por exemplo, nos aconselham a cobrar a universidade pública e a privatizar o 2º grau, também dizem que o Brasil é um dos países que menos aplica em educação proporcionalmente.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — O Anuário da Unesco já colocou o Brasil em octagésimo lugar em dispêndios públicos com a educação. Mas, recentemente, melhoramos

um pouco a nossa posição: ficamos em quadragésimo oitavo lugar. A situação é realmente calamitosa em termos de recursos públicos para a educação.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — São dados do próprio Banco Mundial.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Não é só o Banco Mundial. A autoridade maior é a Unesco, a entidade da ONU.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — O Banco Mundial poderia até não querer revelar essas informações, devido as suas teses. Aí está a explicação de ser o ensino de segundo grau tão fraco e de estar a universidade em crise. Mas eu gostaria de ter a certeza.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — A educação brasileira inteira está em crise, não é só a universidade.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — É um momento que vai exigir muita criatividade e muita ousadia. Mas eu gostaria realmente de ser convencido de que aquele percentual da União, dos estados e municípios é realmente cumprido à risca.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — O Rio Grande do Sul já aumentou de 25% para 35%.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Mas o que realmente representa os 18%, os 25% ou os 35%, é aquilo que é aplicado em educação. Sabemos que nesses cálculos percentuais há muito recurso que não passa ou não sabe se passa. Há condições, hoje, por exemplo, de se ter uma avaliação exata do que se despendeu em educação, de se saber se, ao final de um ano, efetivamente se destinaram 25%? É a pergunta que faço.

O SR. RELATOR JOÃO CALMON — Professor, a análise dos dispêndios com educação é feita na área federal, obviamente, pelo Tribunal de Contas da União; na área dos estados e dos municípios, é feita pelos Tribunais de Contas dos Estados. Os Tribunais de Contas dos Estados apuram o não-cumprimento do dispositivo constitucional sobre financiamento da educação. Mas nunca houve neste País um governador com coragem de cumprir um artigo da Constituição que determina taxativamente que, quando o município não destina um percentual mínimo para a educação, o governador deve decretar a intervenção nesse município, não assume o vice-prefeito e o prefeito passa a ser o interventor. Se, há 50 anos, se viola impunemente um artigo da Constituição, podemos imaginar o que acontece com as chamadas leis ordinárias. Às vezes tem-se até a dúvida se elas não são ordinárias em mais de um sentido.

Este é o drama brasileiro, e estamos aqui aprendendo muito com o mestre da educação brasileira, que está dando uma valiosa e preciosa contribuição para o debate e a solução desse problema, que deveria ser a prioridade um, dois e três do Brasil. Muito obrigado.

O SR. ALCEU RAVANEL FERRARI — Eu é que agradeço a V. Exª a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Alves) — Srs. Parlamentares, podemos dar por concluídos os nossos trabalhos de hoje, agradecendo a participação dos nossos convidados: Patricia de Angelis, Presidente da UNE, e o professor Alceu Ravel Ferrari, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. A CPI continua o seu

trabalho. Nas próximas semanas, continuará suas reuniões, objetivando a conclusão de estudos e diagnósticos da crise da universidade brasileira. Muito obrigado a V. Exª e ao depoente.

10ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 1991

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e um, às dez horas e quarenta minutos, na Sala nº 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Elcio Álvares, João Calmon, Garibaldi Alves Filho, Hugo Napoleão e os Senhores Deputados, Murilo Rezende, Sólton Borges dos Reis, João Faustino e Henrique Eduardo Alves, reuniu-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar a Crise na Universidade Brasileira”. De acordo com o preceito regimental a Presidência declara abertos os trabalhos. A Presidência convidou o Senhor Deputado João Faustino para tomar assento a mesa como Relator *ad hoc*. O Senhor Presidente em exercício, Senador João Calmon, convida o depoente professor Carlos Eduardo Baldijão, a prestar o juramento. Não havendo número regimental, a Presidência deixa de proceder a eleição do Vice-Presidente constante do item 1 da pauta, ficando a votação adiada para a próxima reunião. Em seguida concede a palavra ao depoente, que num prazo de 20 minutos presta o seu depoimento. Na sua explanação apresentou alguns dados sobre a falta de investimentos na universidade pública e na área de educação no País. Criticou a péssima qualidade do ensino nas universidades privadas e o sistema da escolha dos dirigentes. Terminado o depoimento, o Senhor Senador João Calmon convida o Deputado João Faustino para assumir a Presidência eventualmente e o Deputado Sólton Borges dos Reis para assumir a relatoria. Em seguida concede a palavra ao Relator que faz algumas considerações sobre a crise das universidades brasileiras e, particularmente sobre o depoimento do depoente, fez algumas interpelações, tendo sido respondidas dentro do prazo regimental. A Presidência convida a depoente Senhora Vânia Galvão, a prestar o juramento. Em seguida a Presidência concede a palavra a depoente que passa a falar sobre a crise na universidade brasileira, começando pelo quadro de apoio técnico-administrativo, que na sua opinião presta relevantes serviços a sociedade brasileira e que vem exercendo suas funções sem as mínimas condições de trabalho devido a escassez de recursos, áreas altamente insalubres e perigosas. Ainda no seu depoimento, falou da responsabilidade que a universidade tem para com os trabalhadores, além de qualificar professores para escolas técnicas ou básicas. Concluído depoimento, a Presidência concede a palavra ao Relator que faz as suas considerações e passa a questionar a depoente sobre o Projeto de Diretrizes de Bases que tramita no Congresso, critério do processo de seleção para ingresso na universidade e a função essencial que se poderia dar à universidade. Por sugestão do Senhor Deputado Henrique Eduardo Alves, foi solicitada opinião dos depoentes sobre a chamada emendinha, no que diz respeito a universidade. Satisfeitas as respostas, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Hugo Napoleão que passa a interpelar os depoentes. Em seguida a Presidência concede a palavra ao professor Carlos Eduardo Baldijão, que passa a responder as interpelações. Satisfeitas as respostas, a Presidência concede a palavra a Coordenadora Vânia Galvão, que passa a responder as indagações dentro do prazo regimental. Satisfeitas as respostas, o Presidente concede a palavra ao Deputado Henrique Eduardo Alves, que faz comunicação a respeito da LDB e a seguir interpela

os depoentes sobre o crédito educativo. O Presidente concede a palavra ao professor Carlos Eduardo Baldijão, que expõe a sua opinião, inclusive concordando com o depoimento da Presidente da UNE. Com a palavra a Professora Vânia Galvão — Presidente da Fasubra, diz não ter opinião formada a respeito do crédito educativo e emite apenas uma opinião pessoal. Terminada a fase de perguntas e respostas, a Presidência agradece a colaboração que os depoentes prestaram aos trabalhos da Comissão, e passa a fazer as suas considerações finais. Em seguida convoca reunião a realizar-se às 10 horas do dia 14 de novembro do corrente ano, com a finalidade de dar prosseguimento ao item 1 da pauta anterior e ouvir depoimento do Dr. Pedro Demo, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Nada mais havendo a tratar, declara encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Joaquim Balduino de Barros Neto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a investigar a crise na universidade brasileira, com a finalidade de ouvir depoimentos do Professor Carlos Eduardo Baldijão — Presidente da Andes e da Senhora Vânia Galvão — Coordenadora-Geral da Fasubra, que vai à publicação com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Eraldo Tinico

Relator: Senador João Calmon

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

Convidados: Carlos Eduardo Baldijão — João Faustino — Sólton Borges — Vânia Galvão — Henrique Alves — Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Declaro instalada mais uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 593/91, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

Convido para prestar o seu depoimento o nosso primeiro convidado de hoje, professor Carlos Eduardo Baldijão, Presidente da Andes.

De acordo com o nosso Regimento, peço ao nosso ilustre depoente que preste o juramento regimental.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nosso ilustre depoente, professor Carlos Eduardo Baldijão, que terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Exmº Sr. Presidente dos trabalhos desta Comissão, Senador João Calmon; Srs. Deputados; Srs. Senadores; senhoras e senhores:

A nossa presença nesta Comissão nos é bastante honrosa, na medida em que abre a possibilidade de colocar para esta Casa toda uma série de preocupações que o movimento docente, através da Andes, o sindicato nacional, vem manifestando

há vários anos. Consideramos também importante a iniciativa de desenvolver um trabalho de investigação sobre a situação da universidade brasileira.

Gostaria, em primeiro lugar, de lembrar que, já durante algum tempo, fundamentalmente a universidade pública vem sendo atacada através de depoimentos, seja na imprensa falada, seja na escrita, muitas vezes por membros do Governo; mais recentemente até pelo próprio Ministério da Educação, quando ouvimos o Ministro Carlos Chiarelli, por exemplo, numa entrevista de jornal, colocar reitores, professores e servidores da universidade brasileira numa situação bastante delicada diante da opinião pública, na medida em que eram fundamentalmente destratados.

Gostaríamos de fazer, primeiro, alguns comentários sobre um dos pontos que vinham sendo levantados em relação à universidade pública e, depois, colocaremos alguns aspectos sobre a situação absolutamente desavergonhada, diria, do setor privado da educação a nível superior.

No que se refere à universidade pública, tem sido feita uma série de críticas em relação, por exemplo, ao número de alunos, de servidores ou de professores. É toda uma série de dados tem sido trabalhada de maneira ou absolutamente distorcida ou, algumas vezes, de maneira falsa. Têm sido colocados dados que não correspondem à realidade.

Sabemos, por exemplo, no que se refere à relação professor/aluno, há que se discutir que, em determinados cursos, tem que se ter uma relação mais estreita, por exemplo, entre o docente e o estudante, como é o caso dos cursos de Medicina, como é o caso da área de saúde de modo geral, dos cursos que exigem laboratório, como o de Química, que não pode deixar 100 alunos perdidos apenas com um professor. Enfim, não se discutem objetivamente essas questões. É difícil, por exemplo, que se faça uma relação entre o número de funcionários e o de alunos, que depende muito dos serviços que a universidade oferece, das proporções do hospital universitário, da disponibilidade dos serviços culturais etc. Em termos de serviço, a universidade necessariamente vai precisar de mais funcionários, e não se pode fazer nenhuma relação entre funcionário e aluno. Quanto ao número, o Ministro Carlos Chiarelli costumava, até em tom de chacota, dizer que cada funcionário tomava conta de um estudante.

De modo que a universidade tem sido tratada de maneira desrespeitosa, inclusive por aquelas pessoas que teriam obrigação de cuidar das instituições, para que elas tivessem o melhor desempenho possível.

Assim sendo, tenho de lembrar que a crise da universidade não ocorre dentro de uma situação isolada. Não estamos vivendo exclusivamente a crise da universidade: vivemos, na verdade, uma crise profunda na sociedade brasileira, que todos sabemos está num processo de recessão aguda, com desemprego crescente, com descrédito em relação às instituições de um modo geral, e a universidade não pode escapar de uma situação de crise colocada sobre a sociedade.

Por outro lado, sabemos que a crise não cai do céu, não foi Deus que a mandou, ou seja, existe uma situação concreta na sociedade brasileira que provocou a crise que estamos vivendo, do ponto de vista da sociedade em geral, em sua economia, em todas as áreas, como saúde, transporte e particularmente, no que se refere à educação. Penso que tínhamos que fazer um alerta para alguns aspectos, como, por exemplo, o parco investimento que se fez em educação neste País historicamente.

Freqüentemente fazemos comparações com países do chamado Primeiro Mundo, da Europa, dos Estados Unidos e Canadá, como se os projetos governamentais imitassem os desses países. Entretanto, comparando-se nossos investimentos com os do Canadá, por exemplo, constatamos que aquele país investe em educação 8% do seu produto interno bruto. Sua população é relativamente estável, com o crescimento muito baixo e um sistema escolar, em todos os níveis, já montado, bastando hoje em dia que sejam feitos os investimentos de manutenção. O Brasil tem uma velocidade de crescimento populacional razoável, embora tenha ocorrido decréscimo. Temos um déficit na rede física em todos os níveis; temos uma população de escolaridade extremamente baixa. Apenas 34% da população na faixa etária correspondente está cursando o 2º grau. Seguramente a escolaridade é uma das mais baixas do mundo ou seja, nossos investimentos em educação deveriam ser, no mínimo, três vezes maiores do que são hoje. Expressados em termos do Produto Interno Bruto, investe-se hoje 3,5%, considerando-se investimentos feitos em nível estadual, federal e municipal.

Devemos lembrar que o Japão no pós-guerra chegou a investir cerca de 14% do seu PIB em educação.

Os países árabes, para dar um salto, inclusive do ponto de vista educacional, chegaram a investir também de 11% a 12% em educação.

Então, uma primeira coisa que se constata é que o Brasil teria que dar um salto efetivo em termos de investimento. E hoje só ouvimos falar em corte. Lamentavelmente, por exemplo, vejo um artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, na página 3, do professor José Goldemberg, atual Ministro da Educação, em que comenta uma série de reportagens que a *Folha de S. Paulo* fez em relação à educação, denominadas "República da Ignorância".

E vemos aqui uma manifestação que nos causa muita estranheza, principalmente vinda de alguém que é físico, que já foi presidente da SBPC, da Sociedade Brasileira de Física e hoje é Ministro da Educação, questionando a utilização de um indicador relacionado com o número de habitantes, ou seja, relacionado com a população, como se isso fosse errado. V. Exª questiona, por exemplo, o número de cientistas por habitantes, dizendo:

Esse procedimento é comum, mas só é significativo em países mais homogêneos que o Brasil. Num país em que apenas cerca de 30 ou 40 milhões de habitantes têm realmente acesso aos confortos da civilização moderna — como é o caso do Brasil — o número de cientistas *per capita* não é muito específico. Se dividirmos o número de cientistas por 30 milhões de habitantes, e não dos 150, obteríamos 1.950 cientistas por milhão de habitantes, índice superior ao do Canadá e pouco inferior ao dos Estados Unidos."

Ora, isso é mais ou menos o que poderíamos chamar de manipulação de dados. Para podermos comparar o Brasil com os Estados Unidos, ou Canadá, ou qualquer outro país, temos que exatamente expressar pelo número de habitantes. Senão, vamos considerar que existe Brasil I, Brasil II, Brasil III. Nosso País tem 150 milhões de habitantes; por isso temos que relativizar esse número para podermos fazer a comparação.

Então, é lamentável que vejamos escrito e assinado um depoimento como esse por parte de um Ministro da Educação, que é também um físico, ou seja, um cientista cometer um

erro do ponto de vista científico, eu diria. Quer dizer, a coisa é grave nessa direção. Inclusive, é papel de um cientista, quando escreve na imprensa, procurar até ajudar a opinião pública em torno de raciocínios a serem desenvolvidos.

Ao invés de percebermos uma resposta concreta por parte das autoridades educacionais em termos de propostas de como sair dessa crise em que, se vive, em que a questão de investimento é prioritária, vemos, nesse mesmo artigo, o Ministro dizer que se investe muito em educação. Segundo ele, não são 3,5% do PIB: são 4%. Mas, segundo o professor Melchior, da Universidade de São Paulo, por exemplo, se considerarmos que, no Brasil, muitas vezes o asfaltamento de uma rua em frente à escola, uma estrada etc., são incluídos como gastos em educação, fazendo-se os cálculos desses investimentos, conclui-se que, indiretamente, em educação se investem apenas 2,7% do nosso PIB.

Uma outra coisa que nos impressiona ainda é quando se fala de gastos públicos hoje. Hoje em dia a grande intenção é cortar gastos públicos. E estamos vendo a intenção clara de se cortar em educação, em saúde, transporte etc. Vamos comparar com os países que se pretende imitar.

Os países da Europa, de um modo geral, gastam em média 43% do seu PIB como gasto público. Alguns países chegam a superar esse número, como é o caso da Itália, que supera em 50%. Um outro país desenvolvido: o Canadá, que nos referimos há pouco, também investe ligeiramente mais que 50%, ou seja, tem como gasto público pouco mais de 50% do seu PIB. Enquanto isso o Brasil não chega a investir como gasto público 25% do PIB; investe menos do que 25% do PIB.

Por outro lado, neste país se recolhe pouco imposto. Na verdade, quem paga imposto neste País é o assalariado, inclusive vários depoimentos a esse respeito já foram feitos. Cerca de 85% da arrecadação de impostos advém do imposto recolhido dos assalariados. O capital paga pouco imposto, aliás, pode-se dizer que o capital praticamente não paga imposto neste País. Então, há que se fazer uma reforma tributária séria, de caráter progressivo, em que efetivamente tanto o Governo Federal como os governos estaduais e municipais possam ter dinheiro para investir nos setores básicos, como educação, saúde, transporte etc.

A cantilena toda da privatização como sendo uma maneira de o Governo poder investir mais nessas áreas, estamos vendo quão mentirosa ela tem sido. Primeiro, pelos critérios de venda que observamos inicialmente; segundo, porque a imprensa nesses últimos dias mostra o valor pelo qual foi vendida a empresa Celma para o setor privado: por volta, segundo a imprensa, de 85 bilhões de cruzeiros. E, no mesmo dia, os jornais diziam que, por medidas do Executivo, particularmente do Ministério da Economia, os usineiros do Nordeste vão receber subsídios da ordem de 100 bilhões, quer dizer, é mais do que uma Celma. Onde está, então, a idéia de que o Estado deve estar fora da economia e ter mais dinheiro para poder investir nas áreas fundamentais?

Devemos pensar bastante sobre essas questões, para que possamos tratar seriamente os problemas com a educação.

Voltando particularmente à situação da universidade: é de conhecimento de todos que se investiu pouco dinheiro público nas universidades federais e mesmo nas universidades estaduais. A não ser em situações particulares ou em determinados períodos em que houve uma entrada maior de dinheiro, a regra geral tem sido, cada vez mais a diminuição de verbas. Inclusive, este ano a expectativa é de que o dinheiro não

seja suficiente para a universidade passar o mês de novembro. Se, na verdade, as direções das universidades tivessem de fato uma postura um pouco mais radical com relação à defesa da universidade, deveriam mostrar que é impossível a universidade funcionar a contento da maneira como ela está no dia de hoje.

No entanto, tem sido feito um esforço muito grande por parte de docentes, por parte dos servidores, inclusive por parte dos próprios estudantes, para se manter a universidade em funcionamento, apesar do descaso com que vem sendo tratada: uma deterioração tremenda da rede física; uma ausência de bibliotecas, porque as bibliotecas estão com uma grande defasagem em relação a periódicos, livros-textos etc.; equipamentos em laboratórios, com raríssimas exceções — um ou outro centro que tem conseguido mais verbas, mas, de modo geral, o investimento tem sido extremamente baixo. Os salários têm sido muito arrochados, inclusive, este ano, chegou-se a 108 dias de greve nas universidades federais, em que se reivindicou uma reformulação mínima em termos salariais, que a inflação praticamente já comeu. E o mais interessante é que a universidade já estava em greve há mais de 80 dias, e não havia negociação concreta com o Executivo. Quer dizer, não tinha importância, na verdade, para o Executivo que a universidade estivesse parada. Porque, se houvesse interesse concreto, no segundo ou no terceiro dia de greve já teriam que estar sentando e discutindo seriamente uma proposta concreta.

No que se refere às universidades estaduais, gostaria de tomar como exemplo as de São Paulo, em função da situação particular que vivem: seu orçamento global, até pouco tempo atrás, era de 8.4% do ICMS arrecadado; hoje subiu para 9% do ICMS arrecadado. Podemos assistir pela imprensa a uma verdadeira briga entre os três Reitores das universidades estaduais paulistas das migalhas em função do pouco dinheiro que é, hoje, esses 9% da arrecadação do ICMS. Ele é pouco, seguramente, porque sabemos em primeiro lugar, que há uma sonegação que os próprios Secretários da Fazenda admitem, e que, no Brasil, chega a ser da ordem de 50% — e se fala isso como se fosse uma coisa muito natural.

Muitas vezes vemos medidas que perdoam os devedores de impostos, além dos tão falados favores fiscais. Recentemente, estava em discussão aqui, no Congresso, por exemplo, a questão da Amazônia em termos de favorecimento fiscal. Essas questões não estão isoladas da questão particular da universidade. Foi encaminhada a esta Casa uma chamada, “emendinha”, que pretende fazer mudanças na Constituição, que, a nosso ver, são mudanças que contrariam, totalmente, o que a população brasileira expressou, através dos Constituintes, elaborando a Constituição de 1988, em que previa uma descentralização do poder. Pretende-se agora, novamente, centralizar o poder como na época dos atos institucionais e, dentre uma série de outras medidas, encontram-se, lá, propostas para a universidade brasileira que não trazem nenhum aporte de recursos para melhoria das condições de superação da crise que vemos hoje.

Se se propõe, na verdade, um orçamento global para as universidades e se, em São Paulo, com apenas três universidades vive uma situação tremendamente difícil para se estabelecer critérios, quer dizer, as três universidades estaduais paulistas estão sufocadas com esse orçamento global, que dirá a nível federal, onde o número de universidades é muito maior, com situações bastante diferenciadas, que critério, se poderia estabelecer para melhorar a situação de todas as universidades,

através do orçamento global? Na verdade, o que podemos entender é que se quer efetivamente, restringir em 80% as verbas das universidades, os gastos com pessoal. Ora, todos sabemos que isso é o ideal, todos lutamos, inclusive, o movimento docente tem lutado durante muitos anos para que a universidade conte com, pelo menos, 20% para outros custeios e capital. Mas isso não pode ser feito às custas dos salários de docentes e servidores que já têm os seus salários arroxados durante todo esse tempo. De modo que podemos perceber que as medidas que vêm, por parte do Executivo, têm sido medidas que vão tornar pior ainda a situação da universidade pública.

Do ponto de vista da universidade privada — não quero me alongar mais — não ouvimos absolutamente nenhum comentário na imprensa, por exemplo, diante do descalabro da situação em que vivem essas universidades, ou seja; em primeiro lugar, lucro e educação são incompatíveis e, em segundo lugar, a nível de curso elementar, a nível de pré-primário, quem sabe seja possível manter uma boa escola particular, paga, através de mensalidades, desde que se cobre o suficiente para se manter, em condições adequadas de trabalho, em condições adequadas para a estada das crianças, enfim, bibliotecas ou todo o equipamento necessário.

Agora, em termos de universidade, é absolutamente impossível: a universidade é cara e não é cara só no Brasil, a universidade é cara em todo o mundo. O próprio Professor Lobo, Reitor da Universidade de São Paulo, teve oportunidade de publicar artigos na imprensa onde ele compara, inclusive, custo/aluno, e mostra que a Universidade de Harvard, por exemplo, o custo/aluno fica por volta de 56 mil dólares por ano. Então, se no Brasil temos um custo/aluno, segundo o publicado pela imprensa, por volta de 5 ou 6 mil dólares, isso é muito pouco. Reflete os péssimos salários que estão recebendo os professores e o pequeno investimento que está sendo feito na universidade.

Não é, de fato, uma situação ideal.

A Universidade de Harvard, por exemplo, é uma universidade privada, mas não tem um dono, como acontece no Brasil. No Brasil, a universidade privada tem dono. Nos Estados Unidos, as universidades privadas não têm dono, elas têm um caráter comunitário: elas têm uma presidência, um conselho que é escolhido. Existe um papel muito importante, também, nas universidades americanas, que é a manutenção feita através de fundações mantenedoras, que são muitas. No Brasil, acontece o seguinte: as mantenedoras das universidades privadas não mantêm essas universidades, ao contrário, são mantidas por elas. Na verdade são, basicamente as mensalidades dos alunos que servem para manter essas fundações que deveriam ser mantenedoras.

A Constituição fala em indissociabilidade intensiva de pesquisa e extensão. Com raríssimas e honrosas exceções, o setor privado e, fundamental, na área das universidades confessionais, mas nem todas — eu diria, particularmente, a PUC de São Paulo, a PUC do Rio de Janeiro — não encontramos a indissociabilidade intensiva de pesquisa e extensão, às vezes só encontramos o ensino, e ensino de má qualidade, dadas as condições de trabalho a que estão submetidos os professores e, eu diria, as condições muito pouco pedagógicas a que estão submetidos os estudantes.

Tivemos situações em que se chegou a demitir, praticamente, todos os professores de um curso. Isso foi na Escola de Belas-Artes, em São Paulo, há alguns anos, em função de uma greve que os professores fizeram, e como resultado,

antes do fim, praticamente, todos os professores foram demitidos. Isso é um absurdo. Essa escola deveria ser fechada, no entanto, está funcionando até hoje.

A tal de Universidade Paulista, UNIP, ligada ao Colégio Objetivo, enfim, produtos do mesmo grupo, chegou antes do fim do ano, também, um pouco antes de encerrar os trabalhos, a demitir uma quantidade enorme de professores sem a menor preocupação do ponto de vista pedagógico. E fizemos a denúncia dessa situação ao então Ministro Carlos Chiarelli e arrolamos, também, outras denúncias importantes em relação à UNIP — temos um dossiê que, depois, vamos repassá-lo a esta comissão, e ele será entregue tanto à Demec de São Paulo, como aqui ao MEC, no Distrito Federal. Há denúncia de uma professora que se identificou e se prontificou a vir ao MEC, pessoalmente, para trazer um depoimento referente à existência de laboratórios ambulantes. Um dia ela chega para dar aula, e onde está o laboratório? Ela ficou horrorizada! O laboratório simplesmente tinha sumido, e um funcionário, óbvia e inadvertidamente, disse que o laboratório tinha sido levado — agora me foge para que lugar — mas para uma outra unidade do mesmo grupo, provavelmente, porque o MEC iria fazer alguma inspeção; então, o laboratório estava sendo mudado. Aliás, em vários jornais e em muitas revistas de publicação nacional, essas denúncias têm sido feitas, as bibliotecas circulam, no sentido de quando for fazer a vistoria, a inspeção, encontre, lá, uma biblioteca. Tem até particulares que oferecem sua biblioteca para isso. Quer dizer, sai na imprensa e continua acontecendo, sem problema nenhum. Então, o setor privado do ensino superior, que é um verdadeiro descalabro, não sofre nenhuma crítica, hoje, por parte da imprensa, e não sofre uma fiscalização por parte do MEC, para que possa, de fato, existir em condições adequadas.

Consideramos que o ensino privado possa existir. Afinal de contas vivemos numa sociedade capitalista, e esse espaço pode estar aberto, mas deve ser entendido como uma concessão do serviço público, e deve oferecer um mínimo de qualidade, ou seja, no caso da universidade, tinha que ter professores com dedicação exclusiva, na sua maioria e, ao contrário, não tem: são professores horistas; não existe carreira docente, existe ao docente as carreiras, que têm que sair de uma faculdade e pegá-la na outra, na outra e na outra. O professor do setor privado, que quiser fazer um mestrado ou um doutorado, ou seja, aperfeiçoar-se, terá que fazer por sua própria conta e risco, porque vai ter que diminuir número de aulas, enfim muitas vezes deixar faculdades para poder fazer o curso de pós-graduação que se faz na universidade pública. De modo que diria para não me alongar mais, pois devo ter ultrapassado o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — V. S^a ultrapassou oito minutos, mas teria mais uns quatro minutos para encerrar.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Muito obrigado. Então, acho que devemos considerar a questão da universidade observando primeiro que com relação à universidade pública há que se discutir, de maneira responsável, a situação que vive a universidade e verificar, inclusive, as mazelas que existem, mas também ver o porquê elas existem, na medida em que sabemos que muitas universidades foram criadas com intenções clientelísticas. Sabemos, também, que a preocupação com a indicação de reitores por parte do MEC não existe, porque o MEC é mais competente para indicar um reitor. Mas em função do interesse clientelístico que de-

corre daí — sabemos inclusive um jornal de Juiz de Fora, há algum tempo atrás, por volta de 1988, publicou uma matéria em que o Presidente do PFL local dizia que quem deveria indicar o reitor para a Universidade Federal de Juiz de Fora deveria ser o PFL, porque era o PFL que estava no Governo, no Ministério da Educação. Temos esta publicação guardada e mostra claramente a utilização das universidades com atitudes clientelísticas, mesmo porque atrás do reitor vêm vários assessores, FCS, FGS, enfim toda uma parafernália de cargos que fazem parte da atividade clientelística. Muitas vezes, se pergunta o porquê da criação da Universidade Federal de Ouro Preto. Universidade que poderia, por exemplo, fazer parte do campus da Universidade Federal de Minas Gerais. Quando se cria a universidade, se está criando toda uma estrutura administrativa e burocrática que também pode responder ao interesse clientelístico. Então, como esse trabalho se desenvolveu durante muitos anos dessa maneira é óbvio que, infelizmente, vamos ter situações de mazelas dentro das nossas universidades. Por outro lado, em função de não termos investido efetivamente em pessoal durante esses anos, acontece que temos, por exemplo, uma titulação baixa nas universidades federais. Inclusive, de maneira desigual pelo País. Temos cerca de 50% de professores titulados, aproximadamente 33% com mestrado e 17% com doutorado. Isso nas universidades federais, enquanto nas universidades estaduais paulistas, por exemplo, cerca de 65% dos docentes têm o título de doutor. Na Universidade Federal de São Carlos é mais de 50%, mas em termos médios temos apenas 50% dos docentes titulados e a maioria com nível de mestrado, porque não se investiu efetivamente, de maneira agressiva na qualificação docente. E uma das coisas que podemos observar hoje é que por volta de 37 anos de idade é que se atinge o título de mestre e o título de doutor por volta de 42 anos de idade. Já que gostamos de fazer comparações, nos países do Primeiro Mundo atinge-se o doutorado por volta dos 30 anos de idade. Então, a vida acadêmica do docente fica muito maior a nível de possibilidades que tem na formação de novos professores, na possibilidade de aumentar a pós-graduação e a pós-graduação significa pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa no País, ou seja, nossa preocupação com ciência e tecnologia está também ligada a um investimento sério e maciço que se faça nas universidades públicas. Com relação ao setor privado acho que, em primeiro lugar, o Executivo, através do Ministério da Educação, deveria fazer uma verdadeira devassa nas universidades particulares para ver em que condições são dados os cursos, inclusive quais são as condições de preparo dos profissionais que depois vão ter muitas dificuldades para conseguir emprego. Muitas vezes, encontra-nos em jornais anúncios como: Procura-se engenheiros. Aí eles dão preferência numa ordem sequencial de que universidade gostariam de ter esses engenheiros trabalhando. Não é à-toa que isso é feito. Isso decorre da péssima qualidade de ensino que temos nas universidades privadas.

Para encerrar, quero lembrar que, apesar de toda situação dramática por que passa a universidade pública, a própria população reconhece a universidade pública como a melhor, tanto assim é que quer ver os seus filhos estudando numa universidade pública, mas não porque ela é gratuita, mas porque de fato ela é a melhor.

O papel que têm as universidades públicas nas respectivas comunidades também é muito grande, como é o caso, por exemplo, dos hospitais universitários em muitas regiões do País. No Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste o principal

atendimento, às vezes o único atendimento oferecido a população, é através dos hospitais universitários. Mesmo em São Paulo — esse é um dado interessante — onde há uma rede bastante complexa de hospitais públicos e privados, o maior atendimento oferecido pelo Inamps é através do hospital universitário da Escola Paulista de Medicina, o Hospital São Paulo. É ele que oferece o maior número de atendimentos através do Inamps.

Portanto a universidade não está deslocada da sociedade; a sociedade a respeita e toda vez que há necessidade de assessoramento, tanto prefeituras como governo estaduais vão buscar, nas universidades públicas da sua região, o apoio para diferentes programas que queiram desenvolver, para as diferentes pesquisas que lhes interessem, nas mais diferentes áreas. Pode ser na história, na geografia, em ciências sociais, nas áreas humanas, além do conhecimento que buscam nas áreas exatas, que aparecem mais para o grande público.

Para nós salvarmos esse patrimônio importante que é a universidade pública há de se investir efetivamente. E para que possamos ter uma universidade brasileira de qualidade é preciso exigir de todos uma universidade de qualidade, ou seja, com índice da sociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão — com a maioria dos docentes em dedicação exclusiva e com carreira acadêmica definida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradecemos ao professor Carlos Eduardo Baldijão a sua valiosa contribuição para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Peço-lhe que assine o juramento e convido o nobre Deputado João Faustino, que foi o autor da iniciativa da instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, para assumir a Presidência, já que tenho de comparecer à Comissão Mista de Orçamento da qual sou membro. Mas espero voltar dentro de poucos minutos para continuar a participar dos trabalhos. Atuará como relator, na minha ausência, o nosso ilustre Deputado Sólón Borges dos Reis.

Retiro-me por alguns minutos e o professor Baldijão continuará, aqui na Mesa, respondendo às indagações do Relator e do eminente Parlamentar aqui presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Assumo a Presidência dos trabalhos desta reunião da comissão parlamentar de inquérito que apura a crise na universidade brasileira.

Esta CPI foi instaurada no momento em que a universidade brasileira vivia, talvez, o seu momento mais agudo de intranquilidade, de crise e de esvaziamento político, pedagógico e administrativo, paralisada há mais de 60 dias recebendo todo nível, e todos os sintomas de hostilidades por parte das autoridades educacionais do País na época, vivendo uma crise conceitual bastante profunda. Diante desse quadro todo, o Congresso Nacional decidiu constituir, por proposta nossa, esta comissão parlamentar de inquérito, que tem, por objetivo inicial, investigar as razões da crise da universidade brasileira e, em segundo lugar, se constituiu num fórum próprio dentro do Congresso Nacional, sobretudo na defesa da universidade pública.

A CPI praticamente está em vias de encerrar os seus trabalhos e o que constatamos, de tudo o que foi feito, é que, lamentavelmente, ela não conseguiu ainda cumprir a sua missão. Entendíamos nós que, no momento em que se instalasse a CPI, realmente teríamos condições de construir esse fórum parlamentar na defesa da universidade pública.

Talvez haja uma inversão de valores dentro do Congresso Nacional e na própria sociedade brasileira. A instituição que é responsável pela formação do pensamento e da inteligência nacional não conseguiu sensibilizar o Parlamento brasileiro, ao ponto de tornar esta CPI um instrumento verdadeiramente forte no interesse maior da sobrevivência da própria instituição do ensino superior brasileiro.

Mas quero dizer da satisfação de estar aqui presidindo esta reunião, em substituição ao Deputado Eraldo Tinoco, e dizer também da alegria em poder ter nesta Comissão o depoimento do Presidente da Andes; que é não apenas um patriota defendendo os interesses da educação nacional, mas também um educador que tem, à frente da Andes, procurado realmente dar à educação brasileira o sentido, o ritmo que o País está a exigir.

Passo a palavra, neste instante, ao Deputado Solón Borges dos Reis, que funciona como relator nesta reunião. S. Ex^a disporá de dez minutos.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS — Quero lembrar aos presentes que não conhecem a estrutura e o funcionamento do Congresso Nacional que o número de reuniões de órgãos permanentes, desde o Plenário da Câmara, do Senado e do Congresso, passando pelas Comissões Permanentes e especiais em geral, até as reuniões de Bancada é muito grande. Além disso, essas reuniões realizam-se cumulativamente, daí, às vezes, a exiguidade de auditórios numa e noutra comissão.

Agora mesmo, o Senador João Calmon, que é Relator desta Comissão, foi à Comissão de Orçamento e, daqui a pouco, sou eu que vou, porque é realmente agora ou nunca o assunto Orçamento. Então, estou aqui, na condição de membro da Comissão, como Relator *ad hoc*, para comentar com o depoente e com os presentes sobre a problemática educacional brasileira.

Como disse o Presidente da Mesa e criador desta Comissão — se não disse, nós concluímos de suas palavras — a Educação não sensibiliza as elites nacionais e nem a elite política. A não ser nos palanques, não há realmente um empenho sério de enfrentar a problemática da Educação. Os governos se desobrigam desses assuntos e improvisam, principalmente nas coisas que têm um suposto retorno político-eleitoral, ou pelo menos, se desinteressam.

Esta é uma tese que poderia ser sustentada — não agora porque não há nem o tempo para isso. Aqui mesmo, temos uma visão às vezes epidérmica do problema da Educação, que, sendo um problema, deve ser enfrentado pelos especialistas, mas tendo uma causa nacional e social que deve ser abraçada por todos. Como problema, objetivamente, e, como causa, subjetivamente, porque todos somos responsáveis e todos somos interessados.

De maneira que a Educação não é aquela prioridade, porque este Deputado sonhou, vem sonhando ao longo da vida, tendo tido, inclusive, como candidato a Constituinte, entre os cinco pontos máximos da campanha, os seguintes: “Uma Constituição democrática para o Brasil” e “A Educação prioridade nacional n° 1”.

Não há nenhuma perspectiva, no meu entendimento, de que a educação venha a ser considerada ainda ou já uma prioridade.

Quanto ao Legislativo, ele tem feito a sua parte, tanto assim que se a Constituição brasileira estabelece que pelo menos um percentual da arrecadação de impostos deve ser empregado na manutenção e desenvolvimento do ensino — é uma destinação muito específica, não é na educação em

geral e muito menos ainda na cultura e menos ainda no lazer, é na manutenção e desenvolvimento do ensino, na educação escolar —, isso se deve ao Legislativo.

Foi a Constituição de 1934 que, pela primeira vez na história deste País, forçou a mão impondo ao Executivo a destinação de, pelo menos, na época, 10%. Depois veio a de 1937 e suprimiu isso porque era só Executivo. Na Constituição de 1946, a Constituinte melhorou a eficácia desse dispositivo e o pôs novamente na Constituição. Mas, depois veio 1964 e a Constituição de 1967 retirou isso outra vez. Nos anos de 1980 a 1985, o Senador João Calmon, depois de tantas iniciativas, conseguiu que o Congresso votasse uma emenda à Constituição colocando-o novamente. A Constituinte inseriu-o novamente na Constituição de 1988. O Governo tentou tirar agora, recentemente, quando anunciaram o Emendão, dizendo que iriam tirar na área federal os 18% mínimos e nisso o Ministro tem crédito. Neste ponto, S. Ex.^a tem crédito porque teria convencido o Presidente da República de não mexer nesse ponto. Em outros nós podemos discutir e temos muito a discutir no Ministério, mas, neste ponto, parece que foi bom.

De maneira que o Legislativo tem feito a sua parte, às vezes equivocadamente. Hoje, por exemplo, figura na Ordem do Dia, 90 proposições criando algumas universidades no Nordeste, no Norte e uma série de escolas técnicas federais. Mas essa criação não é função do Congresso, são alguns Parlamentares que querem servir ou mostrar que estão servindo, então autorizam o Governo a fazer. Não é preciso e nem adianta porque se o Governo quiser não precisa de lei e se ele não quiser não adianta a lei porque ela é apenas autorizativa.

Vamos diretamente ao depoimento do Presidente da ANDES, que trouxe toda essa ótica de uma entidade respeitável e respeitada.

A insatisfação com o ensino está generalizada hoje no Brasil. Mas não é só hoje, ela sempre existiu, e não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Eu, pessoalmente, tenho um levantamento documentado dessas duas afirmações. Todas as gerações que antecederam a nossa neste País, desde a independência, sempre se queixaram acrimemente da escola do seu tempo. Atualmente, a crise é universal.

Nós podemos ter, no Brasil, uma escola — estou apenas opinando; aliás, a pedagogia tem muito de opinativa — melhor do que temos, embora nossa condição econômico-financeira seja de Terceiro Mundo, desde que gastemos melhor aquilo que se gasta e partamos para uma pedagogia, que considero básica, que é a do esforço. Para isso, deve-se acudir o professor que, depois do aluno, é o elemento essencial na escola.

Queria colocar dois temas para o Professor: o primeiro é sobre as verbas públicas na escola e na universidade; e o segundo é sobre a carreira do professor universitário. Na Constituinte, eu, especialmente, fiz a defesa, no plenário da Sistematização, da emenda do Professor Florestan Fernandes para que a verba pública fosse destinada à escola pública. Ele, como marxista, na linha do monopólio estatal do ensino, coerente com sua pregação assumida na cátedra, nos livros, na imprensa como um homem de excepcional valor que é, e eu, sob outro fundamento, reconhecendo a escola particular como legitimamente democrática e conjuntamente às vezes necessária, mas à sua própria custa e não à custa do Poder Público, porque no Brasil temos a vergonha nacional das estatísticas, que não vamos alongar pois o tempo não permite.

Mas, não vencemos. Ficamos os dois praticamente sós, na Constituinte, porque foi feito um acordo pelo qual a verba pública poderia ser destinada a escolas confessionais, a escolas comunitárias e a escolas filantrópicas.

Eu não tenho experiência de escolas comunitárias. No meu Estado, que é São Paulo, não conheço nada nesse campo, mas se fala muito que há no Nordeste, no Rio Grande, talvez na Bahia, escolas comunitárias que mereceriam apoio. Não sei bem o que distingue uma escola comunitária de uma escola comum. Quanto à filantrópica, suponho que seja gratuita, pelo menos.

A minha questão seria essa: sob o ponto de vista da Andes, essa excessão que se abriu para as escolas confessionais tem sua razão de ser? Como escolas privadas, estão sujeitas às críticas que aqui foram feitas, e sempre se faz? Elas se distinguem uma das outras? Por exemplo, a Universidade Mackenzie, centenária, de São Paulo, não pode receber verbas e qualquer PUC pode. Qual é a sua avaliação sobre esse critério: sendo confessional, pode; não sendo confessional, não pode. Essa é uma questão, porque são assuntos veiculados em seu depoimento.

A outra é sobre a carreira do professor universitário. A Constituição de 46 permitia a aposentadoria especial do professor docente do ensino de primeiro e segundo grau. Durante o regime militar, mas por iniciativa do Congresso Nacional, foi aprovada uma emenda constitucional estendendo isso a todo o ensino, inclusive ao professor universitário. Então, a professora de uma universidade pode se aposentar com todos os vencimentos, que anteriormente eram proporcionais, com 43 anos de idade, desde que ela inicie o seu trabalho no serviço público de ensino aos 18 anos. Isso interfere com o processo de formação, de amadurecimento? É bom isso só para o professor ou é também bom para a universidade que se renovem, ou que amadureçam e ganhem o título de professor universitário ao longo dos cursos como V. S.^a comprou com outras universidades estrangeiras?

São essas as duas questões, só para uma reflexão de V. S.^a

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passo a palavra ao professor Carlos Baldijão.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Quanto ao primeiro caso, Sr. Deputado, da questão das verbas públicas, nós, da Andes, defendemos também junto à Constituinte verbas públicas para escolas públicas. Entendemos que nós já vivemos uma situação precária em termos de recursos públicos — cheguei até a manifestar o quanto pouco se arrecada neste País, e os gastos públicos significam muito pouco, menos de 25% do PIB —, de modo que há que se investir os recursos públicos exclusivamente no setor público, na universidade pública e na escola pública.

Escolas comunitárias, eu ouço dizer que existem no Rio Grande do Sul, não sabia que existiam no Nordeste. Agora, parece-me que em Caxias, em Bagé, enfim, há algumas. Agora, eu diria que, mesmo nesses casos, se ela é comunitária, a própria comunidade poderia sustentar essas escolas. Por exemplo, a associação comercial, a federação de indústria de determinados Estados, Clube dos Lojistas, era perfeitamente possível, uma vez que a escola é comunitária, que a própria comunidade poderia contribuir para o seu sustento. Mas não vejo, tendo em vista a atual situação do Brasil, como isso poderia ser feito através de verbas públicas. Seria um desperdício de verbas públicas fazer esse investimento porque,

primeiro, não seria suficiente e na sua somatória acabaria fazendo falta, como de fato faz falta, para investimentos no setor público.

De modo que me congratulo com V. Ex^a por ter defendido na Constituinte essa posição.

No que se refere à carreira, quer dizer, V. Ex^a basicamente perguntou sobre a aposentadoria, mas eu gostaria de falar também sobre a carreira. Esse é um processo que nós estamos discutindo dentro do nosso sindicato no sentido de aperfeiçoar a idéia da carreira acadêmica, ou seja, o professor progredir de acordo com o mérito acadêmico. Efetivamente, a carreira docente não pode ser de caráter burocrático.

No setor privado, essa questão é dramática, porque lá não há critério. O único que existe é quando vão montar um curso; aí se pegam os grandes nomes, inclusive professores da escola pública e montam um curso, como de psicologia da FMU. Aquelas Metropolitanas Unidas de São Paulo, montaram um curso com grandes nomes. Alguns anos depois, quando o curso já estava estabelecido, mandaram todos embora, porque aí já estava ficando um pouco caro pagar os professores (aqueles dos quais precisaram dele para poder ser aprovado o curso no Conselho de Educação) e aí cumpriu-se o papel, que era, na verdade, simplesmente viabilizar a questão do curso.

De modo que, como não há a exigência de uma carreira, é possível que ocorram esses desmandos no setor privado e que a qualidade seja mantida muito baixa. Deveria haver uma exigência de carreira calcada no mérito acadêmico. Esse é um ponto.

Com relação à aposentadoria, hoje seria difícil a aposentadoria aos 43 anos, porque subtraindo 25, dá 18. Geralmente, 18 é a idade mínima em que o estudante está entrando na universidade. Diria que, pelo menos a partir de agora, as mulheres, por exemplo, se aposentariam, após 25 anos, por volta dos 47, 48 ou 50 anos de idade.

Entretanto, o grande problema que vejo hoje na universidade é que, de modo geral, a tradição tem sido o professor, mesmo com direito à aposentadoria, não se aposentar por tempo de serviço, mas ir até à compulsória, com 70 anos de idade. Isso na Universidade de São Paulo, por exemplo, era a prática corrente. Em alguns casos isso era até ruim dependendo da pessoa, que às vezes já estava um pouco esclerosada, e, nesse caso, todos torciam para que se aposentasse. Isso ocorreu algumas vezes. A tendência era a pessoa trabalhar até os 70 anos na Universidade. Por quê? Porque lhe trazia prazer, tanto a atividade docente quanto a de pesquisa; havia um respeito muito grande por sua atividade, por sua figura, enfim; e as pessoas não se aposentavam. A universidade não tinha o grande problema de ter aposentados na sua folha de pagamento, porque estava na cabeça de todos os docentes, isso até uns dois anos atrás, trabalhar até a aposentadoria compulsória, ou seja, até os setenta anos de idade.

Hoje, mais recentemente, de dois anos para cá, é tal a crise da universidade que se reflete num clima extremamente desagradável de trabalho, que as pessoas estão se aposentando assim que completam o tempo. Não porque queiram parar de trabalhar, mas porque isso vai significar poder arrumar um outro emprego e melhorar o seu padrão de vida. Esses são alguns dos pontos importantes que fazem a pessoa se aposentar: o péssimo salário e o próprio clima, que já está no Brasil todo, em nível de debate das grandes questões.

Entretanto, na medida em que houver investimento na universidade e um salário decente, aqueles que se aposentarão

com 25 ou 30 anos vão ser exceções. Seguramente, a imensa maioria, como antigamente, e esse antigamente não está muito longe, trabalhará até os setenta anos de idade. Isso com certeza.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Consulto ao Relator se teria mais alguma indagação a fazer.

O SR. RELATOR (Sólton Borges) — Não tenho outra indagação, e poderia comentar, sem discordar do que foi dito, sobre, por exemplo, a universidade que recebe auxílio público, se ela paga melhor os professores, se ela cobra menos dos alunos, enfim; mas não é o caso agora. A problemática da educação não é uma, mas é a, pois a educação, na minha opinião, não é um problema, mas o problema, é tão abrangente que ninguém a meu ver esgota o assunto. Nós nos esgotamos no assunto, ainda mais nisso. Mas esgotar o assunto, é pouco provável, muito menos numa reunião sim.

Mas me dou por satisfeito e cumprimento V. S^a pela contribuição que traz à Comissão no estudo que ela procura fazer da crise da Universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Convido a professora Vânia Galvão, coordenadora-geral da Fasubra para prestar seu depoimento a esta CPI. Convido S. S^a para integrar a mesa e prestar o juramento de praxe.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação da crise na Universidade Brasileira a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Na ausência do Deputado Solon Borges, que tem compromissos na Comissão de Orçamento, convocaria o Deputado Murilo Rezende para funcionar como Relator nesta sessão. A professora Vânia Galvão disporá de 30 minutos para prestar o seu depoimento. Logo em seguida, passaremos à fase do debate. Passo, então, a palavra à coordenadora-geral da Fasubra.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — Exm^o Sr. Presidente desta Comissão, Deputado João Faustino, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, Srs. e Srs^{as}, companheiro Baldijão, Presidente da Andes.

Inicialmente eu gostaria de colocar que a minha função na universidade não é a de docente, sou uma funcionária técnico-administrativa. Faço essa correção porque a entidade que representamos é uma entidade que congrega o servidor técnico-administrativo das universidades brasileiras.

Na verdade, eu gostaria de ratificar tudo aquilo que foi dito pelo Professor Baldijão, Presidente da Andes. Ele, enquanto Presidente de uma entidade nacional, que vem, ao longo desses anos, desenvolvendo uma luta muito grande e muito árdua em defesa da universidade pública, realmente retratou aqui a realidade que hoje vivenciamos na universidade brasileira.

No nosso caso, também representamos uma entidade que, ao longo desses anos, tem-se colocado aí na trincheira dessa luta em defesa da universidade pública. Vários dos Srs. Deputados e Senadores são, sem dúvida, testemunhas dessa luta que vem sendo desenvolvida por essas entidades. Ao longo desses anos, diante da situação caótica em que se encontra a universidade pública, fomos forçados, em diversas oportunidades, a desenvolver uma série de movimentos em defesa dessa universidade.

Os relatos que poderíamos trazer aqui para esta Comissão para contribuir nessa investigação que está sendo feita, com relação à crise ou à situação da universidade brasileira, são vários. Como já disse, representamos uma categoria que passa despercebida nessa análise que é feita da instituição pública. Geralmente, quando se faz uma análise da universidade, da competência, dos objetivos, inclusive dos profissionais que lá trabalham, muitas vezes a situação de uma parcela ou um segmento que faz também a universidade pública, ou a universidade como um todo, geralmente passado despercebido ou desconhecido. Hoje, nós temos, só a nível das universidades públicas, em torno de cento e dez mil trabalhadores técnico-administrativos. E aqui, na exposição, o Professor Baldijão fez uma colocação acerca dos dados, que eu ratifico inteiramente muitas vezes dados estatísticos que são divulgados pela grande imprensa, dados esses fornecidos muitas vezes pelo próprio Governo acerca da relação professor-aluno ou funcionário-aluno. Esses dados fazem uma análise bastante fria dessa relação e esquecem, muitas vezes, de dizer quais são os serviços hoje desenvolvidos e desempenhados ou realizados pela universidade pública. Quando fazem essa relação, esquecem de colocar que o maior contingente de trabalhador técnico-administrativo se encontra, principalmente, nos hospitais universitários, que prestam grandes serviços à sociedade, principalmente naqueles Estados onde a universidade tem uma relação muito próxima com aquela comunidade, com a sociedade.

Então, quando se faz essa comparação, esse dado geralmente é omitido para a opinião pública, passa aí para a sociedade em geral uma visão de que existe um número excessivo de funcionários para atender um determinado número de alunos, fazendo a comparação também com a universidade privada, com a universidade particular, esquecendo de colocar que poucas universidades particulares prestam esse tipo de serviço.

Essas colocações são importantes que abordemos, para que os senhores, que estão fazendo essa investigação, através desta Comissão, tenham também a noção do que ocorre hoje nas universidades, ao lado desses serviços realizados, principalmente na área hospitalar, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é uma das universidades em que o Governo sempre toma como exemplo para colocar um número excessivo de funcionários, esquecem-se de que, naquela Universidade, só de hospitais existem oito, e que prestam um grande serviço à sociedade do Estado do Rio.

Ao lado dessa questão, já que a fala do Professor Baldijão, que me antecedeu, fez uma avaliação completa acerca da situação na universidade — vou ater-me um pouco à situação do corpo técnico-administrativo, que tem um papel importante, eu diria, um papel também fundamental para o bom desempenho dessa Instituição. Na verdade, é ele que dá o apoio, o suporte necessário enquanto atividade-meio; faço um pouco de restrição a essa palavra, para alguns desempenhos da atividade docente para o bom cumprimento das atividades, eu diria, de um modo geral, por parte da instituição universitária.

Diante da crise que está aí colocada para todos nós, que já foi aqui objeto de análise e que atinge, sem dúvida nenhuma, e diretamente a universidade e a nós, trabalhadores universitários, poderíamos exemplificar inicialmente, como já foi colocado — eu tenho sempre de repetir isso, porque vivemos situações mais ou menos idênticas, no que se refere à valorização, por exemplo, o profissional técnico-administrativo na universidade. O que temos visto ao longo desses anos, diante da situação crítica por que passa a instituição, é que esses

profissionais exercem as suas funções, praticamente, sem as mínimas condições de trabalho, devido à escassez de recursos, principalmente para que se possa desenvolver uma política de recursos humanos, que venha a capacitar esse profissional para que ele possa, sem dúvida nenhuma, desempenhar bem a sua função.

Hoje, e desde que eu entendo, enquanto uma profissional da educação, pouco se viu em termos de investimentos também para a profissionalização, para a capacitação desse profissional. As condições em que nós vivemos são bastante precárias. O tratamento que deveria ser dispensado a um profissional que trabalha na instituição de ensino, eu diria que não lhe é dado, pela maioria expressiva das empresas privadas. Muitos companheiros, trabalhadores de universidades, trabalham inclusive em condições subumanas, e não tenho receio de denunciar essa situação aqui. Nos hospitais universitários, por exemplo, poucos são os profissionais que recebem os adicionais previstos na legislação; poucos profissionais os recebem. A grande e expressiva maioria dos profissionais que lidam, que trabalham nesses hospitais, não recebem absolutamente nada, porque o corte tem sido drástico diante da determinação, por parte do Governo, na redução dos gastos. Geralmente esses profissionais são os primeiros a ser atingidos nos cortes dessas despesas, além de não lhes ser destinada nenhuma condição em termos de fornecimento do fardamento necessário ao desempenho das suas atividades. Muitas vezes se vê o profissional sair da sua atividade em hospital universitário, trabalhando em áreas altamente insalubres e perigosas, e com essa mesma vestimenta, se dirigir a sua casa, levando para ali todo tipo de doença que possa existir naturalmente nos locais onde ele exerce suas atividades. Temos visto companheiros que se aposentam na universidade em condições de saúde que mereceriam uma grande investigação inclusive. Isso se dá em uma instituição universitária. Ao lado disso, diante Governo, de redução drástica de recursos para a instituição pública, os direitos trabalhistas desses profissionais são altamente desrespeitados. Recentemente até, ainda na época do Ministro Chiarelli, saiu uma notícia no jornal de que ele iria constituir uma comissão para investigar a existência de tantas ações judiciais que estavam em curso nas universidades. O número dessas ações é algo assombroso, fruto de uma má aplicação, de um desrespeito aos direitos trabalhistas desses profissionais que vão desde o não pagamento — como já disse — de um adicional de periculosidade ou de insalubridade, até ao desrespeito relacionado com questões de direitos que foram adquiridos e que não são considerados e respeitados por parte das universidades.

Essas situações, hoje, são gritantes, tanto que, ao fim dessa última greve, firmamos um acordo com o Ministério da Educação, que pede, em uma de suas cláusulas, a constituição de uma comissão para fazer uma análise da situação, para que o Governo cumpra o seu compromisso, principalmente ao que se refere ao pagamento desses passivos trabalhistas.

Diria que o poder público está se onerando muito em função, exatamente, do não respeito à legislação trabalhista e, em função disso, as causas vêm-se avolumando, o que, sem dúvida nenhuma, trará muitos mais gastos para a instituição e para o poder público como um todo.

Essas situações existem e, enquanto trabalhadores que vivemos essa universidade, que a fazemos também, que temos um papel importante nessa instituição, verificamos que o esta-

do em que se encontra a universidade é crítico. A tarefa colocada para todos nós, comunidade universitária, sociedade e Srs. Parlamentares é, realmente, muito grande, para ver se conseguimos recuperar o mínimo dessa instituição — refiro-me muito mais à instituição pública, onde tenho uma vivência muito maior — que é um patrimônio da comunidade e da sociedade.

A história da universidade pública no Brasil, todos conhecemos, é bastante invertida. É feita geralmente da apropriação do seu patrimônio por parte dos setores que poucos compromissos têm com a instituição pública. Foi dado um exemplo por parte do Professor Carlos Baldijão, da influência política que existe na escolha dos dirigentes dessas instituições. Cito o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora, quando o PFL reivindicou o direito de indicar o dirigente máximo daquela Universidade. Se isso se dá na Universidade Federal de Juiz de Fora, dá-se, diria, em todas essas instituições; na maioria expressivas universidades públicas do nosso País.

A comunidade universitária muitas vezes é chamada a opinar acerca da escolha dos seus dirigentes e, ao encaminhar a relação desses nomes para o poder central, o Ministério da Educação, para que o Presidente da República, posteriormente, escolha um daqueles nomes, as influências políticas que passam a existir são as mais variadas, a disputa passa a existir entre esse e aquele partido, ou entre esse e aquele chefe político daquela região, o que acontece muito na região Nordeste. Na Bahia, temos um exemplo recente, quando da escolha do último reitor; naquela oportunidade, a comunidade escolheu o seu dirigente, veio a relação e, por influências políticas, foi escolhido um interventor para aquela universidade, que tem causado grandes malefícios àquela instituição pública. Denuncio isso aqui, tranqüilamente, diante da situação caótica em que se encontra, hoje, a Universidade Federal da Bahia, fruto de uma política clientelista, adotada durante período de política autoritária, adotada pelo atual reitor que, felizmente, está encerrando o seu mandato.

Estamos hoje, mais uma vez, no processo de escolha e pergunta-se na comunidade universidade que influência vai ter esse ou aquele dirigente político. Se vamos ter influência ou não desse ou daquele político, que tenha uma inserção grande no Estado ou se o Governo do Estado vai influir ou não. Tal é a prática que vem sendo adotada ao longo dos anos.

Em nosso projeto de universidade, penso que a instituição é muito mais que isso que está colocado, passa, sem sombra de dúvida, por ser um lugar, que isso já foi dito aqui, de produção e comunicação científica, socialmente relevante. Mais ainda, essa universidade que pensamos — os trabalhadores da educação — em nossa avaliação, deve ser repensada em função de novos vínculos que venham a ser estabelecidos entre a ciência, a cultura, e a tecnologia, e como não poderia deixar de ser os trabalhadores enquanto sujeitos sociais.

Em nosso entendimento, a universidade, até então, só tem assumido, muito precariamente, diante das dificuldades por que passa, a qualificação de técnicos de alto nível. No nosso entendimento, ela deve repensar sua responsabilidade para com os trabalhadores em todos os níveis. E nós, enquanto trabalhadores da educação, sem dúvida nenhuma, temos também uma parcela de contribuição a dar a esse respeito.

No nosso entendimento, não basta, para que se venha a atender ao conjunto de trabalhadores, fazer ou estabelecer, segundo essa política que estaria sendo implementada pelo Governo, cursos noturnos para o atendimento a uma parcela

significativa de trabalhadores. Estabelecer, apenas cursos noturnos sem dar as mínimas condições de trabalho para esses profissionais, sem dotar as universidades das condições necessárias para o seu pleno funcionamento, isso não atende ao que espera o conjunto da sociedade e a grande maioria expressiva dos trabalhadores acerca desse papel da instituição universitária.

Hoje, é exigido, de nós trabalhadores, capacidade e conhecimento sobre a lógica social e a política que governa a produção e a sociedade em um todo. A universidade, sem dúvida, tem novas e inadiáveis responsabilidades para com os trabalhadores, além de, simplesmente, qualificar professores para escolas técnicas ou básicas. No nosso entendimento, a universidade pública tem que tornar público o seu compromisso com a população e para que isso venha a se viabilizar, como desejaríamos, é importante que exista uma alteração radical da política adotada para com a universidade, e essa alteração passa — pela destinação de mais recursos, pela capacitação de seus profissionais e pela remuneração digna de seus profissionais.

Hoje, a universidade está saindo, diria há um ou dois meses, de um dos maiores movimentos grevistas já realizados, tanto por servidores quanto por docentes. Os docentes chegaram a mais de 100 dias e essa situação hoje está colocada de novo para nós servidores técnicos administrativos; saímos de uma greve há uns 3 meses que durou 72 dias e estamos, neste momento, indicando a realização de um novo movimento em função de uma proposta que foi apresentada pelo Governo rebaixando em comparação com os demais trabalhadores a situação salarial dos técnicos administrativos das universidades.

Foi encaminhado para este Congresso, encontra-se em tramitação, deve ser votado, está em regime de urgência urgentíssima, parece-me um projeto de política salarial para o conjunto do funcionalismo e lá está colocada uma tabela para as universidades a qual foi apresentada para os trabalhadores técnicos administrativos, que é inferior a todas as demais tabelas do funcionalismo público, ou seja, os trabalhadores das universidades, hoje, vão passar a perceber menos do que qualquer trabalhador público deste País, em termos de trabalhador público federal.

Estou colocando essa situação, inclusive em termos de denúncia, porque, sem dúvida nenhuma, vai desencadear mais uma crise na universidade por esses dias.

Era isso que tínhamos a colocar inicialmente e estamos a disposição dos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradecemos a sua valiosa contribuição e passamos a palavra ao Deputado João Faustino que vai atuar como relator.

O SR. RELATOR (João Faustino) — (Fora do microfone) — ... talvez esse conceito que é pessoal não traduza a verdadeira dimensão da crise da instituição do ensino superior do nosso País.

Entendo que a crise da universidade tem três dimensões; a primeira conceitual, como é a nossa universidade, o que desejamos da nossa universidade e qual a sua função; como está o desempenho, como se situa o desempenho básico da produção científica na universidade.

Esse conceito de universidade brasileira que foi traduzido na Lei nº 5.540, uma lei que foi produzida para atender muito mais ao interesse político do momento, no meu entendimento é superado e não traduz realmente a função da universidade

brasileira no momento atual. A função ensino, pesquisa e extensão no meu entendimento também é um conceito superado, basicamente a universidade se cinge a função essencial que é da produção científica, se não produz ciência não é uma universidade, se não tem capacidade de transmitir o conhecimento científico não é uma universidade, conseqüentemente parece-me que toda a crise conceitual da universidade situa-se, exatamente, nesse campo. Há uma crise financeira também bastante latente, que todos sabemos.

A universidade pública brasileira morre por inanção, é um doente e o Governo tirou o antibiótico, vai tirar o soro, mais adiante tira o oxigênio e o doente vira terminal para que com isso se agrida a instituição com o desejo da privatização e precisamos ficar bastante atentos para que esse paciente não chegue à inanção, que ele continue com perspectiva de vida.

É uma crise financeira muito bem caracterizada, os orçamentos a cada ano diminuem, os reitores passam meses e meses vindo a Brasília para voltarem com as mãos vazias e até o presente momento as universidades receberam apenas 30% do orçamento aprovado e a elas destinado; do total do Orçamento da União que as universidades federais receberiam, Senador João Calmon, até o presente momento, apenas 30%, do que por lei lhes era devido, foi entregue.

É uma crise, portanto, financeira bem caracterizada que traz em decorrência a crise institucional, pois o poder universitário praticamente inexistente; o reitor existe e exerce uma autoridade administrativa mas bastante limitada e mutilada pela falta de recursos e pela falta dos instrumentos; por melhor que seja o administrador público sem recursos, ele se constitui em um administrador limitado e é esta tridimensão da crise universitária que precisamos atacar. Como, no nosso entendimento, esta crise poderia ser superada? Primeiro, com uma lei rígida de proteção da universidade pública. Acredito mesmo que o próprio Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, que está em tramitação no Congresso, ainda não exerce essa postura de defesa rígida e intransigente da universidade pública. Teríamos que ter uma lei específica para o ensino superior, essencialmente voltada para a proteção da universidade pública.

Emitidos esses conceitos, gostaria de obter algumas opiniões da Sr^a Vânia Galvão, presidente da Fasubra. Há uma denúncia — e foram inúmeras as aqui enunciadas pela coordenadora da Fasubra — contra total falta de condições para o exercício de determinadas atividades em hospitais e em laboratórios, enfim, em setores do ensino público das universidades. Contra a defasagem salarial no que diz respeito à carreira dos servidores e, conseqüentemente, contra o desestímulo total do servidor das universidades no exercício das suas funções.

Existe realmente uma proposta concreta da Fasubra para a melhoria das condições de trabalho nas universidades e para a melhoria das condições salariais dos servidores das universidades? Não poderia deixar de usufruir da oportunidade de ter aqui o professor Carlos Eduardo Baldijão, presidente da Andes, para solicitar a sua opinião a respeito de alguns assuntos que considero fundamentais para a vida da universidade brasileira. O primeiro deles qual a sua opinião a respeito do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramita no Congresso? Qual a sua opinião a respeito do processo de seleção para o ingresso na universidade pública brasileira? O terceiro ponto diz respeito a um problema mais doutrinário: que função essencial se poderia dar à universidade, de

nosso País dentro desse quadro de desafios sociais, econômicos e políticos?

Essa é a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES — Pediria ao Deputado João Faustino, para ganharmos tempo nas perguntas e respostas, que acrescentasse ao depoente a seguinte indagação: qual a opinião dele sobre a emendinha a respeito da universidade, onde o Governo muda o conceito jurídico da universidade, repasse de verbas? É muito importante conhecermos esse posicionamento, para orientar a nossa posição aqui no Congresso Nacional.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Muito oportuna a sua colocação, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a depoente Vânia Galvão.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — Acerca da primeira consideração feita pelo Deputado João Faustino, eu diria o seguinte: desde praticamente 1984, vínhamos lutando junto ao Governo no sentido de estabelecer-se um plano de carreira para o conjunto dos técnicos administrativos e um plano de capacitação de recursos humanos. Esse plano de carreira, logicamente, não se refere apenas à questão salarial. Aí entra, uma série de outros pontos relacionados com a valorização do profissional, com incentivos e uma série de coisas.

Depois de muitos anos nós conseguimos, e 1987, através de uma luta árdua, ver implementado esse plano de carreira. Apresentamos propostas nesse setor. Já vínhamos discutindo desde antes, continuamos essa discussão em 1987, quando vimos ser aprovada pelo Congresso a chamada lei de isonomia, que unificava a situação em termos de carreira e salários do pessoal das universidades autárquicas e das universidades fundacionais. Não era o ideal mas, sem dúvida nenhuma, o que foi aprovado aproximou muito daquilo que vinha sendo encaminhado principalmente pelos técnicos administrativos. Foi implantado, e o que se vê hoje é uma total deturpação daquilo que aprovamos. Chegamos até o ano de 1988 numa situação mais ou menos razoável com o plano sendo implementado nessa ou naquela instituição. Hoje, o projeto aprovado está sendo inteiramente desconsiderado por parte do Governo, não só em termos de valores, de propostas, de incentivos, no caso, à carreira do técnico administrativo, à implementação de um programa de recursos humanos para a capacitação desse pessoal, mas também no que se refere à questão salarial. O que foi proposto, o que foi aprovado, relação existente entre essa carreira e a carreira docente, hoje foi por terra, não existe mais absolutamente nada.

Quanto à pergunta feita pelo Deputado Henrique Alves, com relação à emendinha, que se encontra em tramitação no Congresso, essa proposta apresentada pelo Governo, no que se refere a esta questão, põe fim inteiramente à isonomia hoje existente entre as universidades. Determina que as instituições de ensino tenham a sua política de pessoal, fixem seus salários de acordo com essa ou aquela universidade. Sem dúvida nenhuma, vamos encontrar aí diferenciações muito grandes, se formos passar a fazer comparações entre universidades do Sul e Sudeste e universidades do Nordeste. A nossa posição é terminantemente contra a proposta que aí se encontra — existe, inclusive, um movimento nesse sentido — e

nos da Fasuba vamos nos posicionar, também; a nível do Congresso, contrariamente ao projeto do Governo que está em tramitação, no caso específico da universidade.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o professor Carlos Eduardo Baldijão.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — ... e responder às perguntas feitas pelo Deputado João Faustino. Chamo a atenção para alguns pontos que me parecem fundamentais. Primeiro, com relação à LDB. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação vem sendo discutida por um processo que considero extremamente democrático entre o Congresso Nacional e as diferentes entidades da sociedade civil organizada. De modo que se conseguiu chegar a uma proposta de lei de diretrizes e bases que, de fato, decorreu de um processo amplo, aberto e democrático de discussão, em que estiveram presentes os Srs. Parlamentares e as entidades representadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Então, um primeiro ponto em relação ao qual temos que manifestar alegria é esse processo que houve de discussão e de como surgiu a proposta da Lei de Diretrizes e Bases. Ela pode não agradar, pode não ser a melhor que poderíamos ter, mas foi a melhor lei de diretrizes e bases e aquela que conseguiu avançar mais em termos de projeto. Lamentavelmente, o Poder Executivo vem procurando, de todas as maneiras, primeiro, desconsiderar todo esse processo. Muitas vezes, os Ministros de Educação, tanto os anteriores como o atual, atropelam a Lei de Diretrizes e Bases, buscando trazer propostas para a universidade e a educação que já estão contempladas na Lei de Diretrizes e Bases; e eles, inclusive, vêm com propostas distintas daquelas que resultaram desse processo todo de discussão, o que mostra que o Executivo vai de encontro à sociedade — encontro no sentido de trombada, e não no sentido de se encontrar com ela. E é lamentável, por exemplo, que tenhamos ouvido da atual gestão do Ministério da Educação que é necessário segurar o processo de elaboração da LDB no Congresso, para que o Ministério da Educação tenha a oportunidade de intervir no processo de elaboração da LDB durante todo o tempo. Então, essa me parece uma postura extremamente autoritária, quase que de um Luís XIV, que pretende, de repente, que as coisas caminhem exatamente como ele quer, e não como parte de um processo mais amplo.

Então, nos preocupa, hoje, o andamento lento que vem tendo a Lei de Diretrizes e Bases, nos preocupa a tentativa de obstruir o seu encaminhamento, a sua chegada ao plenário, para que se possa, democraticamente, discutir as emendas que foram apresentadas e chegar a uma proposta, e, efetivamente, uma legislação que possa atender aos reclamos da educação, e que todos, em discursos, entendem como sendo uma questão prioritária no País.

No que se refere ao vestibular, ao ingresso nas universidades, não temos uma discussão sistemática dentro do sindicato, portanto vou fazer algumas manifestações de caráter mais pessoal. Entendo que hoje o vestibular é um mal necessário, na medida que temos uma diferenciação muito grande na formação de primeiro e segundo graus no País — infelizmente. Como não temos um sistema educacional muito bem organizado, com programas definidos, com possibilidade de exames municipais, regionais e até nacionais durante o primeiro e o segundo grau, inclusive com processos, como ocorre na Inglaterra, pelos quais saberíamos que existem condições muito semelhantes na formação dos estudantes, não podemos

ter outros processos de ingresso na universidade diferentes do vestibular. Penso que hoje, infelizmente, o vestibular ainda deve ser utilizado, porém, deve ser reformulado, porque o vestibular ficou de tal maneira distorcido, hoje, em cima de aprender a fazer um "X", que fica uma despreocupação muito grande até com a própria redação, com a organização do pensamento, a capacidade de problematização, enfim, que há que se fazer uma reestruturação profunda do vestibular.

Existe uma experiência nova, feita pela Universidade Estadual de Campinas, que deve ser aprofundada em um vestibular que possa ser capaz de captar mais a capacidade de organização do pensamento, a capacidade de crítica, de redação, do estudante, do vestibulando, e de tal maneira que obrigue as escolas de primeiro e de segundo grau, principalmente as do setor privado, que se têm dedicado a tornar o aluno especializado em fazer "X" na hora do vestibular, a mudar isso. Em vez de termos um segundo grau com caráter fundamentalmente humanístico, onde exista a oportunidade, para o estudante, de aprender e aprender todo o processo cultural e científico acumulado pela humanidade, temos um segundo grau especializado em vestibular. Então, acho que essas distorções devem ser tratadas com muito carinho, para se poder reformular essa questão.

Em relação à função social da universidade, creio que a universidade no Brasil, ao contrário do que, muitas vezes, se ouve, tem cumprido um papel social, apesar de todos os pesares.

Tanto isso é verdade que a principal preocupação, no ano de 1964, quando o Ato Institucional nº 5, a grande preocupação foi cassar professores, estudantes e servidores das universidades brasileiras. Tivemos um grande número de pensadores afastados do convívio acadêmico, do convívio com seus colegas, com os estudantes, em função de atos institucionais. Isso porque a universidade tem, de fato, um peso importante na formação cultural e social da sociedade brasileira. Ela continua tendo. Diria que vivemos uma situação, no País, em que o próprio debate está bastante prejudicado. Há uma grande desesperança, e a universidade não está fora disso. A meu ver, diminui muito a intensidade do processo de debate interno na universidade, o que deve ser reavivado. Temos, porém, exemplos importantes. Citaria, particularmente, a questão da saúde. Foi dentro da universidade que se gestou toda a discussão que fez surgir a proposta do sistema único de saúde.

A Oitava Conferência Nacional da Saúde é um testemunho disso. Essa discussão nasceu no interior da universidade. Eu poderia citar, aqui, muitas outras propostas que, efetivamente, surgiram dentro da universidade. Hoje, infelizmente, há esvaziamento das instituições, e as universidades não têm estado tão presentes. Ao contrário, têm sido atacadas, têm estado em uma posição defensiva que, a meu ver, deve superar, no sentido de colocar, novamente, as grandes questões pelas quais passa o País hoje. Mas esse contraste se vê entre um processo constituinte, que reflete os anseios da sociedade brasileira, que vivemos durante o período de elaboração da Constituição, período esse rico de debates, e, hoje, vivemos em um País, tentando jogá-lo para um lado totalmente diferente daquele definido pela Constituição Federal. Essa é uma crise profunda. No meu entender, a universidade tem um papel importante. Cabe ao Parlamento fazer retornar o caminho definido, democraticamente, durante aquele período.

No que se refere à chamada emendinha, que traz para o debate a questão da universidade, aliás, de uma maneira deslocada, em primeiro lugar, porque não se trata de reforma

constitucional. Não entendo assim. Não havia necessidade de haver proposta para a universidade, se se quer fazer proposta e mudança constitucional. É mais uma tentativa de se fazer mais um ataque para acabar com a universidade pública.

Em primeiro lugar, com relação à questão do orçamento global, que vem sendo proposto, no meu depoimento, tive oportunidade de lembrar que as universidades estaduais paulistas já têm a experiência do orçamento global, desde o final de 1988, início de 1989. O resultado é que elas têm ficado em uma situação de sufoco muito grande; têm estado enforcadas com essa proposta de orçamento global. Isso por uma série de razões, nas quais não vou agora me aprofundar, mas foi bastante público. A briga acabou se dando publicamente; os três reitores das universidades estaduais paulistas, brigando por migalhas, na televisão, através da imprensa, enfim, principalmente, o primeiro debate entre a reitoria da USP e da UNICAMP, e depois da UNESP com relação às outras duas, em função da situação de sufoco.

É lamentável que, diante de uma experiência como essa, que deve ser revista para ver de que maneira se pode trabalhar essa questão do financiamento da universidade, se propõe de uma maneira absolutamente irresponsável, a meu ver, o orçamento global das universidades federais que são em número muito grande, com uma situação bastante diferenciada entre elas, não só as diferenças regionais, mas mesmo dentro de uma região vêem-se situações diferenciadas, logo, não existe, hoje, possibilidade de se fazer uma proposta como essa. Insisto que é uma irresponsabilidade. Portanto, no meu entender, deve ser sumariamente rejeitada por esta Casa a emenda como um todo, particularmente essa questão de como está sendo tratada a proposta da universidade. Isso vai significar, efetivamente, o fim da universidade federal. Acrescenta-se a isso o fato de que se limita à linha 80% dos gastos com o pessoal. Ora, sabe-se que são escassos os recursos que a universidade tem recebido.

E como se vai limitar em 80%, isso significa decretar o arrocho salarial e, conseqüentemente, a evasão da universidade, tanto por parte dos professores como por parte dos servidores.

Então, já é muito comum, hoje, fazer-se concurso para técnico de laboratório, para bibliotecário, enfim, para diferentes áreas, e o setor privado acaba ficando com os primeiros colocados, pois oferece condições de trabalho e salários melhores do que a universidade.

Finalmente, a questão jurídica. Nós defendemos a autarquia como uma forma jurídica que pode responder à autonomia da universidade, que é a grande preocupação que temos. São muito discutíveis as razões pelas quais se pretende modificar a estrutura jurídica caminhando seguramente numa perspectiva que também leva, a meu ver, à destruição da universidade.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradeço a sua participação.

Está inscrito para fazer interpelação aos nossos ilustres depoentes o nobre Senador Hugo Napoleão. Entretanto, antes de conceder a palavra a S. Ex^a, devo destacar que o nosso admirável colega, que foi Ministro da Educação, dizia que é um papel de extraordinária relevância na batalha contra um artigo do chamado Emendão, que eliminava da Constituição brasileira a incidência de 18%, num ano, da receita de impostos federais para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Enquanto praticamente todos os partidos silenciaram ou se omitiram em relação a essa grave ameaça, o Senador Hugo Napoleão concedeu entrevista a um programa de boa audiência, “Bom-Dia, Brasil”, da Rede Globo de Televisão, e se posicionou com muita objetividade, com muita veemência, contra esse atentado aos interesses da educação brasileira.

Infelizmente, não procederam da mesma maneira os presidentes de outros partidos. Mas o Senador Hugo Napoleão deu mais uma demonstração eloqüente da sua combatividade, do seu amor às grandes causas do País. E, sem dúvida nenhuma, a educação é a principal causa a ser defendida em qualquer país, mesmo desenvolvido.

Gostaria de registrar nos Anais desta CPI a atitude patriótica, pioneira, do Senador Hugo Napoleão, que foi titular da pasta da Educação e continua, aqui no Senado, na defesa indormida, vigilante, inextinguível, dessa área tão subestimada, infelizmente, em nosso País.

Com o maior prazer, concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, agradeço desvanecido as observações de V. Ex^a, e, sobretudo, de quem partem, representa um verdadeiro título para mim.

A propósito, gostaria de dizer que, efetivamente, por ocasião da proposta do entendimento nacional, tive a oportunidade, não apenas num programa de televisão, mas numa visita que o Presidente Fernando Collor fez a minha residência, iniciando a proposta deste entendimento, de dizer a ele especificamente que me insurgia contra a medida que visasse eliminar os 18% constitucionais para a Educação. E isso fiz após uma longa conversa com os nove governadores do meu partido, com os senadores, deputados federais e os presidentes regionais do PFL.

Essa questão para mim é de transcendental importância, a ponto de, ontem mesmo, no Fórum Merchior, promovido pelo Instituto Tancredo Neves, pelo órgão de Estudos e Pesquisas do Partido da Frente Liberal, um ex-ministro de Estado, cujo nome peço vênica para não citar, manifestou incoerente, nesse fórum, a necessidade imperiosa de se eliminarem os 18% para a educação, dizendo que isso era um vínculo desnecessário. Saliento que não era ex-ministro da Educação.

Então, pedi a palavra para, veemente, dizer que isso era uma aberração e que nunca mais gostaria de ouvir sequer, de longe, o que ainda hoje se chama “Emenda Calmon” fosse varrida da Constituição, não obstante já ser incorporada — sabe bem V. Ex^a já ser texto da nova Constituição — até hoje a expressão “Emenda Calmon” é utilizada quando nos referimos a este item.

E eu queria abordar, ligeiramente, dois assuntos que o professor, em boa hora fez, com sua extremamente plausível colocação, nesta manhã. A primeira é a questão do vestibular. Recordo-me que ao tempo em que ocupei a Pasta da Educação, introduzi a prova de redação de Português com características de compulsoriedade e eliminatoriamente exatamente visando evitar aquele apego extremo à múltipla escolha e procurando enriquecer um pouco mais a preparação do estudante, porque o português é o verdadeiro passaporte para a cultura. A nossa língua é que nos dá a visão global de conjunto do universo das coisas. E lembro-me também que, na ocasião, houve um estudo — não estou dizendo que seja a favor dele — do professor Carlos Alberto Serpa, do Cesgranrio, visando que o vestibular fosse medido em etapas a partir do segundo grau — repito, não estou dizendo que seja a

favor — mas apenas porque o professor, também em boa hora, recordou que o incentivo ao segundo grau era uma das etapas importantes da escolarização. Finalmente, para fazer a minha pergunta e não me estender, gostaria de ouvir da depoente, se o professor também tivesse condições de avaliar, qual a impressão que a depoente Vânia Galvão tem a respeito do método de escolha de reitor; se é justo, se é perfeito, se é deficiente, ou se precisa ser modificado. Era a colocação que eu gostaria de fazer, e desde já com o agradecimento a ambos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Inicialmente, concedo a palavra ao professor Carlos Eduardo Baldijão para responder às indagações do nobre Senador Hugo Napoleão.

Em seguida, a professora Vânia Galvão.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Nobre Senador Hugo Napoleão, com relação à questão da escolha de reitores, o nosso Sindicato já tem uma discussão acumulada já de muitos anos, e consideramos dois aspectos importantes: o primeiro é a questão do próprio processo da gestão democrática da universidade, inclusive prevista agora na nova Constituição. Consideramos importante, em primeiro lugar, a participação da comunidade na escolha do reitor da universidade, e, em segundo lugar, o ponto de vista da autonomia da universidade. É para nós absolutamente fundamental que esse processo se encerre no interior da universidade, porque, na verdade, o que deveria ocorrer é, por parte, seja de governadores de estados, no caso de universidades estaduais, seja pelo Presidente da República, a nomeação do reitor escolhido pela comunidade. Lamentavelmente, a indicação de um reitor, por parte do Executivo, vai, e muitas vezes tem sido utilizada como uma maneira de se fazer a política clientelística, porque, através da escolha de reitor, existe um número enorme de cargos que decorrem disso, através de funções comissionadas, funções gratificadas etc., ao que, aliás, também somos contra. O que acontece é que a universidade acaba privilegiando a atividade meio e não a atividade-fim. É o cúmulo que um professor ganhe mais por estar numa atividade administrativa do que numa atividade-fim, que é a docência, a pesquisa e a extensão. Há estímulos para o professor ser um assessor disso ou daquilo, enfim, receber uma função comissionada uma função gratificada, na atividade administrativa, e não há estímulo para permanecer na sala de aula. Por outro lado, como sabemos que a universidade custa caro, em muitas localidades do País o peso político da universidade é muito grande, de um modo geral, mas em algumas localidades, às vezes, o orçamento da universidade é do tamanho do orçamento do estado, ou do município, enfim. Então, o que acontece? Ela tem um peso político tão grande que a política local tende a se preocupar com a universidade numa direção clientelística. Então, por isso, para nós é fundamental que a universidade tenha efetivamente autonomia e possa exercer o seu papel, a sua função social, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, servindo efetivamente à comunidade, que ela mantenha a sua autonomia e o processo de escolha de reitor se encerre no interior da universidade.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra à professora Vânia Galvão, Presidente da Fasubra para responder à indagação do nobre Senador Hugo Napoleão.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — A minha posição não é diferente da exposta aqui pelo professor Baldijão. Nas diversas universidades têm-se verificado formas de escolha de acordo com os critérios que são definidos pela comunidade. Sem

sombra de dúvida que a forma de escolha existente, atual, é altamente equivocada e tem que ser radicalmente alterada. No nosso ponto de vista, o processo de escolha do dirigente universitário tem que se encerrar no âmbito da universidade. Em boa hora, o projeto de LDB, que se encontra tramitando aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, traz, em um dos seus artigos, uma definição — hoje há uma posição com relação a essa questão — quando coloca que as universidades ou as instituições de ensino definam a forma de escolha dos seus dirigentes. Infelizmente, o que se tem verificado, como já foi dito aqui por nós e pelo professor Baldijão, é que na escolha desses dirigentes se verifica uma influência externa. Quando falo em influência externa, não é a sociedade organizada participando desse processo; geralmente são as ingerências políticas, que muitas vezes não têm participado, têm vivenciado a universidade. Então, de acordo com os interesses que são colocados por esse ou aquele grupo político, são escolhidos os dirigentes das universidades. Temos uma posição contra, e achamos, realmente, que tem que se encerrar no âmbito da instituição; ela tem que definir, discutir qual é a forma da escolha de seus dirigentes. É essa a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Henrique Alves, que se inscreveu para interpor o depoente.

O SR. HENRIQUE ALVES — Quero prestar aqui um esclarecimento aos depoentes e aos nossos companheiros em relação à LDB, muito falada aqui, em tramitação no Congresso Nacional. É que a informação de ontem, por parte da Liderança de meu Partido, o PMDB, dava conta de que as lideranças partidárias já estão perdendo a paciência com essa protelação por parte do Governo para que não se vote a LDB neste ano; o ano que vem é um ano de eleições, a coisa se complica mais ainda e, evidentemente, o Governo não quer votar o projeto que aí está. As lideranças entendem que isso é um absurdo, porque um projeto estudado há dois, três anos, não tem sentido em se protelar por tanto tempo e com tais objetivos. Então me parece que a decisão que está caminhando para um final é que, de qualquer maneira, votaríamos a LDB ainda este ano, partindo para a votação de destaques. Se não fosse possível, não fosse preciso arrumar o projeto para uma votação consensual, particularmente os partidos de Oposição, o PSDB, o Deputado João Faustino, o PMDB, estariam articulando o projeto do jeito que está, e teríamos 28 destaques, que estão sendo relacionados, preparados, para que esses destaques fossem a voto e prevalecesse a vontade da maioria do plenário da Câmara. Esta é a informação que dou para que esse acompanhamento possa ser feito por vocês com muita agilidade, porque está a caminho uma decisão final a esse respeito.

Uma pergunta que eu faria, para concluir a nossa intervenção, é a respeito do crédito educativo — que está até em discussão, agora — o atraso, o repasse às universidades, a respeito do crédito educativo. Esteve aqui a Presidente da UNE, nesta CPI, a estudante Patrícia, e revelava uma posição contrária ao crédito educativo, achando que era um repasse do Governo para as universidades particulares, inclusive que teriam uma grande soma de recursos que manipulavam e que deveriam ser recursos apenas destinados para as escolas públicas e não para as escolas particulares, que as escolas particulares se quisessem, portanto, dar a contribuição, dessem essas bolsas a alunos carentes, mas não usando recursos públicos para esse fim. Gostaria de ter a opinião dos depoentes a

respeito do crédito educativo, dessa política do Governo que está em discussão também no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao professor Carlos Eduardo Baldijão, Presidente da Andes.

O SR. CARLOS EDUARDO BALDIJÃO — Sr. Deputado Henrique Alves, essa questão do crédito educativo me parece bastante importante e oportuna, porque, de fato, é uma forma de repasse de dinheiro público do setor privado, sem dúvida nenhuma. Quer dizer, na medida em que, o Ministério da Educação, na gestão Chiarelli, por exemplo, estava cobrando a existência de cursos noturnos, e acho que com razão, as universidades devem oferecer de fato cursos noturnos. Agora, toda essa discussão que se faz de que o aluno que pode pagar o ensino é que está na escola pública etc., já constatamos, por uma série de pesquisas realizadas em várias universidades que a percentagem dos alunos que podem pagar, efetivamente, não supera os 20 ou 25%. Acho que uma das maneiras de possibilitar, inclusive, maior número de pessoas de baixo poder aquisitivo o acesso à universidade pública seria usar o crédito educativo exatamente para os alunos carentes do setor público, como bolsa de estudo, para eles poderem se manter, muitas vezes fora de casa, porque a universidade fica em outra cidade, diferente da que ele mora, enfim. De modo que o crédito educativo também deveria se destinar ao setor público e não estar, lamentavelmente, financiando o setor privado de ensino.

Para complementar, acho que tive oportunidades, no meu depoimento, de chamar a atenção para o descalabro que é o setor privado de ensino superior. Uma grande preocupação que esta CPI deve ter é o cuidado de aprofundar a investigação dentro do setor privado de ensino, que não tem sido criticado pela imprensa, que passa como se fosse bastante eficiente e, no entanto, eu diria, vem deformando nossos cidadãos, na medida em que não recebem uma formação adequada nos bancos escolares. Isso se reflete muitas vezes, como cheguei até a mencionar, em anúncios que se vêem nos jornais, em que se pedem engenheiros ou outros profissionais e o anúncio diz: "Queremos profissionais formados por tal ou qual universidade". E, de um modo geral, são universidades públicas, porque eles preferem. Por exemplo, se querem engenheiros, querem os formados na Poli, ou na Unicamp, ou na Uferj, depende, enfim, da região, mas geralmente eles preferem do setor público, ou seja, estamos formando profissionais de segunda categoria, lamentavelmente. Isso é publicamente reconhecido. Acho que isso é uma vergonha para o nosso País e se deve trabalhar seriamente, no sentido de garantir um padrão unitário de qualidade na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra à Srª Vânia Galvão.

A SRA. VÂNIA GALVÃO — Com relação a essa questão do crédito educativo, não temos uma discussão acumulada acerca da questão a nível da nossa entidade. Tendo a concordar e seria mais ou menos uma posição pessoal, que se financiar muito mais o ensino privado. Agora, no que se refere à utilização do crédito educativo para ajudar, no caso, ou financiar os estudos do estudante carente, temos assim uma posição de que o Estado tem que suprir realmente a educação em todos os níveis, em todos os sentidos. Temos visto, inclusive, estudantes que se utilizam do crédito educativo e estudantes da rede pública que alternam os seus estudos, pela

difficuldade, inclusive, de colocação no mercado de trabalho e passam por problemas seriíssimos, dificuldades seriíssimas, com a cobrança, inclusive, muito grande por parte do Governo em relação àquela ajuda que foi dada para ele custear os seus estudos. Aachamos que o Estado tem que realmente arcar com a despesa do ensino público gratuito em todo o seu sentido, em toda a amplitude mesmo da palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de encerrar os trabalhos de hoje nesta CPI, eu gostaria de deixar registrado aqui o meu apelo às entidades diretamente ligadas à causa da educação, para que elas se mobilizem contra o art. 6º da emendinha, que representa outra grave ameaça para a área da educação.

Este artigo 6º não tem despertado nenhuma reação significativa de todas as entidades ligadas à educação. Creio que como já foi obtido êxito — e destaquei a atuação relevantíssima do nobre Senador Hugo Napoleão — seria necessário também um esforço adicional contra o art. 6º da emendinha, que tem um objetivo: suspender a incidência dos 18% destinados pela Constituição, da receita de impostos federais, para a educação nos próximos dois anos, 1992 e 1993. Como o universo da educação brasileira já está atravessando uma crise de extrema gravidade, se for desfechado um novo golpe na educação, as universidades públicas estarão condenadas ao fechamento inevitável, sumário. E eu não vi, até agora, esta mobilização, com o dinamismo, a combatividade e, em alguns casos, a desejada agressividade dos vários setores da educação do nosso País.

Aproveito a oportunidade da presença de dois líderes, dois presidentes, um da Fazoura e outro da Andes, ambos com relevantes serviços prestados à educação e já registrados na história desse setor no Brasil, para que eles consigam sensibilizar os demais segmentos da educação, porque até agora eu não tenho visto essa mobilização. Aqui mesmo, no Congresso, nós já contamos, como ocorreu anteriormente, com o apoio do Presidente do PFL, o nobre Senador Hugo Napoleão, com o do Senador Marco Maciel, que é o Líder do Governo no Senado, para que mobilizem as suas bancadas e esse grupo possa derrubar este art. 6º da emendinha.

Finalmente, e para não abusar da paciência dos que permanecem aqui até agora, continuo a sonhar com uma posição das várias entidades que atuam na área da educação — e nós já fazemos o mesmo em relação à **performance**, à atuação do próprio Congresso Nacional no esforço, que não é ainda satisfatório — para que se introduza no Brasil o sistema da autocrítica.

É muito comum em nosso País o exercício do direito de crítica; mas a autocrítica feita por pessoas e por entidades em relação ao setor em que elas atuam é muito rara.

Nos longos anos de luta pela causa da educação, cito sempre dois exemplos que me parecem inspiradores. Um é do concílio dos cardeais no Vaticano. Reúnem-se os cardeais e eles são obrigados a fazer uma autocrítica, não no confessional, mas diante de todos os que integram esse concílio de cardeais. E o exemplo na área oposta é o do Presidium Supremo da antiga União Soviética, que agora está sendo substituída. Naquela época, os membros do Presidium da União Soviética, mais de mil, 1.500, eram obrigados a fazer uma autocrítica diante dos delegados de todas as repúblicas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Creio que isso é desejável. Transformar isso aqui, rapidamente, em poucos minutos, nesse ~~confessional~~ **confessional**. Foram feitas críticas e eu diria

que 99% dessas críticas são absolutamente válidas e absolutamente incontestáveis. Foi feita uma série de reparos à atuação pouco satisfatória do Poder Executivo; nós, já salientei, estamos fazendo a nossa autocrítica em relação a esta Casa, ao Congresso Nacional, descobrindo as nossas falhas, algumas graves, as nossas deficiências, algumas deploráveis, mas nós estimaríamos que também as várias entidades fizessem essa autocrítica. Seria um milagre de Deus se o segmento da educação fosse único, sem nenhuma falha. Digo não do lado do Executivo, mas do lado das próprias comunidades que atuam na área da educação.

Só para dar um exemplo, para ilustrar: será que todos os professores de dedicação exclusiva das universidades têm mesmo somente um emprego? Ou será que forçados pela remuneração notoriamente insuficiente, eles são obrigados a completar o seu orçamento, tendo mais um emprego, mais dois empregos e, em alguns casos, até mais três empregos? Só estou dando um exemplo.

Creio que essa autocrítica, que obviamente não precisaria ser pública, daria uma contribuição imensa à causa da educação, porque, para encerrar essas palavras, eu devo proclamar com a maior nitidez, com a maior objetividade: a educação brasileira está atravessando a mais grave crise de sua História. Se nós não nos reunirmos num esforço suprapartidário, eu diria num esforço ecumênico, para detectar as falhas e procurar saná-las, partindo do princípio de que ninguém é perfeito, essa batalha poderá chegar a um desfecho altamente deplorável.

Fica aqui o apelo deste perseverante, mas muito modesto lutador da causa da educação, para que as entidades promovam essas reuniões, que não precisarão, obviamente, ter microfones de rádio e nem câmeras de televisão, nem reportagens dos jornais, para que procurem aperfeiçoar a sua própria performance que é, sem dúvida nenhuma, prejudicada por

salários ínfimos, salários miseráveis e, muitas vezes, desumanos, desde a área das universidades até a área mais modesta, geralmente esquecida, a área do primeiro grau, principalmente no interior do Brasil, onde uma professora, que é também um ser humano altamente respeitável, ganha a metade e às vezes 1/3 de um salário mínimo. E eu, por mais de uma vez, tenho feito um apelo às demais entidades, não do primeiro grau, mas do segundo e do terceiro graus, para engrossarem esse clamor que, por sinal, nem existe, nem sequer existe. Uma vez, no plenário do Senado, quando estreou o Senador Darcy Ribeiro, que é um astro da educação, cheguei a sugerir uma greve no Brasil, de um dia, meio dia, seja o que for, de preferência de um dia, de protesto contra esse fato. Lá no Norte e no Nordeste, há professores — estou aqui falando com homens públicos de extraordinária importância, como o Senador Hugo Napoleão, como o Deputado Henrique Alves — nessa área sofredora do Brasil, segundo uma reportagem publicada no *Jornal da Tarde*, vespertino do estado de São Paulo, há professoras que ganham por mês a metade ou 1/3 do que ganha por hora o operário da indústria automobilística de São Paulo, que notoriamente não é nenhum marajá, que ganha um salário um pouco melhor do que o do proletariado de um modo geral.

Então ficam aqui essas meditações, essas reflexões, como uma contribuição, e eu creio que a principal seja essa, um esforço de autocrítica de cada segmento ligado à educação, além da crítica feita aqui, com tanta objetividade, sem nenhum passionalismo, sem nenhum radicalismo, às falhas, às graves deficiências do setor do ensino privado neste País.

Agradeço a presença dos meus nobres Colegas e dos eminentes depoentes, que tanto enriqueceram os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS